

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**SERTÃO À BEIRA-MAR: O ESPAÇO DAS SECAS NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**

FERNANDA TORRES LIMA

Rio de Janeiro, Setembro 2021

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA LUCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA

FERNANDA TORRES LIMA

SERTÃO À BEIRA-MAR: O ESPAÇO DAS SECAS NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO
CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Setembro 2021

Lima, Fernanda Torres

Sertão à beira-mar : o espaço das secas na Exposição Internacional do Centenário da Independência / Fernanda Torres Lima. – 2021.
247 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientadora: Lucia Maria Lippi Oliveira.
Inclui bibliografia.

1. Brasil – História – Independência, 1822 – Comemorações de centenário, etc. 2. Exposição do Centenário do Brasil (1922-1923 : Rio de Janeiro, RJ). 3. Brasil, Nordeste – História – Exposições. 4. Secas - Brasil, Nordeste – História – Exposições. 5. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I. Oliveira, Lúcia Lippi, 1945-. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.0401

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

FERNANDA TORRES LIMA

“SERTÃO À BEIRA-MAR: O ESPAÇO DAS SECAS NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.

DATA DA DEFESA: 22/09/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF^º/a JOÃO MARCELO EHLERT MAIA


PROF^º/a LÚCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA
ORIENTADOR(A)


PROF^º/a JOÃO MARCELO EHLERT MAIA
MEMBRO INTERNO


PROF^º/a MARIA INEZ TURAZZI
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 22 DE SETEMBRO DE 2021.



PROF^º/a CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)



PROF^º ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Aos meus pais, Maria Neusa e Cicero, e a todos os brasileiros que, assim como eles, tiveram que deixar o sertão em busca de uma vida melhor – eles sabem de tudo na ferida viva do coração.

AGRADECIMENTOS

Quando meus pais chegaram ao Rio de Janeiro, vindos de Ararendá, à época um pequeno povoado no sertão cearense, se estabeleceram em um dos poucos cortiços que sobreviveu às sucessivas reformas urbanas na Zona Portuária, nas proximidades do Morro da Providência. Nesse cortiço em que cresci e no cortiço reformado em que moro atualmente, eram frequentes, em tempos pré-pandêmicos, as visitas de pesquisadores, estudantes e outros curiosos, com as quais sempre convivi com alguma inquietude; não conseguia evitar o desconforto de me sentir como um objeto em exposição, nem o estranhamento que essas visitas me levaram a sentir em relação a pesquisadores e à própria atividade de pesquisa. Um dos primeiros e mais constantes desafios na elaboração desta dissertação foi aprender a lidar com esse mal-estar e acreditar que eu também poderia desenvolver uma voz como pesquisadora.

Nascer rodeada de histórias, mas não de livros, como diz Conceição Evaristo, traz inúmeras dificuldades para quem decide se aventurar na jornada acadêmica. No cansaço do processo, os obstáculos às vezes parecem intransponíveis, mas, por mais difícil que tenha sido a tentativa de acessar esse espaço, acredito que nunca estive sozinha nos momentos em que precisei de ajuda para prosseguir. Meu primeiro agradecimento é à compreensão e à generosidade dos meus pais, Maria Neusa e Cicero, que, não tendo a oportunidade de ter concluído o Ensino Fundamental, nunca pouparam esforços para que eu pudesse ter uma formação universitária. O segundo é à alegria de ter a companhia da minha irmã, Beatriz, que continua sendo a menina mais legal e a opinião mais sincera e sensata do meu mundo.

Sem a existência de uma educação pública, gratuita e de qualidade, eu talvez jamais tivesse acesso a um diploma de pós-graduação. Esta dissertação só existe graças às oportunidades abertas pela minha formação no Colégio Pedro II e pelas bolsas ProUni e CNPq de que fui beneficiária, sem as quais minha permanência no Ensino Superior teria sido impossível. Ao longo dessa trajetória de formação, sou agradecida, para além do que consigo expressar, a todos os professores que, com seu trabalho, contribuíram para que eu pudesse ampliar a minha visão de mundo e transformar a minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Lucia Lippi, pela compreensão, apoio, indicações e espaço oferecidos para o desenvolvimento desta dissertação. Também agradeço a Bernardo Buarque, pelos cuidadosos comentários feitos na qualificação desta pesquisa; a Maria Inez Turazzi, pelas valiosas sugestões e correções; e a João Marcelo Maia, com quem muito aprendi sobre a escrita em Ciências Sociais ao longo do curso de mestrado.

Gostaria de agradecer aos professores e colegas de turma do PPHPBC, que me enriqueceram de aprendizados e já me deixam saudade e boas lembranças dos dias felizes que vivi na passagem pelo CPDOC. A Thais Sachie e Vitória Abunahman, queridas e pacientes historiadoras que frequentemente me salvavam das dúvidas mais amadoras. A Aline Cotrim, que me ajudou generosamente antes mesmo de nos conhecermos; e a Regiane Matos, de quem muito admiro tanto o talento como pesquisadora quanto a gentileza. Aos colegas do conselho editorial da revista Mosaico e aos do Laboratório de Pensamento Social – os últimos, pelo que compartilham no convívio, pelos comentários feitos a uma versão preliminar do projeto desta pesquisa e pelos resgates estratégicos no labirinto da normalização de trabalhos acadêmicos (viva a Andréa Gonçalves!). Agradeço também aos funcionários do CPDOC e da Biblioteca Mario Henrique Simonsen – Daniela Aires, Gabriel Leal e Ligia Cruz, sempre atenciosos com as minhas (muitas) perguntas -, e à diligência de todos os funcionários que me receberam na Casa Acervo CPDOC, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Arquivo Nacional, onde uma boa alma que me ensinou a usar o SIAN tem a minha gratidão irrestrita.

Tenho a felicidade de estar rodeada de amigos com qualidades que tornam a vida muito mais interessante. Tanto a minha vida acadêmica quanto a pessoal nunca mais foram as mesmas desde que, ainda na graduação, conheci as perigosas amigas da turma E da Comunicação da PUC-Rio, *new faces on Pilotis* que traduzem o ambiente acadêmico plural e representativo em que eu acredito e que gostaria de ver, cada vez mais, como o novo normal no Brasil. Sem a companhia de Débora Castro, Debora Dantas Pio, Deborah Malheiro, Paloma Verçosa, Fernanda Almeida, Joseane Freitas e minha irmã de alma, Daiane Ramos, teria sido ainda mais difícil construir a possibilidade de pertencer a um ambiente que me parecia tão inacessível.

Agradeço por todas as horas felizes que vivi com os analistas políticos, *influencers*, *chefs*, contadores de histórias e consultores de blocos carnavalescos mais bem informados de qualquer rolê/ê: Diogo Grandini, Laura Alencar, Maria Clara Aboud, Fernanda Souto, Rafael Piccinini, Rebecca Ferraz, Pedro Montes e Pedro Braga foram a pausa inesperada de alegria em meio a tempos difíceis, e me ajudaram a encarar a vida com mais leveza outra vez. Agradeço a Luigi Bonafé por ter me apresentado a eles e por sua empatia e senso de justiça acima da média, pelos quais não tenho como agradecer o suficiente. Meu obrigada também a Rafaela Fontes, pelo apoio e pela força que me inspira; a Isadora Silveira, que me acolheu com tanta hospitalidade quando precisei em Brasília; a Erica Ramminger, com quem troco as melhores ideias sobre teoria e prática dos assuntos mais aleatórios, e que me atualiza com as melhores figurinhas de WhatsApp do momento; a Carolina Fontes, pela escuta atenciosa e pela amizade que me faz tão bem, leve como seus passos de bailarina, um achado precioso que gostaria que

tivesse chegado há muito mais tempo; a Lucca Viersa, o paulista mais bem informado sobre a agenda cultural carioca, esteja em que lugar do mundo estiver; a Livia Silva, cuja inteligência sempre foi uma inspiração – além de um chamado a cair na real! – e com quem espero continuar reinventando a amizade por muitos anos mais; a Vitor Gomes e sua família, por serem tão admiráveis e também uma família para a minha irmã; a Anna Emília Soares, guria que é a elegância e a sensatez em pessoa, e que foi uma das incentivadoras a que eu tomasse a decisão de chegar até aqui; e a José Mocdsi Filho, *in memoriam*, com quem sinto saudade de conversar sobre as histórias do Rio antigo.

Gostaria de agradecer ainda a Priscila Biancovilli e Claudia Jurberg, pela oportunidade que me deram há alguns anos, no início da minha trajetória profissional, e por terem me proporcionado o melhor ambiente de trabalho e de aprendizado sobre a vida acadêmica que eu poderia ter. A João Daniel Almeida, por ter me lembrado da importância da imaginação para contar histórias. E a Thiago Rocha e Carlos Frederico Gama, pela solicitude com que atenderam ao meu pedido de indicações de leitura para alguns temas desta dissertação.

Procurar um sertão à beira-mar soterrado em meio aos escombros do Castelo trouxe algumas dificuldades intrínsecas à pesquisa em si e outras relacionadas ao impacto pessoal de algumas das discussões envolvidas nesse projeto. A ideia de um sertão à beira-mar pareceu um pouco atípica a princípio, mas tentei desenvolver essa proposta lembrando a premissa de Mills de que é preciso aprender a usar a experiência de vida no artesanato intelectual. E, felizmente, a vida é maior do que o que pensam aqueles que tentam fixar o que é ‘típico’ ou ‘atípico’ nela.

RESUMO

A proximidade dos cem anos de vida política independente e a onda nacionalista que envolveu a sociedade brasileira no pós-guerra levaram o poder público a organizar um grande evento que assumiu proporções internacionais e transformou a paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Um dos acontecimentos menos lembrados do movimentado ano de 1922, a Exposição Internacional do Centenário da Independência é geralmente analisada em função de ter sido um marco das reformas urbanas na capital republicana. Menos explorados são a forma como as demais unidades federativas foram incluídas no discurso nacional difundido pela Exposição ou, ainda, o fato de que o Executivo federal, maior organizador do evento, era ocupado à época por Epitácio Pessoa, um político paraibano que se equilibrava entre os grandes salões da diplomacia, os meandros da política nacional e a manutenção da ordem oligárquica em um dos estados atendidos pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, uma agência governamental prioritária em sua agenda política. Por meio da análise documental de publicações da Exposição, como o Relatório dos Trabalhos, o Guia Oficial e o Livro de Ouro, bem como de periódicos da imprensa carioca e registros biográficos de Epitácio Pessoa, esta dissertação investiga o lugar reservado ao sertão semiárido na Exposição do Centenário, e a posição estratégica dessa representação para mediar as dimensões interna e externa da ação presidencial. Apoiando-se no capital externo e tentando fortalecer o Executivo federal no jogo político da Primeira República, Pessoa apostou em uma comemoração do Centenário em grande estilo, na qual o espaço e o homem sertanejos foram tipificados como objetos de um processo de modernização nacional que, promovendo a integração do sertão semiárido, contribuiria para a integração do Brasil ao sistema internacional. Além de legitimar a aspiração brasileira ao *status* de nação moderna, esse projeto gerava negócios lucrativos para uma rede de agentes privados nacionais e estrangeiros, e reforçava o papel do Executivo federal como articulador da intervenção pública no espaço das secas.

Palavras-chave: Exposição Internacional do Centenário da Independência. Sertão. Secas. IFOCS. Epitácio Pessoa. Política Externa Brasileira. Primeira República.

ABSTRACT

On the verge of the 100th anniversary of its political independence and swept by a post-war nationalist wave, the Brazilian government organized a great celebration that reached international proportions and dramatically transformed the city of Rio de Janeiro's landscape. A neglected event in an eventful year in Brazil, the Exposição Internacional do Centenário da Independência is usually studied as a milestone of Rio's urban reforms. Lesser importance has been given to the way in which other federative units were included in the national narrative promoted by the Exhibition, or even the fact that the incumbent president and major event's sponsor at the time was Epitácio Pessoa, a politician from a little hinterland state who gathered experience among the great halls of diplomacy, the ups and downs of national politics and the maintenance of oligarchic order in one of the states under Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, a Reclamation Service-like governmental agency that was a priority in his political agenda. Based on documental analysis of the Exhibition's official publications, as well as of the local press and of Epitácio Pessoa's biographical records, this thesis explores the place destined to the semi-arid sertão in the Brazilian Centennial Exhibition, and the strategic position of this representation to mediate the internal and external dimensions of the presidential action. Leaning on the external capital and trying to strengthen the federal Executive in the political struggle of the First Republic, Pessoa bet on Centennial celebrations in grand style, on which the hinterland and its population were portrayed as types under a national modernization process that, by integrating the semi-arid sertão, would integrate Brazil to the international system. Aside from legitimating the Brazilian aspiration to a modern nation's status, this project enabled profitable business opportunities to a network of Brazilian and foreign private agents and reinforced the federal government's role as the main public agent of intervention in the drought area in Brazil.

Keywords: Brazilian Centennial Exhibition. Sertão. Drought in Brazil. IFOCS. Epitácio Pessoa. Brazilian Foreign Policy. Brazilian First Republic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	A Exposição do Centenário, o morro do Castelo e seu entorno	21
Figura 2 –	Mapa geral da Exposição do Centenário (1)	22
Figura 3 –	Mapa geral da Exposição do Centenário (2)	22
Figura 4 –	“Páginas tristes. Cenas e aspectos do Ceará”	42
Figura 5 –	Reconstituição dos itinerários da Comissão Científica do Império	50
Figura 6 –	“Produtos da carnaúba”	53
Figura 7 –	“Modelos de jangadas de pescaria vindos do norte do Brasil”	53
Figura 8 –	Exposição Nacional de 1866 (1)	53
Figura 9 –	Exposição Nacional de 1866 (2)	53
Figura 10 –	O Brasil na Exposição Internacional de Londres (1862)	54
Figura 11 –	“Um vaqueiro exposto pelo sr. dr. Manoel Ferreira Lagos”	55
Figura 12 –	“Tipos do Norte do Brasil: um vaqueiro descansando”	55
Figura 13 –	“Vila de Piranhas olhando-se rio abaixo”	57
Figura 14 –	Seção brasileira na Exposição da Filadélfia (1876)	58
Figura 15 –	<i>Brief notes for the Exposition of Chicago</i>	62
Figura 16 –	“Carnaúba <i>Palm Straw Hut</i> ”	62
Figura 17 –	“ <i>Brazilian harness and saddlery exhibit</i> ”	63
Figura 18 –	“ <i>Brazil’s cotton goods</i> ”	63
Figura 19 –	Planta baixa do 1º pavimento do Palácio dos Estados na Exposição de 1908	65
Figura 20 –	Estado da Bahia: interior do Pavilhão na Exposição Nacional de 1908	65
Figura 21 –	“O ‘mandachuva’ da Exposição: dr. Antônio Olinto”	69
Figura 22 –	“Os titãs da Exposição: Morales de los Ríos”	69
Figura 23 –	“O homem do Centenário” (Carlos Sampaio)	69
Figura 24 –	Anúncio do Bônus da Independência (cartão-postal)	79
Figura 25 –	Anúncio do Bônus da Independência (pôster)	79
Figura 26 –	Bônus da Independência e ingressos para a Exposição	79
Figura 27 –	“A Comissão: Mas de tudo quanto resolvemos, não ficou resolvida coisa alguma...”.	81
Figura 28 –	Joaquim Ferreira Chaves rodeado por auxiliares de gabinete	81
Figura 29 –	As obras da Exposição do Centenário a um ano da inauguração	81
Figura 30 –	Selos do Centenário da Independência	83
Figura 31 –	Exposição regional preparatória no Ceará	84

Figura 32 –	Epitácio Pessoa, ministros de Estado, prefeito do Distrito Federal e chefe de Polícia	88
Figura 33 –	Carlos Sampaio no lançamento da pedra fundamental do pavilhão dos EUA na Exposição do Centenário	88
Figura 34 –	Epitácio Pessoa e Carlos Sampaio visitam as obras no Castelo	88
Figura 35 –	Pessoa e Sampaio em visita às obras da Exposição	89
Figura 36 –	Operários nas obras do Castelo (1)	89
Figura 37 –	Operários nas obras do Castelo (2)	89
Figura 38 –	Escombros no Castelo	89
Figura 39 –	Centenário retratado como um homem idoso e abandonado	91
Figura 40 –	A Exposição ainda não estava pronta para receber o Centenário	91
Figura 41 –	O inspetor das secas Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	103
Figura 42 –	Distribuição de água registrada pela expedição científica de Belisário Pena e Artur Neiva em Itumirim, Bahia	106
Figura 43 –	Belisário Pena prestando atendimento médico à população de Lages, Piauí	106
Figura 44 –	“Expedição do Instituto Oswaldo Cruz ao Ceará e norte do Piauí: habitantes e o cientista José Gomes de Faria”	106
Figura 45 –	“Vaqueiro”	107
Figura 46 –	“Moradia de um trabalhador rural”	107
Figura 47 –	“Construção rural”	107
Figura 48 –	Trabalhadores na construção do açude Acarape do Meio	111
Figura 49 –	Comparação entre volume de açudes e volume do Morro do Castelo	111
Figura 50 –	Anúncio publicitário da empresa Dwight P. Robinson (1)	116
Figura 51 –	Anúncio publicitário da empresa Dwight P. Robinson (2)	116
Figura 52 –	Anúncio publicitário da empresa Dwight P. Robinson (3)	116
Figura 53 –	Tio Pita (1)	117
Figura 54 –	Tio Pita (2)	117
Figura 55 –	Tio Pita (3)	117
Figura 56 –	Tio Pita (4)	117
Figura 57 –	Tio Pita (5)	117
Figura 58 –	Arrojado Lisboa	117
Figura 59 –	Tio Pita – O descalabro	117
Figura 60 –	Comissão Rondon fotografa população local no Ceará	119
Figura 61 –	Cândido Rondon (2º) e Ildefonso Simões Lopes (4º) na viagem de inspeção das obras contra as secas, 1922	119
Figura 62 –	A recepção de <i>Pela verdade</i> na leitura de J. Carlos (1)	127

Figura 63 –	A recepção de <i>Pela verdade</i> na leitura de J. Carlos (2)	127
Figura 64 –	A casa de Epitácio Pessoa em Umbuzeiro, Paraíba	129
Figura 65 –	A credencial de Epitácio Pessoa na Conferência de Versalhes	133
Figura 66 –	Woodrow Wilson e Epitácio Pessoa na Conferência de Versalhes	133
Figura 67 –	Almoço oferecido pela Sociedade Pan-americana em Nova York	133
Figura 68 –	O regresso de s. ex.	139
Figura 69 –	As visitas para o Centenário	139
Figura 70 –	O rei Alberto entre Epitácio Pessoa e Carlos Chagas	140
Figura 71 –	Centenário da Independência do Brasil. Exposição Nacional (pôster)	143
Figura 72 –	<i>États-Unis du Brésil. Exposition Nationale</i>	143
Figura 73 –	<i>United States of Brasil. National Exhibition</i>	143
Figura 74 –	O trem liliputiano da Exposição do Centenário	145
Figura 75 –	E. F. Liliputiana no Parque de Diversões da Exposição	145
Figura 76 –	A multidão aglomerada em frente à Porta Monumental no dia da inauguração da Exposição do Centenário	146
Figura 77 –	O engarrafamento em frente ao Palácio das Festas no dia da inauguração da Exposição do Centenário	146
Figura 78 –	Epitácio Pessoa em frente ao Palácio das Festas, após o discurso inaugural	147
Figura 79 –	Os pavilhões estrangeiros e outros locais da Exposição (1)	148
Figura 80 –	Os pavilhões estrangeiros e outros locais da Exposição (2)	148
Figura 81 –	Os pavilhões estrangeiros e outros locais da Exposição (3)	148
Figura 82 –	Reprodução de uma trincheira na exibição da indústria militar italiana	152
Figura 83 –	Painéis do cortejo cívico luminoso	153
Figura 84 –	A festa veneziana na Enseada de Botafogo	153
Figura 85 –	As belonaves estrangeiras na Revista Naval do Centenário (1)	155
Figura 86 –	As belonaves estrangeiras na Revista Naval do Centenário (2)	155
Figura 87 –	As belonaves estrangeiras na Revista Naval do Centenário (3)	155
Figura 88 –	Navios com iluminação noturna por ocasião da Exposição do Centenário da Independência.	155
Figura 89 –	A bordo do cruzador “Barroso”, Epitácio Pessoa, ministro da Marinha e oficiais da Armada	155
Figura 90 –	A tripulação do <i>dreadnought</i> Nevada	155
Figura 91 –	“A Exposição Nacional: Pavilhão da Paz Universal”	155
Figura 92 –	O secretário de Estado norte-americano Charles Evans Hughes e o almirante Hilary P. Jones a bordo do couraçado “Maryland”, a caminho da Exposição do Centenário	157

Figura 93 –	Imagens do interior do Pavilhão dos EUA	157
Figura 94 –	O desfile dos atletas militares	159
Figura 95 –	Brasil vs. Chile nos Jogos do Centenário	159
Figura 96 –	A “época tauromáquica” do Centenário	159
Figura 97 –	“Soltem o homem! Os diretores da Exposição queixam-se da falta de visitação”	161
Figura 98 –	O estilo colonial da Exposição	161
Figura 99 –	O Parque de Diversões da Exposição do Centenário	162
Figura 100 –	Anúncio publicitário do Parque de Diversões no Carnaval de 1923	163
Figura 101 –	Comemorações da Páscoa	163
Figura 102 –	O cortejo da <i>Mi-carême</i>	163
Figura 103 –	“O Parque é hoje o ponto chic visitado diariamente por toda a população carioca”	163
Figura 104 –	O Clube dos Democráticos e a Ala dos Namorados	165
Figura 105 –	Cortejo do Clube Tenentes do Diabo	165
Figura 106 –	Porta Norte ou Colonial e alguns pavilhões nacionais	167
Figura 107 –	Os pavilhões nacionais da Exposição do Centenário	168
Figura 108 –	Entrada do salão principal do Palácio de Fiação	170
Figura 109 –	“Pavilhões dos estados – Ceará”	172
Figura 110 –	“Pavilhões dos estados – Paraíba”	172
Figura 111 –	Inauguração do Pavilhão de Estatística	174
Figura 112 –	Carlos Sampaio, Epitácio Pessoa e Bulhões Carvalho na inauguração do Pavilhão de Estatística	174
Figura 113 –	Vista da seção nacional a partir da Torre do Calabouço	174
Figura 114 –	Detalhe de gráfico no Pavilhão de Estatística	175
Figura 115 –	Comparação ilustrativa das populações de EUA, Alemanha e Japão	175
Figura 116 –	O painel na cúpula do Palácio das Festas	177
Figura 117 –	Sessão solene de celebração do Centenário da adesão piauiense à Independência	178
Figura 118 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (1)	180
Figura 119 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (2)	180
Figura 120 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (3)	181
Figura 121 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (4)	181

Figura 122 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (5)	182
Figura 123 –	Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário (6)	182
Figura 124 –	Epitácio Pessoa, Carlos Sampaio e outras autoridades na inauguração do chamado “Pavilhão da Higiene”	183
Figura 125 –	Diploma de Grande Prêmio	185
Figura 126 –	A ironia do destino	191
Figura 127 –	A chegada dos jangadeiros ao Rio de Janeiro	191
Figura 128 –	O encontro dos jangadeiros com Epitácio Pessoa e o desfile de embarcações na Avenida Rio Branco	191
Figura 129 –	Os pescadores que comemoraram o Centenário	192
Figura 130 –	Primeiro número da revista da Comissão Organizadora	193
Figura 131 –	Terceira matéria da série “O problema das secas”, de Arrojado Lisboa	193
Figura 132 –	A zona semiárida em um dos artigos de Arrojado Lisboa	195
Figura 133 –	A primeira matéria da série <i>6.145 km pelo Nordeste brasileiro</i>	196
Figura 134 –	Funcionários da IFOCS organizam mapas para exibição na Exposição do Centenário	196
Figura 135 –	“Tipos” de locomotivas utilizadas nas obras da IFOCS	200
Figura 136 –	“Um tipo das casas sertanejas”	200
Figura 137 –	“Uma indústria sertaneja: o fabrico de chapéus de palha de carnaúba”	201
Figura 138 –	“Uma sertaneja em trajes de ver Deus”	201
Figura 139 –	“Tipo da sertaneja”	201
Figura 140 –	Tipos e aspectos do Brasil – “Cassacos”	203
Figura 141 –	Tipos e aspectos do Brasil – “Jangadeiros”	205
Figura 142 –	Tipos e aspectos do Brasil – “Vaqueiro do Nordeste”	205
Figura 143 –	Pavilhão brasileiro na Expo 2020 Dubai	211
Figura 144 –	Aumento na incidência de secas no semiárido é apontado em relatório do IPCC divulgado em 2021	212
Figura 145 –	Mapa do Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Objetivos	23
Justificativa	25
Quadro teórico	30
Considerações metodológicas	34
Plano da dissertação	36
1 A TERRA EM EXPOSIÇÃO: O SERTÃO NAS EXPOSIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	38
1.1 À margem da história das exposições	38
1.2 Representações do sertão em exposições brasileiras e internacionais	46
1.2.1 <i>Exposições imperiais: ensaios para o espetáculo internacional</i>	46
1.2.1.1 <u>Primeira Exposição Nacional (1861) e <i>Great London Exposition</i> (1862)</u>	49
1.2.1.2 <u>Quarta Exposição Nacional (1875) e <i>Centennial International Exhibition</i> (Filadélfia, 1876)</u>	56
1.2.1.3 <u><i>Exposition universelle de Paris</i> (1889)</u>	58
1.2.2 <i>Exposições republicanas: a participação brasileira nas exposições internacionais de Chicago (1893) e Saint Louis (1904); a Exposição Nacional de 1908</i>	61
1.3 O sertão como objeto de modernização nos complexos expositivos brasileiros	66
2 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (I): OS ORGANIZADORES DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA	68
2.1 Festejando Centenários	70
2.2 Os preparativos para as comemorações do Centenário da Independência brasileira	72
2.3 A indicação do comissário geral Carlos Sampaio e a inflexão nos preparativos para a Exposição do Centenário	86

3 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (II): OS ORGANIZADORES DAS OBRAS CONTRA AS SECAS	93
3.1 O sertão como espaço da seca e a resposta institucional do Estado	93
3.2 Antecedentes e primeira década da Inspetoria de Obras Contra as Secas	97
3.3 Epitácio Pessoa e o apogeu efêmero da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas	112
4 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (III): O COSMOPOLITISMO OLIGÁRQUICO DE EPITÁCIO PESSOA	123
4.1 Entendendo a política na Primeira República por meio do reforço mútuo entre suas dimensões doméstica e externa	123
4.2 Um oligarca cosmopolita	126
4.3 Um projeto ambivalente de modernização nacional e inserção internacional	132
5 A FESTA: O SERTÃO À BEIRA-MAR NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA	143
5.1 Uma viagem no trem liliputiano do progresso	143
5.2 Sertão à beira-mar	167
5.2.1 Na seção nacional da Exposição do Centenário	167
5.2.2 Nas publicações comemorativas	188
5.2.3 Na imprensa	189
5.2.3.1 <u>O raid dos jangadeiros</u>	190
5.2.3.2 <u>Na revista A Exposição de 1922</u>	193
5.2.3.3 <u>Na revista Ilustração brasileira</u>	196
5.3 A tipificação do sertanejo pelos “mandachuvas” do Centenário	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	215
APÊNDICE	240

INTRODUÇÃO

A Exposição [do Centenário] não teria somente o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam a riqueza e as potencialidades do país e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas do estrangeiro; o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. (KESSEL, 2001, p.61).

Ambas [litoral e sertão] foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), 'sertão' esvaziava-se de sentido, tomando-se ininteligível, e vice-versa. (AMADO, 1995, p.149).

Com a provocativa afirmação de que o Rio de Janeiro da década de 1920 “não precisou ser modernista porque já era moderno”, o escritor Ruy Castro (*apud* PASSOS, 2019) comentava, em meados de 2019, o futuro lançamento daquele que seria seu próximo livro, no qual faria um inventário dos atributos modernos da capital carioca na última década da Primeira República. Conhecido por reconstituir a cidade do Rio de Janeiro em retratos expressivos que ambientam a trajetória dos indivíduos que biografa, o autor fez da própria capital carioca a personagem principal de *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20* (CASTRO, R. 2019), livro em que a cidade é caracterizada como um centro urbano dinâmico e sintonizado com o que havia de mais avançado nos mais diversos âmbitos da atividade humana daquele tempo. Por reunir a maior concentração urbana do Brasil em um ambiente atravessado por inovações técnicas, costumes progressistas e uma vida agitada em termos sociais, políticos e culturais, o então Distrito Federal poderia ser considerado uma metrópole moderna à beira-mar, em uma referência à avenida que ligava seu centro histórico à Zona Sul, a Avenida Beira-Mar, aberta ainda na primeira década do século XX, com a reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos (GERSON, 2013, p.110).

O início da década de 1920 seria, de fato, agitado não apenas na metrópole à beira-mar, mas também em outros pontos do território brasileiro. Especialmente movimentado foi o ano de 1922, quando o Brasil completou cem anos de sua existência como Estado independente. No âmbito cultural, 1922 ficou marcado pelos questionamentos estéticos vanguardistas da Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada logo nos primeiros dias de fevereiro daquele ano; na esfera política, 1922 é lembrado pelo levante tenentista de julho no Forte de Copacabana, desdobramento agudo da conjuntura de crise política que se arrastava desde a campanha eleitoral para a sucessão presidencial e que se aprofundou após o resultado, divulgado em junho,

da eleição realizada no começo de março. No centro da crise, estava o movimento conhecido como Reação Republicana, uma coalizão que reunira, desde 1921, a classe política dos estados de *status* intermediário na hierarquia da política oligárquica em um desafio aos grupos políticos que representavam os estados hegemônicos na política nacional (FERREIRA, M., 2015).

Outro acontecimento menos recordado, mas de grande repercussão entre seus contemporâneos, também compete com esses episódios por um lugar na memória de 1922. Com projetos iniciais que remontavam à década anterior, esse evento já era vislumbrado desde o século XIX (TURAZZI, 1995, p.153-154) e, no mandato presidencial de Epitácio Pessoa, finalmente saía do papel, com a expectativa de alcançar projeção não apenas na capital federal ou em âmbito nacional, mas – conforme subiram de tom as intenções de seus organizadores no decorrer dos preparativos – em toda a comunidade internacional interessada em um tipo de evento que, pelo menos desde 1851, era considerado a festa máxima de celebração da modernidade. Tratava-se da Exposição Internacional do Centenário da Independência¹, evento organizado pelo esforço conjunto dos principais órgãos do poder público e que atraiu a atenção de remotas latitudes do país e do mundo para a cidade do Rio de Janeiro, com a promessa de exhibir a seus visitantes, além da volta ao mundo em oitenta minutos que era praxe nas exposições internacionais, uma retrospectiva dos avanços mais importantes que realizáramos em um século de independência. Na perspectiva das elites político-burocráticas que escolheram comemorar esse Centenário com a montagem de uma exposição, tais avanços demonstrariam que o país estava pronto para participar do tão cobiçado concerto das nações ditas civilizadas.

Em uma área que fora enxertada na cidade com a terra arrancada ao Morro do Castelo, a Exposição do Centenário não dera motivos para ser preterida na memória coletiva do ano de 1922. Ansiosamente esperada, a véspera de sua inauguração, que ocorreria em 7 de setembro, teve ares de um megaevento que parou a cidade do Rio de Janeiro, em comoção popular análoga à observada hodiernamente na véspera de Ano Novo. O *réveillon* fora de época provocado pela expectativa em torno da exposição enveredou pela madrugada do dia 7, aproveitando-se do moderno sistema de iluminação contratado para iluminar a festa do Centenário, e estendeu-se por um feriado prolongado que lotou as ruas do Centro do Rio em inúmeras ocasiões. Nos mais de dez meses seguintes, enquanto o evento esteve aberto a um público que ultrapassou a marca

¹ Concebida, inicialmente em 1919, como exposição nacional para integrar as futuras comemorações dos cem anos de nossa independência política, a Exposição do Centenário recebeu, por decreto presidencial, em julho de 1922, o *status* de internacional (BRASIL. Decreto 15.569/1922). De acordo com o *Relatório dos trabalhos* (BRASIL, 1926, v.1, p.103), o ato do governo atendeu a pedido das nações estrangeiras que haviam aderido ao certame.

de 3,6 milhões de pessoas², viu-se de quase tudo no local da exposição e nas demais atrações que integraram as comemorações do Centenário: do talento musical de Donga e Pixinguinha (FONSECA, 2017, p.381-384) às ideias da cientista Bertha Lutz em uma das primeiras conferências pelo direito das mulheres no Brasil (KARAWEJCZYK, 2018); dos hidroaviões dos portugueses que se aventuraram na primeira travessia aérea do Atlântico Sul aos lances emocionantes dos atletas que participaram dos Jogos Olímpicos Latino-Americanos (TORRES, 2006). A exposição abrigaria, ainda, um parque de diversões, exibiria produções cinematográficas (MORETTIN, 2011, 2012), realizaria a primeira transmissão radiofônica no Brasil e até seu próprio Carnaval, transformando-se no evento social mais comentado e concorrido da cidade do Rio de Janeiro durante quase um ano.

Alguns meses antes da abertura da exposição, ainda haveria espaço no desassossegado ano de 1922 para mais um acontecimento que, se ocorresse em segredo à época, reverberaria nas tramas políticas do país pelas próximas décadas: a criação do Partido Comunista do Brasil, cujo Congresso de fundação incluiu como uma de suas pautas a formação de um Comitê de Socorro aos Flagelados do Volga, uma referência aos camponeses russos então assolados pela seca (CARRION, 2021; CASTRO, R., 2019, p.125). Não seria preciso ir tão longe para encontrar flagelados pela seca³, que produzira um cenário trágico de devastação e milhares de sertanejos mortos em meados de 1915 – drama retratado em *O quinze* (QUEIROZ, 2012), romance de estreia da escritora cearense Rachel de Queiroz, publicado em 1930 – e que, como fenômeno periódico que era, voltara a atingir o sertão de estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, ainda que em dimensões menos dramáticas, em 1919 (VILLA, 2000, p.120-121).

² “De 7 de setembro de 1922 a 2 de julho de 1923 o número de visitantes que pagaram as suas entradas foi de 3.626.402.” (BRASIL, 1926, v.1, p.724). A exposição também previa a concessão de entradas gratuitas em alguns casos específicos, como em datas festivas (Natal e Ano Novo), na visita do presidente de Portugal, bem como para industriais, operários e estudantes de escolas técnicas que fossem assistir às conferências sobre aparelhos e máquinas em exibição (BRASIL, 1926, v.1, p.723).

³ Não se desconsidera o internacionalismo proletário como um dos fundamentos do ideário comunista, nem se desmerece o esforço de ajuda humanitária aos povos que dela precisam em qualquer lugar do mundo; o comentário, contudo, encontra eco em correntes críticas ao internacionalismo comunista, tais como as análises desenvolvidas, ao longo do século XX, pelo peruano José Carlos Mariátegui e pelo tanzaniano Julius Nyerere, que, levando em conta as especificidades de sociedades não europeias, se preocuparam com as dificuldades enfrentadas nas tentativas de transformação da realidade social por meio do ideário comunista. Embora o aprofundamento dessa crítica ultrapasse os objetivos deste trabalho, o que se registra é que a preocupação com os flagelados do Volga, expressa pelos primeiros comunistas brasileiros nas discussões do Congresso de fundação do PCB em consonância com sua perspectiva internacionalista, não deixa de contrastar com o silêncio em relação às secas no semiárido brasileiro, as quais, já naquele momento, eram um dos principais problemas sociais da realidade de opressão que esses atores se propunham a transformar por meio de sua ação política. Sobre as críticas ao internacionalismo comunista, cf. MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Barcelona: Linkgua, 2009; NYERERE, Julius. **Ujamaa: essays on socialism**. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1968.

Em meio aos esforços de *nation-building* que, no Brasil, se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial (OLIVEIRA, L., 1990; VELLOSO, 1993), os graves problemas enfrentados pelo sertão semiárido surgiam como um dos principais desafios à construção de uma nação moderna brasileira. Naquele mesmo 1922, a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha (2012), completava duas décadas de lançamento, após ter estarrecido a incipiente opinião pública nacional com a denúncia das arbitrariedades criminosas perpetradas na Guerra de Canudos contra a população sertaneja da Bahia no final do século XIX. O livro obteve grande sucesso de vendas e consagrou o sertão como tema de interesse público nacional (ABREU, R., 1998), mas, passados vinte anos de seu lançamento, essa região permanecia desconhecida da maior parte do país, deixando muitas perguntas em aberto e padecendo dificuldades socioeconômicas que continuavam à espera de providências concretas.

As secas periódicas que atingiam a porção semiárida do território brasileiro eram um fenômeno natural já registrado em tempos coloniais e, ainda em nosso primeiro século de vida independente, haviam mobilizado ações pontuais do poder central para a região (KURY, 2001, 2009a). Nos primeiros anos da década de 1920, combater os efeitos socioeconômicos nocivos das secas no sertão semiárido tornou-se uma prioridade na agenda política do presidente Epitácio Pessoa, um político paraibano que surgira como presidenciável mesmo estando fora do Brasil⁴, em uma solução de compromisso das oligarquias para o impasse na escolha do sucessor de Rodrigues Alves, presidente eleito que faleceria, em janeiro de 1919, sem sequer assumir o cargo em 15 de novembro de 1918.

Ao chegar ao poder em 1919, já em sua primeira mensagem ao Congresso, Pessoa surpreendeu os interesses que o alçaram à chefia do Executivo federal com o lançamento de um amplo programa de obras públicas no sertão semiárido afetado pelas estiagens (HIRSCHMAN, 1963, p.28-37; NEUFERT, 2017; VILLA, 2000, p.126-139), medida alheia aos grupos políticos que representavam o eixo econômico do Centro-Sul. As obras seriam supervisionadas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, órgão criado em 1909⁵, que enfrentara uma série de dificuldades institucionais ao longo da década de 1910 e que, reformulado com Pessoa, ganharia novo impulso sob a esfera federal, diretamente subordinado à Presidência da República. Em seu quadro de funcionários, a Inspetoria reuniu um grupo de especialistas com

⁴ Epitácio Pessoa partira rumo a Paris em janeiro de 1919, para chefiar a delegação brasileira enviada à Conferência de Versalhes, que estabeleceu os termos da paz entre os beligerantes envolvidos na Primeira Guerra Mundial (LACERDA, 2013, p.123).

⁵ Com o nome de “Inspetoria de Obras Contra as Secas” à época.

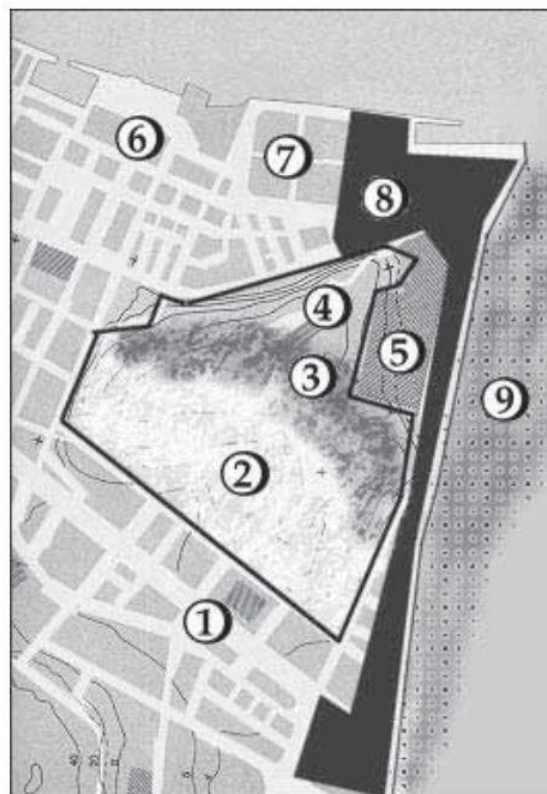
o propósito declarado de modernizar o sertão semiárido por meio do recurso ao conhecimento técnico-científico.

Buscando a interseção entre duas das mais importantes pautas da agenda política de Epitácio Pessoa em seu mandato presidencial, a proposta desta dissertação é investigar como o sertão das secas foi representado na Exposição Internacional do Centenário da Independência, identificando as estratégias a que recorreram os comissários encarregados de organizar as comemorações do Centenário para incorporar essa região à narrativa da construção de uma nação moderna no Brasil, bem como a função desempenhada pela imaginário criado em torno do sertão nessa síntese nacional. Procura-se compreender a possível relação entre a forma como o sertão das secas foi representado no complexo expositivo do Centenário e os objetivos políticos dos grupos que ocupavam a burocracia estatal responsável pela organização do evento; em particular, pretende-se caracterizar a função que essa representação cumpriu na estratégia política do presidente Epitácio Pessoa tanto em âmbito doméstico quanto externo. A dissertação procura, assim, identificar no sertão em exposição uma possível confluência entre as dinâmicas políticas nacional e internacional que circunscreveram a administração federal.

Se, conforme afirmara o sanitarista Afrânio Peixoto, os sertões cariocas começavam para os lados da Avenida⁶, propõe-se, nesta dissertação, buscar o imaginário republicano projetado sobre outros sertões, os das secas, na inesperada localização do espaço contíguo às avenidas Rio Branco e Beira-Mar, onde o arrasamento do Morro do Castelo dera lugar à esplanada da Exposição do Centenário. Se a entrada nobre da Exposição situava-se no Passeio Público, pelo Portão Principal ou Sul, que dava acesso ao Palácio Monroe e ao início da Avenida das Nações (a atual Avenida Presidente Wilson), com seus pavilhões internacionais – que legaram a essa parte da cidade o perfil “diplomático” que conserva, até hoje, em sua concentração de representações consulares (GERSON, 2013, p.283) –, o que essa dissertação propõe é visitar a Exposição a partir do Portão Colonial ou Norte, a alguns metros do que

⁶ Referência à Avenida Rio Branco, nome assumido, a partir de 1912, pela Avenida Central, a emblemática via aberta pela reforma Pereira Passos em 1904. No discurso proferido em 19 de maio de 1918, em homenagem a Miguel Pereira, o médico Afrânio Peixoto (1918 *apud* LEÃO *et al*, 1922) usou o trabalho de Oswaldo Cruz na Amazônia e a viagem de Artur Neiva por estados como Bahia, Pernambuco e Piauí como ponto de partida para afirmar que “não são diferentes essas outras misérias com as regiões mudadas da mesma terra. [...] Álvaro Osório, Bonifácio de Figueiredo e Belisário Pena averiguaram aqui no estado do Rio, pelo exame direto e armado de meios exatos de diagnóstico, que as verminoses mais destruidoras das energias humanas excedem de muito a cento por cento da população. Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações... Veem-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões... E isto, não nos confins do Brasil, aqui no Distrito Federal, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca... Porque, não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da Avenida.”. Discurso disponível em: <<https://bit.ly/3DgmAMT>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

sobrara da Rua da Misericórdia e não muito longe de onde se localizava a Chácara da Floresta⁷. Partindo dessa perspectiva, pretende-se examinar a seção nacional do complexo expositivo e o contexto mais amplo das comemorações do Centenário, identificando o espaço reservado ao sertão das secas nas atrações concebidas para apresentar nossa comunidade nacional moderna conforme imaginada nos gabinetes dos principais ministérios republicanos e da prefeitura do Distrito Federal. Tomando emprestada a metáfora proposta por Carlos Kessel (2001) na epígrafe desta introdução, busca-se identificar que sertão foi refletido na vitrine da exposição vista pelos estrangeiros e no espelho à beira-mar fabricado para influenciar a opinião pública nacional.



A Exposição de 1922 e o morro do Castelo
Mapa de Carlos Kessel sobre original de Eduardo Canabrava Barreiros

Legenda	
1.	Avenida Rio Branco
2.	Morro do Castelo, parte arrasada
3.	Morro do Castelo, parte parcialmente arrasada
4.	Morro do Castelo, parte praticamente intacta
5.	Santa Casa de Misericórdia
6.	Praça XV de Novembro
7.	Mercado Municipal
8.	Área da Exposição de 1922
9.	Aterros provenientes do arrasamento do morro do Castelo

Figura 1: A Exposição do Centenário, o morro do Castelo e seu entorno. Fonte: KESSEL, 2001, p.87.

⁷ “...um conjunto de casas, vilas e cortiços situado na face do morro fronteira à avenida Rio Branco, cuja paisagem bucólica, segundo cronistas da época, lembrava uma cidade do interior”. (KESSEL, 2001, p.74).

Fig. 1a: Mapa Geral da Exposição; Edificações Permanentes.
(Fonte: Adaptação da autora baseada em fotografia de Augusto Malta, do acervo do Museu da Imagem e do Som)

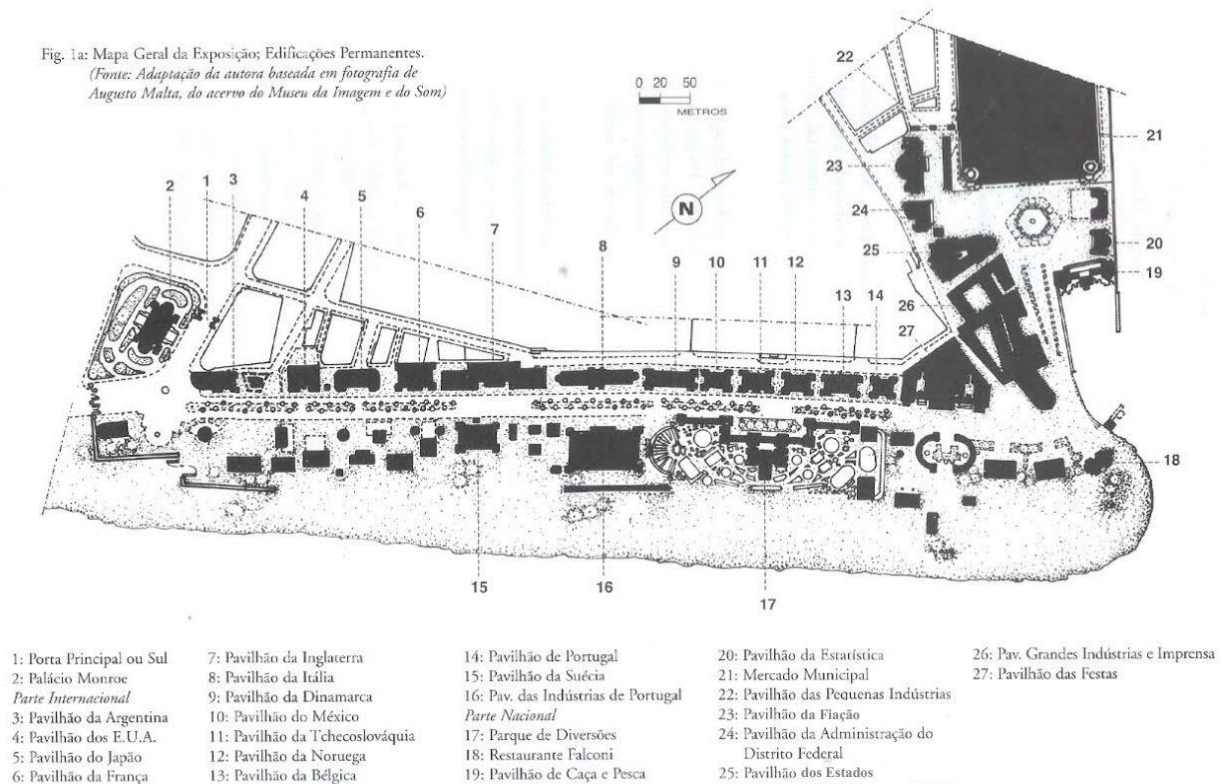
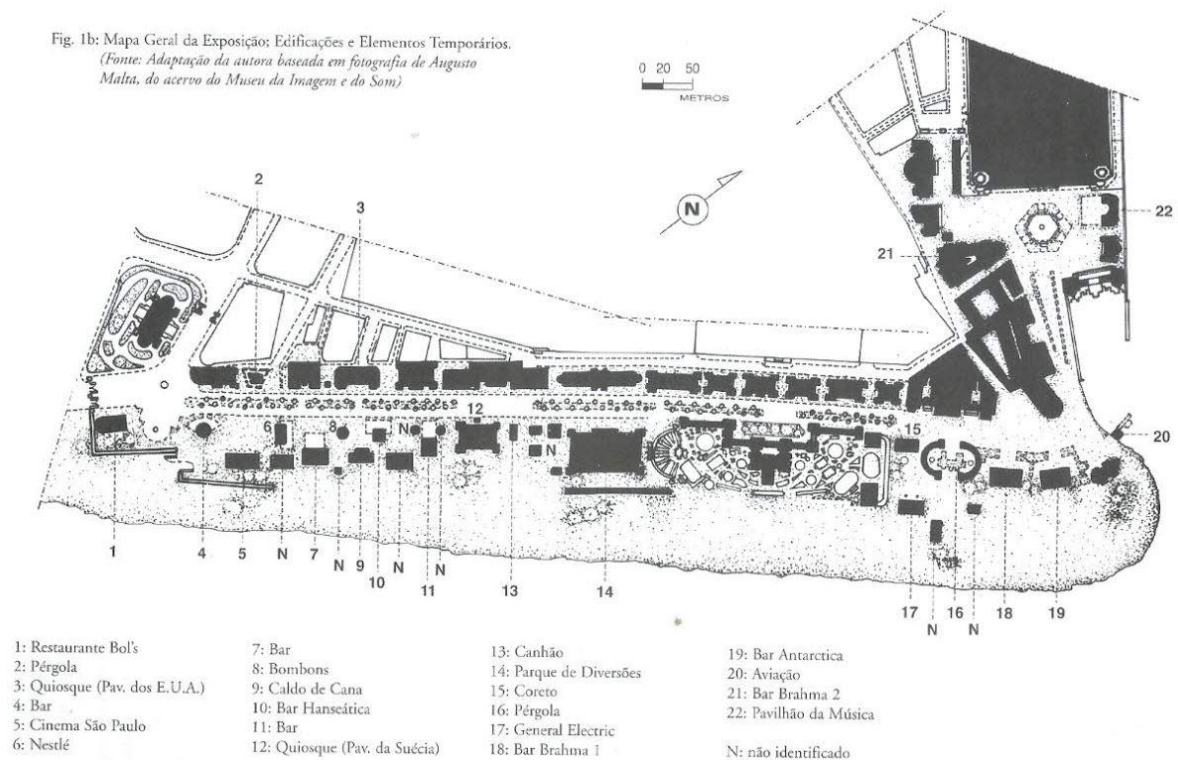


Fig. 1b: Mapa Geral da Exposição; Edificações e Elementos Temporários.
(Fonte: Adaptação da autora baseada em fotografia de Augusto Malta, do acervo do Museu da Imagem e do Som)



Figuras 2 e 3: Mapas da Exposição Internacional do Centenário da Independência, com indicação de pavilhões estrangeiros, nacionais e particulares. Fonte: MARTINS, 1998, p. 122-123.

Objetivos

O objetivo geral desta dissertação é responder às seguintes perguntas: no contexto da Exposição Internacional do Centenário da Independência, como a representação do sertão dos estados que compunham a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)⁸ contribuiu para a imagem nacional projetada pelos agentes políticos que organizaram esse evento? Quais estratégias expositivas foram utilizadas pelos organizadores das comemorações do Centenário para representar o sertão das secas nos objetos e mostruários no interior dos pavilhões, nas publicações oficiais de divulgação ou, ainda, nos eventos paralelos que completaram a programação das festas oficiais? Que função foi desempenhada por essas representações no interior da narrativa mais ampla de construção de uma nação moderna pelo Estado brasileiro? Qual seria a relação entre essas representações e os interesses dos grupos políticos que ocuparam posições estratégicas na montagem da exposição; em particular, qual seria a relação com os objetivos políticos do governo de Epitácio Pessoa tanto em âmbito doméstico quanto externo? Pretende-se investigar de que forma essa representação teria servido à realização de objetivos de integração nacional e de incorporação do país ao ordenamento internacional em um período crítico não só para o jogo interno do sistema político oligárquico, mas para as aspirações brasileiras da política externa do entreguerras. Para responder a essas perguntas, os objetivos parciais da pesquisa foram:

- i. Identificar os principais eventos que integraram a Exposição Internacional do Centenário da Independência e o programa mais amplo das comemorações, bem como seus preparativos, regras de funcionamento, e as instituições e os agentes políticos responsáveis pelas principais decisões em termos da montagem da exposição e de concepção das atrações oferecidas ao público. Identificados os principais agentes, levantar dados biográficos que permitam situá-los no contexto político do período;
- ii. Determinar os principais agentes que integraram a estrutura administrativa da IFOCS à época da Exposição, levantando dados biográficos que os situem na conjuntura política da época. Identificar o projeto de modernização para o sertão que os orientava e averiguar o estágio dos trabalhos da IFOCS à época do Centenário;
- iii. Identificar os principais objetivos políticos de Epitácio Pessoa durante seu governo nas esferas doméstica e internacional. Reconstituir suas propostas de modernização do

⁸ O Decreto Executivo n.13.687, de 9/7/1919, definia os estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do norte de Minas Gerais, como área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. O decreto esteve em vigor até 20/2/1931.

sertão contidas no programa de obras contra as secas e identificar possíveis indícios de uma atividade de diplomacia presidencial;

- iv. Localizar referências ao sertão semiárido e às obras contra as secas na Exposição de 1922, seja nos elementos materiais expostos nos pavilhões brasileiros, nas atividades integrantes do programa da Exposição e de seus eventos paralelos, ou, ainda, nas referências ao espaço das secas e aos estados atendidos pela IFOCS registradas em publicações oficiais e periódicos de circulação na capital republicana à época, buscando identificar as estratégias expositivas utilizadas pelos organizadores;
- v. Explorar possíveis relações entre a maneira como o sertão semiárido foi representado no contexto das comemorações do Centenário da Independência e a dinâmica política do governo Epitácio Pessoa.

Formula-se a hipótese de que o sertão das secas foi exposto à época do Centenário como objeto modelar do processo de modernização empreendido pelo Estado. O sertão foi o “outro” regional de uma nação moderna brasileira que a elite político-burocrática do governo de Epitácio Pessoa pretendeu apresentar aos públicos doméstico e estrangeiro no espetáculo da exposição montada em 1922. Para exibir uma nação moderna no Centenário da Independência, capaz de atrair investimentos do capital internacional, o governo federal procurou demonstrar que as regiões menos desenvolvidas do país estavam em processo de integração ao centro nacional, por meio de ações modernizantes das quais grupos econômicos nacionais e estrangeiros poderiam tomar parte em oportunidades lucrativas de negócios. Além disso, ações modernizantes como as levadas a cabo pela IFOCS também respondiam a uma demanda doméstica por alteração da postura secular de descaso com o interior do país, reivindicação que ganhava crescente respaldo social desde que uma ampla campanha pelo saneamento rural, iniciada na década anterior, denunciara o abandono do sertão pelo poder público. Assim, o sertão foi apresentado na Exposição Internacional do Centenário da Independência como um lugar de alteridade que acederia à modernidade por meio da intervenção do Estado brasileiro com as grandes obras de combate às secas. O projeto do governo federal foi difundir essa ideia em um espetáculo que convencesse tanto os governos estrangeiros quanto a opinião pública nacional de que a modernização do sertão semiárido legitimaria a aspiração brasileira ao *status* de nação moderna, tentando construir uma imagem de estabilidade e certeza que se contrapusesse à turbulência política do período e à imagem negativa de insalubridade, comumente associada ao país até então.

Justificativa

Para avaliar a possível contribuição da presente dissertação, convém revisão historiográfica sobre como tem sido abordadas as exposições internacionais, de modo geral, e a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em particular. Esse levantamento revela que algumas vias de análise já exploradas partilham do entendimento comum das exposições como fenômenos sociais em que se evidenciam as tensões provocadas pela experiência da modernidade, decorrentes das comparações engendradas pela reunião, em um mesmo espaço, das representações de países em diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico.

Sanjad (2017) cita a tentativa de Rydell, Findling e Pelle (2000) de dividir os estudos sobre exposições em seis categorias, mas conclui que apenas duas delas – a que, por meio do conceito gramsciano de hegemonia⁹ (em matéria cultural), se volta para os produtores das exposições e a que se concentra na recepção do público desses eventos, por meio de estudos de viés antropológico – estariam consolidadas, ao lado dos trabalhos mais recentes sobre representação nas exposições, desenvolvidos no âmbito da história cultural e das mentalidades.

No Brasil, o estudo das exposições e da participação brasileira nesses eventos tem uma de suas primeiras contribuições no trabalho de Neves (1986), para quem as diferentes vitrines expositivas montadas no Brasil nos anos de 1861, 1908 e 1922 teriam procurado construir uma imagem brasileira baseada em valores de progresso e civilização. Já Hardman (1988), embora com o objetivo central de narrar a história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré na Amazônia, tratou da participação brasileira nas exposições como parte do processo de integração do país ao moderno sistema capitalista, valendo-se de uma perspectiva marxista que enfatizou as contradições e desencantos de um movimento baseado, em grande medida, na fetichização das mercadorias. Entendendo as exposições como arenas pacíficas do progresso, Werneck da Silva (1992) também se valeu de perspectiva marxista para analisar a participação do Brasil na exposição universal de Paris, em 1889, utilizando fontes brasileiras, francesas e argentinas. Fontes francesas também serviram a Margareth da Silva Pereira (1988, 1992), que

⁹ “[...] parece hoje prevalecer, sobretudo na cultura política italiana, um outro [significado] que vê na Hegemonia, acima de tudo, capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. É este o significado que se depreende da ‘teoria da Hegemonia’ que Antonio Gramsci transformou em centro da sua reflexão sobre a política e o Estado modernos e se acha registrada nas páginas dos *Quaderni del carcere*.”. O conceito seria aplicado ao aspecto persuasivo da construção da legitimidade social em âmbito cultural. (BELLIGNI, 1998, p.580)

recorreu aos arquivos do *Comité Français des Expositions* para tratar da efemeridade da arquitetura expositiva e propor uma arqueologia da modernidade brasileira; mais recentemente, a autora também ofereceu um levantamento informativo acerca da Exposição Nacional de 1908 (PEREIRA, 2010).

Enquanto abordagens como a de Hardman enfatizam aspectos político-econômicos, o trabalho de Turazzi (1995) mostra preocupação com a perspectiva cultural desse fenômeno, estudando o papel da fotografia na construção desse espetáculo no século XIX e explorando, com base em fontes iconográficas, como o Brasil construiu uma imagem nacional por meio de exposições fotográficas. Barbuy (1996) também abordou a questão visual ao analisar, sob perspectiva museográfica, o repertório alegórico mobilizado para apresentar o Brasil na exposição universal de Paris em 1889, exposição para a qual foi desenvolvida a obra *Le Brésil en 1889*, cujos artigos de Rio Branco, André Rebouças e Eduardo Prado foram analisados por Gabriela Nunes Ferreira *et al* (2010). Outra referência no estudo sobre exposições realizadas no século XIX é Pesavento (1997), que realizou um levantamento abrangente sobre as exposições do período, caracterizando-as como “palcos de exibição do mundo burguês” e preocupando-se em ligar esse movimento internacional à sua expressão local gaúcha.

Schwarcz (1998), em seu ensaio biográfico sobre Pedro II, indicou como o entusiasmo do monarca tropical pelas “festas do trabalho” o levou a impulsionar a participação imperial nas exposições. Já o estudo de Elkin (1999) avaliou a participação brasileira em exposições de 1861 a 1922 como uma tentativa de propaganda destinada a atrair investimentos externos e também nacionais, que se viu frustrada pelas contradições inerentes às aspirações modernas de uma economia agroexportadora e escravagista até quase o final do século XIX. Almeida (2001) entendeu o envolvimento do Império brasileiro com as exposições como parte de um esforço de atração de investimentos, empreendimento que teria ajudado a formar os princípios de nossa diplomacia econômica ainda no período imperial; enquanto na esfera dos estudos diplomáticos, Goldman (2016) argumenta em favor do uso das exposições internacionais como instrumentos de diplomacia pública para o Brasil. Já em termos geopolíticos, os catálogos distribuídos pelo Brasil na exposição de Chicago, em 1893, foram vistos por Assis (2016) como uma incipiente aproximação subordinada à esfera de influência norte-americana.

Os trabalhos de Heizer (2005) e Araripe Ferreira (2011), por sua vez, exploraram as exposições enquanto espaços que viabilizaram a difusão do conhecimento científico no Brasil. Ainda quanto à ciência e à circulação do conhecimento, também merecem destaque as análises das discussões em torno da educação brasileira no âmbito das “festas didáticas” (KUHLMANN JR., 2001); da participação do Museu Nacional na exposição de Paris em 1889 (DANTAS, R.,

2012); e do papel desempenhado pela Escola de Minas de Ouro Preto na dinamização do setor de mineração promovida pela participação brasileira em exposições internacionais (SANTOS, Paulo Coelho, 2009).

O estilo arquitetônico de pavilhões brasileiros em diversas exposições internacionais despertou o interesse de uma série de trabalhos (DANTAS, A., 2010; MACEDO, 2012; AL ASSAL, 2014). Já no campo da história do Design, Rezende (2010) concluiu que houve uma mudança entre os complexos expositivos imperiais e republicanos quanto ao lugar reservado à natureza nas imagens projetadas pelo Brasil: se a natureza convivia com o moderno no Império, teria se tornado algo a ser controlado e superado na República. A natureza também interessa a Paulo César dos Santos (2016), que estudou como uma nação tropical lidou com o descompasso tecnológico ao exibir seus “produtos da terra” nas exposições; e a Meira e Carelli (2018), que buscaram nos catálogos brasileiros produzidos para as exposições de fins do século XIX indícios de uma atividade de propaganda oficial de nossas riquezas naturais visando à atração de imigrantes europeus.

Quanto à Exposição Internacional do Centenário da Independência, dos trabalhos até aqui destacados, têm como objetivo parcial a compreensão das comemorações de 1922 os de Neves (1986), Elkin (1999), Kuhlmann Jr. (2001), Dantas, A. (2010) e Rezende (2010); nenhum deles, contudo, têm por foco principal a elucidação de como as diferentes regiões brasileiras compuseram o imaginário nacional em construção. A referência nesse sentido é dada por Motta (1992), que aborda as comemorações do Centenário sob o prisma da disputa entre intelectuais de Rio de Janeiro e São Paulo pela condução da busca de uma matriz moderna para a identidade nacional.

A Exposição do Centenário também foi analisada a partir de ângulos tão diversos quanto o impacto que as comemorações de 1922 tiveram sobre a obra do intelectual mexicano José Vasconcelos (TRILLO, 1994); ou o contraste entre as ações oficiais e a experiência de setores como o movimento operário e a Igreja no contexto das reformas urbanas no Distrito Federal (TAVARES, 1994). Já o resgate da Exposição do Centenário como parte da modernidade brasileira, crédito nem sempre reconhecido pela historiografia, foi o foco da pesquisa de Sant’Ana (2008), enquanto Sandes (2011) preocupou-se com a constituição da memória nacional promovida pela Exposição, ao lado do trabalho historiográfico, das discussões no âmbito do IHGB e da “pacificação” da memória imperial pelo republicano Eitácio Pessoa.

A organização da Exposição interessou a Kessel (2001) na medida em que foi um dos marcos da trajetória biográfica de Carlos Sampaio, quem, à frente da prefeitura do Distrito Federal, teve protagonismo na iniciativa de desmonte do Castelo. Nesse sentido, a atuação de

profissionais da engenharia e da arquitetura na definição dos rumos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro naquele período, compondo uma elite burocrática no interior da administração municipal, fez que a Exposição fosse explorada por Lucia Silva (2003) em seu exame da temática no início dos anos 1920. Outros trabalhos exploraram preocupações arquitetônicas com os pavilhões construídos na esplanada do Castelo (MARTINS, 1998) e com o estilo arquitetônico das construções, muitas vinculadas ao neocolonial (LEVY, 2010).

Questões políticas foram abordadas por Meneses (2000), que comparou as festas do Centenário de Independência de Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, observando as dissidências aos respectivos discursos oficiais; por Vargas Garcia (2006), que examinou pontualmente a Exposição do Centenário no quadro de uma política externa brasileira dividida entre América e Europa na década de 1920, encarando a exposição como uma iniciativa da “diplomacia *ancien régime* das oligarquias”, distante das “novas forças que afluíam no país”; e também por Atique (2011), que, a partir dos intercâmbios no campo da arquitetura, viu no evento a projeção norte-americana sobre a sociedade brasileira. Questões sociais, por sua vez, foram exploradas no exame das representações sobre a infância veiculadas nas comemorações e sua relação com as primeiras políticas públicas de bem-estar infantil (WADSWORTH; MARKO, 2001); ou, ainda, na análise das questões raciais que permearam o contexto das comemorações do Centenário (SCHUSTER, 2014).

A relação das comemorações com a criação do Museu Histórico Nacional aparece em trabalhos como os de Regina Abreu (2001) e Costa (2013). Outras temáticas consideradas foram a divulgação do Censo de 1920 na Exposição (SANTOS, M., 2006); as discussões científicas estabelecidas nos congressos realizados em meio às comemorações (SANTOS, A., 2010); e a edição comemorativa do Centenário publicada pelo *Jornal do Comércio* (JUNQUEIRA, 2010). A imprensa também foi matéria de análise para Velloso (2000), que investigou, nas revistas ilustradas em circulação à época do Centenário, a formação de uma memória nacional em torno de datas comemorativas. Outras vias de análise identificadas mais recentemente incluíram o contraste entre a divulgação do Rio de Janeiro realizada em 1922 e a estratégia publicitária de *branding* da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 (JAGUARIBE, 2011); a análise de como o cinema (MORETTIN, 2006, 2011, 2012), a pintura (VINCENTIS, 2015) e a música (FONSECA, 2017) aparecem na programação da Exposição; e a leitura crítica dos eventos do Centenário feita pelo escritor Lima Barreto (NORONHA, 2017).

Da revisão acima, depreende-se a variedade temática aberta aos estudiosos da Exposição do Centenário; contudo, verifica-se uma lacuna em relação à tentativa de deslindar o modo singular como as partes do todo nacional integraram a construção da narrativa oficial difundida

em 1922. Não obstante as múltiplas tensões e impasses do processo de construção nacional ligadas à questão regional, o deslocamento do enfoque temático para além dos grandes centros urbanos nacionais como Rio de Janeiro ou São Paulo foi mais raramente empreendido no conjunto dos trabalhos encontrados, exceção feita à análise de Meneses (2000, 2007) sobre as disputas entre diversos regionalismos e o projeto nacional oficial; e às recentes pesquisas sobre a participação da Bahia (CUNHA, C., 2018) e do Piauí (SILVA, Laila, 2019) em exposições da Primeira República, que incluem a Exposição do Centenário como uma das mostras analisadas.

Embora Hardman (1988, p.67) já houvesse sinalizado o estudo das questões subnacionais como caminho de pesquisa ao tratar das “figuras de fábrica nos sertões” e das exposições provinciais na Bahia, o assunto permanece subaproveitado no esforço de interpretar os significados da Exposição do Centenário. Não obstante, o tema tem sido levantado na abordagem de outras exposições, a exemplo das pesquisas sobre a representação da Amazônia na exposição universal parisiense de 1889 (COELHO, 2007; DANTAS, R., 2012); sobre a relação entre os artigos recolhidos pela Comissão Científica do Império (1859-1861) no sertão do Ceará e a representação brasileira enviada à exposição londrina de 1862 (KURY, 2001, 2009); sobre as exposições baianas, provinciais e republicanas (CUNHA, C., 2010, 2018); sobre o catálogo cearense para a Exposição de Chicago em 1893 (ASSIS, 2013); e sobre a participação do Pará na Exposição de Turim em 1911 (SANJAD; CASTRO, 2015, 2016).

Diante desse quadro, a presente dissertação justifica-se na medida em que pode contribuir para ampliar o debate sobre a construção nacional em curso na Exposição Internacional do Centenário, ao refletir sobre o modo como representações do sertão semiárido fizeram parte desse processo. O debate sobre as comemorações do Centenário da Independência é, tradicionalmente, marcado pela questão das reformas urbanas que transformaram a paisagem do Rio de Janeiro no início do século XX; entretanto, esta dissertação pode ajudar a compreender que o projeto de viés modernizante que norteou as comemorações do Centenário promoveu intervenções estatais transformadoras que tinham como alvo não apenas a capital republicana, mas também os estados que abrigavam o sertão das secas. Seguindo as indicações de Trillo (1998, p.322-323), esta dissertação procura abordar um terreno que requer mais estudos: o campo fragmentado das subdivisões internas ao processo de construção dos Estados nacionais, no ponto em que os sentimentos locais ou regionais de pertencimento e as noções centrais de nação se inter-relacionam, estabelecendo disputas e negociações entre suas diferentes perspectivas.

Quadro teórico

Um primeiro conceito passível de uso como chave interpretativa do objeto desta dissertação pode ser encontrado na ideia de modernidade, noção frequentemente abordada na literatura para lidar com o fenômeno das exposições internacionais, conforme demonstrou a revisão bibliográfica. Nesse sentido, seguindo as ideias propostas por Le Goff (1990, p.185), o entendimento de que o problema do moderno se colocou paralelamente ao da identidade nacional para aqueles países considerados “atrasados” de acordo com os parâmetros ocidentais de desenvolvimento material esclarece parte da lógica em jogo nas comemorações do Centenário da Independência brasileira. O imperativo da modernização coloca-se a partir da comparação com outras nações, típica do ambiente das exposições internacionais, ao ser identificada uma defasagem no nível de modernidade alcançado. A ideia de que a modernização equivaleria a um processo de ocidentalização e transformação de tudo aquilo que impede a integração nacional à modernidade poderia ser útil à compreensão do tratamento conferido ao sertão semiárido na composição da imagem nacional a ser difundida, uma vez que esse espaço era comumente considerado um desafio a esse processo.

Ao lembrar-nos que o problema da modernização foi acompanhado por questões ligadas à construção nacional, Le Goff reforça a noção de que modernidade e nacionalismo foram forças sociais decisivas para a experiência política e social de países que se deparavam com os desafios de integração ao sistema internacional, como é o caso do Brasil no início do século XX. Nessa perspectiva, as ideias desenvolvidas por Anderson (2008) iluminam outro aspecto das comemorações de 1922: a natureza simbólica do processo de construção nacional, na medida em que constitui comunidades políticas imaginadas, cujo traço distintivo é o estilo em que são concebidas por uma operação abstrata. A nação surge como resposta ao vazio deixado por outros sistemas de representação não mais capazes de prover sentido e unidade à experiência social, sendo alçada à condição de marco de referência com o auxílio de modos de apreensão do tempo viabilizados por duas formas impressas de imaginação: o romance e o jornal (ANDERSON, 2008, p.55). Outros artifícios utilizados no exercício simbólico de imaginação das comunidades nacionais incluem a fabricação de censos, mapas e museus – todos expedientes mobilizados no momento de construção nacional verificado no Centenário da Independência, em 1922. A montagem de exposições internacionais poderia ser considerada mais um desses recursos capazes de imaginar a nação.

A partir das reflexões foucaultianas sobre controle social, bem como da discussão gramsciana sobre hegemonia, Bennett (1995, p.61) incluiu as exposições no rol de instituições

que compõem um complexo disciplinador da vida social, capaz de “inscrever e difundir as mensagens do poder” nos indivíduos. Ao ordenar objetos para inspeção pública e mesmo o próprio público que os inspecionava, as exposições internacionais, cujo padrão expositivo fora inaugurado com o grande evento de Londres, em 1851, seriam expressões de sociedades disciplinadoras. Tanto o Estado quanto a sociedade desempenhariam funções importantes no desenvolvimento do complexo expositivo e na consagração da mensagem do poder que ele veicula. Entre as mensagens possivelmente veiculadas, em 1922, pelo governo brasileiro, é possível que estejam a “commoditização” de um espaço aberto às investidas estatais de modernização, como busco argumentar.

A compreensão do fenômeno das exposições também é auxiliada pela reflexão avançada por Rydell (1984), que, ao analisar as exposições norte-americanas na passagem entre os séculos XIX e XX, retoma o conceito de universo simbólico desenvolvido por Berger e Luckmann (1991), para definir as exposições internacionais como estruturas de legitimação que atribuem significado à experiência social. As exposições colocariam todos os eventos sociais em uma perspectiva linear de tempo, unindo passado, presente e futuro, de maneira que aliviarium a ansiedade social em momentos de turbulência política, ao oferecer um quadro comum de referência para a ação coletiva no futuro. Elas confirmariam, assim, a autoridade e o poder de seus organizadores, ao oferecerem um projeto explicativo coeso da experiência social. Nesse sentido, o período que compreende as comemorações do Centenário de nossa emancipação, pela agitação de sua conjuntura política, constituiria um cenário propício à escolha da montagem de uma exposição, em função das características identificadas por Rydell nesses grandes eventos.

Também a propósito da ideia de que as exposições articulam múltiplas temporalidades, a reflexão sobre o tempo histórico desenvolvida por Koselleck (2006) ajuda a entender que a celebração de um Centenário funciona como uma estrutura simbólica do tempo histórico. Esse tipo de comemoração integra a experiência cultural do tempo no mundo contemporâneo e tanto propõe uma interpretação específica sobre o passado quanto projeta um horizonte de expectativas para o futuro. Na medida em que este trabalho busca identificar qual foi a experiência cultural do sertão semiárido oferecida no contexto da Exposição do Centenário, bem como a projeção desse lugar material e simbólico em um horizonte de expectativas em relação ao futuro nacional, as ideias de Koselleck sobre a semântica do tempo histórico permitem observar que as representações construídas no contexto do Centenário têm o potencial de conservar sua força semântica em uma temporalidade expandida que vai além do seu momento de produção. Ainda sobre a questão temporal, a contribuição de Ozouf (1995) à

compreensão do vínculo entre as festas e a apreensão do tempo também informa a reflexão aqui desenvolvida.

Convém ressaltar que a divisão entre litoral e sertão explorada por Trindade Lima (2013) contribui para o desenvolvimento da análise proposta nesta dissertação na medida em que essa clivagem define um eixo de referência para o pensamento das elites políticas que ocupavam o poder federal e promoviam o enquadramento do sertão no imaginário nacional. Numa tradição que passava por incursões ao interior como a da Comissão Científica do Império, iniciativa de fins da década de 1850; pela viagem de Euclides da Cunha a Canudos como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* na última década do século XIX; ou, ainda, pelas viagens dos cientistas de Manguinhos em parceria com a Inspetoria de Obras Contra as Secas na década de 1910, o sertão (em particular o das secas, interesse do presente estudo) foi incorporado ao imaginário nacional a partir de uma viagem “da rua do Ouvidor à Caatinga” (LIMA, 2013, p.117), como espaço a ser redimido por intervenções vindas do litoral civilizado. Esse movimento, segundo Lima, teria conformado utopias higienistas, posteriormente substituídas por utopias sociológicas.

Albuquerque Jr. (1988) também sinaliza a importância do olhar litorâneo projetado sobre o sertão por meio do discurso de técnicos da burocracia estatal, uma narrativa que, aliada a discursos como os da esfera política e literária, constituiria uma região em torno do problema das secas – o que, em última instância, desembocaria na futura invenção do Nordeste, de acordo com o autor. O imaginário sobre o sertão das secas mobilizado no âmbito das comemorações do Centenário da Independência buscava servir ao poder central que promove a modernização nacional, na medida em que este se coloca como solução do problema enfrentado pela região – o agente capaz de modernizar e integrar a nação. Transformando o sertão semiárido em um problema a ser resolvido pelo Estado, o poder central se fortalece em meio ao clima de contestação política enfrentado pela capital republicana à época.

Uma possível leitura da relação simbólica estabelecida entre litoral e sertão poderia ser auxiliada pelo recurso às reflexões de Pratt (2008), que, ao analisar como a literatura de viagem europeia representou o mundo não europeu, oferece conceitos que subsidiariam a interpretação de que as elites políticas nacionais reproduziram modelos cognitivos exógenos que utilizaram para enquadrar a realidade do sertão das secas. Nesse sentido, as exposições surgiriam como espaços de encontros coloniais em que modos hegemônicos de apreensão são reelaborados por grupos na periferia do sistema internacional, em um intercâmbio desigual de olhares que se dá não só entre os diferentes espaços nacionais participantes desses eventos, mas também entre os diferentes espaços no interior de cada unidade nacional em suas disputas por representação.

Bhabha (1998) indica o estereótipo como uma das principais estratégias discursivas do poder colonial na representação da alteridade como um objeto marcadamente separado do sujeito enunciador, mas, ao mesmo tempo, supostamente apreensível e visível, em sua totalidade, a esse sujeito. Argumento que a representação informada por estereótipos teria contribuído para a construção da alteridade sertaneja com a qual a nação brasileira moderna, imaginada pelas elites republicanas, se relacionava, seja por meio da ação interventora estatal na promoção de obras públicas, seja por intermédio do recurso à representação do sertão no contexto das exposições internacionais como objeto útil, destinatário de investidas modernizadoras.

Por meio da oposição entre litoral e sertão, percebe-se que a construção nacional não é um processo neutro, mas, antes, implica a hegemonia de uns espaços sobre outros. Tratando da participação mexicana em exposições internacionais, Trillo (1998, p.327) oferece indícios à busca de explicações para essa dinâmica, ao notar que as exposições internacionais constituem vitrines do resultado das disputas internas à nação e que as imagens nacionais expostas nesses eventos são marcadas pelas condições de negociação entre os grupos sociais que as formulam. O autor atenta para o fato de que as imagens nacionais modernas derivam de mediações entre interesses econômicos, intenções políticas, visões intelectuais e perspectivas culturais tanto em âmbito local, como regional e nacional. As condições de negociação e as especificidades dos negociadores ficam impressas nessa imagem nacional. Além disso, essas negociações integram outro processo de mediação, que inclui as circunstâncias e influências provenientes do contexto internacional.

Dessa forma, os “magos do progresso” identificados por Trillo (1998, p.80) no caso mexicano – os comissários governamentais encarregados de conceber e organizar as exposições – são artífices de uma imagem nacional que é exibida nas exposições internacionais no intuito de realizar um duplo movimento: dar uma aula de civismo ao público doméstico sobre o que é a nação e, ao mesmo tempo, apresentar uma imagem que o público internacional aprove, credenciando o país como participante legítimo do concerto das nações consideradas civilizadas. Embora Danese (2017) avalie a diplomacia presidencial de Epitácio Pessoa como um ensaio de pouca expressividade, esta dissertação procura explorar a possibilidade de que a montagem da Exposição Internacional do Centenário da Independência tenha atendido a objetivos de ambos os níveis, interno e externo, do jogo político.

Esta dissertação encontra na Exposição de 1922, portanto, um objeto de análise que permite observar circulações em escalas que vão do regional ao internacional, do nacional ao transnacional. Ao mobilizar essas escalas espaciais, a dissertação pode contribuir para tornar mais abrangente o entendimento sobre as dimensões da ação política envolvidas na Exposição

de 1922, complementando uma historiografia que se voltou para a análise desse evento a partir de enquadramentos primordialmente nacionais; e respondendo, assim, à exortação de Robert Frank de escrever uma “história internacional do Brasil” (MORELI, 2017, p.287; SÁNCHEZ ROMÁN, 2017).

Considerações metodológicas

Esta pesquisa foi desenvolvida com base no método qualitativo, por meio do cruzamento de dados levantados, principalmente, nas seguintes fontes primárias: (i) publicações oficiais da Exposição do Centenário, tais como relatórios, programação, guias oficiais e obras comemorativas encomendadas pelos organizadores; (ii) atos oficiais (leis, decretos e ofícios) editados, principalmente, para regular as atividades de comemoração do Centenário e da IFOCS; (iii) discursos oficiais e mensagens presidenciais disponibilizados nos volumes VII, XIV, XVII e XVIII da coleção *Obras completas de Epitácio Pessoa*, bem como na obra *Pela Verdade*, de autoria do ex-presidente; (iv) revistas ilustradas e jornais de circulação na cidade do Rio de Janeiro, que repercutiram os principais acontecimentos do governo de Epitácio Pessoa e da Exposição do Centenário ao longo de seus mais de dez meses de duração¹⁰.

Foram realizadas a coleta, a sistematização e a análise de informações a respeito da Exposição Internacional do Centenário da Independência e, em particular, da participação dos estados cujo sertão semiárido constituiu a área de atuação da IFOCS, observando como eles foram caracterizados nos documentos analisados e como foram relacionados às comemorações oficiais de 1922.

Entre as publicações oficiais editadas por ocasião das comemorações do Centenário, foram pesquisados os seguintes títulos: *Relatório dos trabalhos*; *Guia Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922*; *Livro de ouro comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional de 1922*; *Programa da Comemoração e Regulamento Geral da Exposição Nacional*. Além de permitir compreender as regras que organizaram o funcionamento da exposição, algumas dessas obras – o *Relatório dos trabalhos* e o *Livro de ouro*, principalmente – dedicam seções exclusivas à participação dos estados nas

¹⁰ Em função da suspensão do atendimento presencial no Arquivo Nacional durante a grave emergência de saúde pública em curso no momento de realização da pesquisa, houve recurso apenas pontual a alguns documentos pertencentes ao fundo da Comissão Executiva de Comemoração do Centenário da Independência, que guarda os registros das atividades administrativas desse órgão – ofícios, correspondências, regulamentos, portarias e outros documentos relativos ao funcionamento da exposição. Foi utilizada a imagem de um cartão-postal encontrado na caixa 2297, além de indicadas, nas Considerações Finais, possibilidades identificadas a futuras pesquisas.

comemorações, o que nos permite identificar o lugar reservado ao objeto da presente pesquisa na perspectiva registrada nesses textos pelos organizadores do evento.

A seleção dos periódicos cujos artigos e ilustrações foram pesquisados baseou-se nos critérios (i) da ligação do periódico com os organizadores da exposição – seja por meio de contratos formais com fins de divulgação ou porque os colaboradores do periódico eram figuras importantes no contexto em análise; (ii) da possibilidade de encontrar possíveis críticos ao discurso oficial dos realizadores do evento; (iii) da variedade do conjunto de imagens oferecidas (BARBOSA, 1997; BRANDÃO, 2003; SODRÉ, 1999). O acesso às revistas ilustradas e jornais analisados foi feito por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional.

Entre os periódicos consultados, destacam-se aqueles que expressavam a visão dos organizadores das comemorações do Centenário. *A exposição de 1922*, a revista oficial da Comissão Organizadora do Centenário¹¹, publicou, mensalmente entre julho de 1922 e julho de 1923, crônicas dos principais fatos ocorridos na Exposição; descrições de pavilhões e objetos em exibição; ensaios de natureza histórica sobre aspectos do desenvolvimento nacional; e ampla cobertura fotográfica das comemorações do Centenário. Já *Ilustração brasileira*, revista de periodicidade mensal que, por meio de contrato¹² firmado com a Comissão Executiva do Centenário¹³, tornou-se o veículo oficial dessa comissão, produziu 15 edições comemorativas entre os meses de setembro de 1921 e novembro de 1922, oferecendo imagens e artigos sobre a conjuntura interna e internacional contemporânea à Exposição. Artigos de outros periódicos foram, eventualmente, incorporados à análise, à medida que a busca na hemeroteca ofereceu resultados considerados relevantes para os objetivos da pesquisa

O trabalho também se apoiou em informações contidas na biografia de Eritácio Pessoa redigida por sua filha, a historiadora Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1951), e na obra *Pela verdade*, escrita por Eritácio Pessoa, bem como em alguns volumes das obras completas do ex-presidente, publicadas pelo Instituto Nacional do Livro entre as décadas de 1950 e 1960 com

¹¹ Órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

¹² “Em virtude do ajuste feito em 1º de setembro de 1921, com a S.A. ‘O Malho’, passou a *Ilustração Brasileira* a ser o órgão oficial da Comissão Executiva, com as seguintes obrigações principais: [...] 4º, utilizar-se, sempre que possível, das demais quatro revistas que edita, para uma completa propaganda de tudo quanto se relacionasse com o Centenário da Independência. [...] 10º, publicar tudo quanto lhe fosse determinado pela Comissão Executiva e manter uma parte oficial, dentro dos 70.000 centímetros quadrados de que trata a cláusula 1ª, além de artigos e inquéritos sobre os assuntos de maior importância, gráficos demonstrativos do movimento comercial e financeiro, gravuras representando monumentos, panoramas, belezas e riquezas naturais, aspectos da vida agrícola, rural e urbana, quadros históricos e uma seção exclusivamente destinada à educação e instrução das crianças.” (BRASIL, 1926, v.2, p.249-251).

¹³ Órgão colegiado diretamente subordinado ao presidente da República, era composto pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores e pelo prefeito do Distrito Federal.

base em parte da documentação depositada no Arquivo Epitácio Pessoa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Plano da dissertação

Para contar a história do sertão semiárido na Exposição Internacional do Centenário da Independência, esta dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro, propõe-se um balanço retrospectivo das representações sobre o sertão encontradas ao longo da história da participação brasileira em exposições internacionais, com o objetivo de identificar estratégias e possíveis padrões de representação anteriores a 1922. Esse levantamento é antecedido por uma discussão do aparente paradoxo da presença de uma área considerada refratária ao progresso em festas que justamente celebravam a inexorabilidade do avanço da modernidade, questão que se coloca às regiões periféricas que participam das grandes exposições internacionais. Na segunda seção deste capítulo, são destacadas representações relacionadas ao sertão identificadas nas exposições nacionais e internacionais em que o governo brasileiro esteve envolvido na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, procurando entender as estratégias expositivas empregadas pelos comissários brasileiros para enquadrar o sertão nas representações nacionais por eles construídas. O capítulo é concluído com uma proposta de interpretação do lugar do sertão nessas representações anteriores a 1922: sugere-se que o sertão semiárido foi projetado como objeto de um devir modernizador, de modo análogo às representações de uma natureza exótica mobilizadas recorrentemente no contexto dos complexos expositivos nacionais.

No segundo capítulo, são caracterizados os principais agentes responsáveis pela montagem da Exposição Internacional do Centenário da Independência e os preparativos das comemorações oficiais de 1922. Antes de reconstituir a sequência desses preparativos, desde as primeiras discussões legislativas até a véspera da inauguração do evento, reflete-se sobre a relação entre as festas cívicas e a experiência do tempo. Na última seção do capítulo, propõe-se que a indicação de Carlos Sampaio pelo presidente Epitácio Pessoa para a prefeitura do Distrito Federal e direção das obras do Centenário representou uma inflexão decisiva no rumo das comemorações.

O terceiro capítulo caracteriza os responsáveis pelas obras no sertão semiárido, reunidos na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, órgão burocrático do qual se retraça a formação histórica que levou à configuração que apresentava à época do Centenário. Antes dessa reconstituição, discute-se o problema da intervenção estatal em um espaço tradicionalmente

definido, a partir de uma perspectiva litorânea, em torno da experiência da seca. As seções seguintes indicam os principais marcos da primeira década de atuação da inspetoria e avaliam o impacto do impulso excepcional recebido pela agência durante o governo de Epitácio Pessoa.

Dialogando com a historiografia política sobre a Primeira República, o quarto capítulo ressalta a trajetória do presidente Epitácio Pessoa, discutindo sua atuação em ambos os contextos – das obras de remodelação urbana no Rio de Janeiro para a comemoração do Centenário e das obras no semiárido contra as secas –, à luz do argumento de que essas iniciativas convergem para um projeto que conjuga modernização nacional e inserção internacional do país, fortalecendo o presidencialismo no processo. Enquanto, na primeira seção, enfatiza-se a dinâmica de reforço mútuo entre as políticas doméstica e externa como chave interpretativa a ser explorada pela História Política no estudo desse período da Primeira República, as demais seções examinam a trajetória percorrida por Pessoa até a chegada à chefia do Executivo federal e em que medida suas principais decisões de política doméstica e externa evidenciam uma articulação deliberada, em que a modernização do sertão semiárido desempenhava função instrumental.

Reunidos, os segundo, terceiro e quarto capítulos formam um conjunto que tem o propósito de traçar o perfil dos agentes políticos responsáveis pela realização da Exposição do Centenário e das obras no sertão semiárido realizadas no período.

O quinto capítulo trata da Exposição propriamente dita e do ambiente vivido durante a programação comemorativa do Centenário, procurando identificar referências ao sertão semiárido e aos estados que o abrigavam no quadro geral das festividades. Na primeira seção, é delineado um panorama dos principais acontecimentos da Exposição e do programa de comemorações do qual ela fazia parte, de modo a reconstituir as linhas gerais do que significou esse evento nos mais de dez meses em que esteve no centro da vida social da cidade do Rio de Janeiro. Na segunda seção, são destacadas as referências encontradas ao sertão semiárido, à sua população e ao trabalho desenvolvido pela IFOCS; enquanto na seção que conclui o capítulo, sugere-se interpretar essas representações como indícios de um processo de tipificação mobilizado pela elite política do período para enquadrar a desigualdade social brasileira em sua proposta de modernização nacional.

Seguem-se a esse último capítulo, por fim, considerações finais sobre os resultados da pesquisa, destacando como a discussão que envolve o semiárido e o processo de construção nacional ainda é relevante na véspera do Bicentenário.

1 A TERRA EM EXPOSIÇÃO: O SERTÃO NAS EXPOSIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo, a proposta é identificar como o sertão semiárido foi integrado ao imaginário nacional construído para o Brasil no contexto da participação do país em exposições brasileiras e internacionais realizadas na segunda metade do século XIX e nos anos iniciais da Primeira República. Procura-se vincular a discussão ao debate mais amplo sobre a experiência de agentes da rede de exposições internacionais para além dos grandes centros urbanos de países desenvolvidos, que costumam ser o cânone para análise do fenômeno expositivo no conjunto dos estudos sobre exposições em âmbito internacional (FILIPOVÁ, 2015).

A primeira seção apresenta a questão da presença do sertão nas exposições, situando-a no contexto das dificuldades enfrentadas por um país periférico em seus dilemas diante da experiência moderna; na segunda seção, são destacados alguns episódios do envolvimento brasileiro com as exposições internacionais, do Império à República, não com o propósito de reconstituir um panorama completo, nem de ver nessa retrospectiva uma linha necessária de continuidade ou evolução, mas com a preocupação de identificar evidências de como o sertão foi mobilizado no processo de fabricação de um imaginário nacional que informou os complexos expositivos brasileiros. As exposições selecionadas não formam um conjunto exaustivo, tendo sido destacadas conforme esta pesquisa conseguiu identificar nelas a presença de referências ao espaço semiárido; não se atribui, ainda, um peso maior ou menor a quaisquer uma delas, na medida em que se busca apenas levantar exemplos de estratégias de apresentação em contexto expositivo, sem pretender hierarquizá-los. Busca-se, assim, caracterizar as linhas gerais das referências anteriores a 1922 em relação ao tema. Na última seção, discute-se em que medida seria possível afirmar que a narrativa nacional construída nas exposições internacionais projetou o sertão semiárido como objeto de um devir modernizador, traçando um paralelo com as representações da natureza como espaço exótico utilizadas pelos organizadores brasileiros de exposições desde a década de 1860.

1.1 À margem da história das exposições

Em 16 de janeiro de 1876, chegava ao fim a quarta Exposição Nacional, montada no recém-inaugurado prédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao lado do Paço Imperial. Naquele mesmo dia, não muito longe dali, no bairro

da Glória, o jovem Afonso Celso Jr.¹⁴ era o convidado da vez para mais uma conferência popular¹⁵, evento de divulgação científica que procurava despertar o interesse público para temas variados do conhecimento em circulação à época. Herdeiro político do Visconde de Ouro Preto, o último presidente do Conselho de Ministros do Império, Afonso Celso Jr. integraria, mais de quatro décadas depois, a comissão *ad hoc* que definiu a programação das comemorações do Centenário da Independência brasileira. Naquele janeiro de 1876, muito antes de ele próprio se tornar um comissário encarregado de conceber a melhor forma de representar o Brasil, o futuro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) discorreria sobre a história das festas da indústria e a conveniência, a seu ver, do ambiente de competição industrial proporcionado pelas exposições. Assim concluiu sua fala:

Propaguem-se estas verdades, povoem-se todos os nossos rios de embarcações destinadas a trazer do interior os nossos produtos, cubram-se de estradas de ferro os nossos sertões, espalhe-se a instrução por todas as classes sociais, fazendo desaparecer os preconceitos, e em breve, senhores, numa cidade populosa e rica se elevará um edifício grandioso, onde se reunirão representantes de todas as nações da terra, atônitos das riquezas e tesouros aí exibidos, e sobre ele tremulará ovante aos ventos a bandeira auriverde, que será então o símbolo augusto do progresso – o estandarte da civilização! (Aplausos, muito bem! Muito bem!). (CELSO JR., 1876, p.83, grifo meu).

A exortação de Afonso Celso Jr. a que nossos sertões fossem cobertos de ferrovias e “nossos produtos” trazidos do interior estava alinhada ao discurso de promoção de grandes obras públicas do Império – projetos que atravessaram gabinetes tanto liberais quanto conservadores e que almejavam integrar o território nacional sob a condução centralizadora da Corte no Rio de Janeiro (TURAZZI, 1995, p.107). Na perspectiva do jovem político, a participação do Império nas exposições seria um modo de fomentar as ambições modernizantes do Estado imperial.

¹⁴ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, e formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1880. Eleito deputado-geral quatro vezes por Minas Gerais, acompanhou o pai, o Visconde de Ouro Preto, no exílio quando da Proclamação da República. Na volta ao Brasil, dedicou-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, tornando-se presidente perpétuo dessa última instituição a partir de 1912, em substituição ao Barão do Rio Branco (GOMES, A., 1996, p.104). Recebeu o título de conde papal em 1905. Autor de extensa produção intelectual, que inclui o livro *Por que me ufano do meu país* (1900), obra em que, de acordo com Oliveira (1990, p.129), “a nacionalidade toma como referência principal o território, fonte de riqueza do Brasil. Versão quase caricatural do que se chamou mais tarde de ‘ufanismo’, o livro foi escrito para comemorar o IV Centenário do Descobrimento e para ensinar o patriotismo aos filhos do autor”.

¹⁵ Coordenadas pelo senador e conselheiro imperial Manoel Francisco Correia, as Conferências Populares da Glória foram criadas por uma portaria de 30 de agosto de 1872 e consistiam em palestras públicas realizadas no edifício de uma escola da freguesia da Glória. Contando com apoio do imperador Pedro II, essas conferências visavam à difusão das ciências no Brasil, mas seu público foi, em grande parte, restrito a membros da família imperial e da Corte, profissionais liberais e estudantes (TURAZZI, 1995, p.141).

Percorrer os sertões para trazer nossas riquezas naturais às exposições, contudo, não era das tarefas mais simples. Como lembra Janaína Amado (1995), a categoria “sertão”, transplantada na América pelos portugueses durante a colonização, designava áreas longínquas, desconhecidas e pouco habitadas, ainda não alcançadas pelo empreendimento colonial e, portanto, fora de seu controle efetivo. Ao longo do século XIX, os brasileiros absorveram esses significados associados à ideia de sertão e ampliaram semanticamente o conceito (AMADO, 1995, p.150): a distância em relação ao poder público e aos projetos modernizadores seria o elemento definidor do sertão, que, como “espaço dominado pela natureza e pela barbárie”, seria o polo negativo do “dualismo que contrapõe o atraso ao moderno”, conforme propõe Nisia Trindade Lima (2013, p.107).

Longe da vida citadina concentrada na costa litorânea, os sertões eram terras marcadas pela ausência do Estado, encontradas em todos os recantos do país (ALBUQUERQUE JR., 2019; HOCHMAN, 1998), de maneira que os sertões evocados por Afonso Celso Jr. estavam dispersos pelo desconhecido território nacional para além dos limites da Corte. E com as dificuldades de comunicação e transporte da época, mesmo os sertões mais próximos do Rio de Janeiro enfrentavam obstáculos nem sempre transponíveis para participar das exposições nacionais. É o que relata a crítica feita por um britânico que celebrara a ideia da realização de exposições provinciais como etapa conducente à realização das exposições nacionais, mas que, passada a inauguração da segunda Exposição Nacional, em 1866, deplorava o fato de o evento, segundo ele, ser ignorado até mesmo a dez léguas da capital do Império. Reclamando medidas de propaganda e divulgação análogas às que haviam sido tomadas para popularizar as exposições na Europa, esse colunista do *The Anglo-Brazilian Times* condenava a suposta negligência dos organizadores com a divulgação da segunda Exposição Nacional, descuido que teria afastado os sertanejos das províncias e limitado o alcance do evento:

A ideia de exposições em cada província do Império, a serem sucedidas por uma grande exposição nacional no Rio de Janeiro, formada por todas as coletas das menores então reunidas em um grande prédio para pesquisa e comparação, foi uma viável, útil e grande concepção, e como tal nós chamamos a atenção dos nossos leitores no exterior para as oportunidades que proporcionaria para estudo e relatório dos produtos brasileiros selvagens e cultivados, e para uma mostra de utensílios e máquinas úteis em um país onde o maquinário poupador de trabalho tem feito pouco progresso rumo ao emprego generalizado.

Mas, nós lamentamos dizer, essa grande ideia tem sido menosprezada e abortada no método de seu desenvolvimento. Uma exposição cuja utilidade dependia tão completamente de sua notoriedade entre as várias classes cujos interesses estão intimamente conectados com os objetos de sua instituição tem sofrido para ficar tão pouco conhecida em casa que a dez léguas do Rio sua existência é irreconhecível entre a população! Onde estiveram os anúncios para torná-la familiar nos lares brasileiros, onde estão os trens e passagens baratos empregados com tanto êxito na Europa para atrair as pessoas de longe para uma visita à exposição metropolitana? Esses meios simples e comprovados têm sido negligenciados, e uma exposição que

deveria ter chamado os sertanejos dos distritos mais distantes das províncias circundantes estará confinada à visão de um escasso número de residentes em um círculo de uma dúzia de milhas no entorno. (THE ANGLO-BRAZILIAN..., 1866, p.1, tradução e grifo meus).

A leitura do catálogo dos expositores da segunda Exposição Nacional (BRASIL, 1866a) não permite concluir que o evento estivesse confinado a um círculo de doze milhas, como pretende a provocação do estrangeiro anônimo, na medida em que são listados dezenas de expositores de todas as províncias do Império. Embora o relatório da mesma exposição (BRASIL, 1869) não informe a procedência de seus visitantes, certo é que, como apontado por Turazzi (1995, p.121), houve dificuldade na participação das províncias naquele evento, conforme atesta o lamento do presidente da comissão diretora da exposição provincial baiana, que alegou não ter enviado imagens de sua província à exposição nacional em razão do descompasso entre as datas da exposição local e a chegada do ofício com o pedido das imagens feito pela Corte (BRASIL, 1869, p.426).

Ao longo do século XIX, as províncias do Norte atravessavam processo gradual de decadência econômica, transformação abordada por Evaldo Cabral de Mello (1984) ao tratar das relações do governo imperial com o Norte agrário – as áreas da grande lavoura de exportação, do Maranhão ao Recôncavo Baiano, especializadas na fabricação do açúcar e no cultivo do algodão, produtos que, só perdendo para o café, haviam ocupado o segundo e o terceiro lugares, respectivamente, na pauta de exportações do Império até o advento da borracha amazônica. De acordo com Mello, na segunda metade do século XIX, essa relação entre o Império e as províncias do norte ainda se pautava por um padrão de exploração colonial:

[...] é inegável que durante todo o Segundo Reinado, verificou-se uma transferência líquida de recursos do norte para o sul, sob a forma de movimento de fundos governamentais; e que o Império assentou-se num processo de espoliação que no norte se aparentou bastante a uma situação colonial de tipo clássico, isto é, de tipo fiscal. (MELLO, 1984, p.257).

Nesse cenário, a porção sertaneja dessas províncias, sujeita às secas periódicas, encontrava-se em posição ainda mais desvantajosa no conjunto da economia imperial, com seu quadro social e econômico fragilizado de tempos em tempos a cada época de estiagem. Períodos mais agudos de secas foram registrados, após a Independência, pelo menos, nos anos de 1825, 1845 e 1877 (POMPEU SOBRINHO, 1979), tendo alcançado grande repercussão no Rio de Janeiro os impactos funestos produzidos pela seca deste último ano. Fundamentais para a escalada da comoção provocada na Corte pela seca de 1877 foram as imagens divulgadas pela imprensa carioca, em julho de 1878, a partir de fotografias enviadas pelo jornalista José do Patrocínio, que havia sido enviado em viagem ao Ceará pelo jornal *Gazeta de Notícias*, para

acompanhar em campo como eram empregados os recursos imperiais de socorro às vítimas da tragédia humanitária.



Figura 4: Reprodução. Ilustração litografada a partir de *cartes-de-visite*. Rafael Bordalo Pinheiro/Joaquim Antonio Corrêa. 1878. “Páginas tristes. Cenas e aspectos do Ceará (Para S. Magestade, o sr. governo e os srs. fornecedores verem) (Cópias fidelíssimas de fotografias que nos foram remetidas pelo nosso amigo e colega José do Patrocínio)”. Fonte: O BESOURO, 1878b, p.3.

Conhecido por sua atuação na campanha abolicionista, Patrocínio partira do Rio de Janeiro rumo ao Ceará em 13 de maio de 1878; as várias escalas de seu navio pelo litoral das províncias do norte serviram de material para artigos que enviou à *Gazeta*, publicados sempre sob o título “Viagem ao Norte”. Além dos artigos, Patrocínio também enviou ao Rio, desta vez à recém-criada revista *O Besouro: folha ilustrada humorística e satírica*, fotografias de vítimas da seca, registradas no ateliê de Joaquim Antonio Corrêa, em Fortaleza (ANDRADE; LOGATTO, 1994, p.75)¹⁶.

As imagens perturbadoras de homens, mulheres e crianças combalidos por doenças e pela fome foram enquadradas entre versos que exploravam o drama humano vivido por aqueles indivíduos, em um estilo que Andrade e Logatto (1994, p.79) relacionaram ao de Patrocínio; os versos foram impressos, por processo fotográfico, no mesmo papel das imagens, em um trabalho de montagem realizado pelo fotógrafo. Ainda de acordo com os mesmos autores, muitas das imagens “contêm nítidas características da fotografia científica da época, aplicada

¹⁶ Em formato *cartes-de-visite*, os originais das fotografias foram localizados na coleção Thereza Christina Maria, da Biblioteca Nacional, acervo reunido pelo imperador D. Pedro II e doado à instituição (ANDRADE; LOGATTO, 1994).

ao campo da etnologia ou da medicina – retratos de corpo inteiro de uma mesma pessoa, de frente, perfil e costas” (ANDRADE; LOGATTO, 1994, p.79). Duas dessas imagens foram reproduzidas em ilustração litográfica feita pelo chargista português Rafael Bordalo Pinheiro na primeira página de *O Besouro*, em 20 de julho de 1878, sendo apresentadas pela mão de um esqueleto humano (cf. Figura 4). Em uma composição na qual é possível distinguir intencionalidade quanto ao eventual choque produzido no leitor da publicação, as imagens foram descritas, no interior da revista, como “cópia fiel da desgraça da população cearense” (O BESOURO, 1878a, p.4), constituindo uma das primeiras tentativas de uso da fotografia pela imprensa brasileira como evidência factual de um discurso. Apelando ao efeito de verdade evocado pela fotografia, esse uso era orientado pela perspectiva da imagem fotográfica como “reprodução mimética do real” ou, ainda, como “espelho do mundo” (DUBOIS, 1994, p.53 *apud* ANDRADE; LOGATTO, 1994, p.77).

A grande seca de 1877 desgastou a figura do Imperador, quem, após ter viajado para a Filadélfia, nos Estados Unidos, em março de 1876, para participar da exposição comemorativa do Centenário da Independência norte-americana, passaria dezoito meses no exterior em um périplo por cidades europeias, Egito e Oriente Médio. Sua ausência em momento de tragédia humanitária que levou milhares de sertanejos à morte provocou severas críticas ao descaso dispensado ao sertão por parte do poder central (VILLA, 2000, p.58-59). No fim do século XIX, já sob o regime republicano, os relatos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos mostrariam que a postura dos poderes constituídos no Rio de Janeiro em relação ao sertão das secas poderia passar do descaso à perpetuação deliberada de um verdadeiro extermínio da população sertaneja.

Diante disso, haveria, então, lugar para o sertão nas festas da indústria, verdadeiras arenas de circulação e consagração dos avanços da técnica e da ciência? A indagação hipotética poderia ocorrer a um organizador da participação brasileira enviada a exposições internacionais que, diante da disparidade regional de um Império que construía sua nacionalidade, fosse confrontado com a exigência de escolher os elementos concretos que conformariam a representação a ser exibida pelo Brasil e cotejada com a de outras nações no contexto comparativo das mostras. Quais seriam os limites daquilo que poderia ser apresentado nas exposições, e o que seria desejável apresentar ao mundo para que fossem derivados benefícios econômicos, políticos e culturais dessa apresentação para o país? Essas questões aqui esboçadas tornavam o debate sobre a participação brasileira nas exposições internacionais um campo propenso a controvérsias e polarizações. As perguntas conduzem-nos, além disso, à necessidade

de caracterizar as linhas gerais do fenômeno das exposições internacionais, cujo auge é localizado pela historiografia no século XIX.

Buscando uma definição abrangente, Sanjad (2017, p.788-790) pontua dois critérios para distinguir as exposições internacionais: o envolvimento do Estado, o qual, como anfitrião, atua no convite aos demais membros da comunidade internacional – ainda que a mostra seja organizada por grupos privados, a exposição deve manter com o Estado que a abriga uma relação de reconhecimento, aspecto que diferentes versões de tratados relativos às exposições tentaram, ao longo dos anos, consagrar no Direito Internacional; e a existência de um meticuloso sistema de classificação dos objetos expostos, mesmo que não preveja premiações, demonstrando que o caráter didático e a preocupação com a ordenação do conhecimento são características que ligam as exposições internacionais a instituições como os museus. Ainda Sanjad depreende do tratamento historiográfico concedido às exposições a seguinte definição:

A historiografia define as exposições internacionais como fenômenos geopolíticos da modernidade, nos quais estariam associados a ordem burguesa que se expandia pelo mundo, os movimentos nacionalistas e colonialistas que moldaram as relações internacionais da época e a emergência de uma 'rede expositiva' ou de uma 'cultura de exposições' que conectava distintos espaços e tempos da humanidade, possibilitando o desenvolvimento de um repertório e de um padrão na linguagem dessas exposições. (SANJAD, 2017, p.791).

A grande exposição realizada em Londres, em 1851, considerada marco inicial desse movimento no século XX, amplia a magnitude de um fenômeno que remonta à prática francesa iniciada em 1798, sob a Revolução, de promover feiras nacionais da produção industrial a cada cinco anos (GUIMARÃES, 2002, p.252; ORY, 2010, p.225; TURAZZI, 1995, p.36-37). O conceito de indústria subjacente a esses eventos era mais amplo, diverso da acepção atribuída contemporaneamente à palavra: em uma aspiração totalizante de catalogação, “indústria” era toda obra resultante do esforço da atividade humana, da engenhosidade capaz de gerar riquezas. Essa amplitude proporcionou a via de entrada para que os defensores da participação brasileira nas exposições internacionais encaminhassem sua proposta de como o Brasil poderia integrar esses eventos: nossa “indústria agrícola” seria capaz de extrair do meio natural uma série de riquezas que nos tornavam um país extremamente promissor e inclinado ao progresso material.

Ainda que a comparação de nossas riquezas naturais com a produção manufatureira do Atlântico Norte revelasse a existência de defasagens técnicas e uma “longa distância que ‘ainda’ nos separava destes países”, “na lógica linear da teoria do progresso, era apenas um percurso a ser seguido, ‘sempre em frente’, com maior ou menor velocidade” (TURAZZI, 1995, p.134). A emulação incentivada pela participação nas exposições ajudaria a percorrer essa distância, em um necessário exercício de se olhar no “espelho de seu próprio porvir”, para usar a expressão

de Karl Marx, citada por Werner Plum (1979, p.70). O caráter universalizante e enciclopédico das exposições, que ambicionavam reunir todos os produtos do gênio humano provenientes de nações em diferentes estágios de desenvolvimento material, engendrava a dimensão comparativa que esses eventos assumiram e que, levada às últimas consequências, pretendia transformar o mundo inteiro em objeto da curiosidade imperialista ocidental, em uma associação, explorada por Rydell (1984), entre exposições e crenças supremacistas de superioridade de alguns povos sobre outros.

Nesse sentido, cabe notar que, quanto ao Brasil, as exposições possivelmente reforçaram a secular dicotomia entre litoral e sertão, na medida em que, como ressalta Elkin (1999, p.32), os organizadores brasileiros desses eventos tendiam a representar a visão litorânea sobre a imagem nacional, a despeito de qualquer que fosse a sua procedência. As exposições provinciais, preparatórias das nacionais, reforçariam o controle do interior do país pelo governo estabelecido no Rio de Janeiro, que, ao selecionar os objetos que entrariam nas mostras nacionais e, posteriormente, nas internacionais, funcionava como uma espécie de filtro dos elementos que receberiam chancela estatal para compor, oficialmente, a nação. Para Elkin, as exposições brasileiras reproduziram domesticamente a mesma lógica homogeneizante que as exposições internacionais empregavam em escala mundial: se as de fora classificavam as nações em um *ranking* que as ordenava das menos às mais adiantadas, as nacionais dividiam o território brasileiro em regiões modernas que capitaneavam a economia nacional e regiões mais atrasadas, porém abertas à exploração e às iniciativas modernizantes.

Elkin (1999, p.7) acrescenta, ainda, que essas divisões locais tensionavam o conjunto da imagem nacional difundida nas exposições, ao ponto de frustrar o esforço do país nesse empreendimento, fazendo que sua experiência ficasse marcada, primordialmente, pelo signo da contradição e, por vezes, até do constrangimento. A tarefa de projetar a imagem de uma nação que se modernizava e propagandear o país não pelo que, de fato, era, mas pela promessa do que poderia vir a ser, teria se mostrado um difícil malabarismo de execução quase impossível, um problema nunca resolvido pelos comissários brasileiros, de acordo com o autor. Dessa forma, o Brasil e, de modo geral, os países latino-americanos divulgariam, nas exposições, uma mensagem imprecisa e, por vezes, ineficaz, enredados nas dificuldades de emular parâmetros europeus e de apresentar seus países em um contexto imperialista.

Convém, entretanto, alguma cautela com determinadas conclusões dessa linha de interpretação, uma vez que qualificar a experiência brasileira como frustrada ou incompleta pode obliterar dimensões bem-sucedidas do processo, revelando limitações epistemológicas das abordagens. Esse enviesamento decorreria, de acordo com Sanjad (2017, p.795-796), do

enfoque predominante, dado pela maior parte da literatura disponível, às experiências de Inglaterra, França e Estados Unidos na montagem de suas mostras, o que teria desenvolvido uma moldura interpretativa que desconsidera variações e outras experiências sociais de participação em exposições internacionais.

Para compreender melhor os sentidos da participação de países como o Brasil nas exposições internacionais, Munro (2010) propõe um alargamento dos temas abordados e das categorias de análise utilizadas, de modo a não considerar como desviantes as mostras de países periféricos, nem a maneira como construíram sua presença nas exposições ou os resultados que obtiveram com essas iniciativas. Seguindo as indicações de Filipová (2015), explorar as margens políticas das exposições é um caminho de pesquisa que permite, por exemplo, investigar a originalidade de exposições não canônicas e os novos sentidos do fenômeno expositivo que se abrem quando a escala de observação é deslocada dos países centrais aos periféricos, ou do nacional ao regional. Essa trilha de pesquisa implica compreender as exposições como arranjos circunstanciais de forças políticas, em que se deram negociações complexas da imagem nacional, com múltiplos intermediadores, projetos e disputas entre as províncias e o Estado nacional, entre o sertão e o litoral.

1.2 Representações do sertão em exposições brasileiras e internacionais

A seguir, são destacados alguns momentos de contato entre o sertão e o esforço expositivo brasileiro em iniciativas imperiais e republicanas: no Império, a primeira (1861) e a quarta (1875) exposições nacionais, preparatórias, respectivamente, das exposições internacionais de Londres (1862) e da Filadélfia (1876), bem como a representação brasileira na exposição comemorativa do Centenário da Revolução Francesa (1889); já na República, são destacados os dois primeiros esforços expositivos, montados para as mostras norte-americanas de Chicago (1893) e Saint Louis (1904), além da Exposição Nacional de 1908.

1.2.1 *Exposições imperiais: ensaios para o espetáculo internacional*

Antes mesmo de que a iniciativa internacionalista do príncipe Albert levasse à inauguração da “grande exibição dos trabalhos da indústria de todas as nações”, inaugurada em primeiro de maio de 1851, em um grandioso Palácio de Cristal, em Londres, a promoção de exposições da indústria nacional pelo Império brasileiro já era alvo de opiniões desencontradas. Com a consagração das exposições internacionais trazida pelo grande evento londrino, a essa

celeuma se somaria a questão da representação brasileira em mostras estrangeiras, tema que provocou acalorados debates que refletiam dilemas mais amplos da política imperial e encontravam fórum de expressão na revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), na qual ficaram registrados os embates entre defensores e detratores da ideia de fazer o Brasil enviar uma representação oficial a exposições internacionais.

Criada em 1827 pela iniciativa privada, inspirada na francesa *Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*, a SAIN defendia a abolição gradual da escravidão, a colonização por imigrantes e a melhoria das técnicas de produção (SILVA, J., 1979). A instituição reunia características que a situavam em um ponto intermediário entre uma burocracia estatal e uma organização da sociedade civil, como explicou Werneck da Silva (1979):

[...] a SAIN se qualificava como um organismo intermediário, na confluência da sociedade civil e da sociedade política, com características semigovernamentais, semioficiais e semipúblicas. Não era, certamente, um grupo de pressão ou um grupo de interesses organizados, mas podia ser (e muitas vezes foi) instrumento de pressão de grupos de interesses organizados, como aqueles que se representavam no bloco do poder, definido em meados do século XIX e modificado no decorrer das suas três últimas décadas. (SILVA, J. L. W. da, 1979, v.2, p.94).

Essa natureza híbrida se devia a seu enquadramento na estrutura governamental sob a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860.¹⁷ Ao lado do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), a SAIN seria responsável por coordenar a primeira Exposição Nacional, em 1861, que serviria como um ensaio preparatório para a representação enviada à exposição de Londres de 1862, inaugurando nossa presença em exposições internacionais de modo oficial (TURAZZI, 1995, p.119).

Apesar dos apelos de membros da SAIN em anos anteriores para que o governo apoiasse a realização de exposições industriais no país, o Império não enviou representação oficial a Londres em 1851; o imperador apenas encarregou o cônsul-geral da Prússia e sócio honorário da SAIN, João Diogo Sturz, de ir ao evento para avaliar a utilidade de alguns itens de exibição para o Brasil (REZENDE, 2010, p.14). Contudo, quatro expositores particulares levariam produtos brasileiros para a grande exposição dos trabalhos da indústria de todas as nações, que são assim descritos no catálogo oficial da mostra:

¹⁷ "Até o decreto de 28 de julho de 1860, mandando executar a resolução da Assembleia Geral, que criou uma nova Secretaria de Estado (ou Ministério) com a denominação de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a SAIN ficou na jurisdição da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, na sua Seção de Agricultura, Comércio e Indústria. Quando os decretos de 16 de fevereiro de 1861 regularam a competência e a organização da nova Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Sociedade Auxiliadora passou à sua jurisdição, nela permanecendo, mesmo depois do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, até a sua fusão com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, em 15 de agosto de 1904, do que resultou o Centro Industrial do Brasil." (SILVA, J., 1979, v.1, p.71).

Four exhibitors only have furnished productions of Brazilian industry. These consist of a beautiful bouquet of flowers made of feathers, a model [of a native raft], some specimens of native working in leather, and some ornamental objects made of the elytra of beetles. (ROYAL COMISSION, 1851, p.1492).

Em meio a um buquê de plumas, uma jangada e artesanato com asas de besouros, estavam, no Palácio de Cristal londrino, artigos de couro, que seriam uma presença constante entre os produtos apresentados pelo Brasil nas exposições seguintes. Entre os “trabalhos nativos” em couro, estava um chapéu, cujas procedência e finalidade de exibição são apresentadas da seguinte maneira:

The cap is made in the Sertão [sic] (the interior) of the province of Pernambuco. The leather is made from the hide of the red deer of that country. These articles are intended by the exhibitor as specimens of the industry of the less civilized of the inhabitants of the Brazils¹⁸. (ROYAL COMISSION, 1851, p.1492).

O sertão da província de Pernambuco, desse modo, era referenciado em Londres, em 1851, por meio de um chapéu de vaqueiro, que, de acordo com os editores do catálogo oficial, caracterizaria os habitantes menos civilizados do Brasil. Essa representação brasileira, ainda que não oficial, repercutiu negativamente no Rio de Janeiro. Para uns, reforçou a antiga demanda de que o Império se envolvesse oficialmente com a representação do país nas festas mundiais da indústria, para que o Brasil não passasse pelo que consideravam o constrangimento de uma exibição aquém das riquezas do país. Para outros, confirmou o acerto da posição absenteísta, pois melhor seria que o Império brilhasse pela ausência (REZENDE, 2010, p.16; TURAZZI, 1995, p.130).

Na dúvida, D. Pedro II optou por enviar observadores à grande exposição seguinte, a primeira Exposição Universal – realizada sob inspiração do saint-simonismo¹⁹ na cidade de Paris, em 1855 –, tanto para examinar e registrar o maquinário exposto pelos demais países quanto para avaliar as possibilidades existentes para o Império nesse tipo de evento. A comissão de observação era composta pelo matemático Giacomo Raja Gabaglia (lente da Academia da Marinha), pelo poeta Antônio Gonçalves Dias (professor do Colégio Pedro II) e pelo engenheiro Guilherme Schüch de Capanema (adjunto da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Imperial), que, em correspondência citada por Rezende (2010), desdenhava dos artigos brasileiros que encontrara na exibição parisiense, entre os quais alguns produzidos a partir da carnaúba, árvore endêmica do semiárido brasileiro e de expressiva importância econômica para o setor extrativista da região:

¹⁸ Goes Filho (2015, p.239) afirma que, pelo menos até o fim do século XVIII, a América portuguesa era conhecida pelos ingleses como “os Brasis” (*the Brazils*), em uma indicação da distância entre os núcleos populacionais fundados pelo colonialismo lusitano.

¹⁹ Doutrina baseada nas ideias de industrialismo e progressismo do socialista aristocrático Henri de Saint-Simon.

Brazil is honorably represented. It appears to be a very enlightened country; [it] exhibited suet, stearin and carnauba wax candles, the latter ones, horrible; two pots of flowers made of scales already quite tatty, and a few samples of tea; two laced handkerchiefs, or serviettes, amended. Your Excellency can see that for a soirée nothing is missing, and soirées are proof of advanced civilization. (CAPANEMA apud REZENDE, 2010, p.17).

Após o que foi considerado na Corte como nova gafe internacional para o Brasil nas festas da indústria realizadas no decênio de 1850, o governo imperial acedeu, finalmente, a participar da exposição internacional que se realizaria em 1862, mais uma vez na cidade de Londres. Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes (presidente da SAIN entre 1848 e 1865, e da IIFA entre 1860 e 1866), que fora um dos principais responsáveis pelos pareceres desfavoráveis à participação brasileira nos eventos dos anos de 1850, mudara de ideia na passagem para a nova década. Para efetuar a reorientação, montou-se um esquema de exposições locais nas províncias que convergiriam para uma exposição nacional, concebida como o grande ensaio em preparação para o espetáculo principal a ser encenado nas exposições fora do país.

Werneck da Silva (1992, p.36-37) considerou que essa estratégia de montagem favorecia a constituição de um circuito transoceânico de ideias e técnicas, assentado em um mecanismo de estímulos e respostas entre o Mundo Norte-Atlântico – primordialmente a Europa – e o Império do Brasil, circuito que integraria em um só movimento geral as exposições regionais ou provinciais às exposições nacionais preparatórias, e estas às mostras norte-atlânticas. Já para Villafañe Santos (2004, p.89-91), a decisão de aderir a esse movimento significava uma tardia tentativa imperial de “apresentar-se como a ‘mais republicana das realezas’”, para “dar à sua atuação internacional o sentido de demonstrar seu compromisso com a modernidade e os avanços da sua época. Essa é a grande razão da presença assídua do Brasil nas grandes exposições internacionais da segunda metade do século [XIX]”.

1.2.1.1 Primeira Exposição Nacional (1861) e *Great London Exposition* (1862)

No dia do 36º aniversário de D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1861, foi inaugurada a primeira Exposição Nacional, no prédio da Escola Central, no Largo de São Francisco (Rio de Janeiro). Encerrada em 16 de janeiro de 1862, a exposição receberia 50.703 visitantes (TURAZZI, 1995, p.248-249). Constavam entre os membros de sua comissão organizadora Miguel Calmon du Pin e Almeida (presidente), Joaquim Antonio de Azevedo (vice-presidente), Irineu Evangelista de Souza e Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui.

Antes de tratar da Exposição Nacional, convém abordar um empreendimento científico inédito no país, que acabou exercendo grande influência sobre o conteúdo apresentado ao público na mostra de 1861 e, posteriormente, sobre a seleção de produtos enviada a Londres para exibição em 1862: a Comissão Científica do Império, realizada entre 1859 e 1861 por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o patrocínio do imperador. Com a intenção de explorar algumas das províncias menos conhecidas do país e, segundo o argumento de seu proponente, o secretário do IHGB Manuel Ferreira Lagos, dirimir os erros sobre o Brasil propagados pelos naturalistas estrangeiros, a expedição representou uma afirmação da ciência nacional em processo de consolidação, além de uma tentativa de obter informações que respondessem à curiosidade da Corte sobre o sertão. A província do Ceará foi escolhida como área a ser explorada, provavelmente em razão dos rumores de que em seu solo havia riquezas minerais ainda por descobrir, o que a tornaria uma “Califórnia brasileira” em potencial – crença que seria refutada pelos cientistas da Comissão (KURY, 2001, p.44, 2009).



Figura 5: Reprodução. Reconstituição aproximada dos itinerários da Comissão Científica do Império. Fonte: KURY, 2009a, p.82-83.

A Comissão Científica reunia, mais uma vez, os três observadores enviados por Pedro II a Paris em 1855, cada um com a responsabilidade por um diferente segmento dos trabalhos a serem desenvolvidos: Guilherme Schüch de Capanema foi encarregado da seção de Geologia e Mineralogia; Giacomo Raja Gabaglia, da seção astronômica e geográfica; e Antônio Gonçalves Dias, da seção etnográfica. A eles se uniram o médico e naturalista Francisco Freire Alemão, responsável pela seção de Botânica; o já mencionado Manuel Ferreira Lagos, a quem coube a seção de Zoologia; e o pintor José dos Reis Carvalho, que retratou com seus traços diversas cenas do cotidiano no sertão semiárido (KURY, 2001, 2009b).

O poeta maranhense Gonçalves Dias, que havia se encantado com as possibilidades da fotografia em sua passagem por Paris como observador da primeira Exposição Universal (TURAZZI, 1995, p.131), aportou em Fortaleza com uma câmera fotográfica, com a qual é provável que tenha registrado, entre outros acontecimentos, a chegada, em julho de 1859, dos catorze dromedários vindos de Argel, negociados pelo governo imperial, por sugestão de Capanema, com a Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris, para estabelecer a criação dos animais na província cearense (KURY, 2009, p.38). As possíveis fotografias feitas por Gonçalves Dias, entretanto, foram perdidas no naufrágio da embarcação “Palpite”, em março de 1861, quando os materiais da Comissão eram transportados entre as cidades de Granja e Fortaleza. O registro que se tem delas é o relato do leitor de um jornal cearense, que alegou terem sido encontrados por pescadores, junto a anotações de Capanema, retratos de mulheres “perdidas” em diferentes pontos do itinerário da Comissão (PEDRO II, 1862, p.3; VILLA, 2000, p.31)²⁰.

Os cientistas itinerantes observaram em campo a fragilidade do sentimento de identidade nacional entre a população das províncias do sertão semiárido no confronto com os vínculos de pertencimento local, como ficou registrado no julgamento feito pelo botânico Freire Alemão (*apud* KURY, 2001, p.54) de que “o povo do Ceará, e talvez de mais outras províncias, têm ideias muito falsas a respeito do Brasil: para eles Brasil é Ceará, e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro”. Essa dissociação em relação ao Império também foi notada por Gonçalves Dias em uma correspondência publicada no *Jornal do Comércio*, em maio de 1860:

Por agora pararei aqui; no entanto permita-me repetir-lhe uma pergunta que se faz em S. Bernardo das Russas e traz alvoraçada toda a boa população do centro. Dizem que o Império vem para o Brasil?

²⁰ Três anos depois, voltando ao Brasil de uma viagem à Europa, Gonçalves Dias seria o único a bordo a não sobreviver ao naufrágio do navio *Ville de Boulogne* (CANDIDO, 2000, v.2, p.332). O *Livro de Ouro* da Exposição de 1922 comenta as comemorações do Centenário de nascimento do poeta, realizadas em agosto de 1923 ao longo da “semana gonçalvina”, ainda no marco das comemorações do Centenário da Independência. A publicação traz, ainda, uma imagem de parte da proa do *Ville de Boulogne* (LIVRO..., 1923, p.332-A).

O Brasil já se vê que é o Ceará, ou melhor S. Bernardo das Russas. Com esta explicação adivinha-se a charada. (DIAS, 1860, p.2, grifo do original)

Depois das passagens por Paris e pelo Cariri, Dias seguiu para a Amazônia, para onde levou sua missão etnográfica de estudar os índios do interior do Brasil, uma vez que, no Ceará, não encontrara tipos que se enquadrassem no que ele era capaz de perceber como indígena, conforme expressaram tanto a correspondência do poeta quanto a explicação oferecida pelo relatório sobre as atividades da pasta de Negócios do Império no ano de 1859:

A [seção] de etnografia tem-se ocupado com exames e estudos estatísticos, e com a coleção de documentos históricos. Pelo que respeita aos indígenas, nenhum trabalho tem podido fazer, porque os primitivos habitantes da província desapareceram, ou confundiram-se na massa geral da população (BRASIL, 1860, p.53).

À diferença do indianismo de gabinete da primeira geração romântica, a abordagem de Gonçalves Dias tinha substrato antropológico. Quando ainda estava na Europa comprando livros e instrumentos para a Comissão, chegou a adquirir um craniômetro, em atendimento às instruções da seção etnográfica (KURY, 2001, p.46). Estabelecidas em 1857, essas instruções estavam alinhadas com as teorias raciais de origem europeia aceitas à época; recomendavam, por exemplo, a medição de “grande número de indivíduos adultos, assim como os seus ângulos faciais, procurando por esta ocasião verificar se a maior abertura do ângulo atesta maior inteligência [...]” ou, ainda, a observação de possíveis “modificações entre as diversas protuberâncias do crânio do índio selvagem e as do índio civilizado ou do mestiço, conforme a raça predominante” (*apud* VILLA, 2000, p.33-34).

Dias, que não estava totalmente convencido quanto aos métodos de medição da Antropologia Física, recolheu uma série de objetos e produtos naturais da Amazônia, com ênfase em artefatos indígenas, que entraram na seleção de artigos apresentada na Exposição Nacional de 1861. Várias dessas peças também integrariam a Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional, em 1882, a qual, por sua vez, também ofereceu material para a exposição arqueológica e etnográfica brasileira organizada pelo botânico Ladislau Neto em meio à Exposição Universal de Paris, em 1889 (KURY, 2001, p.48-49, 2009, p.38; BARBUY, 1996, p.229; DANTAS, R., 2012, p.167).

As histórias da Comissão Científica e da trajetória brasileira nas exposições continuam se entrelaçando também com os esforços de divulgação do material recolhido por Manuel Ferreira Lagos, quem organizou, no Museu Nacional, uma exposição com produtos do Ceará, inaugurada em 9 de setembro de 1861. Parte desses produtos passou, em seguida, à Exposição Nacional, e alguns foram, ainda, selecionados para a exposição internacional de Londres, de 1862. A Comissão Científica, dessa forma, teria contribuído para que o Ceará fosse a província

mais representada nessas exposições (KURY, 2001, p.50, 2009, p.32), conforme atesta o seguinte trecho do Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861: “Deve observar-se que várias pessoas residentes na Corte expuseram muitos produtos de algumas províncias. Somente o sr. dr. Manuel Ferreira Lagos expôs mais de 800 objetos da província do Ceará” (BRASIL, 1862b, p.21).

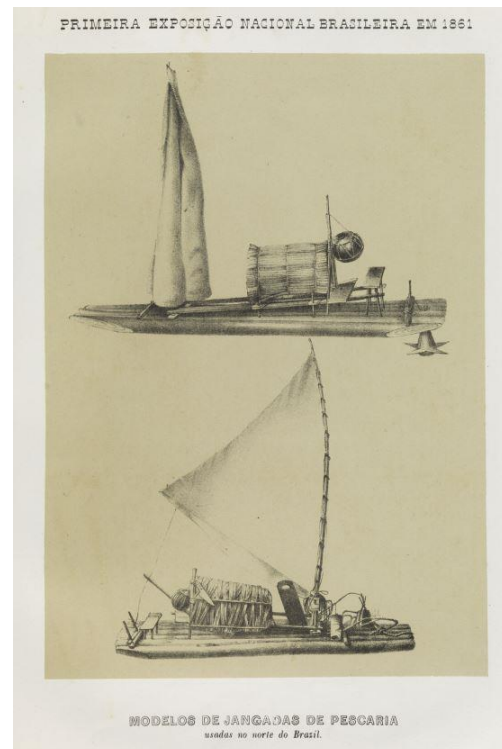
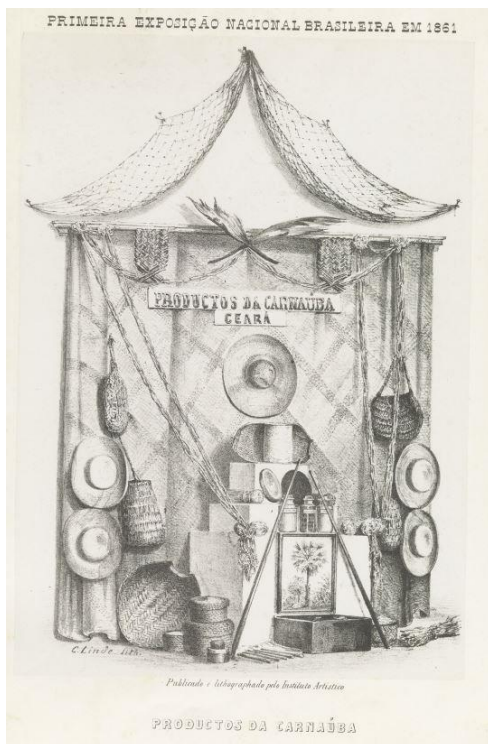


Figura 6: Litografia. Instituto Artístico. “Produtos da carnaúba” foram coletados por membros da Comissão Científica Imperial e exibidos na primeira Exposição Nacional. Fonte: BRASIL, 1862a, p.59.

Figura 7: Litografia. Instituto Artístico. “Modelos de jangadas de pescaria vindos do norte do Brasil”. Fonte: BRASIL, 1862a, p.18.



Figuras 8 e 9: Fotografias. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1866. Redes e artefatos produzidos com peles e couro também estiveram à mostra na segunda Exposição Nacional, em 1866. Fonte: BRASIL, 1866b.



Figura 10: Litografia. Instituto Artístico. Produtos do Ceará, como artigos de selaria e dezenas de redes, fizeram da província a mais representada na seção brasileira da Exposição Internacional de Londres, em 1862. Fonte: BRASIL, 1862a, p.43.

Alguns itens contrastariam com a suntuosidade mantida no ambiente da legação brasileira em Londres, chefiada por Francisco Inácio de Carvalho Moreira, o barão de Penedo, nomeado pelo imperador para organizar a mostra brasileira na exposição da Inglaterra vitoriana. Nascido na capitania de Pernambuco (atual Alagoas), Penedo foi o primeiro americano a receber o título de doutor em Oxford, além de bem-sucedido promotor de uma diplomacia cortesã que congregou aristocratas, banqueiros, industriais e financistas, como Lionel Nathan de Rothschild, em torno da intensa agenda social dos salões diplomáticos da legação (SANTOS, L., 2018). O diplomata brasileiro redigiu um minucioso relatório sobre os trabalhos realizados para a exposição londrina, documento que se tornaria referência para todos os relatórios expositivos posteriores. Na introdução do relatório, Penedo esclareceu que seu trabalho se deu sob a instrução expressa de:

tornar o Império conhecido, e devidamente apreciado, [...], apresentando alguns espécimens de seus multiplicados e valiosos produtos, com o fim de permutá-los, e de excitar capitais, braços e inteligência da Europa para sua extração e preparo; dar uma ideia posta que fraca da nossa atividade e civilização, fazendo assim desvanecer preconceitos que se hajam formado contra nós, tal é o alvo principal a que visamos remetendo diversos produtos à Exposição Internacional de Londres. (BRASIL, 1863, p.ii).

Aqueles que puderam ir às mostras no Rio de Janeiro ou em Londres viram uma profusão de itens amplamente conhecidos no sertão semiárido, a exemplo dos produtos da carnaúba, diferentes espécies de abelhas, redes, tecidos de algodão, bordados e rédeas de couro; artigos que voltariam a aparecer muitas vezes nas seções brasileiras de exposições

internacionais posteriores. Ainda a propósito dos artigos expostos por Lagos, Kury afirma que os sertanejos anônimos que aparecem nas litografias por ele expostas seriam objetificados e equiparados a produtos naturais, em um artifício de criação de identidades regionais folclorizadas e tipos pitorescos como “o vaqueiro” (cf. Figura 11), “o pescador” ou “o jangadeiro”. Era a forma como o Império, representado por seus cientistas expedicionários, descobria um “Brasil pitoresco”, de modo análogo a como o país era simbolicamente apreendido à época na Europa (KURY, 2001, p.52-53). No século XIX, a classificação de indivíduos em tipos sociais ficou registrada em imagens como a série de “tipos do Norte” pertencente à coleção reunida pelo próprio imperador Pedro II e doada à Biblioteca Nacional (cf. Figura 12).

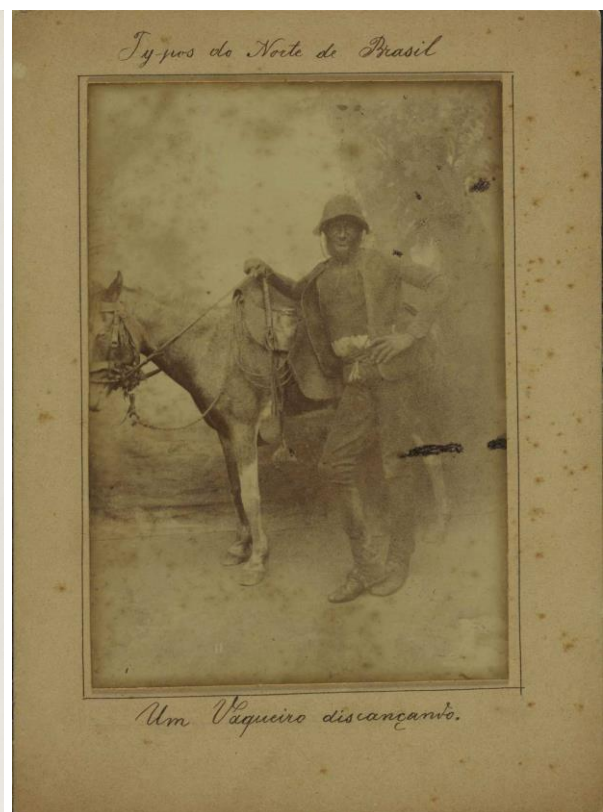


Figura 11: Litografia. Instituto Artístico. “Um vaqueiro exposto pelo sr. dr. Manoel Ferreira Lagos”. Fonte: BRASIL, 1862a, p.26.

Figura 12: Fotografia. Autoria desconhecida. [S.l.], [18--]. “Tipos do Norte do Brasil: um vaqueiro descansando”. Fonte: Biblioteca Nacional, Acervo Thereza Christina Maria.

Para críticos do espetáculo proporcionado pelo Império nas primeira experiências expositivas de inícios da década de 1860, tais como o político liberal alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos, o museu de grandes novidades de Lagos não tinha “significação alguma”:

Uma exposição de indústria não é certamente um museu. Nestes podem acumular-se quanta curiosidade houver, todos os objetos raros ou esquisitos de uma indústria

primitiva ou bárbara. Nas exposições, porém, procura-se pôr em paralelo, confrontar, julgar os produtos aperfeiçoados e conhecer por meio deles o desenvolvimento das artes de um país. Se é fora de propósito apresentar nelas artefatos grosseiros ou sem significação alguma, é, pelo contrário, muito útil que contenham a maior abundância de produtos naturais que possam empregar-se como matérias-primas. (BASTOS, 1861, p.1).

Para Guilherme Schüch de Capanema, por sua vez, a experiência de campo em sua exploração geológica no Ceará foi importante quando, anos mais tarde, na grande seca que atingiu a província cearense, em 1877, participou ativamente, no âmbito do Instituto Politécnico Brasileiro, das discussões sobre quais medidas deveriam ser tomadas pelo Império, além de ter publicado numerosos artigos sobre o tema (FIGUEIRÔA, 2009, p.106-107).

1.2.1.2 Quarta Exposição Nacional (1875) e *Centennial International Exhibition* (Filadélfia, 1876)

Inaugurada em 12 de dezembro de 1875, no prédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quarta Exposição Nacional permaneceria aberta ao público até 16 de janeiro de 1876, recebendo um público total de 67.568 pessoas (TURAZZI, 1995, p.250). A iniciativa imperial de promover essa exposição nacional visava à seleção dos produtos que seriam enviados à Filadélfia para representar o Brasil na *Centennial Exhibition*, exposição internacional que celebraria o Centenário da Revolução Americana.

Uma das notas de destaque em torno da quarta exposição preparatória imperial foi a realização paralela, no mesmo prédio recém-inaugurado da secretaria de Estado, da primeira exposição de cunho tecnológico realizada no país, a Exposição de Obras Públicas de 1875, que exibiu, pela primeira vez, as grandes obras da engenharia nacional, por meio de publicações, mapas, plantas e imagens. A programação dessa mostra incluiu a conferência do coordenador da Comissão Geológica do Império²¹ e professor da Universidade de Cornell, o geólogo norte-americano Charles Frederick Hartt, que discorreu sobre as atividades da Comissão, com destaque para os trabalhos de exploração da província de Pernambuco (TURAZZI, 1995, p.142-143; 2001, p.157).

Para apoiar sua fala diante de uma plateia em que figurava o imperador, Hartt contou, ao final de sua intervenção, com dezenas de fotografias projetadas por Marc Ferrez, que registrou a passagem da expedição por localidades no interior de províncias como Pernambuco,

²¹ Comissão ligada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, promoveu estudos geológicos entre os anos de 1875 e 1878, produzindo os primeiros registros fotográficos de diversos pontos do território nacional. Reuniu entre seus membros nomes como os dos geólogos norte-americanos Orville Derby e John Casper Branner, além de Charles Frederick Hartt, que liderava a Comissão.

Alagoas e Bahia. Muitas dessas fotografias seriam exibidas na Filadélfia por ocasião da *Centennial*. No *Álbum da Comissão Geológica do Império*, algumas das imagens registradas por Ferrez retratam paisagens do espaço sertanejo, a exemplo de casas às margens do rio São Francisco, em Piranhas, vila do sertão alagoano na divisa com o Sergipe (cf. Figura 13). Nos trabalhos da Comissão, o uso de fotografias demonstrou o potencial dessas imagens não só como instrumentos de pesquisa, mas como produtoras de um efeito comprobatório destinado às autoridades e ao público em geral.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2010, p.31-32), Hartt pertenceu a um grupo de geólogos estrangeiros que foi fundamental para o avanço da Geologia brasileira no período e que estava afinado com o empirismo da engenharia ensinada na Escola de Minas de Ouro Preto, instituição da qual seriam egressos vários dos engenheiros que, futuramente, estariam à frente do trabalho na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Carvalho (2010, p.152) também ressalta que a Escola teve um período áureo de participação frequente nas seções de mineralogia das exposições internacionais, em que obteve inúmeras medalhas e distinções.



Figura 13: Fotografia. Marc Ferrez. Piranhas, 1875. “Vila de Piranhas olhando-se rio abaixo”. Fonte: *Álbum da Comissão Geológica do Império do Brasil*, 1875.



Figura 14: Ilustração. Autoria desconhecida. Seção brasileira na Exposição do Centenário da Independência norte-americana, Filadélfia, 1876. Fonte: *The illustrated history of the Centennial Exhibition*. Filadélfia; Chicago; St. Louis: *The National Publishing Company*, 1876, p.46a.

1.2.1.3 Exposition universelle de Paris (1889)

No ano de 1889, enquanto o regime monárquico no Brasil vivia seus últimos momentos, o Centenário da Revolução Francesa foi celebrado em Paris, entre maio e outubro, com uma *exposition universelle* que promoveu as conquistas e valores revolucionários como um patrimônio não apenas da nacionalidade francesa, mas da humanidade (PESAVENTO, 1997, p.174-175). O Império não participou oficialmente da exposição, mas um grupo de empresários e jornalistas radicado em Paris teve a iniciativa de formar o Comitê Franco-Brasileiro, que se encarregou de organizar a representação nacional exibida aos franceses (BARBUY, 1996, p.213). Por ocasião dos preparativos da participação brasileira, também foram realizadas exposições provinciais e uma exposição nacional (inaugurada pelo imperador em 11 de dezembro de 1888, a despeito de o evento não ter sido uma iniciativa oficial) para compor o conjunto dos produtos brasileiros a serem enviados a Paris. A pedido do Comitê, as exposições nacionais foram organizadas pela SAIN (PESAVENTO, 1997, p.189).

Entre os membros do Comitê, destacou-se Frederico José de Santana Néri, jornalista paraense radicado em Paris, responsável por coordenar a elaboração de *Le Brésil en 1889*, obra de quase setecentas páginas, que buscava promover uma monarquia sul-americana na

República francesa em festa pelo Centenário de sua Revolução, ao mesmo tempo em que fazia a defesa interna de um regime sob ataque em múltiplas frentes. Desafios à parte, a publicação reuniu ensaios de eminentes personalidades imperiais, tais como o escritor Eduardo Prado, o Barão do Rio Branco e o engenheiro André Rebouças, que já havia sido comissionado pelo Império para a realização de relatório especializado sobre a Exposição de Londres de 1862 (TURAZZI, 1995, p.133-134) e participou da coletânea com um artigo dedicado às zonas agrícolas brasileiras.

Após seu envolvimento na causa abolicionista, Rebouças dedicou-se à defesa da imigração associada a uma reforma da estrutura agrária brasileira. Em seu texto, o engenheiro baiano aliou o conhecimento técnico à experiência acumulada em obras públicas, e formulou uma proposta de divisão do território nacional em dez zonas agrícolas: amazônica (abrangendo as províncias de Pará e Amazonas); Parnaíba (Maranhão e Piauí); Ceará; Paraíba do Norte (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); São Francisco (Sergipe e Bahia); Paraíba do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo); Paraná (Paraná e Santa Catarina); Uruguai (Rio Grande do Sul); auroferrífera (Minas Gerais) e Zona Central (Goiás e Mato Grosso). Além de uma descrição minuciosa de cada uma das zonas agrícolas em termos de suas características naturais e aspectos de sua produção local, o texto de Rebouças também assumiu tom prescritivo, ao discorrer sobre o “Novo Brasil” que surgiria à medida que “imigrantes-proprietários”, tendo garantido seu direito à terra, explorassem as potencialidades de cultivos mais adequados a cada zona agrícola. Para vencer as resistências da elite agrária a esse modelo, Rebouças apostava no aprofundamento das reformas monárquicas, cuja principal responsabilidade recairia, de acordo com o engenheiro, sobre o imperador (FERREIRA; FERNANDES; REIS, 2010, p.103-104; 111).

Rebouças defendeu a viabilidade da imigração para as províncias do Norte do Brasil, desde que apoiada no estabelecimento de pequenas propriedades: “Repetimos mais uma vez: a imigração nas províncias do norte do Brasil alcançará pleno sucesso se colocarmos os imigrantes nas belas montanhas e se lhes dermos a propriedade imediata da terra” (REBOUÇAS, 1889, p.243 *apud* FERREIRA; FERNANDES; REIS, 2010, p.105). Idealizando o cenário que o imigrante construiria em Pernambuco, a maior província da zona agrícola da Paraíba do Norte, o autor afirmou que “o imigrante-proprietário cultivará a baunilha com sua mulher e seus filhos; criará abelhas e bicho-da-seda; cultivará abacaxis e os belos frutos do Brasil; exercerá, enfim, uma multiplicidade de pequenas indústrias com produtos naturais, tão abundantes nas florestas do país” (REBOUÇAS, 1889, p.135 *apud* FERREIRA; FERNANDES; REIS, 2010, p.105).

Em Paris, além de um pavilhão, erguido junto à Torre Eiffel, que teria lembrado a alguns "uma grande plantação, graças a seu jardim exótico" (ORY, 1989, p.83-85 *apud* BARBUY, 1996, p.214), outro dos "vários Brasis" (BARBUY, 1996, p.233) apresentado foi o indígena, sob o olhar científico do Museu Nacional. A Exposição Retrospectiva da Habitação Humana, mostra integrante da programação parisiense oferecida em 1889, propôs a reconstituição de tipos de habitação humana, da pré-história ao Renascimento. Às margens do Sena, quarenta e quatro construções foram agrupadas entre os períodos pré-histórico, histórico e um terceiro grupo de "civilizações isoladas" fora da história, do qual faziam parte as "populações indígenas da América". A última construção entre as "civilizações isoladas" era a Casa Inca – também referenciada pela documentação brasileira como "Pavilhão da Amazônia" –, em que foi montada uma exposição arqueológica e etnográfica brasileira pelo botânico alagoano Ladislau de Sousa Melo Neto, diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1893 (BARBUY, 1996, p.228-229).

Reunindo objetos indígenas pertencentes ao acervo do Museu Nacional e a coleções particulares como a de Santana Néri, Ladislau Neto montou uma exposição que teria contado com 190 objetos; destes, 129 vinham da região amazônica, enquanto os demais procediam de diversas províncias do Império. Da listagem oficial divulgada, constam, por exemplo, artefatos provenientes de Alagoas, Bahia, Sergipe e Ceará (DANTAS, R., 2012, p.167-169; 268-276). A exposição etnográfica e arqueológica brasileira ocorreu menos de vinte anos depois de a Casa Leuzinger, um renomado estabelecimento especializado em impressão e artes gráficas sediado no Rio de Janeiro, ter oferecido à curiosidade etnocêntrica europeia, em meio à Exposição Universal de Paris de 1867, imagens de tipos indígenas do Brasil registradas pelo alemão A. Fritsch; à época, o Império acabara de abrir unilateralmente o rio Amazonas à navegação internacional (TURAZZI, 1995, p.137).

Em 1889, um sentido evolucionista também foi expresso pela exposição do município de Paris, que exibiu o contraste entre uma "casa salubre" e uma "casa insalubre" com o intuito de ensinar ao público os princípios de construção de uma "casa moderna" (BARBUY, 1996, p.228). Esse recurso expositivo seria utilizado pela Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural na mostra organizada na galeria do Palácio de Festas da Exposição do Centenário, em 1922, para apresentar maquetes que indicavam como deveriam ser construídas as casas nas zonas rurais do Brasil (cf. subseção 5.2.1).

1.2.2 *Exposições republicanas: a participação brasileira nas exposições internacionais de Chicago (1893) e Saint Louis (1904); a Exposição Nacional de 1908*

Com a mudança no regime de governo em 1889, a política externa brasileira adquire uma nova orientação, na medida em que os republicanos no poder tinham nos Estados Unidos uma referência da qual buscaram se aproximar. Nesse sentido, o fato de que os dois primeiros esforços expositivos da Primeira República tenham se dirigido aos Estados Unidos sinaliza a mudança paradigmática em matéria de política externa, uma vez que, segundo Assis (2016, p.231), foram declinados os convites para as exposições internacionais de Madri, Gênova e Roma à mesma época.

Sandra Pesavento (1997, p.216) ressalta que a Constituição de 1891 abriu espaço para que as unidades da federação tivessem maior interesse nas exposições internacionais e na possibilidade de promoção comercial que elas podiam significar, uma vez que, por disposição constitucional, “a renda das exportações cabia aos estados, de modo que estes se empenharam numa verdadeira campanha publicitária de suas riquezas”. Embora tenha havido uma comissão organizadora nacional da representação brasileira enviada à *World's Columbian Exposition* – mostra realizada na cidade de Chicago, em 1893, para homenagear o quarto Centenário da chegada de Cristóvão Colombo à América –, o maior grau de descentralização política que caracterizou o período abriu espaço para a criação de diversas comissões estaduais. Dessa forma, o Brasil foi apresentado na exposição universal de Chicago por meio de lentes mais locais, nas publicações de divulgação elaboradas por cada estado para fazer propaganda de seus recursos.

Um exemplo desse novo arranjo da estratégia expositiva brasileira é dado pelo catálogo elaborado pela comissão estadual do Ceará, para divulgar o estado na exposição de Chicago (CEARÁ; FONTENELLE, 1893), em que reaparecem a carnaúba depreciada por Capanema e os apelos à indústria extrativa cearense, que também haviam marcado presença nas exposições imperiais.

Chicago World's Columbian Exposition
Brazil

THE STATE OF CEARÁ

BRIEF NOTES

FOR

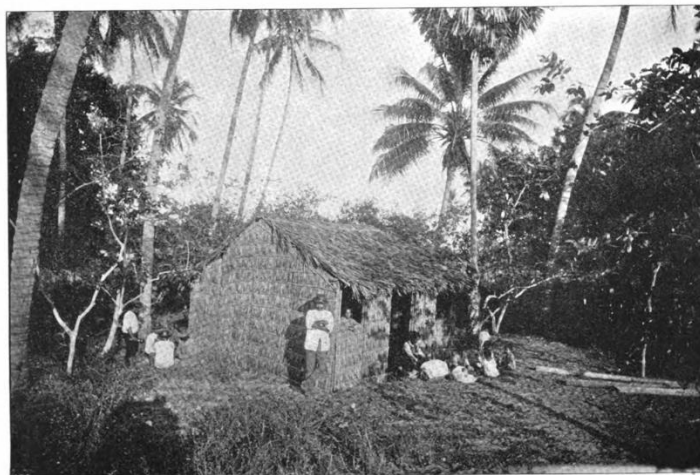
The Exposition of Chicago

AS AUTHORIZED BY

THE GOVERNOR OF CEARÁ, BRAZIL

DR. JOSÉ FREIRE BEZERRIL FONTENELLE

CHICAGO
1893



Carnaúba Palm Straw Hut.

Figuras 15 e 16: Livro elaborado pela comissão estadual de promoção dos produtos cearenses na Exposição Internacional de Chicago (1893), no qual figura uma casa construída com palha de carnaúba. No período republicano, proliferam os catálogos e comissões estaduais no ambiente das exposições internacionais. Fonte: CEARÁ; FONTENELLE, 1893.

Já na primeira década do século XX, na *Louisiana Purchase Exposition* – realizada em 1904, na cidade de Saint Louis, para celebrar o Centenário da compra do estado da Louisiana (completado, na verdade, no ano anterior) –, os esforços do governo cearense podem ter rendido comentários favoráveis como os que foram registrados pelos editores de uma publicação oficial da exposição norte-americana, que assim se manifestaram a respeito do Ceará e também das pesquisas desenvolvidas pela Escola de Minas de Ouro Preto:

The gold deposits of Bom Jesus, in the State of Ceara, yield between 38 and 177,5 grammes per metric ton, corresponding to a value of \$22.90 to \$111 per long ton, or \$20.50 to \$101 per short ton, as shown by analyses made in London and at the Ouro Preto Mining School. As these deposits are only six miles from a populous city, in a district where labor is abundant and cheap, and where splendid water-power is at hand, their extensive development is merely a matter of time. (BENNITT et al, 1905, p.207).



BRAZILIAN HARNESS AND SADDLERY EXHIBIT.



BRAZIL'S COTTON GOODS.
Different factories displayed every variety manufactured in Brazilian territory.

Figuras 17 e 18: Artigos de selaria e algodão, relacionados à economia sertaneja, na Exposição da Compra da Louisiana, na cidade de Saint Louis, em 1904. Fonte: BENNITT *et al*, 1905, p.212-214.

Premiado com uma medalha de honra, o pavilhão brasileiro em Saint Louis renderia a seu idealizador, o engenheiro baiano Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, uma medalha de grande prêmio de arquitetura (MACEDO, 2012, p.45-46). Com o reconhecimento obtido em Saint Louis, Sousa Aguiar, que foi o comissário geral da representação brasileira, ascendeu à prefeitura do Distrito Federal, ocupando a chefia do Executivo carioca entre 1906 e 1909, como sucessor de Pereira Passos. O pavilhão por ele idealizado foi reconstruído no Rio de Janeiro e batizado em homenagem ao ex-presidente norte-americano James Monroe, idealizador, no século XIX, da célebre doutrina afirmativa da América em relação à Europa. Em 1922, o Palácio Monroe abrigaria os serviços administrativos da Exposição do Centenário; antes disso, contudo, o primeiro evento sediado no edifício foi a III Conferência Internacional Americana, em 1906, ocasião em que Elihu Root realizou a primeira visita oficial ao exterior de um secretário de Estado norte-americano.

Foi durante a gestão de Sousa Aguiar, em meio à conjuntura marcada pela projeção crescente do pan-americanismo e pela primeira onda de reformas urbanas visando à remodelação do Rio de Janeiro no início do século XX, que se realizou, entre 11 de agosto e 15 de novembro de 1908, uma exposição nacional comemorativa do Centenário de abertura dos portos por D. João VI; no início do século anterior, essa medida não só abriu o comércio da América portuguesa a uma parte do mundo, como também influenciou o desenvolvimento do próprio processo de emancipação brasileira. Em 1908, pela primeira vez, o esforço de organização de uma exposição nacional envolveu a construção de um espaço próprio, concretizado na “pequenina cidade de palacetes nos areais da Urca” (KOSMOS *apud* PEREIRA, 2010, p.17).

Um outro Miguel Calmon, sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes que presidira a SAIN em meados do século XIX, era o titular da pasta de Indústria, Viação e Obras Públicas no governo de Afonso Pena naquele momento, e formou uma comissão que, presidida por Antônio Olinto dos Santos Pires (que fora comissário brasileiro em Saint Louis), reuniu Antônio de Pádua Assis Resende e mais de trinta membros para organizar a Exposição de 1908 (PEREIRA, 2010, p.15-16). O engenheiro de minas Antônio Olinto, que tinha seu nome ligado à efêmera Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas (de vida breve no fim da presidência de Rodrigues Alves), repetiria a parceria de trabalho com Pádua Resende na Comissão Organizadora da Exposição do Centenário, em 1922²². Completava o conjunto de realizadores o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Exposição, José Matoso de Sampaio Correia, que além de vir a ser um dos pareceristas do projeto que criaria a Inspetoria de Obras Contra as Secas no ano seguinte, também seria um dos integrantes da comissão *ad hoc* responsável pela programação comemorativa do Centenário da Independência.

Em 1908, a tarefa desses comissários consistiu em erguer uma “pequenina cidade de palacetes” estruturada por um eixo chamado “Avenida dos Estados” (hoje parte da Avenida Pasteur). No início dessa avenida, junto à Porta Monumental de entrada, encontrava-se o Palácio dos Estados, também chamado de Palácio da Exposição, em que foram exibidos produtos de diversas unidades federativas. Quase todos os estados do Norte em que se observava o fenômeno da seca marcaram presença no Palácio dos Estados, mas apenas a Bahia teve seu próprio palácio em separado na área da Exposição. Não foi possível averiguar o motivo da ausência de palácios de outros estados do sertão semiárido, mas apenas verificar que a exposição baiana trouxe para a Urca uma série de produtos agrícolas, dispostos em uma tentativa de apresentação visual mais ordenada do que alguns dos arranjos vistos em exposições do século XIX. A exemplo do que já tinha sido observado em Saint Louis e seguindo as conclusões de Rezende (2010), seria possível afirmar que mostruários como o de “Madeiras da Bahia” (Figura 19) recorreram a uma estratégia expositiva de “domesticação” e “commoditização” da natureza.

²² cf. Capítulos 2 e 3.

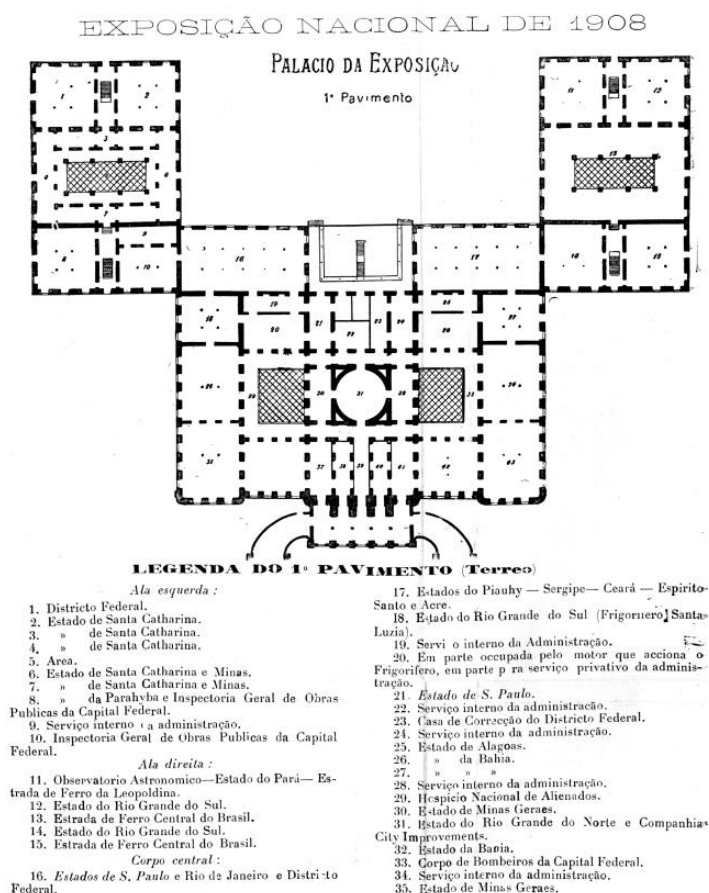


Figura 19: Reprodução. Planta baixa do 1º Pavimento do Palácio dos Estados na Exposição de 1908. Fonte: *Guia Oficial da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro, 1908.



Figura 20: Fotografia. Daniel (Fotógrafo). Estado da Bahia: interior do Pavilhão na Exposição Nacional de 1908. Fonte: BNDigital.

1.3 O sertão como objeto de modernização nos complexos expositivos brasileiros

A observação de algumas exposições imperiais e republicanas permite perceber que a transformação da natureza em *commodity* constituiu um dos eixos discursivos estruturadores do modo como o Brasil foi representado, até aquele momento, nas exposições internacionais. O país foi integrado à rede de exposições com um discurso de valorização das potencialidades contidas em suas riquezas naturais, o que, se por um lado, foi encarado como sinal de atraso e de inserção colonial subordinada por parte da historiografia (PESAVENTO, 1997, p.131), por outro lado, compôs uma estratégia planejada para atender aos interesses econômicos e políticos dos grupos envolvidos na montagem das representações brasileiras enviadas às exposições.

Ao mesmo tempo que *commodities* são alçadas à condição de ícones nacionais – a exemplo do café no Brasil ou da carne na Argentina, como descreve Fernández Bravo (2001) –, também a própria natureza é apresentada como um objeto de valor comercial, enquanto espaço aberto à obtenção de lucros e às investidas do capital. Nesse sentido, seria possível dizer do sertão semiárido que foi representado na participação brasileira em exposições internacionais até aqui analisada sob a perspectiva de um entendimento da natureza como espaço aberto à intervenção modernizante do Estado e do capital privado que a ele se associa.

Para Livia Rezende, na passagem do Império à República, teria havido uma mudança no modo como o Brasil apresentou sua natureza nas exposições internacionais. Fabricando representações para um Estado recém-independente que iniciava a construção de sua nacionalidade, os comissários imperiais combinaram exotismo tropical com valores de uma civilização europeizada, desestabilizando construtos tradicionais sobre os trópicos aceitos na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Essa estratégia de hibridização foi central para as exposições brasileiras da década de 1860. Já nas exposições montadas pelos republicanos, a exemplo do que ocorre em Saint Louis (1904), contemporaneamente à primeira onda de reforma urbana vivida pela cidade do Rio de Janeiro, haveria, segundo Rezende, uma tentativa de “destropicalização” das mostras de matérias-primas, ao mesmo tempo em que o Brasil era apresentado como espaço dividido entre áreas atrasadas, que ainda precisariam ser transformadas pela modernização, e áreas já integradas a esse processo – uma referência feita por Rezende à oposição conceitual de Lévi-Strauss entre cru e cozido (REZENDE, 2010, p.25-26).

Seguindo a reflexão proposta por Mary Louise Pratt (2008), os comissários, cientistas e engenheiros que, como vimos até aqui, uniram esforços na montagem das mostras brasileiras seriam agentes de um processo de transculturação – um movimento de trocas seletivas entre

diferentes culturas que se reelaboram a partir do contato entre si, ainda que de modo assimétrico – responsável por construir um repertório cognitivo por meio do qual a alteridade sertaneja passou a ser apreendida. Movidos por uma utopia modernizante de enquadramento do sertão semiárido sob o controle do Estado nacional, esses agentes promoveriam a “anticonquista” do sertão, para usar a terminologia de Pratt (2008, p.37), ao utilizar o projeto de modernização para estabelecer uma dominação altamente efetiva no nível simbólico, que complementou a dominação efetiva do território pelo Estado.

Esses agentes de transculturação construíram as exposições como simulacros de zonas de contato – espaços de encontros entre culturas que estabelecem relações de viés colonial, pautadas por assimetrias – em que a natureza e o espaço sertanejo apareciam esvaziados de sua historicidade, em compasso de espera de alguma redenção exógena. Dessa forma, os organizadores das mostras brasileiras em exposições internacionais teriam internalizado o olhar imperial, reproduzindo na dinâmica doméstica entre o Rio de Janeiro e o sertão aquilo que acontecia entre o Brasil e os países mais desenvolvidos no ambiente das comparações engendradas pelas exposições mundiais. Em conformidade com Lima (2013, p.109), "teríamos, assim, a reprodução interna, na sociedade brasileira, das contradições experimentadas no contraste com aquelas sociedades [que vivenciaram a modernização]."

Resta saber quais imagens do sertão das secas foram projetadas pelos olhares republicanos que se cruzaram no espelho armado para a Exposição Internacional do Centenário da Independência.

2 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (I): OS ORGANIZADORES DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

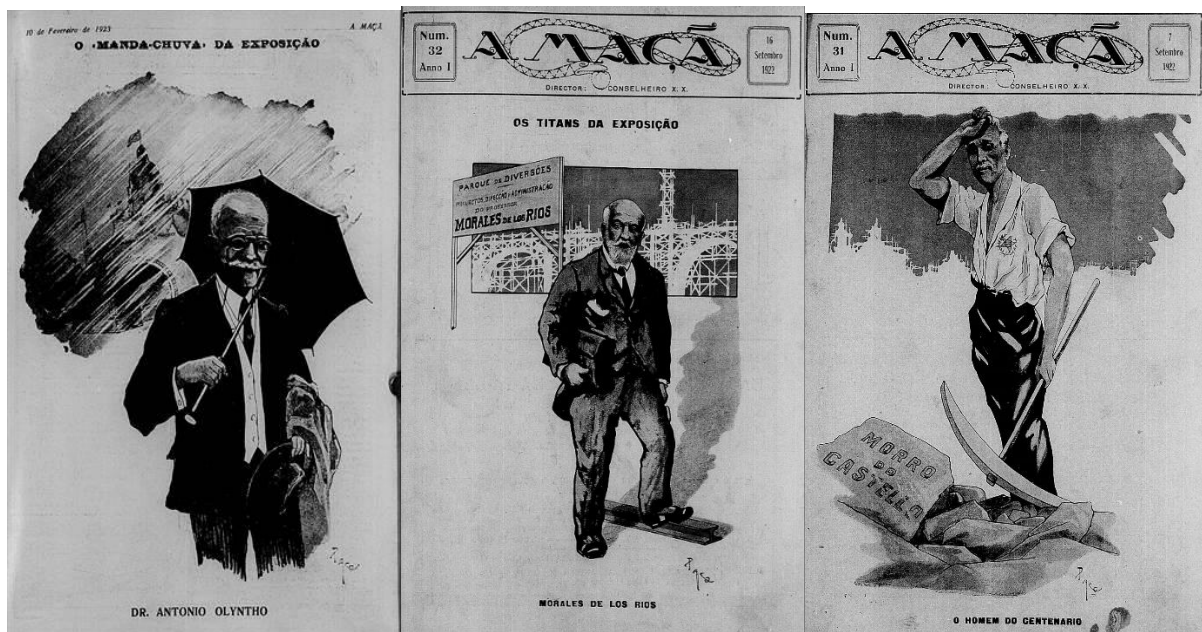
Em seu estudo sobre a participação mexicana em exposições internacionais, o historiador Mauricio Tenorio Trillo (1998, p.80) chamou de “magos do progresso” os membros da equipe de especialistas em “montagem” de exposições arregimentada pelo porfiriato para fabricar a imagem de um México moderno a ser divulgada no exterior. Tais magos, membros de um corpo burocrático moderno e especializado, conjugavam conhecimentos técnicos e administrativos com a compreensão de que aderir à modernidade implicava a habilidade de elaborar um discurso em que seus interesses de grupo coincidissem não só com os nacionais, mas com os do mundo moderno a que reivindicavam pertencimento. A principal tarefa dos magos do progresso responsáveis pela organização daquilo que os mexicanos apresentaram nas exposições internacionais, de acordo com Trillo, consistiu na mobilização de uma rede de sociabilidade que ia do nível local ao nacional e que, favorecida pelas posições no poder ocupadas por esses indivíduos, franqueava o acesso aos dados considerados necessários à elaboração das representações nacionais mexicanas exibidas no exterior:

O trabalho dos magos do progresso consistia, entre outras coisas, em fazer funcionar uma intrincada rede de relações que se estendia do nível local, ao municipal, estadual e nacional. Tinham que promover a participação privada nos lugares mais remotos do México, levantar dados estatísticos e reunir imagens de pessoas e lugares para a construção gráfica de um passado nacional aceitável. Por vezes, as relações pessoais facilitaram a tarefa. Para citar um exemplo: foi fácil para o ministro de Fomento solicitar fotografias e dados das ferrovias porque ele mesmo participava da sua construção. No entanto, em outras ocasiões, eram enviados questionários a todo o país para obter a informação demográfica, agrícola, educativa e sanitária requerida. (TRILLO, 1998, p.80, tradução minha).

Respeitadas as singularidades do caso mexicano, é possível afirmar que a compreensão da forma como um país constrói o imaginário em torno de si em uma exposição internacional encerra uma indagação básica acerca de quem são os responsáveis pela composição desse imaginário. No caso da exposição que se preparou no Rio de Janeiro para celebrar o Centenário da Independência brasileira, trata-se de entender não só o processo de elaboração de um imaginário nacional, mas também quem foram os agentes implicados no emaranhado de tentativas, escolhas e hesitações envolvidas na organização de um evento que mobilizou variadas categorias profissionais, promoveu transformações urbanas radicais para sua cidade-sede e esteve em movimentado funcionamento por quase um ano, muito além da duração inicialmente prevista.

Quem teriam sido os magos, ou, usando a expressão brasileira da revista semanal ilustrada *A maçã* (cf. Figura 21), os “mandachuvas” do progresso no momento em que, quase cem anos após o gesto simbólico de ruptura com a metrópole portuguesa, o Estado brasileiro não só organizava um programa de comemorações do Centenário, mas também se via às voltas com a realização de um programa de obras contra as secas no sertão semiárido? Como ambas as iniciativas se integravam à estratégia política mais ampla do governo de Epitácio Pessoa? Ao identificar os principais responsáveis pela organização da Exposição Internacional do Centenário da Independência, o presente capítulo tenta compor uma resposta a essas perguntas, em conjunto tanto com o terceiro capítulo, que aborda os responsáveis pelas obras no sertão semiárido, reunidos na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, quanto com o quarto capítulo, que discute a atuação do presidente Epitácio Pessoa em ambos os contextos, à luz da hipótese de que essas iniciativas convergem para um projeto que conjuga modernização nacional e inserção internacional do país, fortalecendo o presidencialismo no processo.

Na primeira seção, discute-se a ideia dos Centenários como uma estrutura simbólica da experiência de tempo; a seguir, reconstitui-se a sequência dos preparativos para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil; por fim, pretende-se mostrar, na última seção, que a indicação de Carlos Sampaio pelo presidente Epitácio Pessoa para a prefeitura do Distrito Federal e para a direção das obras do Centenário representou uma inflexão decisiva no rumo das comemorações.



Figuras 21, 22 e 23: Ilustrações. Paco. Rio de Janeiro, 1922-1923. O engenheiro de minas Antônio Olinto dos Santos Pires, o arquiteto espanhol Adolfo Morales de los Ríos e o prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio: alguns “mandachuvas” da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Fonte: *A maçã*, n.53, 10 fev. 1923; n.32, 16 set. 1922; e n.31, 7 set. 1922.

2.1 Festejando Centenários

Em algum momento entre os aniversários de cem anos da Revolução Americana e da Revolução Francesa, em fins do século XIX, diz Hobsbawm (1988, p.21) que a parcela instruída da humanidade inventou a comemoração dos Centenários por meio de grandes exposições, ao dar-se conta de que o mundo inaugurado por aqueles eventos revolucionários já completava um século de existência. Refletindo sobre a noção de tempo, Sandes (2011, p.122; 126) nota que o agrupamento da passagem dos anos em períodos como décadas e séculos, para além do mero acúmulo de anos transcorridos, inspira certo espírito retrospectivo: é como se fosse intuída na marca do Centenário algum significado implícito que suscitaria um balanço revelador da conquista de uma longa duração, fiadora, se não da maturidade, ao menos da longevidade de processos sociais como a construção nacional.

Na América Latina, a década de 1910 trouxera uma onda de comemorações do Centenário da existência de repúblicas que haviam conquistado sua independência no início do século XIX (MENESES, 2000). Na Argentina, em 1910, houve mesmo um incidente diplomático envolvendo o Brasil durante as comemorações do Centenário da república platina: uma bandeira brasileira foi queimada publicamente, sob acusações de que a mais jovem das repúblicas sul-americanas não estaria prestando as devidas homenagens às festas nacionais promovidas por Buenos Aires (STREETER, 2010, p.23). No Brasil, a própria data do Centenário era motivo de disputas. O regime republicano instaurado em 1889 não conseguira desalojar da memória nacional a comemoração do 7 de setembro, essencialmente ligada à lembrança monárquica e à dinastia Bragança; a data seria mantida entre “as festas que a República manda guardar” (OLIVEIRA, 1989), em uma demonstração das dificuldades enfrentadas pelos republicanos na construção de um universo simbólico que legitimasse o novo regime. Para não prejudicar o esforço de consolidação da República, a comemoração do 7 de setembro seria adaptada aos novos tempos, sob certa reconciliação republicana com o passado monárquico.

Alguma desilusão com os descaminhos da República já se insinuara na consciência coletiva nacional quando das comemorações do Quadricentenário do Descobrimento, em 1900 (WANDERLEY, 1998; OLIVEIRA, 2000). Para Motta (1992, p.23), o clima de pessimismo disseminou-se entre os intelectuais da época, que foram levados a avaliar a situação do país e a formular propostas de superação do alegado “atraso” nacional; as respostas oferecidas se dividiram entre a “busca da ‘verdadeira’ República” e a nostalgia da ordem monárquica. Ironicamente, alguns republicanos desiludidos fantasiavam uma salvação vinda do Império

(OLIVEIRA, 1989, p.186; MOTTA, 1992, p.24-26). O pessimismo não impediu, entretanto, que, à medida que o ano de 1922 se aproximava, a imprensa carioca intensificasse a “vigilância comemorativa” (MOTTA, 1992, p.49) sobre o governo, cobrando empenho na organização de comemorações do Centenário à altura da solenidade que se imaginava para a ocasião.

A avidez com que, sob conjunturas históricas específicas, comemorações cívicas são reclamadas por uma coletividade foi identificada como o “fundo pulsional das festas” pela historiadora Mona Ozouf (1995, p.223), que, com seu estudos sobre as festas da Revolução Francesa, contribuiu para a revisão do interesse historiográfico por esse tipo de comemoração, sobre o qual pairava a suspeita de, revestido pelo “artificialismo” da ideologia dominante, caber, quando muito, a uma “história oficial” (MOTTA, 2011, p.157). Ozouf (1995, p.217) apontou o vínculo particular da festa com o tempo ao reconhecer um bifrontismo nas celebrações coletivas: enquanto promoveriam uma repetição do passado como “estratégia do arcaísmo contra a angústia”, também se voltariam para o futuro com a promessa de uma “novidade ilusória”, que mais seria projeção de um desejo do que antecipação de uma realidade. Nesse sentido, as festas seriam “um mundo temporário que nega sua temporaneidade” e, não obstante o ar de historicidade que seus organizadores tentam a elas atribuir, Ozouf (1995, p.225) indaga se não conduziriam, efetivamente, a uma “fuga da história, para a utopia da festa eterna”. A reflexão leva a notar que as festas sobrepõem múltiplas temporalidades, articulando a um tempo presente tanto uma determinada experiência do passado quanto um horizonte de expectativas em relação ao futuro (KOSELLECK, 2006, p.16).

Para compreender como os organizadores das festas realizam tais operações simbólicas na tessitura do tempo histórico, Ozouf sinaliza uma pista a seguir na profusão de documentos deixados pelas celebrações revolucionárias francesas:

Inumeráveis documentos permitem apreender a intenção dos organizadores das festas; sem dúvida não é necessário tomar ao pé da letra essa justificação por demais voluntária e consciente de si mesma, mas para equilibrá-la se dispõe também de testemunhos que permitem apreciar a difusão e a recepção de seus programas e medir as resistências que foram encontradas. (OZOUF, 1995, p.231).

Embora o comentário se refira ao caso específico francês, também pode ser estendido a outras festas, conforme atesta a copiosa documentação deixada pela Exposição do Centenário da Independência brasileira. É ainda pertinente, cabe ressaltar, quanto à cautela a ser mantida diante do testemunho programático trazido por essas fontes que, por vezes, evocam questionável reivindicação de registro unívoco dos acontecimentos. A armadilha para os historiadores das festas estaria não só em descrevê-las nos termos empregados por seus organizadores, mas também em reproduzir de modo não ponderado a própria interpretação dos

eventos preconizada por esses agentes. A esse respeito, é importante lembrar a advertência feita por Ozouf de que:

Essa escrupulosa fidelidade aos testemunhos contemporâneos explica, em todo caso, o triunfo, na história das festas, do sentido que se pretendeu sobre o sentido que se viveu. Os historiadores dotam de uma estranha onipotência os projetos dos organizadores e os comentários que os apoiam. A festa é uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa. (OZOUF, 1995, p.223-224).

Sob a ressalva dessa observação, uma das numerosas fontes documentais a serem examinadas, com a devida cautela, para retratar o processo de organização da Exposição Internacional do Centenário da Independência é o seu *Relatório dos trabalhos*. Seus dois volumes de mais de 600 páginas cada, compilados pelo diplomata Arno Konder²³ – chefe do Serviço de Expediente e Arquivo da Secretaria Geral da Comissão Executiva da Exposição do Centenário e, posteriormente, encarregado de conduzir os trabalhos de liquidação do evento (BRASIL, 1926, p.8; 91) –, proporcionam registro pormenorizado de todas as fases da Exposição, da montagem ao encerramento, sob a perspectiva de seus idealizadores.

2.2 Os preparativos para as comemorações do Centenário da Independência brasileira

De acordo com os antecedentes da Exposição do Centenário citados por seu *Relatório dos trabalhos*, a “vigilância comemorativa” começa a repercutir com mais concretude no Poder Legislativo já em 1916, a partir do projeto n. 278, de autoria dos deputados (e primos) José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Manuel Bueno de Andrada, que visava a autorizar o presidente da República a definir com os governos estaduais as bases da comemoração do Centenário. Após dois anos arquivado, o projeto voltou a ser objeto de discussão nas comissões de Constituição e Justiça e na de Instrução Pública, em 1918, bem como na Comissão de Finanças, em 1919, ano em que seu número foi alterado para 412.

O ano de 1919 também marca, em paralelo às discussões parlamentares, a movimentação em torno do debate de propostas para as comemorações do Centenário na sociedade civil, com a fundação, em 4 de junho de 1919, da Associação do Centenário da Independência do Brasil, agremiação criada em reunião no Clube de Engenharia²⁴. Sediada na

²³ Dados biográficos dos indivíduos mencionados neste capítulo encontram-se no Apêndice.

²⁴ A reunião definiu o estatuto da associação e seu quadro administrativo, composto pelo engenheiro paranaense João Teixeira Soares (presidente), pelo magistrado fluminense Ataulfo de Paiva (presidente honorário), pelo engenheiro fluminense Augusto Ferreira Ramos (vice-presidente); pelo comerciante gaúcho Afonso Vizeu (tesoureiro), por Álvaro Sá de Castro Menezes (1º secretário) e Humberto Gottuzo (2º secretário). Além disso,

Câmara do Comércio Internacional do Brasil, a associação, contudo, limitou-se à declaração de intenções quanto à elaboração de um programa comemorativo, não indo muito além da compilação de algumas propostas consideradas no debate público há algum tempo, sem grandes desdobramentos. De maior consequência para as festas oficiais seria outra iniciativa do mesmo mês de junho de 1919: o projeto elaborado pelo engenheiro e jurista Nestor Ascoli, apresentado pelo deputado cearense Justiniano de Serpa no fim daquele ano, em meio às discussões de emendas ao projeto de 1916 dos primos Andrada na Comissão de Finanças da Câmara (A NOITE, 1919, p.1).

Revisto por Justiniano de Serpa, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Artur Pinto da Rocha e Afonso Celso Jr., o projeto de Ascoli aliou sugestões originais a uma ampla sistematização das propostas existentes. O resultado foi apresentado na forma de cem artigos que abrangiam, dentre outras iniciativas: a realização de monumentos, congressos, publicações, obras artísticas, medalhas, moedas e selos comemorativos; a construção de um Museu Histórico Nacional e de um Panteão Nacional, submetidos a um só diretor; o traslado para o Rio de Janeiro dos restos mortais de Pedro II, Teresa Cristina e D. João VI; a composição de um hino do Centenário e a oficialização da letra do Hino Nacional Brasileiro; a realização de uma parada militar, de uma revista naval e de um cortejo histórico do Centenário; a transformação do 1º regimento de cavalaria do Exército no “Regimento dos Dragões da Independência”, cujo primeiro uniforme seria o da antiga guarda de honra de D. Pedro I; a elaboração de um resumo de História do Brasil adaptável ao cinema, que subsidiasse a produção de um filme; a realização dos jogos esportivos do Centenário pela Confederação Brasileira de Desportos, com a colaboração do Fluminense *Football Club* por meio da cessão de suas dependências; o estabelecimento da Universidade do Rio de Janeiro; e uma série de atividades pontuais a serem desempenhadas por ministérios, instituições governamentais e da sociedade civil. Uma dessas atividades, a ser organizada pelo governo federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, era a realização de uma Exposição Nacional entre os dias 7 de setembro

constavam do conselho consultivo: o engenheiro fluminense Paulo de Frontin; o religioso sergipano Fernando Rangel de Melo; o empresário gaúcho Candido Gaffrée; o advogado fluminense Alberto de Faria; o industrial português José Júlio Pereira de Moraes, o Visconde de Moraes; o advogado carioca Alfredo Bernardes da Silva; o engenheiro e jornalista baiano Antônio Geraldo Rocha Filho; o militar gaúcho e ex-prefeito do Distrito Federal, Bento Ribeiro; o engenheiro e diplomata maranhense Raimundo de Castro Maya; o comerciante luso-brasileiro José Rainho da Silva Carneiro; o engenheiro e empresário carioca Guilherme Guinle; o industrial Américo Ludolf; o almirante carioca José Cândido Guillobel; João Severiano da Silva; Joaquim de Souza Leão; Conde de Avelar; o engenheiro e político carioca Oscar Weinshenck; o médico carioca Miguel Couto; o advogado e empresário canadense Alexander Mackenzie; o engenheiro norte-americano Frederick Albion Huntress; o fluminense Conrado Jacob de Niemeyer; o engenheiro militar baiano e ex-prefeito do Distrito Federal, Francisco Marcelino de Souza Aguiar; o médico e político fluminense Joaquim Francisco Moreira; o militar gaúcho Cordeiro de Farias; e Emilio Grandmasson (O PAÍS, 1919a, p.5).

e 31 de dezembro de 1922, cujas edificações construídas deveriam ser aproveitadas para instalação de outros serviços públicos (BRASIL, 1920c; JORNAL..., 1921, p.4).

Para auxiliar o governo a promover esse extenso programa, o projeto previa uma comissão comemorativa, cujos mais de setenta membros proviriam dos principais órgãos governamentais, instituições educacionais, científicas e sociais da Primeira República. A inflação de comissários não era inédita na história das exposições brasileiras: em 1900, quando houve uma tentativa frustrada de organizar uma exposição a propósito do quarto Centenário da chegada dos portugueses à América, uma grande comissão de quatrocentos membros e um conselho deliberativo composto por cem integrantes acabou resultando em um livro de quatro volumes, em que cada capítulo tinha cem páginas de extensão, como em espécie de homenagem numerológica à data comemorativa (KUHLMANN JÚNIOR., 2001, p.47).

O artigo 1º do projeto de Ascoli, com a prolixa lista de comissários, só perdia em tamanho para o artigo que tratava da organização de um concurso público que escolheria um “plano completo de remodelação” da cidade do Rio de Janeiro, a ser executado pela União em parceria com a prefeitura do Distrito Federal, com o auxílio de uma comissão adicional. De realização progressiva, a remodelação teria, contudo, trabalhos mais urgentes, a serem concluídos a tempo das comemorações do Centenário. Entre os principais objetivos do plano, constavam os “melhoramento e embelezamento dos morros encravados no centro da Capital da República e dos demais que possam ser transformados em logradouros e bairros-jardins” (BRASIL, 1920c, p.2075-2076, art. 38), com destaque para o Morro do Castelo, cujo arrasamento era o núcleo da modernização urbana, condição considerada por alguns setores técnicos, intelectuais e políticos como indispensável para o êxito de qualquer proposta de comemoração do Centenário.

O projeto Nestor Ascoli facultava aos comissários do Centenário “o direito de solicitar informações de todas as repartições públicas” e estipulava que eles deveriam acertar com os presidentes e governadores dos estados a nomeação de comissões comemorativas estaduais, que, por sua vez, solicitariam dos Executivos locais a nomeação de comissões municipais, com o fim de assegurar a realização de comemorações em todos os pontos do território nacional (BRASIL, 1920c, p.2070, art. 1º). Às festas na capital da República, contudo, os governadores dos estados seriam chamados apenas a assistir (BRASIL, 1920c, p.2078, art. 90).

Enquanto os parlamentares deliberavam, o então prefeito do Distrito Federal, Milcíades de Sá Freire, acrescentava sua contribuição à coleção de propostas comemorativas. Em dezembro de 1919, o jornal *O País* registrava a preferência do prefeito pela sugestão, feita por

Noronha Santos²⁵, de realizar, em setembro de 1922, uma grande exposição retrospectiva de costumes e tradições do Brasil, em que todos os estados fossem representados em seus “costumes regionais”. Sá Freire chegou a expedir convite a todos os governadores e presidentes dos estados; no documento, lembrava que a cidade do Rio de Janeiro, como “centro de onde irradiam quase todas as ideias e iniciativas de interesse do país”, tinha um papel fundamental a desempenhar na organização das comemorações do Centenário, e estabelecia um prazo de seis meses para que as autoridades estaduais enviassem um programa detalhado do que pretendiam apresentar em termos de “tradições e costumes das diversas províncias e dos atuais Estados, na sua vida íntima, nas usanças e na evolução da sua cultura social e doméstica” durante a exposição retrospectiva, a ser realizada na localização provável da Quinta da Boa Vista (O PAÍS, 1919b, p.4). Sá Freire também provia instruções acerca das responsabilidades que caberiam a cada estado, como a construção de seus próprios pavilhões no evento:

Em local apropriado e que será oportunamente escolhido pelo governo do Distrito Federal, serão reunidas as exposições regionais, instaladas em pavilhões construídos e administrados pelos Estados da Federação, pela cidade do Rio de Janeiro e pelo governo da União com referência ao Território do Acre. Cada Estado representará a sua vida local, típica, característica, ocupando uma área razoável de terreno, oportunamente demarcada pelo governo do Distrito, de acordo com as necessidades dos expositores e tendo em vista a área total do terreno escolhido. A forma da contribuição pitoresca e o seu programa pertencerão aos Estados, e bem assim terão esses inteira liberdade nas instalações que julgarem convenientes. O Distrito Federal se encarregará da ordem interna do local e de todos os serviços que entendam com a polícia administrativa da área ocupada, cabendo, entretanto, aos Estados, além das construções, instalações, iluminação e organização do pessoal para os seus pavilhões, a divulgação do que expuserem por meio de guias, memórias e bem assim de quaisquer publicações, que poderão ser vendidas nos pavilhões e recintos destinados a cada um. (FREIRE, 1919 apud O PAÍS, 1919b, p.4).

A despeito das intenções de Sá Freire, as discussões na Câmara prosseguiram e ainda não se aproximavam de uma conclusão. No início de 1920, o jornal *O País* noticiava que o projeto sob relatoria de Justiniano de Serpa, contendo as propostas de Ascoli, não obtivera aprovação congressional para se transformar em resolução legislativa (O PAÍS, 1920a, p.3). Artur Pinto da Rocha, um dos revisores do projeto Nestor Ascoli, lamentava, ainda no fim de dezembro de 1919, a indiferença do Congresso em relação à proposta. Respondendo às objeções ao plano, o ex-deputado gaúcho afirmava que o superdimensionamento da comissão comemorativa e do próprio projeto poderia ser corrigido, sendo o plano adaptado às restrições orçamentárias vigentes, de modo a não perder algumas sugestões de Ascoli. Rocha convocava, finalmente, a entrada decisiva do governo federal na organização das festas do Centenário,

²⁵ Provavelmente Francisco Agenor de Noronha Santos (1876-1954), chefe de Seção do Arquivo Municipal do Distrito Federal, dadas as minuciosas referências do artigo ao acervo da instituição.

sobrepondo-se à multitude de propostas comemorativas que circulavam à época e ameaçavam transformar as celebrações no que chamou de “orgia carnavalesca”:

[...] e o Congresso desinteressando-se do assunto dará uma triste ideia do seu patriotismo, deixará o assunto entregue à anarquia e o Centenário da Independência acabará por ser festejado em uma grande orgia carnavalesca. [...] O governo da República não se pode desinteressar da celebração do Centenário e se desde já, com o Congresso ou sem o Congresso, com esse projeto na íntegra, ou modificado, ou substituído, não se puser à frente dos trabalhos para organizá-los, unificá-los, encaminhando-os, diretamente ou indiretamente, por uma comissão oficial, escolhida entre pessoas que possam, queiram e saibam trabalhar, a celebração do Centenário da nossa Independência vai ser um maxixe desenfreado, uma coleção de chás-dançantes, entremeados de sessões solenes. A celebração de um acontecimento de tal magnitude não é coisa que se deixe à mercê das mil e uma iniciativas particulares. Se o governo deixar correr o marfim e não impuser a sua direção superior, elaborando um projeto como esse que a Câmara votou à indiferença sem estudá-lo, a celebração dessa data máxima da nossa história pouco mais será do que uma das saturnais que todos os anos costuma enlouquecer em fevereiro a população carioca. (O IMPARCIAL, 1919, p.1).

Em meio aos impasses, em junho de 1920, o deputado federal alagoano Pedro da Costa Rego apresentou mais um projeto, de número 19, alegando que, diante dos “planos que se acumulam nos arquivos [...] do Congresso, alguns já entregues à poeira do esquecimento”, o “mais prático a fazer, do ponto de vista legislativo, é dar ao governo uma autorização geral, para que ele promova a comemoração” do Centenário (REGO, 1920, p.2). Naquele mesmo mês, o britânico Ralph L. Cobham, representante de investidores estrangeiros no Brasil, submetera à apreciação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a proposta de realizar uma exposição internacional, em que produtos nacionais e estrangeiros fossem exibidos ao público, nos moldes das grandes feiras internacionais; era a primeira menção na imprensa à comemoração do Centenário por meio de uma exposição de natureza internacional (O PAÍS, 1920c, p.3). Para o articulista de *O País*, a ideia era bem-vinda, desde que a programação de comemorações nacionais não se reduzisse à feira, cujas rédeas da organização deveriam ser tomadas pelo governo federal. Caberia, ainda, sistematizar todas as ideias dispersas de comemoração em um projeto dinâmico e exequível, à diferença do que fora tentado na Câmara, tão “enfadonho” que ninguém o lera:

Não há dúvida de que a celebração do Centenário deve ser uma coisa séria; mas é preciso não esquecer que vamos fazer festas e dar expansão aos nossos sentimentos de orgulho patriótico em manifestações de alegria. Parece, portanto, mal avisado começar logo os preparativos do Centenário com um projeto de comemoração que poderá ser uma magnífica síntese de profundas considerações sociológicas sobre o grande acontecimento, mas que é tão pesado e tão enfadonho que ninguém teve a coragem de lê-lo integralmente. (O PAÍS, 1920c, p.3).

Pouco tempo depois, o deputado federal mineiro Francisco Valadares, em sessão de 14 de agosto de 1920, voltou a ler o projeto de Nestor Ascoli na Câmara, solicitando a sua

publicação no Diário do Congresso Nacional e demonstrando que as propostas do advogado carioca ainda não haviam sido completamente “entregues à poeira do esquecimento” (BRASIL, 1926, v.1, p.9). Também em agosto de 1920, o deputado Paulo de Frontin, ao propor emendas ao projeto de comemoração do Centenário, ressaltou que a ocasião ensejava obras que deveriam estar concluídas até setembro de 1922 e outros empreendimentos que, por sua complexidade, se estenderiam para além dessa data. Além disso, propôs a realização de uma exposição nacional como um dos pontos indispensáveis do programa de comemorações do Centenário. À diferença da exposição retrospectiva proposta por Sá Freire, entretanto, a de Frontin assemelhava-se mais a uma versão nacional da de Cobham, na medida em que pretendia apresentar a evolução econômica e técnica do país por meio da produção de suas “indústrias, tanto manufatureiras como agrárias e extrativas” (O PAÍS, 1920b, p.3).

Finalmente, em 11 de novembro de 1920, o texto emendado do projeto n. 19, de 1920, foi fixado no decreto legislativo n. 4.175, iniciando a primeira fase de montagem da Exposição do Centenário. O decreto autorizava o Poder Executivo a promover a comemoração do Centenário da Independência com a cooperação de todas as classes sociais; para tal, estabelecia uma comissão diretamente subordinada ao presidente da República, com a missão de compilar os projetos apresentados em diversas instâncias públicas e particulares em um programa centralizado de comemorações. Além disso, o ato legislativo também oficializava a decisão governamental de se comprometer com a realização de uma exposição nacional na cidade do Rio de Janeiro. A comissão *ad hoc* estabelecida pelo decreto n. 4.175 foi integrada por Geminiano da França, Paulo de Frontin, Alfredo Bernardes da Silva, Augusto de Lima, Lauro Müller, Araújo Franco, Álvaro de Carvalho, Tomás Delfino dos Santos, Miguel Osório de Almeida, Carlos Sampaio, Sampaio Correia, Afonso Celso Jr., Antônio Coutinho Gomes Pereira e João Baptista da Costa (BRASIL, 1926, v.1, p.9-10).

Essa comissão reuniu-se em três ocasiões em dezembro de 1920. Na segunda reunião, em 9 de dezembro, o projeto de Nestor Ascoli foi trazido ao debate por Afonso Celso Jr., que submeteu “à apreciação da comissão um projeto de programa que elaborou, sintetizando e aproveitando o quanto possível o projeto já conhecido, que o sr. deputado Justiniano de Serpa apresentou à Câmara” (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1920 *apud* FONSECA, 2017, p.102-103). Carlos Sampaio, ao tratar do “longo programa” organizado por Ascoli, ressaltou que se tratava de “um programa completo, mas de tal forma desenvolvido que sua execução integral exigiria despesas fabulosas [...]. Assim, impõe-se como solução única, formular um programa que encerre somente o que for possível realizar” (SAMPAIO, 1920 *apud* FONSECA, 2017, p.103). O parecer que a comissão, finalmente, ofereceu ao governo foi uma versão resumida do projeto

de Ascoli, tomado como “base exclusiva do programa da celebração centenária” (A EXPOSIÇÃO..., 1923c, p.68), sem as minúcias de cada ponto da proposta do jurista carioca. Destaca-se desse parecer final a avaliação de que “na hipótese de não se organizar uma Exposição Internacional, cujos resultados, aliás, seriam magníficos para o nosso país, a comissão pensa que deve ser levada a efeito uma grande exposição nacional, interessando a todas as manifestações do trabalho brasileiro [...]” (BRASIL, 1926, v.1, p.11).

Aceitando várias sugestões do parecer oferecido pela comissão *ad hoc*, o governo decidiu, em fevereiro de 1921, além de estabelecer um programa oficial provisório com 22 pontos, nomear uma comissão executiva, que se estabeleceu no edifício da Biblioteca Nacional, para dar início imediato aos trabalhos preparatórios. A Comissão Executiva do Centenário da Independência foi, inicialmente, composta pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alfredo Pinto Vieira de Melo, que a presidia; por Carlos Sampaio (vice-presidente); Henrique Carneiro Leão Teixeira (tesoureiro); Antero Pinto de Almeida; João Baptista da Costa; e João Baptista de Melo e Sousa (secretário); só adquiriria sua configuração final, contudo, em outubro daquele ano. Durante sua existência, reuniu-se semanalmente e em convocações extraordinárias em um total de 95 sessões (BRASIL, 1926, v.1, p.15; 265).

Nas sessões de março de 1921, além de definir que o Ministério das Relações Exteriores deveria enviar convites aos países estrangeiros para a Exposição, a Comissão Executiva discutiu como o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, responsável por organizar a mostra de produtos nacionais, integraria a organização do evento. Naquele mês, o titular da pasta, Ildefonso Simões Lopes, expôs um plano em que a participação de seu ministério na exposição constituiria cerca de 75% do certame; também expôs uma proposta de financiamento²⁶ da Comissão Executiva, na qual figurava um plano de emissão dos Bônus da Independência, idealizado por Delfim Carlos Bernardino da Silva, funcionário do ministério chefiado por Simões Lopes. Tais bônus consistiam em títulos que davam direito ao sorteio de prêmios e a vinte entradas para a Exposição; e seriam regulados pelos decretos n. 15.020 e 15.021, de 22 de setembro de 1921 (BRASIL, 1926, v.1, p.20; 68; ILUSTRAÇÃO..., 1921, p.66-68).

²⁶ Completavam o financiamento da Exposição verbas do orçamento federal votadas pelo Congresso; a disponibilidade de terrenos criados pelo aterramento da área em que o evento foi instalado e pela desapropriação de terrenos adjacentes; e as contribuições dos países visitantes, sob a forma da construção de pavilhões (BULHÕES, 2003, p.79).



Figura 24: Cartão-postal. Anúncio do Bônus da Independência, 1922. Fonte: Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, caixa 2297, Arquivo Nacional.

Figura 25: Pôster. Anúncio do Bônus da Independência, 1922. Fonte: Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, Arquivo Nacional.

Figura 26: Bônus da Independência e ingressos para a Exposição. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.14, 12 out. 1921, p.67.

Para sistematizar a participação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Simões Lopes editou, em abril de 1921, portaria que criou a Comissão Organizadora da Exposição na parte relativa à sua pasta, com escritório na rua do Mercado. Regida por instruções de 9 de maio e um regimento interno de 6 de junho, a Comissão Organizadora seria composta por diretores gerais e chefes de serviço do ministério, além de representantes recrutados entre a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, e outros segmentos econômicos considerados relevantes pelo ministro (BRASIL, 1926, v.1, p.70-71). Tentando subordinar a organização do certame ao comando da pasta de Simões Lopes, a Comissão Organizadora, de início, nomeou cargos que seriam igualmente adotados pela Comissão Executiva, gerando algumas sobreposições funcionais. Em dezembro de 1921, contudo, um novo regimento da Comissão Organizadora fixaria Antônio Olinto dos Santos Pires, Antônio de Pádua Assis Resende, Mário Barbosa Carneiro e Delfim Carlos Bernardino da Silva como, respectivamente, 1º e 2º vice-presidentes, tesoureiro e secretário-geral exclusivos da comissão presidida pelo ministro da Agricultura – membros, portanto, com experiência na montagem de exposições, dadas a atuação de Antônio Olinto como comissário brasileiro na seção de Minas e Metalurgia na feira de Saint Louis (1904) e na presidência da comissão organizadora da Exposição Nacional de 1908, bem como a de Pádua Resende tanto em 1908 quanto em Turim (1911), quando foi comissário geral da representação brasileira (BRASIL, 1926, v.1, p.102-103).

A menos de um ano do Centenário, o mês de outubro de 1921 marcaria uma importante reforma na administração dos preparativos das comemorações. Buscando dirimir a incipiente sobreposição de atribuições e definir melhor as competências dos diferentes órgãos colegiados responsáveis pela organização dos trabalhos, o decreto n. 15.066, de 24 de outubro de 1921, definiu a configuração definitiva da Comissão Executiva, enquanto seu regimento interno especificou as competências de cada um dos três membros: (i) ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio coube organizar não apenas a parte nacional da exposição (à exceção da seção de Belas-Artes), como também o concurso dos países convidados, a propaganda, os congressos econômicos e os filmes exibidos na exposição; (ii) ao prefeito do Distrito Federal – cargo ocupado, desde 7 de junho de 1920, por Carlos Sampaio – couberam todas as desapropriações, demolições e construções relativas à preparação do local da Exposição, a concessão para pavilhões e serviços diversos no espaço do evento, e a inauguração do novo Palácio do Conselho Municipal; (iii) finalmente, o ministro da Justiça e Negócios Interiores – cargo ocupado por Joaquim Ferreira Chaves desde setembro de 1921 – foi incumbido de

providenciar a execução de todos os pontos restantes do programa oficial de comemorações (BRASIL, 1926, v.1, p.73-74).



O SR. DR. JOAQUIM FERREIRA CHAVES, MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO, E SEUS AUXILIARES DE GABINETE.

Figura 27: Charge. Alfredo Storni. “A Comissão: Mas de tudo quanto resolvemos, não ficou resolvida coisa alguma...”. As sobreposições entre as comissões trouxeram algumas dificuldades. Fonte: O MALHO, n.954, 25 dez. 1920, p.14.

Figura 28: Fotografia. Autoria desconhecida. Joaquim Ferreira Chaves, ministro da Justiça e Negócios Interiores de setembro de 1921 a novembro de 1922 e segundo presidente da Comissão Executiva, rodeado por auxiliares de gabinete. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.22, 24 jun. 1922, p.67.

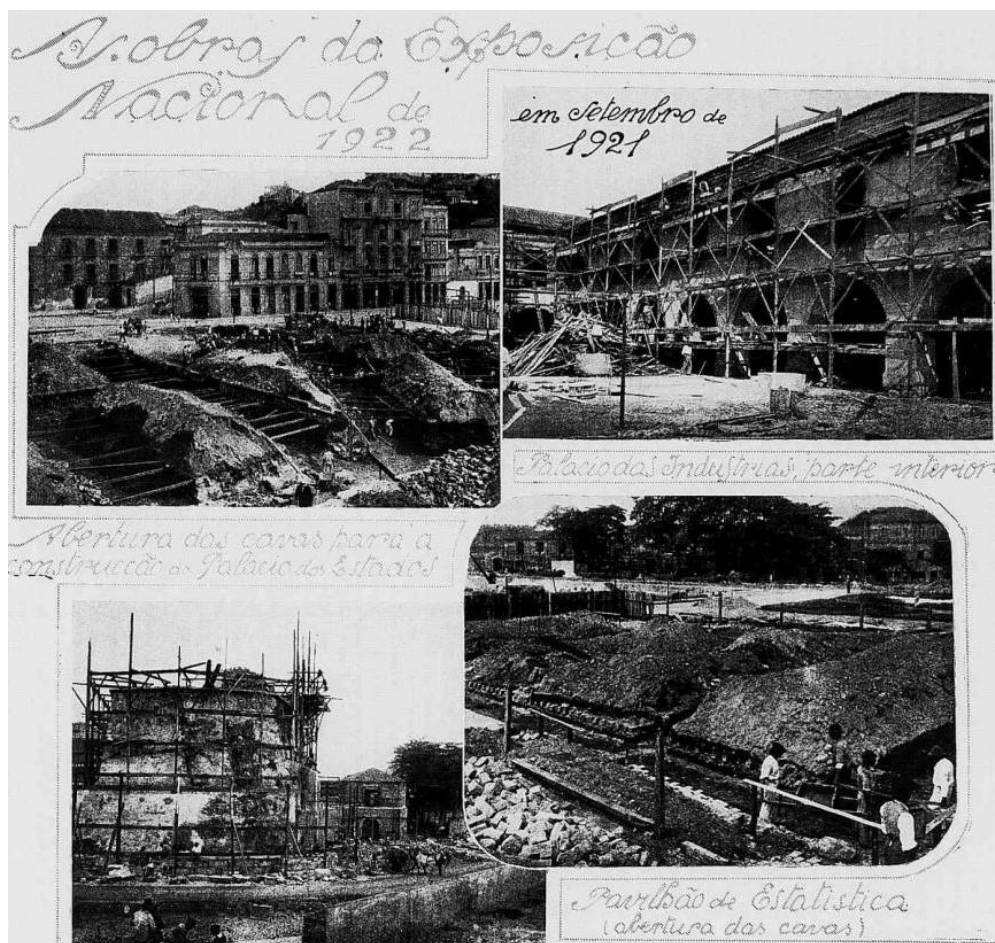


Figura 29: As obras da Exposição do Centenário a um ano da inauguração. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.16, 25 dez. 1921, p.74.

Datado de 29 de outubro de 1921, o programa oficial definitivo de comemorações compreendeu dezoito pontos, que iam da inauguração (i) de estátuas de “brasileiros ilustres”, (ii) do Panteão dos Andradas em Santos, São Paulo, (iii) do Museu da Independência em uma parte do antigo palácio da Quinta da Boa Vista²⁷, (iv) do novo Palácio do Conselho Municipal carioca, (v) do edifício completo da Escola Nacional de Belas-Artes; à elaboração de medalhas e selos postais, realização de congressos, filmes, parada militar, revista naval, recepções, cortejo cívico, jogos olímpicos; passando pela exposição da Carta Geográfica do Centenário (organizada pelo Clube de Engenharia); pela publicação das obras *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (pelo IHGB), *Geografia do Brasil* (pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) e *Arquivo Diplomático da Independência* (pelo MRE); e, finalmente, chegando à decoração do Rio de Janeiro, à realização de concertos musicais em praça pública e a outros “festejos populares” oportunamente decididos. O primeiro e mais extenso ponto do programa dizia respeito à “inauguração de uma Exposição Nacional, compreendendo as principais modalidades do trabalho no Brasil”. O local enfim decidido para sua realização foi “no edifício do antigo Arsenal de Guerra e suas dependências, e nos terrenos circunvizinhos de que o Estado e a municipalidade possam dispor” (BRASIL, 1921, p.7-11).

O regulamento geral da Exposição, definitivamente aprovado pela Comissão Executiva em 31 de outubro de 1921, estipulava que os estados e o Distrito Federal poderiam construir seus próprios pavilhões no evento, desde que submetessem seus projetos de construção à aprovação da Comissão Executiva até 15 de dezembro de 1921. Ainda quanto à participação das unidades federativas, solicitava-se dos governos estaduais que nomeassem delegados para acompanhar as deliberações da Comissão Organizadora, e também que formassem comissões estaduais e municipais, para promover a Exposição no interior do país e organizar os produtos que seriam enviados ao Rio de Janeiro para exibição. Além disso, os governos locais deveriam realizar exposições regionais, “como elemento preparatório e educativo para a Exposição Nacional”, com a orientação de delegados nomeados pelo ministro da Agricultura para os estados.²⁸ De acordo com as *Instruções aos delegados nos estados* e o *Regulamento especial*

²⁷ Esse ponto seria posteriormente transformado na iniciativa de instalação do Museu Histórico Nacional no Palácio das Grandes Indústrias da Exposição (BRASIL, 1926, v.1, p.16).

²⁸ Em julho e agosto de 1921, Simões Lopes designou os seguintes delegados da Comissão Organizadora nos estados: Antonio Monteiro de Sousa (Amazonas e Território do Acre); Djalma Cavalcanti (Pará), Raimundo Augusto Maranhão (Maranhão e Piauí), Ananias Teófilo Serpa (Ceará), Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Rio Grande do Norte e Paraíba), Jaime Castelo Branco Coimbra (Pernambuco), José Feliciano da Rocha (Alagoas e Sergipe), Joaquim da Silva Rocha (Bahia – substituído por Gratulino de Albuquerque Melo), Fernando P. da Rocha Paranhos (Espírito Santo e Rio de Janeiro), Maurício Sampaio Viana (São Paulo), Manoel Correia Defreitas (Paraná), Luís Loureiro Jr. (Santa Catarina), Júlio Azambuja (Rio Grande do Sul), Justino

para a coleta dos produtos, o delegado deveria apresentar-se ao chefe do Executivo municipal, com quem deveria organizar, assistido pela comissão estadual, a comissão local, responsável pela coleta de produtos. Além disso, esse regulamento especial demonstra certa seletividade subjetiva quanto à escolha dos produtos, ao instruir os delegados, “sempre que for possível”, a organizar exposições regionais, “com o fim de selecionar os produtos e mostruários, de modo a não enviar à Exposição senão objetos que forem dignos de ali figurar” (BRASIL, 1926, v.1, p.132-133; 469; 482).



Figura 30: Selos do Centenário da Independência, o ponto V do programa comemorativo. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.17, 20 jan. 1922, p.71.

Carneiro (Minas Gerais) e Anfilóquio Marques da Silva (Goiás e Mato Grosso). Posteriormente, decidiu-se que cada estado teria seu próprio delegado, sendo nomeados Vítor Maria da Silva (Maranhão), José Garibaldi Dantas (Rio Grande do Norte), Hunald Santaflor Cardoso (Sergipe), Luís Adolfo Thiers Veloso (Espírito Santo) e Antônio Borges dos Santos (Goiás). Pádua Resende supervisionou a representação do DF (BRASIL, 1926, v.1, p.94).

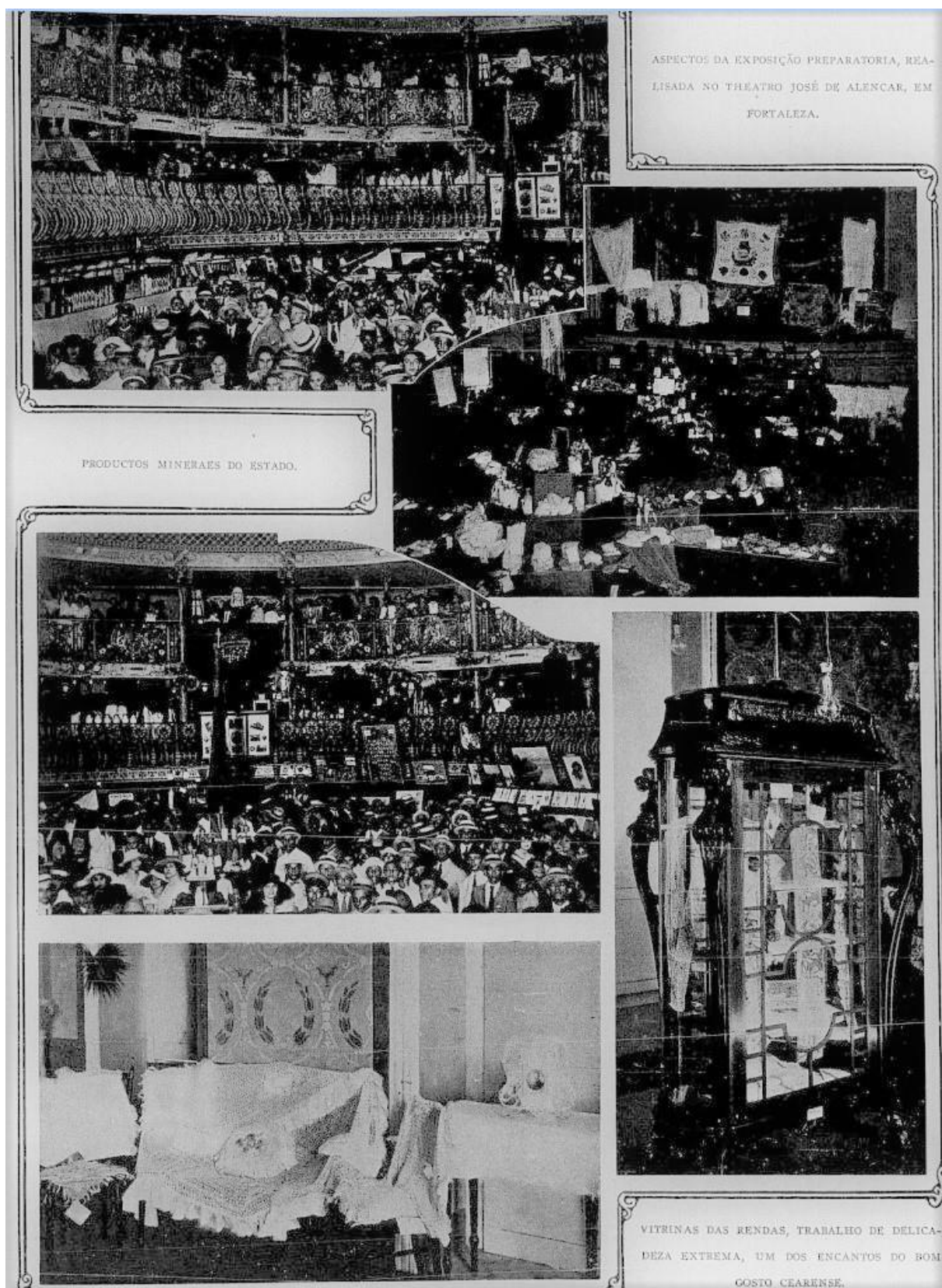


Figura 31: Fotomontagem. Autoria desconhecida. Exposição regional preparatória no Ceará. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.25, 7 set. 1922, p.252.

Finalmente iniciado o ano das comemorações, mudanças adicionais na organização: em fevereiro de 1922, a seção estrangeira da Exposição, que estava sob os cuidados da Comissão Organizadora, passou à direção de Alfredo Conrado de Niemeyer, diretor do Escritório Oficial da Comissão Executiva. No mesmo mês, decidiu-se estender o funcionamento da exposição até 31 de março de 1923. Já em maio, o ministro Ildefonso Simões Lopes, que era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, teve seu pedido de exoneração aceito, diante do agravamento das tensões entre seu partido e o governo em meio à sucessão presidencial, sendo sucedido no cargo ministerial por José Pires do Rio. No mês seguinte, o funcionamento de todos os serviços administrativos da Exposição foi transferido da Biblioteca Nacional para o Palácio Monroe, que foi considerado oficialmente como parte integrante das instalações oficiais do evento; a Câmara dos Deputados, que funcionava no Monroe, foi removida para a Biblioteca Nacional (BRASIL, 1926, v.1, p.26-28).

A mudança mais dramática, entretanto, viria com dois decretos do fim de julho de 1922, o conturbado mês do levante tenentista, inaugurando a segunda fase de montagem da Exposição do Centenário: por meio do decreto n. 15.569, do dia 22 daquele mês, a Exposição passou a se chamar “Exposição Internacional do Centenário da Independência” e a ser superintendida por um delegado geral, subordinado à Comissão Executiva. Já o decreto n. 15.581, de 26 de julho de 1922, alegando “a necessidade de centralizar todos os serviços referentes à comemoração do Centenário”, entregou as providências para execução do programa de comemorações a um comissário geral – integrante da Comissão Executiva, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (porque tal comissário não poderia desempenhar atos da competência do Poder Executivo federal) e “de confiança direta e imediata do presidente da República”. Francisco Ferreira Ramos foi o primeiro delegado geral, cargo que, a princípio, era uma espécie de assistente do comissário geral²⁹, posição ocupada pelo prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio (BRASIL, 1926, v.1, p.103-104).

²⁹ Findo o mandato de Carlos Sampaio à frente da prefeitura do Distrito Federal, o cargo de comissário geral foi extinto e o delegado geral assumiu a responsabilidade principal pela Exposição do Centenário. Em 14 de dezembro de 1922, o governo aceitou o pedido de exoneração do cargo de delegado geral feito por Francisco Ferreira Ramos, passando o posto a ser ocupado por Antônio Olinto dos Santos Pires. O delegado geral ganharia ainda mais centralidade ao tornar-se, oficialmente, “chefe central dos serviços da Exposição” com a reforma empreendida em 30 de dezembro de 1922 por João Luís Alves, o novo ministro da Justiça e Negócios Interiores a partir de 15 de novembro de 1922, inaugurando a 3ª fase de organização da Exposição do Centenário (BRASIL, 1926, v.1, p.36; 116-118).

2.3 A indicação do comissário geral Carlos Sampaio e a inflexão nos preparativos para a Exposição do Centenário

A preeminência conferida a Carlos Sampaio corrobora uma decisão tomada pelo presidente Epitácio Pessoa em 1920, que se mostrou decisiva para o rumo tomado pelas comemorações do Centenário. Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal, de 20 de setembro de 1892, que estabelecia a escolha do prefeito carioca como prerrogativa do presidente da República, Pessoa substituiu Sá Freire por Carlos Sampaio no Executivo da capital federal em 7 de junho de 1920. Preocupado com a situação financeira da prefeitura, Sá Freire rejeitava o recurso ao endividamento externo para financiar as obras de remodelação urbana da capital, acreditando ser respaldado pelo presidente na resistência às pressões de parte da imprensa e dos setores econômicos que lucrariam com a empreitada. Sampaio, por sua vez, tinha uma trajetória de envolvimento profissional com investidores estrangeiros e era decididamente comprometido com a realização das grandes obras repudiadas por seu antecessor.

Diante da mudança radical de orientação representada pela indicação de Sampaio, Kessel (2001, p.22) especula se a nomeação seria um indício de que Epitácio Pessoa havia identificado a oportunidade de, atendendo aos clamores da intensa “vigilância comemorativa”, promover festas do Centenário grandiosas, que se tornassem um marco inesquecível de sua passagem pela presidência. Surama Sá Pinto (2011, p.212-213) lembra que Sampaio não tinha experiência no âmbito político e credita a decisão presidencial a uma conjunção de motivos: o escolhido pertencia à rede de sociabilidade do presidente, era uma figura de reconhecida capacidade profissional e projeção no mundo dos negócios, e, principalmente, tinha uma “postura infesta às injunções da política carioca”. Embora não tivesse exercido nenhum cargo eletivo, o mundo da política não era estranho a Sampaio; sua atuação como representante de grandes empresas nacionais e estrangeiras exigia que, frequentemente e com desenvoltura, transitasse por esse meio a fim de defender os interesses de seus representados.

Com as oportunidades de negócios abertas pelo processo de modernização econômica que, a partir da segunda metade do século XIX, se intensifica no Brasil, a categoria profissional dos engenheiros adquire crescente relevância no cenário nacional, ganhando espaço aos bacharéis burocratas que ocupavam os quadros do Estado. Carlos César de Oliveira Sampaio, um engenheiro carioca formado na Escola Politécnica, em 1880, foi exemplo modelar de um grupo que, além da formação profissional, tinha em comum a participação em empresas concessionárias da prefeitura do Rio de Janeiro ou do governo central e o desempenho de funções em cargos da estrutura administrativa governamental. Partilhando de uma mentalidade

burguesa comum a um segmento letrado das sociedades latino-americanas da época, esse grupo constituía uma parcela da elite que mediava poder público e capitais disponíveis no Brasil e no exterior para o processo de modernização da infraestrutura econômica nacional (KESSEL, 2001, p.26; 40; TURAZZI, 1997, p.178-180).

O conjunto de obras realizadas por Carlos Sampaio à frente da prefeitura do Distrito Federal em preparação às comemorações do Centenário foi considerado por Benchimol (1992, p.319) um prolongamento das reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos no início do século XX. A especificidade do estilo de Sampaio na condução das obras, na comparação com seus antecessores, radicava no esquema de financiamento que o engenheiro elaborava para tornar seus empreendimentos possíveis. Sua habilidade para angariar o capital exigido por suas iniciativas lhe rendera o apelido de “mordedor esperto” na imprensa carioca (PINTO, 2011, p.218). Sampaio era orientado pela noção de que o endividamento externo e a dependência do capital estrangeiro eram não só benéficos como incontornáveis para o desenvolvimento nacional. Esse entendimento ficou registrado em diversas ocasiões, a exemplo de quando comentou a administração de seu sucessor na prefeitura, Alaor Prata:

Eu sempre fui, sou e serei... um grande defensor dos interesses estrangeiros em nosso país... todos os serviços públicos, industriais, principalmente nos países novos, devem ser explorados por concessões que atraíam capitais ouro do estrangeiro, concedendo-lhes os favores necessários... (SAMPAIO, 1926 apud KESSEL, 2001, p.65).

A crença na conveniência do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional era compartilhada com o presidente Epitácio Pessoa. Embora a exiguidade de referências diretas às ligações entre Pessoa e Sampaio antes de junho de 1920 recomende prudência no estabelecimento dos nexos causais da nomeação para a prefeitura, a evolução dos preparativos das festas do Centenário demonstra que a experiência acumulada pelo engenheiro em anos de trabalho junto a investidores estrangeiros provou-se decisiva no encaminhamento dado à execução das obras para instalação da exposição. Antes de convidar Sampaio para assumir a prefeitura, Epitácio o nomeou representante brasileiro na I Conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Washington, em outubro de 1919. Em seguida, em janeiro de 1920, indicou-o para a chefia da delegação brasileira à II Conferência Financeira Pan-Americana, uma cúpula que opôs os EUA a um conjunto de países que dependiam de empréstimos em dólar para cobrir o déficit de suas balanças comerciais (GARCIA, 2017, p.166; KESSEL, 2001, p.42).

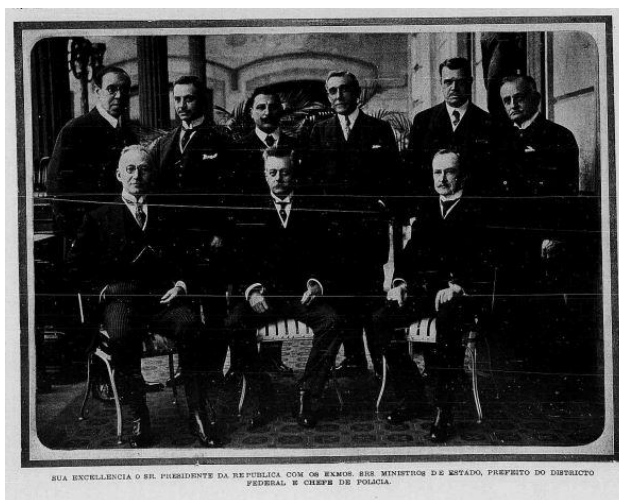


Figura 32: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Sentado, ao centro, o presidente Epitácio Pessoa. Em pé, à direita de Pessoa, Carlos Sampaio. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.25, 7 set. 1922, p.92.

Figura 33: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Carlos Sampaio no lançamento da pedra fundamental do pavilhão dos EUA na Exposição do Centenário. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.20, 21 abr. 1922, p.73.

Figura 34: Reprodução. Epitácio Pessoa e Carlos Sampaio visitam as obras no Castelo. Fonte: REVISTA..., n.42, 15 out. 1921, p.16.

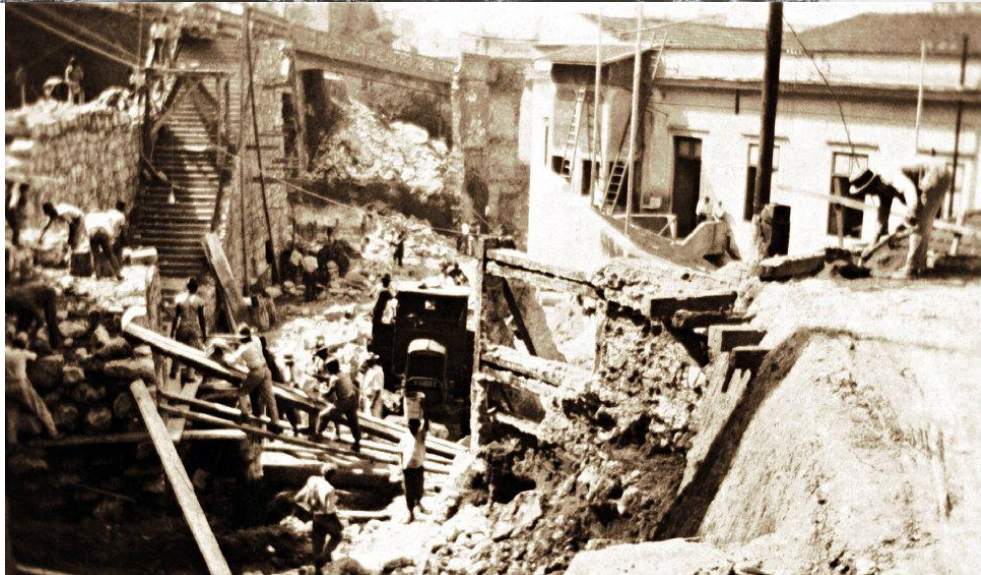


Figura 35: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Pessoa e Sampaio em visita às obras da Exposição. Fonte: O MALHO, n.1021, 3 abr. 1922, p.22.

Figuras 36 e 37: Fotografias. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1921-1922]. Operários nas obras do Castelo. Fonte: <https://bit.ly/3vLjQBQ>

Figura 38: Fotografia. Júlio Ferrez. Rio de Janeiro, [1921-1922]. Os escombros da passagem da modernidade pelo Castelo. Fonte: Fundo Família Ferrez, Arquivo Nacional.

O arrasamento do Morro do Castelo era o mais dramático e extraordinário empreendimento no conjunto das obras do Centenário, constituindo uma antiga “fixação” (KESSEL, 2001, p.6) de Sampaio, iniciada quando, em 1890, obteve uma primeira concessão para derrubar o sítio histórico, posteriormente transferida à Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil e abandonada em 1903. O arrasamento de morros do centro do Rio de Janeiro não era novidade para Sampaio, que iniciara seu envolvimento com a remodelação da cidade ao ser convidado para executar o desmonte do Morro do Senado, em 1887. Na Melhoramentos, empresa da qual era acionista, Sampaio participou, em posições de maior ou menor responsabilidade, de iniciativas como a construção do Cais do Porto do Rio de Janeiro e a demolição do Cabeça de Porco, um grande conjunto de cortiços e casas que abrigava quase duas mil pessoas nas proximidades do Morro da Providência, sumariamente despejadas em 1893. A abertura do túnel João Ricardo, prevista na concessão que levou à remoção arbitrária de tantas pessoas, só foi concluída em 1920, com Sampaio à frente da prefeitura.

Assumindo a responsabilidade de planejar e executar a remodelação do Rio de Janeiro no contexto da reforma Pereira Passos, o Estado brasileiro encampou as principais concessões da Melhoramentos, a exemplo da expansão do Porto do Rio de Janeiro, objeto de um contrato de 1903 entre o governo federal e a firma britânica C. H. Walker & Co. Ltd, que seria uma das construtoras estrangeiras responsáveis por parte das obras contra as secas na presidência de Epitácio Pessoa. Ainda em 1903, Sampaio tornou-se representante de uma empresa norte-americana responsável pelo asfaltamento da Avenida Central. Nos anos seguintes, o engenheiro acumulava ampla experiência no trabalho com investidores estrangeiros concessionários de serviços públicos, ao ocupar posições de direção na Rio de Janeiro *Light and Power*, e ao desempenhar a função de representante do Sindicato Farquhar junto ao governo brasileiro. No conglomerado liderado pelo investidor norte-americano Percival Farquhar, sob a lógica empresarial de uma cadeia de empreendimentos interdependentes, Sampaio aliou seus conhecimentos técnicos à mobilização de contatos políticos nos trabalhos da *Compagnie du Port de Rio de Janeiro*, da Madeira-Mamoré *Railway*, da *Brazil Railway* (uma *holding* do grupo para a região Sul-Sudeste) e da demolição do convento da Ajuda, a poucos metros de onde se abriria a futura esplanada onde foi realizada a Exposição do Centenário (KESSEL, 2001, p.28-46).

Assim, poucos meses após a chegada à prefeitura, Sampaio instalou nas encostas do Castelo, em novembro de 1920, uma velha escavadeira empregada no arrasamento do Morro do Senado, e pôs fim aos planos de Fernando Adamczyk, representante de um grupo de investidores ingleses, que tentava obter a concessão de arrasamento do histórico morro. Antes

um defensor da transferência a particulares dos riscos e lucros das empreitadas de remodelação urbana por meio de concessões, Sampaio, uma vez na prefeitura, passou a defender o controle das obras de embelezamento do Rio de Janeiro pelo poder público.

Em maio de 1921, a prefeitura contraiu um empréstimo de 30 mil contos com o Banco Holandês, que designou a firma Soares & Cia. (do engenheiro João Teixeira Soares, presidente da Associação do Centenário que se reunira no Clube de Engenharia) para dar andamento à derrubada do Castelo. Considerando insatisfatório o ritmo das obras, Sampaio rescindiu o contrato com a empreiteira assim que conseguiu um novo empréstimo, em outubro de 1921, dessa vez com a casa norte-americana Dillon & Read (a mesma com a qual o governo federal contraía, em maio de 1921, um empréstimo de 50 milhões de dólares e com a qual contrairia um segundo empréstimo de 25 milhões de dólares para a eletrificação da estrada de ferro Central do Brasil em 1922). O novo contrato previa um empréstimo de 12 milhões de dólares e a transferência das obras no Castelo para a firma de engenharia norte-americana Kennedy & Co., que, com a adoção de um sistema de mangueiras hidráulicas, triplicou a velocidade da destruição do Castelo, permitindo que os preparativos para a Exposição do Centenário finalmente avançassem, e dissipando os prognósticos de que não seria possível inaugurar a Exposição no tão aguardado 7 de setembro de 1922 (BANDEIRA, 1978, p.204-205; KESSEL, 2001, p.60).



Figura 39: Reprodução. Ilustração. J. Carlos. Centenário retratado como um homem idoso e abandonado ao lado de um livro de História. Fonte: CARETA, n.657, 22 jan. 1921.

Figura 40: Reprodução. Ilustração. Alfredo Storni. A imprensa ironizava o fato de a Exposição ainda não estar pronta para receber o Centenário às vésperas da inauguração, em agosto de 1922. Fonte: CARETA, n.740, 26 ago. 1922.

Em 13 de outubro de 1922, no banquete oferecido por Sampaio aos comissários estrangeiros e membros do júri de recompensas, no Palácio Monroe, além de tentar explicar que a Exposição tinha se tornado internacional pela combinação de uma espécie de desejo nacional de validação externa com o interesse demonstrado pelos países convidados, o prefeito afirmou que a festa do Centenário era uma oportunidade não só de demonstrar a capacidade técnica do Brasil, mas também de realizar negócios lucrativos:

Resolvemos, assim, por ocasião da comemoração do nosso Centenário, em que deveríamos receber embaixadas estrangeiras, realizar uma Exposição e então a escolha do sítio onde localizá-la nos mereceu especial atenção.

Era preciso impressionar os nossos visitantes, não só com a beleza natural do local, mas também com a execução de um trabalho que nos pudesse recomendar ao mundo técnico, e ao mesmo tempo efetuar uma operação financeira lucrativa que direta e indiretamente nos pudesse compensar dos verdadeiros sacrifícios pecuniários que íamos fazer em ocasião de abertura e de crise que afetava ainda a nós e ao universo inteiro. Isso independente de atender a uma questão social do momento, dando trabalho ao operariado.

A Exposição localizada onde o foi seria ainda mais uma valorização imediata dos terrenos que íamos adquirir, pelo desmonte e pelo aterro, a acrescentar-se à valorização natural de serem as áreas adquiridas um aumento da parte da cidade do Rio de Janeiro que constituía a sua verdadeira City.

Bem prevíamos que uma oposição verdadeiramente feroz, em que o ridículo seria a arma principal e a mais poderosa, procuraria criar os maiores obstáculos, as mais elevadas barreiras aos trabalhos a executar.

A tenacidade, porém, de que precisávamos dar prova e a vontade de demonstrar ao mundo que nós brasileiros também sabíamos trabalhar animaram-nos a progredir e até a vos convidar, a vós estrangeiros, a coparticipar da nossa Exposição, criando uma seção internacional anexa à nossa Exposição nacional.

Foi tal, porém, a forma pela qual correspondestes ao nosso convite, que nos julgamos com o direito e nos impusemos o dever de transformar a exposição numa Exposição Internacional. (SAMPAIO, 1922 apud BRASIL, 1926, v.2, p.84)

Em meio a toda essa movimentação, o prefeito indicado por Epitácio Pessoa e tornado comissário-geral da Exposição do Centenário atribuía a si o papel de protagonista, ao afirmar que foi ele quem:

[...] ideou, quem escolheu o local, quem o preparou e até criou uma parte desse local, quem deu as instruções para o delineamento geral, quem resolveu a não demolição e reconstrução do Arsenal de Guerra e da Casa do Trem, quem teve a ideia do aproveitamento do Mercado Velho, quem determinou os diversos palácios e pavilhões, entregando-os a diversos e todos distintos arquitetos, quem fez resolver os diversos problemas de arruamentos, ajardinamentos, arborização, águas, esgotos, telégrafo, telefone, meios de transporte, e iluminação... (SAMPAIO, 1929 apud KESSEL, 2001, p.60).

O comissário geral, “de confiança direta e imediata do presidente da República” (BRASIL, 1926, v.1, p.104), tornou-se o grande mandachuva das comemorações entre julho e novembro de 1922. Quando Sampaio deixou a prefeitura do Distrito Federal e Pessoa a presidência da República, o cargo foi extinto, e o novo mandachuva do evento passou a ser o delegado geral. Os efeitos das decisões de Epitácio Pessoa e Carlos Sampaio quanto ao destino do Castelo, no entanto, já eram irreversíveis.

3 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (II): OS ORGANIZADORES DAS OBRAS CONTRA AS SECAS

A proposta deste capítulo consiste em caracterizar os responsáveis pelas obras no sertão semiárido, reunidos na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, órgão burocrático do qual se procura retratar a formação histórica que desembocou na configuração que apresentava à época do Centenário. Para isso, inicia-se a discussão com a apresentação do problema da intervenção estatal em um espaço usualmente definido, a partir de uma perspectiva litorânea, pela experiência da seca. Na seção seguinte, são indicados os antecedentes e alguns marcos da primeira década de atuação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, cuja renovação promovida durante a presidência de Epitácio Pessoa – momento em que passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – é examinada na seção final.

3.1 O sertão como espaço da seca e a resposta institucional do Estado

Quando, em 1937, Gilberto Freyre publica o ensaio *Nordeste*, anuncia, já no prefácio da obra, que o estudo tratava de apenas “um dos Nordeste”, aquele organizado em torno da economia canavieira e estendido ao longo de uma estreita faixa litorânea da Bahia ao Maranhão, “sem nunca se afastar muito da costa” (FREYRE, 2013, p.27). Em uma obra em que propõe a imaginação de um espaço regional, o autor confessava os limites de seu recorte, ancorados em sua experiência pessoal de vida na Zona da Mata pernambucana, referência que marcaria a perspectiva de sua produção intelectual³⁰. Quanto a um segundo Nordeste, antípoda da “civilização do açúcar”, caracterizado pela atividade pecuária e pela paisagem sertaneja, a recomendação encontrada no prefácio era que o leitor procurasse o livro do cearense Djacir Menezes³¹. Sob o título *O outro Nordeste*, sugerido pelo próprio Freyre, a obra foi publicada

³⁰ “Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil. De um dos Nordeste, acentue-se bem, porque há, pelo menos, dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapê e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa. [...] Aqui apenas se tenta esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira. Do outro Nordeste traçará o perfil para esta coleção [Coleção Documentos Brasileiros] um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes.” (FREYRE, 2013, p.27).

³¹ Djacir Menezes (1907-1996) era natural de Maranguape, Ceará. Concluiu o curso de Direito na Universidade do Rio de Janeiro em 1930 e, dois anos depois, defendeu, na Faculdade de Direito do Ceará, tese de doutorado sobre a influência de Kant no pensamento jurídico. Em 1953, foi contratado pelo Ministério das Relações Exteriores para dirigir a seção didática do Instituto Argentino-Brasileiro em Buenos Aires. Foi professor de diversas instituições nacionais e estrangeiras, entre elas a Universidade Nacional Autônoma do México, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual foi reitor entre 1969 e 1973.

também em 1937, por intercessão do sociólogo pernambucano junto ao editor José Olympio, na mesma coleção Documentos Brasileiros, em que *Nordeste* fora lançada e da qual Freyre seria o diretor até o volume 18 (PALLARES-BURKE, 2012).

Para começar a tratar dos “aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil”, conforme a proposta do subtítulo de seu livro, Freyre (2013, p.33) constrói uma imagem poeticamente minuciosa de um espaço “onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas”, um Nordeste da garapa da cana, em que “nunca deixa de haver uma mancha de água” e cuja “doçura das terras de massapê contrasta com o ranger terrível das areias secas dos sertões”. A essa “terra doce” é contraposta uma alteridade espacial marcada pela aridez de “paisagens duras doendo nos olhos”, que teria distorcido o significado de Nordeste, ao destoar da concepção imaginada por Freyre:

A palavra "nordeste" é hoje uma palavra desfigurada pela expressão "obras do Nordeste" que quer dizer: "obras contra as secas". E quase não sugere senão secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarús. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol (FREYRE, 2013, p.32).

Em carta a José Lins do Rego, em 1924, Gilberto Freyre demonstra interesse em conhecer esse outro Nordeste encontrado no sertão, ao qual viajou pela primeira vez em 1925, na companhia dos escritores José Américo de Almeida e José Lins do Rego. Posteriormente, esse interesse levaria Freyre – um grande admirador de Euclides da Cunha, de quem traçaria o perfil para a própria coleção Documentos Brasileiros – até mesmo a um projeto inacabado de livro sobre o sertão (PALLARES-BURKE, 2012). O espaço sertanejo, no entanto, marcado pela experiência das secas periódicas e seus efeitos disruptivos sobre a ordem patriarcal, parecia pouco adequado à tese do equilíbrio de antagonismos. Assim, as palavras iniciais de *Nordeste* consagraram o sertão das secas como um contrário do litoral canavieiro, em uma dicotomia que se tornou célebre nas interpretações sobre a região.

Embora Freyre (2013, p.32) afirme que o Nordeste canavieiro por ele delineado era o mais antigo, a historiografia sobre as secas no semiárido aponta uma possível disputa em torno dessa proposição, uma vez que essa literatura sugere a antiguidade da experiência social em torno do fenômeno da seca. As estiagens periódicas mobilizavam a sociedade colonial desde a

Estudioso da obra do filósofo alemão Hegel, sua produção intelectual estende-se pelas áreas de Direito, Economia e Filosofia (MENESES, 2001). Em seu livro *O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais* (MENEZES, 1970), Menezes propunha uma interpretação da psique do homem sertanejo como polarizada entre o banditismo e o misticismo, que seriam reações à hostilidade do clima e da opressão social. Esse maniqueísmo, segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2019, p.30), seria retomado pelo marxista cearense Rui Facó (1976), em *Cangaceiros e fanáticos*, bem como pela cinematografia de Glauber Rocha. Pallares-Burke (2012) afirma que Freyre teria se decepcionado com o livro.

primeira seca registrada em documentos portugueses, em 1552 (VILLA, 2000, p.17). Na tentativa de afastá-las, as comunidades indígenas recorriam a “práticas mágicas”, no que eram “disfarçadamente” copiadas pelos primeiros colonos, de acordo com Thomaz Pompeu Sobrinho (1953, p.75), membro de uma linhagem de pioneiros no estudo sobre o assunto.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988, p.1-2), ao classificar a extensa literatura histórica sobre a seca, incluiu Pompeu Sobrinho em um primeiro grupo, em que predominam autores ligados às oligarquias nordestinas, os quais, em uma perspectiva positivista e factual, procuram fazer um levantamento cronológico de todas as secas de que se tem registro. Um segundo conjunto de trabalhos reúne a produção de técnicos, que se limitam a discutir as causas naturais das secas e as propostas de solução para os problemas por elas ocasionados, sob um ponto de vista que, segundo eles, se preocupa apenas com aspectos técnicos. Um terceiro e último grupo traria uma proposta de análise mais abrangente, ao tentar ver a seca como mais do que um mero fenômeno natural, por meio da análise de suas implicações socioeconômicas e de seu impacto sobre as distorções preexistentes da estrutura social.

Segundo Albuquerque Jr., todas essas abordagens teriam em comum a reificação da seca como um problema estático, compreendido sempre nos mesmos termos de uma única questão – a das dificuldades determinadas pela irregularidade no regime de chuvas –, quando, na verdade, a seca seria produto de um processo histórico e social, cujo imaginário teria conteúdo variável de acordo com o tempo e o contexto social a que pertence. Interrogando se as estiagens teriam sido sempre um problema para o espaço que atinge, o autor volta-se para a construção dos discursos sobre a seca e como eles são mobilizados pelos agentes sociais como métodos em suas disputas políticas. Em particular, Albuquerque Jr. investiga o que teria distinguido a seca de 1877 e ocasionado a grande repercussão que a alçou à condição de problema nacional. Buscando a resposta no nível da análise dos enunciados e conceitos, o historiador concluiu que o discurso sobre a seca emergido naquele momento sintetiza a conjuntura de crise vivida nos âmbitos social, político e econômico pelos atores sociais que lidavam diretamente com o fenômeno (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.82).

Para unir as mudanças no conteúdo do imaginário sobre as secas às transformações observadas na realidade social, Albuquerque Jr. (1988, p.4-9) alia a análise de discurso à perspectiva marxista defendida pelo historiador britânico Edward P. Thompson, para quem o exercício da hegemonia não se trata de um controle total, mas de um campo de forças em que se confrontam diferentes perspectivas e culturas. Dessa forma, discurso e práticas em diferentes esferas da atividade humana – o autor analisa discursos populares, religiosos, técnicos, literários

e políticos – teriam contribuído para a construção gradual de um recorte regional sobre o espaço, sendo a seca de 1877 um marco desse processo.

A grande repercussão da seca de 1877 na Corte imperial desencadeou algumas iniciativas de resposta, por parte do governo central, à grave crise humanitária enfrentada nas províncias afetadas pelas estiagens prolongadas. Enquadrando o problema das secas na moldura mais ampla dos estudos sobre desenvolvimento, o economista alemão Albert Hirschman (1963) procurou identificar as condições subjacentes às tentativas oficiais de lidar com a questão. Observando a sequência histórica de secas desde 1877, uma das primeiras constatações de Hirschman foi a de que o processo decisório envolvido na definição de políticas para lidar com o problema é afetado por dois condicionantes: (i) a ocorrência de um ano de seca acentuada; (ii) a presença de um indivíduo originário da zona de ocorrência das secas em posição governamental de destaque. Haveria, assim, uma relação direta entre essas variáveis e a contundência da ação tomada pelo Estado – o que explicaria, por exemplo, os eventos de 1919, examinados adiante. Haveria exceções a essa regularidade, como os anos de seca que não produziram nenhuma decisão importante (1888-89, 1900 e 1915) e as grandes decisões que não foram imediatamente precedidas por uma seca, a exemplo de 1909, quando é criado o primeiro órgão de âmbito nacional a tratar do assunto (HIRSCHMAN, 1963, p.18-21).

Caracterizando a atividade agrícola da zona afetada pelas secas como uma “agricultura da incerteza”, que permite comparar a região não a outras zonas áridas, mas a lugares aos quais sobrevém uma calamidade imprevisível³², tais como as terras férteis de zonas vulcânicas na Itália ou no Japão, Hirschman afirma que a ação estatal quanto ao tema foi, geralmente, dividida em dois tipos: ou envolveu a prestação de ajuda imediata à população atingida, frequentemente por meio do envio de alimentos; ou implicou um esforço de busca das melhores formas de intervenção estatal no espaço das secas. Quanto a essas medidas de intervenção, Hirschman (1963, p.14-19) também ressalta que a recorrência da seca traz não só a retomada e expansão de uma atividade anteriormente desenvolvida, mas desencadeia processo de construção institucional de um órgão totalmente novo. A resposta das oligarquias locais a essas ações estatais, por sua vez, foi de crítica ao envolvimento esporádico do governo; reivindicou-se, notadamente em discussões parlamentares, a institucionalização do combate à seca, de maneira que as medidas de auxílio às áreas por ela atingidas fossem tornadas pauta permanente da

³² Não obstante as reiteradas afirmações da literatura técnica de que prever a seca seria mais ou menos possível (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.184): “As secas do extremo norte delatam, impressionadoramente, a nossa imprevidência, embora sejam o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da previsão. Habituaamo-nos àquelas catástrofes periódicas” (CUNHA, E., 1975, p.16).

agenda política nacional. Em particular, reivindicou-se a abertura de um espaço institucional a ser ocupado por essas oligarquias, conforme aponta Albuquerque Jr. (1988, p.309).

Diante da constatação desse renovado processo de construção institucional a cada nova seca, cabe indagar o que teria levado os decisores estatais a essa opção. As instituições anteriores teriam falhado em seus objetivos ou novos objetivos teriam sido identificados? Quais seriam, afinal, as motivações? Na tentativa de compreender essas questões, apresentam-se, a seguir, alguns momentos decisivos que, desde 1877, levaram à criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909, e, uma década depois, à sua já necessária revitalização, quando passa a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, em 1919. Busca-se, dessa forma, entender como foram constituídos os principais atores estatais diretamente encarregados de lidar com o problema das secas à época do Centenário da Independência: quando chamados a se manifestar a respeito do espaço das secas, qual era seu entendimento sobre o assunto e a partir de que perspectiva falavam? Explora-se, adicionalmente, como foi a relação do presidente Epitácio Pessoa com essa instituição e seus operadores.

3.2 Antecedentes e primeira década da Inspetoria de Obras Contra as Secas

Em abril de 1877, quando chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras notícias sobre a seca no Ceará, o escritor e deputado cearense José de Alencar foi à tribuna da Câmara para criticar a oposição liberal e o suposto alarde com que tratava o assunto:

Há incontestavelmente muita exageração nessa notícia, [...] anunciar desde já uma seca acompanhada dos efeitos desastrosos daquelas épocas a que me referi (1825 e 1845). Em cartas que recebi da província não se dão notícias tão aterradoras como as que foram publicadas hoje pelo Jornal do Comércio. [...] Entendo que pode haver na insistência com que se têm exagerado as notícias relativas às secas no Ceará um pouco de espírito de oposição. (ALENCAR, 1877 apud VILLA, 2000, p.43).

Em agosto de 1877, contudo, a grave realidade impôs-se a Alencar, que doou à Câmara de Fortaleza 450 mil-réis, relativos aos direitos do livro *Encarnação*, para as “vítimas da seca que está assolando a nossa província” (ALENCAR, 1877 apud VILLA, 2000, p.44). Na ausência do Imperador, à época em viagem internacional, nem a presença de dois ministros pernambucanos no gabinete Caxias fora suficiente para alterar a inércia em relação à seca – chegou-se mesmo a dizer que os ministros não tinham interesse em prestar ajuda porque a província de Pernambuco não seria tão atingida como as de Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (VILLA, 2000, p.61-62). A animosidade entre as oligarquias das províncias do Ceará e de Pernambuco seria registrada nas páginas de *A normalista*, livro do escritor cearense Adolfo

Caminha (1893), cuja protagonista, de uma família forçada ao êxodo pela seca de 1877, tinha no personagem Zuza um pretendente que assim se expressava sobre o Ceará:

Às seis horas da tarde já lá estava ele, [...] queixando-se da monotonia da vida cearense e gabando, com ares de fidalgo, a capital de Pernambuco. Ali, sim, a gente pode viver, pode gozar. Muito progresso, muito divertimento: corridas de cavalos, uma sociedade papa-fina muitíssimo bem-educada, magníficos arrabaldes, certo bom gosto nas toaletes, nos costumes, certas comodidades que ainda não havia no Ceará... — Ao que parece o Sr. Zuza não gosta do Ceará... disse-lhe um dia D. Terezinha. — Absolutamente não, minha senhora. Sou meio exigente em matéria de civilização; isto me parece ainda uma terra de bugres... — De bugres?! — ...Sim, uma terra em que só se fala nas secas e no preço da carne verde. V. Ex^a compreende, não pode corresponder à expectativa de um rapaz de certa ordem, por assim dizer educado na Veneza Americana... (CAMINHA, 1893, p.7).

Até 1877, a seca era identificada principalmente com o espaço cearense, em razão de a província do Ceará ser a única, até aquele momento, já politicamente dominada pelas oligarquias ligadas às atividades econômicas da pecuária e do cultivo do algodão, desenvolvidas no meio sertanejo; esses grupos eram, assim, bastante eloquentes no Parlamento quanto à seca, a qual era vista como principal fator de desestruturação da atividade econômica no sertão. As demais províncias do chamado “Norte seco” – Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco – ainda seriam “províncias do açúcar”, com predomínio de grupos ligados à economia canavieira, e sofreriam o impacto da seca de modo mais reflexo, com as sucessivas levas de migrantes forçados que chegavam às suas capitais nos períodos de crise intensa. Com a progressiva decadência da economia canavieira e a crescente percepção de que a seca vinha se tornando um argumento eficiente para pleitear recursos junto ao governo central, as oligarquias de outras províncias, do Maranhão até Minas Gerais³³, passam a reivindicar a condição de “províncias da seca”, ampliando, assim, a definição política do espaço sujeito ao fenômeno (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.288-293).

No contexto da seca de 1877, uma das ações do governo central foi, após o regresso do Imperador ao Rio de Janeiro, a nomeação de uma comissão de engenheiros, em dezembro daquele ano, entre os quais constavam Henrique de Beaurepaire-Rohan e o austríaco Julius

³³ O perímetro variável do espaço das secas vai se ampliando com o tempo, como é possível observar nos próprios escritos de Euclides da Cunha. Se, em 1902, por exemplo, o engenheiro escreve que “o sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. [...], a inflexão peninsular, extremada pelo cabo de S. Roque, faz que para ele converjam as lindes interiores de seis Estados -- Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí” (CUNHA, E., 2012, p.27), em 1907, afirma que “as secas do norte interessam a dez Estados. Irradiantes do Ceará, vão, pelo levante, ao centro do Piauí, buscando as extremas meridionais do Maranhão, de onde alcançam as do norte de Goiás; alongam-se para o ocidente abarcando com o limbo fulgurante o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e Alagoas, lançando as últimas centelhas pelo mar em fora até Fernando de Noronha; e alastram-se pela Bahia e Sergipe, para o sul, até às raiais setentrionais de Minas” (CUNHA, E., 1975, p.18).

Pinkas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.178)³⁴. Chegada ao Ceará em janeiro de 1878, a comissão percorreu o interior da província, e algumas das recomendações de seu relatório final, publicado em abril de 1878, foram a construção de 30 açudes de 1 milhão de metros cúbicos cada, para a retenção das águas pluviais e irrigação de campos agricultáveis; a distribuição gratuita de plantas de açudes a particulares; a construção de um canal ligando os rios São Francisco e Jaguaribe; e a construção de ferrovias (VILLA, 2000, p.80; POMPEU SOBRINHO, 1953, p.203; GUERRA, 1981, p.32-33). Seguindo a indicação de investir na açudagem, no início da década de 1880, o Império encarregou o engenheiro britânico Jules Jean Revy de estudar o interior da província cearense em busca das melhores localizações para a construção de açudes. Ao final de 1884, por fim, determinou-se que uma comissão chefiada pelo próprio Revy fosse responsável pela construção do açude do Cedro, em Quixadá – posteriormente considerado “monumental e inútil” por Euclides da Cunha (2012, p.39). Após uma série de percalços e mudanças na direção dos trabalhos, as obras foram finalmente concluídas em 1906. Afonso Pena, em sua primeira mensagem ao Congresso, em maio de 1907, citou Quixadá como evidência dos problemas nas obras contra as secas e do desperdício do erário nessa empreitada, razão de sua nova proposta de “plano sistemático” de combate aos efeitos nocivos das estiagens.³⁵ Mais de uma década depois, em 1921, Eptácio Pessoa também recorreria a Quixadá para justificar a contratação de firmas estrangeiras para as obras realizadas em seu mandato.³⁶

Com o advento da República e a proclamação da Constituição de 1891, tornou-se uma constante a reivindicação, por parte dos estados atingidos pelas secas, de que o governo federal

³⁴ Em outubro de 1877, também seriam realizadas reuniões no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, com o intuito de discutir a seca e propor soluções para o problema. Reunindo os engenheiros mais prestigiados da Corte, os debates contaram com nomes como André Rebouças, Henrique de Beaurepaire-Rohan e Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, futuro inspetor de secas. As sessões foram presididas pelo Conde D’Eu, que abriu os trabalhos de 18 de outubro afirmando que “nossos irmãos do Norte estão sofrendo uma seca terrível, estão esperando que o Instituto apresente soluções”. Nessas reuniões, Guilherme Schüch de Capanema se destacou por seu ceticismo quanto às tentativas de alterar o clima da região (FIGUEIRÔA, 2009, p.106; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.209-210). Euclides da Cunha teria uma visão crítica desses encontros, ao comentar que “idearam-se, naquela ocasião, luxuosas cisternas de alvenarias; miríades de poços artesianos, perfurando as chapadas; depósitos colossais ou armazéns desmedidos para as reservas acumuladas; açudes vastos, feitos cáspios artificiais; e por fim, como para caracterizar bem o desbarate completo da engenharia, ante a enormidade do problema, estupendos alambiques para a destilação das águas do Atlântico!...” (CUNHA, E., 2012, p.39).

³⁵ “Diante de tal quadro e dos desperdícios feitos no Quixadá, e em trabalhos do mesmo gênero, julguei imprescindível, antes de prosseguir nessas obras custosas e nem sempre úteis, ou de empreender novas, formular, de acordo com as ideias expendidas no meu programa de 12 de outubro e na conformidade do que dispusestes na lei do orçamento vigente, um plano sistemático, em que se interessassem os Estados e os particulares, contra este flagelo que, há quatro séculos, impiedosamente, assola vasta porção do nosso território” (BRASIL, 1907, p.34).

³⁶ “Os resultados obtidos pela administração direta do Estado na construção da barragem do Quixadá dispensam outros exemplos para patentear a inconveniência de tal processo [de concorrência pública]” (PESSOA, 1956, p.235). Provido de uma pequena rede de canais de irrigação, mas de um sistema de drenagem inadequado, o açude do Cedro, no Quixadá, sofreu com a esterilização de parte de sua bacia irrigada, em razão do excesso de salinidade.

cumprisse o disposto no artigo 5º do texto constitucional, que estabelecia que “incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar” (BALEEIRO, 2012, p.65). O federalismo deixava os investimentos a cargo de cada estado, e os descapitalizados estados do Norte viam aí a brecha para solicitar o incremento de sua infraestrutura.

Além das acusações de que o dispositivo constitucional não passaria de letra morta, o discurso das oligarquias da seca também passou a demandar que o socorro prestado pela União fosse organizado em bases permanentes e institucionalizadas, e que se concentrasse não na “caridade” de enviar alimentos ou qualquer outro tipo de assistência à população faminta e doente, mas na realização de obras em que o homem sertanejo ganhasse o sustento com o “suor do rosto” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.337). Condenava-se a assistência por meio da distribuição de donativos, e propunha-se que a melhor maneira de ajudar seria fazer que as vítimas trabalhassem nas obras contra as secas em troca de alimentos ou salários desumanos. Aliados aos abarracamentos de recepção de migrantes, verdadeiros campos de morte, essas eram as medidas de alívio e combate às secas oferecidas aos homens pobres. Buscava-se, desse modo, o controle social da população sertaneja e a construção de uma mentalidade adaptada a novas relações de trabalho nos latifúndios de produção voltada à exportação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p.324-339; 402-405).

Atendendo à demanda por institucionalização é que, à instabilidade da primeira década republicana³⁷ e ao período de contração das finanças públicas com que Campos Salles a concluiu, segue-se uma inflexão, na administração de Rodrigues Alves, quanto à criação de órgãos oficiais para lidar com a questão da seca: são estabelecidas, a partir de 1904, sob o Ministério da Viação e Obras Públicas³⁸, chefiado por Lauro Muller, diversas comissões federais temporárias, de âmbito local, voltadas para o combate aos efeitos das secas. A antiga

³⁷ Em 1890, Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório, afirma que “as despesas com os estados afligidos pela seca formam, no orçamento, uma voragem, cujas exigências impõem, continuamente ao país, sacrifícios indefinidos. Elas reclamam ao governo a mais severa atenção, porquanto, firmadas, como parece estarem, numa situação de cronicidade, perpetuada de ano a ano e acumulando sacrifícios improdutivos, se tornaram uma causa permanente de desorganização orçamentária, a que os mais prósperos exercícios financeiros não poderiam resistir” (BARBOSA, 1890 *apud* GUERRA, 1981, p.40).

³⁸ Em 1891, na primeira reforma republicana da administração pública, a antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi transformada no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1906, com implementação efetiva só em 1909, a pasta foi dividida em duas: o novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a tratar dos assuntos relativos aos setores produtivos, enquanto o Ministério da Viação e Obras Públicas permaneceu responsável por questões de infraestrutura de transportes marítimo, fluvial e ferroviário; combate às secas; comunicações (telefone, telégrafo, correios); e energia elétrica. Essa última pasta seria transformada no Ministério dos Transportes na década de 1960.

Comissão do Açude do Quixadá é transformada na Comissão de Açudes e Irrigação, com sede no Ceará; além disso, são criadas a Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e a Comissão de Perfuração de Poços, ambas sediadas no Rio Grande do Norte. Um articulista da futura IFOCS observaria que um governo tão empenhado nas obras de embelezamento do Rio de Janeiro não poderia se furtar a investir nas obras contra as secas:

A república ao imperativo das dificuldades financeiras, se mostrava destarte infensa ao problema que o Império, apesar de tudo, tinha fixado, e se inclinava para a política do despovoamento da zona infeliz, em proveito da Amazônia e das terras de melhor clima, do sul. [...] Quando, portanto, houve recursos para a remodelação da capital da república, não seria defensável qualquer poupança em relação às palpitantes necessidades daquela região (VILLAS-BÓAS, 1937, p.34).

Na prática, entretanto, essas comissões teriam se mostrado desorganizadas e ineficientes, dispersando o esforço oficial de tratamento do problema. Essa foi a justificativa alegada para que, em maio de 1906, já no fim do mandato de Rodrigues Alves, as três comissões fossem consolidadas na Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, comandada pelo engenheiro de minas Antônio Olinto dos Santos Pires. De vida curta, a superintendência logo seria extinta no governo seguinte, de Afonso Pena, cujo ministro de Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon, restabeleceria a Comissão de Açudes e Irrigação, com jurisdição sobre Ceará e Rio Grande do Norte (POMPEU SOBRINHO, 1953, p.198).

Entre maio e agosto de 1906, antes mesmo de ser empossado, Afonso Pena viajou pelo Brasil e visitou o açude de Quixadá, no Ceará.³⁹ Ao assumir seu mandato, indicou políticos mais jovens para as pastas ministeriais e para a liderança do governo no Congresso, os quais, pela média etária inferior à habitual, ficaram conhecidos como “jardim da infância”, grupo que defendia um programa de reformas modernizadoras, cuja referência era o modelo de desenvolvimento implantado no México porfirista. Ligado a essa agrupação, o escritor Euclides da Cunha afirmava que a “cruzada” contra o “deserto” dependia da conformação de um “grupo permanente de profissionais”, em lugar do improvisado com que se havia lidado com a seca até então (CUNHA, E., 1975, p.16-22).

Teriam sido os relatórios técnicos do “jardim da infância”, bem como a viagem de Afonso Pena pelo Brasil, os responsáveis pelos estudos que conduziram à criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em outubro de 1909, quatro meses após a morte de Pena, já com seu vice Nilo Peçanha como presidente da República⁴⁰ (VILLA, 2000, p.94). A pedido de

³⁹ O engenheiro Álvaro Astolfo da Silveira, egresso da Escola de Minas de Ouro Preto, registrou suas impressões sobre a viagem em um livro publicado em 1906 pela Imprensa Oficial mineira, *Viagem pelo Brasil*.

⁴⁰ O processo de construção institucional marcou o período. Em 1907, por exemplo, o decreto n. 6.368 modificou o regime de execução dos melhoramentos dos portos, estabelecendo uma repartição para dirigir e fiscalizar as

Pena, o pernambucano Elói de Sousa, deputado pelo Rio Grande do Norte, teria acertado as linhas gerais da futura Inspetoria com o ministro baiano Miguel Calmon. O projeto de regimento elaborado por Sousa foi submetido à avaliação de uma série de técnicos, entre os quais estavam o geólogo Orville Derby⁴¹ e os engenheiros Euclides da Cunha e Sampaio Correia; as alterações sugeridas teriam postergado a aprovação do regulamento, finalmente levada a termo, com o decreto executivo n. 7.619, de 21 de outubro de 1909, por Francisco Sá, senador de longa data pelo Ceará e ministro de Viação e Obras Públicas na administração do fluminense Peçanha (GUERRA, 1981, p.43-44).

A Inspetoria de Obras Contra as Secas surge, assim, de uma insatisfação, no âmbito do Executivo federal, com a forma como a resposta governamental às secas fora conduzida até ali, com uma sucessão de siglas e comissões com baixa capacidade de ação planejada e eficiente. O objetivo declarado é pôr fim à improvisação, à falta de continuidade dos trabalhos e a um processo decisório errático, na crença de que fundos administrados em âmbito federal seriam mais bem empregados. Subsidiar a construção de açudes⁴² foi uma das principais atividades da Inspetoria, que tinha na agência norte-americana *Reclamation Service* – estabelecida durante o mandato do presidente norte-americano Theodore Roosevelt, em 1902 – uma referência, em função da construção de barragens e canais que impulsionou o processo de ocupação do Oeste dos EUA. O próprio exemplo brasileiro dado pelo êxito que o governo de Rodrigues Alves obtivera, sob a liderança do médico Oswaldo Cruz, no combate à febre amarela e a outras doenças, era uma inspiração adicional no sentido da possibilidade de combater, e vencer, os entraves ao tão almejado progresso.

obras, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Embora a repartição não tenha sido efetivada de imediato, seria precursora da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, criada em novembro de 1911. No ano de 1907, vários órgãos foram criados no Ministério da Viação e Obras Públicas, para administrar questões ligadas a transportes e infraestrutura ferroviária, marítima e fluvial, a exemplo da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, da Inspetoria Federal das Estradas e da Inspetoria-Geral de Navegação.

⁴¹ Nascido nos Estados Unidos e naturalizado brasileiro, Derby acompanhara seu professor na Universidade de Cornell, Charles Frederick Hartt, durante as expedições Morgan pela Amazônia, entre 1870 e 1871, bem como nos trabalhos da Comissão Geológica do Império, desenvolvidos entre 1875 e 1878. O geólogo organizaria a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em 1886, e seria, além disso, o primeiro diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado pelo decreto n. 6.323, de 10 de janeiro de 1907. Um dos pioneiros entre os geólogos norte-americanos voltados para o estudo das secas, Derby suicidou-se no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1915, no mesmo Hotel dos Estrangeiros em que Pinheiro Machado fora assassinado poucos meses antes (VILLA, 2000, p.87; 95; GUIMARÃES; ARAÚJO, 2004, p.93-99; CARVALHO, J., 2010, p.106).

⁴² Até 50% do custo total de açudes particulares e até 70% daqueles construídos por municípios ou estados, por meio dos chamados “prêmios” (HIRSCHMAN, 1963, p.27). Os açudes grandes (capacidade superior a dez milhões de metros cúbicos e profundidade média superior a seis metros) eram construídos mediante concorrência pública, salvo em casos de urgência, enquanto os médios (capacidade mínima de dois milhões de metros cúbicos e profundidade mínima de 5 metros) e pequenos (capacidade mínima de meio milhão de metros cúbicos e profundidade mínima de 4 metros) seriam construídos pelos estados ou por particulares (BRASIL, 1913, p.567).

Em conformidade com a crença positivista de que a principal solução era oferecida pela engenharia (a construção de açudes e de malha viária que possibilitasse a distribuição da ajuda, quando necessária), as posições mais altas da Inspetoria, de acordo com seu estatuto, eram ocupadas por engenheiros. O primeiro indicado ao cargo de inspetor (nomeado diretamente pelo presidente da República, de acordo com o artigo 57 do decreto n. 7.619⁴³) foi o engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa⁴⁴, egresso da Escola de Minas de Ouro Preto – instituição que, de acordo com José Murilo de Carvalho (2010, p.103; 154), procurava incutir nos alunos não só a “disposição de trabalhar em lugares remotos e de empreender longas e exaustivas excursões” na prática da engenharia, mas também o interesse de relacionar os conhecimentos científicos à elaboração de políticas de desenvolvimento. Na Primeira República, muitos professores e alunos da escola estiveram envolvidos na política do país, inclusive ocupando cargos ministeriais, como era o caso do ministro Francisco Sá, responsável pelo convite a Lisboa e também formado na instituição em 1884 (CARVALHO, J., 2010, p.54).



Figura 41: Fotomontagem. Autoria desconhecida. O inspetor das secas Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Fonte: <https://bit.ly/3eM2jnX>

⁴³ O decreto que regulamentava a IOCS estabelecia uma estrutura administrativa composta por uma seção central, que funcionava junto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, e por três seções distritais, com cada uma supervisionando uma agrupação diferente de estados: a primeira, Ceará e Piauí; a segunda, Rio Grande do Norte e Paraíba; a terceira, as “zonas secas” compreendidas entre Pernambuco e o norte de Minas Gerais. Cada seção estava sob o comando de um engenheiro-chefe, auxiliado por engenheiros de 1ª e 2ª classe. O inspetor, que integrava a seção central com o subinspetor, um secretário e um servente, deveria visitar as obras *in loco*, pelo menos, duas vezes por ano. De sua criação até o início dos anos 1920, a Inspetoria sofreu alterações em seu regulamento nos anos de 1911, 1915, 1916 e 1919.

⁴⁴ Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1872-1932) nasceu no Rio de Janeiro. Em 1894, ano de sua formatura na Escola de Minas de Ouro Preto, iniciou suas atividades profissionais com a realização de estudos geológicos na propriedade de Guilherme Schüch de Capanema, em Ouro Preto. No ano seguinte, Capanema, que dirigia uma empresa de mineração na divisa entre Maranhão e Pará, indicou Lisboa para a realização do levantamento geológico do Alto Gurupí. À época de sua primeira nomeação para a Inspetoria, em 1909, Arrojado Lisboa estava em viagem à divisa entre os estados de Ceará e Piauí, por conta de trabalhos para o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SANTOS, C., 2003, p.36-47).

Arrojado Lisboa dispunha de uma considerável rede de sociabilidade que lhe permitiu acumular significativo capital simbólico no campo intelectual em que atuava, como atesta sua correspondência com personalidades como Guilherme Schüch de Capanema (SANTOS, C., 2003, p.39-40), o historiador Capistrano de Abreu e o geólogo norte-americano John Casper Branner⁴⁵ (GUIMARÃES; ARAÚJO, 2004)⁴⁶. Lucia Guimarães e Valdeci Araújo (2004, p.101) chegam a situar Arrojado Lisboa na órbita de influência de Branner, valendo-se da figura do intelectual estrangeiro para explicar a relação de validação estabelecida entre os geólogos – com Branner como “tutor intelectual” de diversos “homens-instituição” que ocupavam espaços de ciência ou poder no Brasil, tais como Lisboa.

Corroborar essa avaliação o fato de que, uma vez à frente da IOCS, Arrojado Lisboa recorreu a Branner, então diretor do departamento de Geologia da Universidade de Stanford, para solicitar a indicação de geólogos que pudessem atuar na inspetoria. Em resposta, Branner recomendou Gerald A. Waring (designado chefe-hidrólogo da inspetoria em 1910), Ralph H. Sopper e Horatio L. Small (enviados pela IOCS em viagem ao sertão em 1912), os quais, após pesquisas de campo, produziram relatórios que caracterizaram a orientação científica seguida pela IOCS em seus primeiros anos (GUERRA, 1981, p.45). De Stanford também vieram os geólogos Roderic Crandall e Horace Williams, com quem Lisboa havia trabalhado no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. A marca da *alma mater* desses geólogos norte-americanos expressava-se em sua crença de que era possível reproduzir o modelo de intervenção no meio natural implementado no árido Oeste dos EUA também nos sertões brasileiros atingidos pelas secas, daí derivando transformações homólogas da estrutura econômica.

Todos esses geólogos, além de outros cientistas estrangeiros e nacionais, participaram de incursões pelo sertão e produziram um amplo conjunto de relatórios científicos nos primeiros anos de atuação da inspetoria. O botânico sueco Albert Löfgren (chefe botânico da IOCS até 1913, quando foi substituído pelo alemão Philipp von Luetzelburg) se notabilizaria por seu relatório “Notas botânicas”, que recomendava o aproveitamento racional da vegetação da Caatinga, elaborado a partir de viagem feita ao Ceará em 1910. Já os médicos Belisário Pena e Artur Neiva, numa parceria entre a IOCS e o Instituto Oswaldo Cruz, percorreram, de janeiro a outubro de 1912, os sertões de diversos estados da região, realizando ações de profilaxia e

⁴⁵ Após assistir Charles Frederick Hartt na Comissão Geológica do Império, John Casper Branner realizaria diversas missões científicas no Brasil. Branner seria reitor da Universidade de Stanford entre 1913 e 1915.

⁴⁶ Arrojado Lisboa também era apontado como um dos verdadeiros donos do periódico *O Jornal*, junto a José Pires do Rio e Pandiá Calógeras. Fundado em 1919 por Renato Toledo Lopes e um grupo de jornalistas que abandonaram o *Jornal do Comércio* por dissidências com Félix Pacheco, *O Jornal* foi vendido a Assis Chateaubriand em 1924 (MORAIS, 1994, p.128).

registrando a ocorrência das doenças que acometiam a população local, o que produziu um relatório minucioso e ilustrado por imagens do fotógrafo José Teixeira – documento que se tornou um marco do movimento pelo saneamento rural na Primeira República⁴⁷ (AZEVEDO, 2016; LIMA, 2013, p.138-140; MORAES, 2010, p.91; SKIDMORE, 1976, p.201-202; THIELEN *et al.*, 1991). Também em 1912, a pedido de Arrojado Lisboa, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz chefiaram outras duas missões enviadas ao semiárido: de abril a julho, a de Adolfo Lutz e Astrogildo Machado ao Vale do Rio São Francisco (de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia); e de março a julho, a de João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria a Ceará e Piauí (LIMA, 2013, p.138-139, 142-143; MORAES, 2010, p.91-93).

As viagens realizadas pelos cientistas de Manguinhos sob requisição da Inspetoria de Obras Contra as Secas foram consideradas por Lima (2013, p.117), junto às expedições de Euclides da Cunha e à campanha sertanista de Rondon, como as mais representativas “missões civilizatórias” associadas ao ideário de intelectuais-cientistas da Primeira República, bem como a um projeto de enquadramento dos sertões pelas diretivas modernizantes da elite política daquele período. Ampliando o escopo das atividades de pesquisa e do alcance geográfico do Instituto Oswaldo Cruz, essas viagens foram relevantes tanto para a pesquisa científica no Brasil quanto para o conhecimento do interior do país, aliando ideais civilizadores a interesses de natureza econômica⁴⁸.

⁴⁷ Divulgado, em 1916, em uma publicação científica, o relatório de Pena e Neiva seria reimpresso em 1918, catalisando uma campanha em favor do saneamento dos sertões, que desembocaria na criação do Serviço de Profilaxia Rural, em 1918, e na fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil (SKIDMORE, 1976, p.202). O relatório seria amplamente divulgado por campanha em prol de “sanear o Brasil”, promovida pelo escritor Monteiro Lobato, cujo personagem Jeca Tatu, referência ao caboclo brasileiro, passou a ser modelo da recuperação de todo o país. (MOTTA, 1992, p.30).

⁴⁸ Lima (2013, p.133) afirma que as regiões percorridas pelas expedições patrocinadas pela IOCS eram desprovidas de interesse para a economia exportadora; teriam importância econômica fundamental, contudo, para o programa de obras contra as secas a ser lançado no governo de Epitácio Pessoa.



Figura 42: Fotografia. José Teixeira. Bahia, 1912. Distribuição de água registrada pela expedição científica de Belisário Pena e Artur Neiva em Itumirim, Bahia, junto à Estrada de Ferro do São Francisco, em março de 1912. Fonte: Fundo Instituto Oswaldo Cruz.



Figura 43: Fotografia. José Teixeira. Piauí, 1912. Belisário Pena prestando atendimento médico à população de Lages, Piauí, em maio de 1912. Fonte: Fundo Instituto Oswaldo Cruz.

Figura 44: Fotografia. Autoria desconhecida. Ceará, 1912. Expedição do Instituto Oswaldo Cruz ao Ceará e norte do Piauí: habitantes e o cientista José Gomes de Faria. Fonte: Fundo Instituto Oswaldo Cruz.



Figura 45: Fotografia. José Teixeira. Pernambuco, 1912. Vaqueiro. Fonte: Fundo Instituto Oswaldo Cruz.

Figura 46: Fotografia. José Teixeira. Remanso, Bahia, 1912. Moradia de um trabalhador rural. Fonte: Instituto Oswaldo Cruz.

Figura 47: Fotografia. Autoria desconhecida. Ceará, 1912. Construção rural. Fundo: Instituto Oswaldo Cruz.

Enquanto os relatórios de Lutz e Machado expressaram uma visão negativa da região do vale do São Francisco e de sua população, em função de questões raciais, do clima e da distância em relação ao litoral, o relatório de Pena e Neiva apontou a doença como principal responsável pelo atraso e pela disparidade regional, instituindo um quadro de referência para o debate posterior sobre saneamento do Brasil: os desafios do país são explicados nos termos da metáfora da doença que deteriora a saúde nacional e impede o progresso. Pena e Neiva, desse modo, substituem a ênfase na raça pela importância da saúde e da educação no processo de construção da nacionalidade (LIMA, 2013, p.139). A negligência do poder público em relação a essas questões é que determinaria a fragilidade dos vínculos de pertencimento nacional, observada pelos cientistas em trechos do relatório como o que afirma ser “raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco, outra [...]. A única bandeira que conhecem é a do Divino” (PENA; NEIVA, 1916 *apud* LIMA, 2013, p.139).

A viagem de Albuquerque e Faria não deixou registro em diário ou relatório, apenas em uma série de fotografias, que constituem sua única fonte de pesquisa. A expedição de Pena e Neiva foi a que reuniu o maior número de imagens fotográficas das populações rurais e de outros aspectos da condição de vida no sertão das secas naquele período. Essas imagens não só revelam algumas características do cotidiano nesse espaço, como também contribuem para identificar a própria natureza do olhar lançado pelos cientistas sobre o sertão das secas e sua população (LIMA, 2013, p.138-140).

Com a compreensão política de que, além de estudos, o apoio da opinião pública demandava a apresentação de progresso visível sob a forma de obras em andamento, Arrojado Lisboa deu início a algumas delas, com base em estudos já existentes – embora o financiamento ao trabalho da inspetoria, já naquela época, fosse limitado sob alegações de retração da economia brasileira, em função do declínio do ciclo da borracha e do preço de bens exportáveis como o café. Em 1912, Lisboa, que se encontrava na Europa, pediu exoneração da inspetoria e seguiu em viagem para Egito e Sudão, declarando interesse em pesquisar os sistemas de irrigação e os tipos de cultura praticados nesses países, possivelmente adaptáveis ao semiárido. Em 1913, de volta ao Brasil, proferiu uma conferência na Biblioteca Nacional, “O problema das secas”, que, anos mais tarde, quando das comemorações do Centenário da Independência, seria resgatada pelos editores da revista da exposição de 1922, com o objetivo de iniciar uma série sobre a questão da seca.

Na conferência⁴⁹, Lisboa define como região semiárida ou das secas “a dos rios não perenes, que vai da corrente do Parnaíba, o rio lindeiro do Piauí, aos mais setentrionais dos afluentes mineiros do grande S. Francisco”⁵⁰ (LISBOA, 1922a). O inspetor afirma, ainda, que o caso brasileiro é mais comparável ao indiano do que ao norte-americano, uma vez que, nos EUA, a seca atingia um suposto vazio demográfico, ao passo que, no Brasil, a área afetada seria mais densamente povoada – baseando essa avaliação, talvez, na ênfase que o material promocional do *Reclamation Service* dava ao colono branco, bem como nas escassas tentativas da instituição norte-americana no sentido de prover acesso a títulos de propriedade fundiária às comunidades nativas norte-americanas (BUCKLEY, 2017, p.235). Lisboa demonstra, ainda, entender a seca como um problema complexo, para além da mera falta de água: na medida em que seus impactos se estendem pelas esferas econômica e social, afirma que “o problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há – um problema, - há problemas” (LISBOA, 1922a). Lisboa conclui que esses vários problemas da seca constituíam, em última instância, o próprio desafio da integração nacional, como se depreende dos trechos a seguir:

O nosso imenso país é habitualmente considerado como uma unidade geográfica. Porque fundamos a nossa unidade política muito antes do nosso despertar econômico, habituamo-nos a considerar-nos todos iguais. Vivemos sob a mesma lei. A mesma forma áspera e atrofiante teimamos em ajustar às terras profundamente diversas que laboram homens de várias texturas. Na vida de uma nação as diferenciações geográficas, com seus contrastes e suas diversidades, se acentuam e se incorporam ao espírito à medida do progresso da evolução econômica.

Só agora verdadeiramente começamos a despertar do nosso letargo, começamos a ter a consciência de que não habitamos uma terra, mas terras diferentes, de difíceis comunicações entre si, que estão também a afeiçoar-nos diferentemente aos seus moldes. Ora, senhores, o sentimento da unidade nacional ainda é bastante forte hoje em dia para impedir qualquer ideia germinadora de desmembramento; amanhã talvez não o seja. Uma política se impõe agora, capaz de neutralizar os efeitos da diferenciação antropogeográfica, no interesse da integridade política da nação, uma política sem eiva de preconceitos, política liberal, que possa evitar o choque dos interesses econômicos contrários. [...] Só assim, procurando o equilíbrio econômico, poderemos neutralizar a tendência permanente das regiões de grandes diferenciações geográficas, para se tornarem Estados autônomos, quando retardados ou contrariados em sua marcha de progresso.

[...]

O problema das secas é, pois, na sua mais alta expressão, o problema mesmo da nossa integridade nacional.

[...]

Todos vós, filhos do Nordeste, tendes a consciência de que todos nós do Sul contribuiremos para a prosperidade da vossa terra, como vós tendes contribuído para a grandeza da nossa. (LISBOA, 1922a).

⁴⁹ Republicada no número 6-7 da revista *A exposição de 1922*. Também disponível no volume 20, número 6, do *Boletim DNOCS*, de novembro de 1959; e no volume XXXV dos *Anais da Biblioteca Nacional*.

⁵⁰ Uma área com essa configuração, de modo mais especificado, foi definida como o Polígono das Secas pelo decreto-lei n. 1348, de 10 de fevereiro de 1951.

Com a saída de Lisboa, arrefece o ímpeto científico da IOCS. O açude de maior capacidade em construção pela inspetoria no período, Acarape do Meio⁵¹, enfrentou quase tantas dificuldades como Quixadá, com seus extenuados operários sucumbindo à vertigem da fome e tendo que ser socorridos em meio aos trabalhos em 1915 (POMPEU SOBRINHO, 1953, p.288-289). Quando da seca desse ano, a inspetoria encontrava-se subfinanciada e ainda despreparada para enfrentar uma estiagem de maiores proporções. Em meio ao agravamento da crise hídrica e humanitária, o governo autorizou a abertura de crédito extraordinário, de até 5 mil contos de réis, a ser aplicado em obras na zona afetada pela seca, com o objetivo de empregar o maior número de trabalhadores para manter “em seus domicílios as populações flageladas”⁵² (GUERRA, 1981, p.49).

Eram criadas, assim, as “Obras Novas Contra as Secas”, iniciativa que, em paralelo à inspetoria, consistiu em espécie de comissão especial, expediente ao qual se recorreu, dali em diante, para simplificar o processo decisório e agilizar a aplicação de verbas. Aarão Leal de Carvalho Reis⁵³, engenheiro formado pela Escola Central e recém-afastado do cargo máximo da IOCS em setembro de 1915, foi chamado para conduzir as “obras novas”, que tinham independência em relação ao distrito da IOCS em que se localizavam, embora seu regulamento estipulasse a ajuda eventual do distrito. Em termos institucionais, a nota relevante do período 1912-1919 foi a aversão de Aarão Reis, quando de sua atuação como inspetor entre 1913 e 1915, aos estudos geológicos e botânicos comandados por Arrojado Lisboa nos inícios da inspetoria, o que determinou a relativa desmontagem da linha científica de trabalho na agência. Aarão Reis, por sua resistência a acompanhar pessoalmente as obras, ficou marcado por uma inspetoria mais afeita a seu gabinete no Rio de Janeiro, o que ocasionou conflitos entre o inspetor e o quadro técnico da instituição (BUCKLEY, 2017, p.101-102). Além disso, persistiu a destinação inconstante de verbas federais às obras contra as secas. Esse panorama sofreria uma reviravolta com a fortuita ascensão do paraibano Epitácio Pessoa à presidência da República em 1919.

⁵¹ Projetado pela antiga Comissão de Açudes e Irrigação, foi inicialmente entregue para construção à empresa Dodsworth & Cia., cujo engenheiro responsável era Eugênio Gudín, futuro ministro da Fazenda no governo Café Filho.

⁵² Decreto n. 2974, de 15 de julho de 1915.

⁵³ Nascido em Belém e formado engenheiro pela Escola Central na primeira metade da década de 1870, Aarão Reis foi convidado, em 1892, pelo então presidente do estado de Minas Gerais, Afonso Pena, para dirigir a Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital. Entre os anos de 1894 e 1895, Reis comandou a Comissão Construtora da Nova Capital, iniciativa que levou à inauguração da primeira cidade planejada sob o regime republicano, Belo Horizonte, em 1897 (SETEMY, 2015).



Figura 48: Fotografia. Autoria desconhecida. Ceará, [191-]. Trabalhadores na construção do açude Acarape do Meio. Fonte: Arquivo Nacional, 1912.

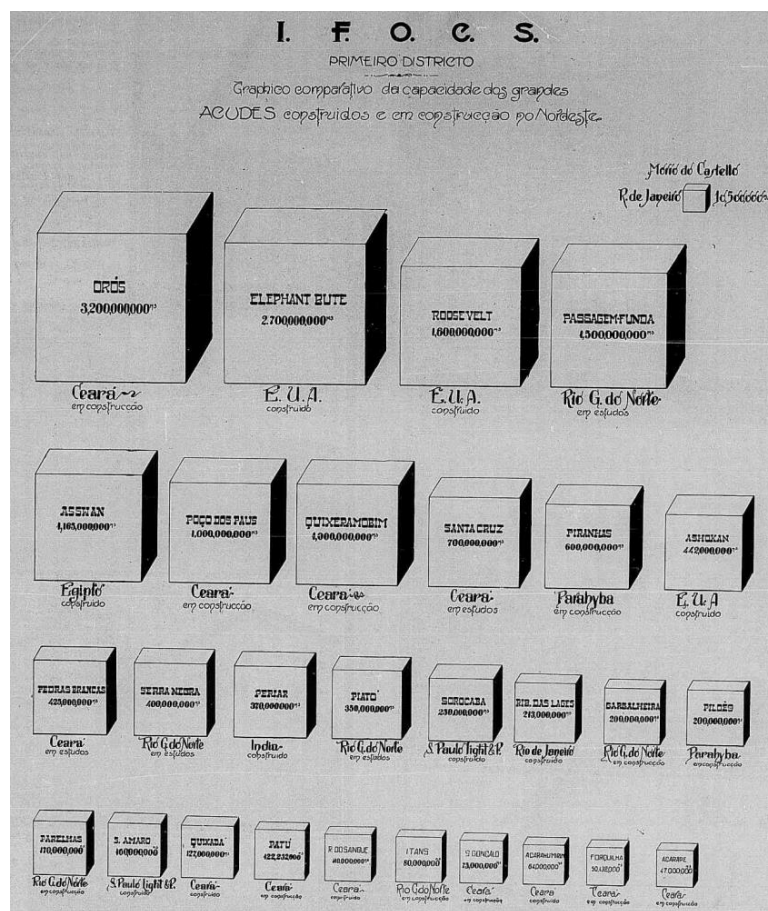


Figura 49: Comparação entre volume de barragens no mundo e no Brasil, incluindo Quixadá e Acarape do Meio. À parte, a referência ao volume do Morro do Castelo no Rio de Janeiro. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.208.

3.3 Eptácio Pessoa e o apogeu efêmero da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

A grande novidade para a inspetoria veio com o governo de Eptácio Pessoa. A ocorrência de uma nova seca de maiores proporções, em 1919, ensejou a ocasião para mais uma reforma no regulamento da inspetoria a apenas alguns dias da posse do novo presidente da República. Pelo decreto n. 13.687, de 9 de julho de 1919, a instituição passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), como em espécie de reforço da ideia de que a seca era uma questão nacional⁵⁴. Complementando sua primeira mensagem ao Congresso, em que reconhecia a necessidade de contenção dos gastos públicos, à exceção daqueles com as obras contra as secas (PESSOA, 1956a, p.10), Pessoa enviou uma mensagem adicional ao Parlamento, em 19 de setembro de 1919, em que procurou persuadir os congressistas a autorizarem os recursos necessários para colocar em prática seu programa de obras no semiárido, acentuando a necessidade de “deixar ao governo certa latitude no emprego das quantias necessárias à construção das obras” (PESSOA, 1956b, p.8). Além das vinculações orçamentárias sugeridas, a proposta do presidente também falava de desapropriação de terras e cobrança de taxas de irrigação e de conservação das obras, dois pontos que colidiam com as bancadas ligadas aos interesses dos grandes proprietários rurais.

Enfrentando contumaz resistência na Comissão de Finanças da Câmara, controlada pelo deputado paulista Cincinato Braga⁵⁵, Eptácio Pessoa estabeleceu uma comissão especial para estudar o problema das secas, composta por Braga e pelo deputado cearense Ildefonso Albano (BUCKLEY, 2017, p.114-115). Enquanto Albano recomendou a expropriação de terras para a construção de açudes e a entrega das obras concluídas a associações locais, Braga, para escassa surpresa geral, posicionou-se contrariamente à proposta da açudagem, alegando ausência de recursos financeiros, e aconselhando o governo a se concentrar na ampliação da malha viária. Não obstante a oposição, a inspetoria recebeu, em 25 de dezembro de 1919, seu presente de Natal com a aprovação do decreto n. 3.965 em termos muito próximos àqueles propostos por Pessoa na mensagem ao Congresso, restringindo, porém, as eventuais desapropriações de terras, que em alguns casos ainda seriam objeto de regulamentos futuros.

⁵⁴ O novo regulamento de 1919 também criava um subdistrito e uma seção de contabilidade e estatística na estrutura administrativa da IFOCS, bem como mantinha o Gabinete do Inspetor e as Comissões de Estudos e Construções, divisões que haviam sido criadas na reforma de 1916.

⁵⁵ Autor de projeto de lei que pretendia proibir a imigração de norte-americanos negros para o Brasil (VILLA, 2000, p.129), Cincinato Braga foi representante brasileiro, em 1921, no Conselho Executivo da Liga das Nações e na Conferência Internacional do Trabalho. Seria nomeado presidente do Banco do Brasil no governo de Artur Bernardes (ABREU, A., 2015).

De qualquer modo, o núcleo do decreto seria regulamentado por outro, o de n. 14.102, de 17 de março de 1920, que, finalmente, estabeleceu a Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste Brasileiro, cujos fundos de financiamento, limitados a 200 mil contos de réis, proviriam de: operações de crédito no Brasil e no exterior; 2% da receita da União; 2 a 6% da receita dos estados; venda ou arrendamento de terras cedidas pelos estados ou desapropriadas; rendas das próprias obras contra as secas, à medida que os empreendimentos detidos pela União gerassem receita própria que recompensasse o investimento; e doações de qualquer origem. Definido o financiamento, Eptácio Pessoa demonstrava ter urgência no início dos trabalhos, pois sua leitura era a de que havia uma impaciência geral com os inúmeros estudos científicos da inspetoria no período anterior à sua presidência. Desse modo, seu programa de obras contra as secas buscava:

... pôr termo a essa fase de estudos, que nunca se concluíam, origem de todas as hesitações, tergiversações e decepções que vinham entravando a execução do benemérito empreendimento. [...] não somente no Nordeste, mas em todo o país, se clamava pela cessação desses estudos eternos [grifo do original] e pelo início imediato de uma ação realizadora.

[...]

A verdade, entretanto, é que os elementos acumulados eram mais que suficientes para começo das obras. Certos pormenores iriam vindo à medida da execução, sem prejuízo nem dos serviços, nem do Tesouro. (PESSOA, 1925, p.362-363).

Supondo já haver estudos suficientes para começar sem demora os trabalhos, Pessoa convidou de volta à IFOCS quem melhor conhecia o conjunto dessas pesquisas, Arrojado Lisboa, o próprio inspetor que as tinha supervisionado há cerca de dez anos. Antes do regresso à inspetoria, o geólogo havia realizado, a pedido do presidente Eptácio, missões geológicas ao sul do Brasil, além de uma missão oficial ao Uruguai para reconhecimento de zonas carboníferas. Logo após a autorização congressional expressa pelo decreto de dezembro de 1919, Lisboa foi reconduzido ao cargo de inspetor em 12 de janeiro de 1920 (SANTOS, C., 2003).

O segundo período de Arrojado Lisboa à frente da inspetoria foi orientado a impulsionar a realização de obras, com destaque para a construção de grandes açudes, que, junto com a implantação de sistemas de irrigação, constituiriam, de acordo com o presidente da República, a combinação indispensável à “solução definitiva” para o problema das secas (PESSOA, 1925, p.316)⁵⁶. “Extinção das secas” era uma expressão frequentemente utilizada por Pessoa, que

⁵⁶ Hirschman (1963, p.269) avalia positivamente a leitura política de Arrojado Lisboa quanto à conveniência de abordar primeiro a construção de açudes, mais consensual entre os latifundiários nordestinos, e deixar a irrigação, questão mais espinhosa e controversa, para um segundo momento, apostando na inevitabilidade do processo com o passar do tempo e das obras. A irrigação no Nordeste nunca deixou de ser uma realidade em escala reduzida, mas, de acordo com Hirschman, essa foi a margem de manobra disponível para a condução das obras pelo geólogo naquela conjuntura.

dava mostras reiteradas de sua convicção de que seria possível solucionar definitivamente essa questão secular, uma vez seguidas as boas práticas ensinadas por outras regiões áridas do mundo ao longo da História.

Restava definir qual ou quais empresa(s) realizariam as obras. Reivindicando amparo nos decretos de dezembro de 1919 e de março de 1920 para adoção do regime de “administração contratada”, isto é, com dispensa de concorrência pública – sublinhado pelo presidente como o modelo escolhido em vários países e como o único adotado nos EUA para obras dessa natureza (PESSOA, 1956a, p.235) –, o próprio Eptácio Pessoa explica, em sua mensagem ao Congresso de 1921⁵⁷, que, após convite a firmas nacionais e estrangeiras, as quatro empresas nacionais contactadas declinaram depois de analisar os projetos. Sendo assim, foram escolhidas três construtoras estrangeiras, com assinatura dos contratos só em 18 de fevereiro de 1921.⁵⁸ À construtora norte-americana Dwight P. Robinson & Co. Inc. (que contava com vários ex-funcionários do *Reclamation Service* em seus quadros, inclusive o engenheiro-chefe, Ira W. McConnell, e que foi responsável por construir o pavilhão dos EUA na Exposição do Centenário em 1922) foi entregue a construção de açudes no Ceará, região do Alto Jaguaribe (Orós e Poço dos Paus), e na Paraíba (Rio do Peixe, Piranhas e São Gonçalo); à britânica Norton Griffiths & Co. Ltd. (dirigida por um membro do Parlamento inglês e com atuação em quase todos os continentes), foram designados trabalhos também no Ceará, nas bacias do Riacho do Sangue e do Baixo Jaguaribe (açudes Acarape, Quixeramobim e Patu); e à também britânica C. H. Walker & Co. Ltd. (responsável pela expansão do porto do Rio de Janeiro), a construção de açudes no Rio Grande do Norte (Gargalheira, Parelhas e Pata Choca). Os contratos também previam a execução de obras preparatórias e complementares, tais como de infraestrutura viária.

Aos que viram na escolha das construtoras estrangeiras manifestação de despreço pela engenharia nacional, Pessoa objetou que não negava reconhecimento aos profissionais brasileiros, mas que as “obras do nordeste” requeriam organizações com material, capital e pessoal especializado nesse tipo de empreendimento. No Brasil, não haveria, segundo o presidente da República, empresas que reunissem esses atributos, como demonstrariam as dificuldades enfrentadas por Quixadá, Acarape e outros dois açudes já entregues a firmas

⁵⁷ Parcialmente repetida em seu livro *Pela verdade*.

⁵⁸ Em 22 de outubro de 1920, por meio dos decretos n. 14.433, n. 14.434 e n. 14.435, a IFOCS havia sido autorizada a celebrar os contratos com as empresas estrangeiras; entretanto, em dezembro daquele ano, o Tribunal de Contas negou registro aos contratos, alegando irregularidade no fato de o ministro da Fazenda não ser parte contratante. Por essa razão, os decretos n. 14.590, n. 14.591 e n. 14.592, de 31 de dezembro de 1920, tornaram os anteriores sem efeito e autorizaram o ministro da Viação e Obras Públicas a contratar os trabalhos com as empresas C. H. Walker & Co. Ltd., Dwight P. Robinson & Co. Inc. e Norton Griffiths & Company Ltd., respectivamente, sendo os contratos efetivamente firmados em 18 de fevereiro de 1921.

nacionais (PESSOA, 1956a, p.236). Ainda na mensagem de 1921 ao Congresso, Pessoa afirma que, com a negativa das empresas brasileiras, não restava ao governo outro curso de ação:

Que havia então de fazer o Governo? Deixar de contratar as obras para não ferir a suscetibilidade de engenheiros ou firmas, que não podiam ou não queriam incumbir-se delas? Não, fez o que devia: ajustou os trabalhos com as firmas estrangeiras que maiores garantias lhe ofereceram (PESSOA, 1956a, p.237).

Assim, em 1921, à medida que teve início a instalação das obras contra as secas, intensificaram-se as críticas ao presidente da República na imprensa carioca⁵⁹. Diversas publicações passaram a retratar os trabalhos como “um colossal panamá”⁶⁰ em que governo, seus protegidos e construtoras estrangeiras, por meio de “contratos leoninos”, dilapidavam o dinheiro público em negociatas envolvendo obras de que ninguém ainda havia visto proveito concreto em favor dos habitantes do semiárido (PESSOA, 1925, p.327). Em meio à onda de denúncias contra o “panamá das secas”, Epitácio, que se encontrava em viagem a São Paulo, discursou, em 19 de agosto de 1921, no Teatro Municipal da capital paulistana, palco da Semana de Arte Moderna dali a poucos meses. No mesmo ano em que dera início à nova política de valorização do café no âmbito da administração federal, a fala de Pessoa não só afirmou que a medida protecionista tratava de questão nacional, não exclusiva do estado de São Paulo, como também relacionou a valorização ao programa de obras no semiárido, “um dos mais graves atos do meu governo” (PESSOA, 1925, p.333). O arrebatado discurso, aplaudido de pé por membros da Sociedade Rural Brasileira, tentou reforçar o argumento, frequentemente defendido pelo presidente, de que promover as obras contra as secas não significava o atendimento a interesses regionalistas, mas ao próprio interesse nacional:

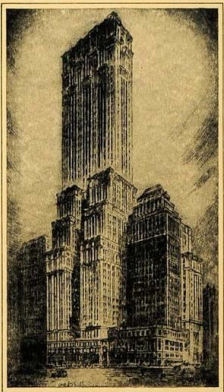
Coincidência notável, senhores: desde que entrei em terras de São Paulo, tenho encontrado, na boca de todos os oradores, sempre estreitamente ligadas, estas duas questões – a valorização e a seca do Nordeste. Isto quer dizer que vós as unis, no vosso espírito, não como problemas regionais, mas como questões brasileiras. E tendes razão, porque o problema das secas do Nordeste, do mesmo modo que o do café, ainda deixando de lado o seu ponto de vista humanitário, para não encarar senão o seu aspecto econômico, constitui um problema nacional.
[...]

⁵⁹ Um dos veículos mais críticos a Epitácio Pessoa foi o jornal *Correio da Manhã*, cujo diretor Mário Rodrigues, pai do escritor Nelson Rodrigues, chegou a ser preso por artigo que, já em 1920, acusava o presidente da República de favorecer usineiros pernambucanos em troca de um colar presenteado à primeira-dama, Mary Pessoa. Escrito no contexto da visita dos reis belgas, o artigo não era da autoria de Rodrigues; entretanto, por ser diretor do jornal e por ser, efetivamente, o autor de outro artigo polêmico, publicado dois anos depois, o jornalista pernambucano acabou sendo condenado e levado à prisão em agosto de 1924 (CASTRO, 1992, p.38-39).

⁶⁰ “Panamá” era termo corrente à época para designar escândalos de corrupção, em uma referência às irregularidades nas obras do Canal do Panamá, realizadas pela firma do diplomata e empresário francês Ferdinand de Lesseps. Os malfeitos no financiamento às obras levaram milhares de investidores franceses à falência (VILLA, 2000, p.133; ARENDT, 1989, p.117-119).

Millions for Construction

Railroads, utilities, manufacturers, institutions, building owners—large and small—push programs for new construction



LINCOLN BUILDING
42nd Street at Madison Avenue, New York
53 Stories, 1,000,000 Sq. Ft.
Built in 12½ Working Days

J. E. R. Crockett, Architect
E. J. Willoughby, Kenneth B. Simon,
Wm. Herman Bates,
Associate Architects

THIS year—like every other year—will reward low-cost operation and maintenance. Our out-of-date facilities will be modernized or scrapped and replaced by new plants. Construction of this character is now being planned and projected at a rapid pace. A few of the many clients for whom we are now doing construction and engineering work are the following:

<p>UNITED ENGINEERS & CONSTRUCTORS INC.</p> <p>combining</p> <p>The U. G. I. Contracting Co. Public Service Production Co. Dwight P. Robinson & Co., Inc. Day & Zimmermann Engineering & Construction Co. United Engineers & Constructors (Canada) Ltd. Dwight P. Robinson & Company of Argentina, Inc. Dwight P. Robinson & Company of Brazil, Inc.</p> <p>Design and Construct</p> <p>INDUSTRIAL PLANTS STEAM POWER STATIONS HYDRO-ELECTRIC DEVELOPMENTS RAILROAD WORK GAS PLANTS</p> <p>Build</p> <p>APARTMENTS HOTELS OFFICE AND INSTITUTIONAL BUILDINGS</p>	<p>American Can Company Borbon Arena Schway Chenoweth & Ohio Railroad Cogate-Recherby Divinity School Dominion Coal Company, Ltd. Eisen State Penitentiary (Pa.) Grant College Lincoln Building Corporation Louisville & Nashville Railroad N. Y., Rio and B. A. Air Line</p>	<p>National Tube Company Pennsylvania Railroad Pittsburgh First Class Company Rio De Janeiro Tramway, L. & P. Co. San Antonio Public Service Co. St. Mark's Hospital (N. Y.) United States Government University of Pennsylvania Vicksburg Bridge & Terminal Co. Westinghouse Electric & Mfg. Co.</p>
---	---	---

Our experience in the construction—with or without design—of industrial, power, railroad and general building work is available to those planning new facilities or extensions during the coming year.

UNITED ENGINEERS & CONSTRUCTORS INCORPORATED

DWIGHT P. ROBINSON, PRESIDENT

PHILADELPHIA	NEW YORK	NEWARK	CHICAGO
LOS ANGELES	MONTREAL	BUENOS AIRES	RIO DE JANEIRO

MAXIMUM RETURN TO CLIENTS PER DOLLAR INVESTED

• 142 •

Figura 52: Reprodução. Anúncio publicitário da empresa Dwight P. Robinson em que a Rio de Janeiro *Tramway Light & Power Co.* é listada como cliente. Fonte: <https://bit.ly/33QIDZG>



Figuras 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 59: Ilustrações. Léo (53, 55, 56, 58 e 59). Luiz (54). Alfredo Storni (57). Tio Pita, apelido de Epitácio na imprensa humorística carioca, passou a ser alvo frequente de críticas. Arrojado Lisboa também não foi poupado da onda de denúncias do “panamá das secas”. Fonte: O MALHO; CARETA, 1920-22.

O Brasil inteiro há de apoiar-me, estou certo, e, quando não seja a mim, a quem quer que me venha substituir, na obra de reparação dessa injustiça revoltante (PESSOA, 1925, p.333-335).

Em uma de suas últimas tentativas de debelar as críticas enquanto ainda exercia o mandato presidencial, Pessoa (1925, p.335-336) nomeou uma comissão de “três pessoas do sul, insuspeitas e íntegras”, e encarregou-as de visitar as obras, na tentativa de oferecer ao país um testemunho abalizado daquilo que fosse encontrado. Integrada pelo engenheiro militar e sertanista Cândido Rondon, pelo médico e político paulista Paulo de Moraes e Barros, e pelo ministro da Agricultura, Ildefonso Simões Lopes, a “comissão Rondon” de inspeção das obras contra as secas trilhou um percurso de 3.742 km por estrada e outros 1.948 km por ferrovia durante os 32 dias de sua realização em 1922. O relatório final da comissão reconheceu a importância dos trabalhos, mas também trouxe uma série de divergências técnicas, que foram matéria de prolongados debates entre seus integrantes e o então já ex-presidente nas páginas da imprensa carioca ao longo de 1923.

Uma das principais discordâncias dizia respeito à abordagem simultânea de um grande número de empreendimentos que, no entender da comissão, ainda exigiam mais estudos. Realizar o maior volume de obras possível, contudo, foi o ponto distintivo do perfil dado por Epitácio Pessoa às referidas obras, uma vez que uma das maiores preocupações do político paraibano foi tentar tornar os trabalhos no semiárido irreversíveis, de maneira que sua interrupção pelos próximos presidentes constituísse opção política indesejável e custosa. O desígnio lembrava obstinação semelhante àquela com que Carlos Sampaio encarava o arrasamento do Castelo, quando afirmava que era necessário “levar todas essas obras a bom termo, ou atacá-las de maneira a que nem o mais retrógrado ousasse pará-las, impedindo a sua terminação” (KESSEL, 2001, p.62). Pessoa acreditava que era “justamente devido à falta de continuidade na administração que este e outros problemas nacionais até hoje não foram resolvidos” (PESSOA, 1956a, p.239). Como expressou em resposta ao relatório da comissão:

As obras em construção no nordeste – açudes, barragens, estradas, portos – são elementos diversos, mas harmônicos, de um só sistema, de um plano único: eliminar qualquer deles é fazer trabalho incompleto, emperrar a marcha dos demais e tornar inatingível o fim colimado (PESSOA, 1925, p.361).

Divulgadas no *Jornal do Brasil*, as críticas ao açude de Orós, contidas no relatório da comissão, também inquietaram o presidente da construtora responsável pelas obras, o engenheiro norte-americano Dwight P. Robinson, que, em carta a Arrojado Lisboa, questionou os preconceitos embutidos nas críticas do relator da comissão, Moraes e Barros. O médico paulista defendia a suposta panaceia da imigração europeia para incentivar a prosperidade da região afetada pela seca, pois acreditava que à população sertaneja faltariam iniciativa, energia

e até inteligência. Robinson, por sua vez, relatava impressão diversa do homem sertanejo, a partir da experiência de dois anos de trabalho de sua construtora no Ceará e na Paraíba: embora o considerasse em espécie de infância intelectual, pela falta de educação formal, tinha se mostrado “trabalhador disciplinado”, com uma experiência do meio que os europeus não tinham, o que desabonava as recomendações de Moraes e Barros. Embora o objetivo fosse servir aos interesses da construtora, a defesa de Robinson colocava em evidência o viés racial subjacente a muitas críticas levantadas contra o trabalho da IFOCS (ROBINSON *apud* BUCKLEY, 2017, p.103-104).



Figura 60: Fotografia. Autoria desconhecida. Ceará, 1922. Comissão Rondon fotografa população local no Ceará, em inspeção das obras contra as secas. Fonte: Arquivo Ildefonso Simões Lopes, ISL-foto 007-85, Acervo CPDOC.



Figura 61: Da esquerda para a direita, Cândido Rondon (2º) e Ildefonso Simões Lopes (4º) na viagem de inspeção das obras contra as secas, 1922. Fonte: Arquivo Ildefonso Simões Lopes, ISL-foto 007-109, Acervo CPDOC.

O balanço do período que chega ao fim com a saída de Epitácio Pessoa da presidência da República indica que o gasto médio da inspetoria saltou de uma média de 4 mil contos de reis, entre 1916-19, para 142 mil contos de réis entre 1921-22 (HIRSCHMAN, 1963, p.31). Até meados de 1922, a IFOCS tinha construído quase 300 km de ferrovias, mais de 500 km de estradas, 229 açudes (entre concluídos, reconstruídos e em construção), rede telefônica e parte das instalações dos portos de Fortaleza, Natal e Paraíba (atual João Pessoa), entre outras obras planejadas e em andamento. De acordo com Epitácio, “as obras colossais do nordeste” teriam custado ao Tesouro 304.040 contos, sendo 187.770 com o material importado e outros 34.481 com despesas já previstas de forma independente do programa de obras contra as secas – desse modo, o gasto com o programa propriamente dito teria sido de 269.559 contos (PESSOA, 1925, p.374). Para efeitos de comparação, Pessoa afirma que:

*[...] só em três Estados do Sul – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande – e só num serviço, o de estradas de ferro, entre as quais não incluo a Estrada de Ferro Central [grifo do original], o meu governo despendeu, no mesmo espaço de tempo, mais de 290.000 contos!
E ninguém reclamou.
Só a Estrada de Ferro Central, que serve não a oito, mas a três Estados, absorveu dos meus orçamentos, de 1920 a 1922, para mais de 400.000 contos!
E ninguém tugiou nem mugiu.
Por que, então, só quando se trata do nordeste se assanham os pruridos de economia desses patriotas?!* (PESSOA, 1925, p.374).

A despeito das alegações do ex-presidente, já nos primeiros dias do governo de Artur Bernardes, em março de 1923, foi abolida a Caixa Especial que Pessoa estabelecera em 1920. No ano seguinte, o governo foi autorizado a vender todo o equipamento importado para as obras contra as secas com 20% de desconto sobre o preço de compra. Por fim, com o decreto n. 16.769, de 7 de janeiro de 1925, todas as obras públicas realizadas pelos vários ministérios foram suspensas, e assim permaneceram pelos seis anos seguintes, com a alocação de verbas para a inspetoria, além disso, em nível inferior ao do período pré-Epitácio. Na explicação de matiz econômico liberal oferecida por Hirschman⁶¹, os cortes são compreendidos na medida em que Bernardes herdara de Pessoa uma situação fiscal desequilibrada, que o levou a seguir medidas de austeridade econômica, muitas em conformidade com o relatório de especialistas britânicos, liderados por Edwin Samuel Montagu, que indicou, em 1924, diretrizes de saneamento fiscal para a economia brasileira. As obras contra as secas teriam sofrido o maior impacto dos cortes orçamentários porque o gasto público em áreas mais pobres seria semelhante ao gasto particular com bens de luxo: aumentaria em tempos de prosperidade extraordinária ou

⁶¹ Para além das explicações de ordem econômica, o corte de verbas para a IFOCS também pode ser entendido a partir da dinâmica política do período, abordada no próximo capítulo.

excesso inflacionário, mas seria extinto assim que a administração financeira das contas públicas se afastasse da prodigalidade – o espaço das secas só seria convidado para as grandes festas inflacionárias.

No cômputo geral, o período em que Eptácio Pessoa esteve à frente da presidência da República, de acordo com Albuquerque Jr. (1988, p.384-385), marcou para a IFOCS um triunfo provisório do discurso da seca e dos setores ligados à economia algodoeiro-pecuária nos estados nortistas, no sentido de conseguirem institucionalizar sua demanda, junto ao governo federal, de tornar permanente e mais vultoso o investimento no espaço semiárido, renovando, nesse processo, as engrenagens do sistema clientelista. Só anos mais tarde, com Celso Furtado à frente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é que o discurso da seca cederia lugar a um projeto mais sólido de desenvolvimento capitalista para a região, ao abordar diretamente a estrutura fundiária como causa do atraso (VIEIRA, 2004, p.5).

Embora os redatores do diagnóstico *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*⁶², publicação que fundamentou a ação da Sudene, aceitem que o combate às secas realizado pela inspetoria foi uma primeira expressão do planejamento estatal para os problemas econômicos regionais, Francisco de Oliveira (2008, p.134-135) discorda dessa tese que teria sido inicialmente divulgada por Hirschman. Na medida em que à época de fundação da inspetoria inexistiam teorizações sobre planejamento em economias capitalistas, Oliveira considera um equívoco enquadrar o que se fazia na IFOCS sob o rótulo de atividade planejada, por mais frequentes que tenham sido as referências de seus operadores a uma ação “sistemática”.

Francisco de Oliveira (2008, p.135) afirma, ainda, que a IFOCS seria um órgão nacional, concebido para atuar onde quer que as secas fossem observadas no país, e que só posteriormente teria sido capturada pelas oligarquias de estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, núcleo do “Norte seco” – comentário referendado por Iná Elias de Castro (1992, p.59). O processo de construção da inspetoria, aqui reconstituído em alguns de seus marcos de consolidação institucional, mostra, contudo, que a ação das oligarquias desses estados foi decisiva para a criação dessa estrutura burocrática no Estado brasileiro, não se tratando de mera captura *a posteriori*, mas de vetor fundacional, como propõe Albuquerque Jr. (1988, p.384-385). A localização das obras quase que exclusivamente no sertão semiárido desde as comissões precursoras da IOCS demonstra essa condição. Furtado lembra que podia haver a preponderância de algum desses estados na medida da proximidade de seus líderes aos círculos

⁶² Documento produzido pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959.

da elite no poder federal: “A Paraíba, por exemplo, foi muito beneficiada com o governo Epitácio Pessoa, que puxava a brasa para Paraíba” (FURTADO *apud* CARVALHO, R., 2006, p.8). A concentração de obras nos três estados supracitados era, de qualquer forma, tendência já verificada desde o início da IOCS.

Cabe destacar o papel desempenhado pelos técnicos da inspetoria, muitos dos quais, segundo Oliveira, F. (2008, p.135), estiveram frequentemente em desacordo com as próprias políticas ditadas por seus superiores, denunciando a exploração de camponeses, pequenos sitiantes e meeiros pelos grandes fazendeiros da economia algodoeira-pecuária. Buckley (2017, p.124) complementa essa perspectiva, ao defender o argumento de que os engenheiros da inspetoria atuavam como mediadores, na medida em que eram agentes de uma conflituosa via intermediária entre a resistência camponesa à implantação do regime intensivo de produção e a oposição dos latifundiários à transformação da estrutura social.

Outro aspecto relevante da IFOCS nesse período diz respeito a seu papel como canal da cooperação entre o Estado brasileiro e agentes privados estrangeiros do setor da construção civil, ampliando a esfera de influência norte-americana sobre projetos de viés modernizante no Brasil. Essa influência já se expressava em iniciativas como o trabalho da Divisão Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller – entidade apontada como precursora da Organização Mundial de Saúde –, que, desde meados da década de 1910, provia assistência técnica e financeira ao combate a endemias rurais no país, expandindo o movimento sanitário mundial por meio de uma rede internacional de instituições liderada pelos EUA desde 1902. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e o conjunto das reformas promovidas por Carlos Chagas durante a presidência de Epitácio Pessoa estão ligados à rápida expansão dessa rede no início dos anos 1920, consolidando um projeto de viés modernizante pró-modelo norte-americano de organização dos serviços de saúde pública e de formação profissional na área da saúde no Brasil (HOCHMAN, 2012, p.99-100; LABRA, 1985; FARIA, Lina, 1995).

Ressalta-se, finalmente, a contribuição das práticas estatais desenvolvidas por intermédio da IFOCS e seus técnicos para instituir modos de cognição do sertão semiárido, passíveis de mobilização para representar esse recorte espacial. Em sentido análogo ao das conclusões de João Marcelo Maia (2010) sobre a articulação entre ideias do pensamento social brasileiro e as práticas da Fundação Brasil Central (órgão propulsor da Marcha para Oeste na Era Vargas), seria possível pensar a IFOCS como uma das matrizes de um modo de apreensão do espaço da seca. A sintaxe desenvolvida pela inspetoria não seria ignorada quando os agentes estatais da Primeira República tiveram que atribuir um lugar ao sertão semiárido na imagem nacional a ser difundida pela Exposição Internacional do Centenário da Independência.

4 OS “MANDACHUVAS” DO PROGRESSO (III): O COSMOPOLITISMO OLIGÁRQUICO DE EPITÁCIO PESSOA

Neste capítulo, ressalta-se a trajetória individual de Epitácio Pessoa na medida em que permite compreender estratégias utilizadas pelos agentes políticos na Primeira República. Na primeira seção, enfatiza-se a dinâmica de reforço mútuo entre as dimensões doméstica e externa da política como uma chave interpretativa para o estudo da História Política da Primeira República; na segunda seção, são examinados alguns episódios da trajetória percorrida por Epitácio Pessoa, de Umbuzeiro, na Paraíba, até a ascensão ao Palácio do Catete, passando pela Conferência de Versalhes; na última seção, propõe-se que o governo de Epitácio Pessoa pode ser caracterizado por uma estratégia dual em que políticas externa e interna foram mutuamente mobilizadas em uma tentativa de alavancagem da posição presidencial, um recurso político que esteve à disposição de Pessoa antes mesmo do início de seu mandato. Esse recurso foi crescentemente empregado a serviço de uma proposta de modernização nacional que, integrando o sertão semiárido, contribuiria para a integração do Brasil ao sistema internacional.

4.1 Entendendo a política na Primeira República por meio do reforço mútuo entre suas dimensões doméstica e externa

O sistema político da Primeira República foi tradicionalmente explicado a partir do argumento de que a concentração de atividades econômicas específicas em diferentes áreas geográficas do país ocasionou a formação de uma estrutura regionalizada de grupos em disputa pelo predomínio no interior da classe dominante. Sob essa perspectiva, a oligarquia cafeeira foi identificada como o grupo hegemônico em torno do qual se estruturou a dinâmica política, sendo o aparelho estatal uma espécie de comitê executivo de representação dos interesses desse grupo. O governo de Campos Sales, de 1898 a 1902, teria sido um momento crucial de conformação da ordem republicana, na medida em que estabeleceu um pacto oligárquico que, ao resolver questões como a relação entre Poderes Executivo e Legislativo, e entre governo central e governos estaduais, proporcionou a estabilidade sustentadora do sistema político enquanto vigente. A chamada “política dos governadores”, assim, teria confinado os conflitos políticos à esfera regional, restringindo a alternância dos grupos no poder, uma vez que os estados de menor grandeza na hierarquia política se encontravam subordinados à aliança formada por São Paulo e Minas Gerais (FERREIRA; PINTO, 2017; FAUSTO, 2006, p.216; LESSA, 1988; VISCARDI, 2019, p.32).

No que se refere à dimensão externa da ação política capitaneada pelo Estado brasileiro, a interpretação que, tradicionalmente, se propõe para a política exterior da Primeira República é a de que a mudança do eixo preferencial de alinhamento da nossa diplomacia – de Londres para Washington – efetuada nesse período estaria ligada a uma leitura realista e pragmática do Barão de Rio Branco quanto à configuração do sistema internacional e à melhor via de ação para alcançar o que se considerava o “interesse nacional” (BUENO, 2003; BURNS, 2003; RICUPERO, 2017, p.310; VEDOVOLI, 2010, p.94-95). Além disso, na esteira da alegação do próprio Rio Branco de que “a pasta das Relações Exteriores [...] não é e não deve ser uma pasta de política interna” (RIO BRANCO, 1902), sedimentou-se – não só como discurso institucional do Itamaraty, mas como premissa da literatura sobre o assunto – o entendimento de que a política externa estaria insulada em relação à política partidária doméstica. A despolitização da política externa seria creditada a seu processo de formação no interior de um poder burocrático relativamente autônomo (o Ministério das Relações Exteriores), bem como à natureza das questões da agenda externa, que pertenceriam ao que Renato Lessa (1988) chamou de esfera substantiva da ordem política da Primeira República e visariam à busca de interesses nacionais (LIMA, 2000, p.288-291).

Essas perspectivas – quer sobre a política doméstica, que sobre a externa – têm sido relativizadas por trabalhos mais recentes, que buscam caracterizar uma série de disputas negligenciadas pelas interpretações tradicionais. No que concerne à dinâmica política interna, a brecha para revisão aberta pela História Econômica – que questionou a tese de que a política econômica do governo federal teria sempre favorecido os interesses cafeeiros (FRITSCH, 2014) – tem sido ampliada por estudos que não apenas problematizam a aliança entre Minas e São Paulo, mas põem a descoberto a natureza instável das alianças políticas que precisavam ser feitas entre os estados de “primeira grandeza” e as demais oligarquias de mais de uma dúzia de outras unidades da federação para, por exemplo, mobilizar blocos de votação no Congresso. Tratando das sucessões presidenciais, momentos críticos para a estabilidade do jogo político oligárquico, Viscardi (2019) contribuiu para caracterizar um quadro mais complexo da política na Primeira República, ao expor as fissuras na aliança entre mineiros e paulistas, e, assim, fazer perceber a pluralidade de setores e interesses abrigados no Estado nacional, que estava longe da possibilidade de ser retratado como um bloco monolítico.

Por sua vez, os estudos desenvolvidos sob a orientação da Análise de Política Externa, subárea da disciplina de Relações Internacionais que procura identificar os fatores determinantes e agentes envolvidos no processo decisório de formação da política externa dos Estados, permitem ajustar o foco das lentes de análise sobre o que se convencionou chamar de

interesse nacional, de modo a constatar que a política externa resulta de subsídios domésticos diversos, não de um interesse nacional consensual e hipotético, ou apenas de estímulos provenientes do sistema internacional. Desse modo, a fronteira entre questões domésticas e internacionais pode ser caracterizada como tênue (GONÇALVES; PINHEIRO, 2020, p.24-25), o que torna difícil aceitar sem questionamento a tese de insulamento da política externa durante a Primeira República, dado o impacto das disputas políticas internas – das quais o período é repleto – sobre a definição do comportamento externo dos Estados.

Considerando que a integração entre os instrumentos analíticos desenvolvidos para lidar com as esferas interna e externa da política estatal tem um potencial de capacidade explicativa ainda não suficientemente explorado (LENTNER, 2006), acredita-se que o exame da ação política individual de um dos mais importantes agentes estatais da conjuntura em análise, Epitácio Pessoa, constitui um caso em que convergem ambas as dinâmicas: sua trajetória não apenas está ligada às possibilidades que os estados menores tinham para interferir nos cálculos políticos na Primeira República, mas também permite avaliar como, de modo extraordinário, um representante desses estados tornou-se o principal decisor da agenda de política externa do período, desempenhando um papel com mais nuances que o de mero “sucessor do Barão” e continuador de suas diretrizes de ação diplomática. Como aqui se busca argumentar, na presidência de Epitácio Pessoa, políticas externa e interna foram mutuamente mobilizadas em uma tentativa de alavancagem da posição presidencial, um recurso político que esteve à disposição de Pessoa antes mesmo do início de seu mandato e que foi crescentemente posto em prática pelo mandatário, no curso de seu governo, a serviço de uma proposta de modernização nacional que, integrando o sertão semiárido, contribuiria para a integração maior do Brasil à política internacional.

Não se pretende aqui, contudo, realizar um estudo de caso com definição de variáveis conforme a análise política tradicional, mas antes partir do entendimento proporcionado pelas análises anteriormente aludidas, bem como da premissa de que a política externa é a continuação da política interna por outros meios (MILNER, 1997, p.10), para discutir mais amplamente como o encontro entre as obras contra as secas e a Exposição do Centenário permite observar aspectos críticos da política desse período.

4.2 Um oligarca cosmopolita

Os episódios tanto da trajetória de Pessoa até a presidência quanto do exercício de seu mandato no Executivo federal, selecionados para a discussão aqui proposta, foram identificados a partir de relatos como o da biografia mais referenciada de Epitácio Pessoa, escrita por sua filha Laurita Pessoa Raja Gabaglia (publicada, em 1951, na mesma coleção Documentos Brasileiros, que lançara o *Nordeste*, de Gilberto Freyre, em 1937), bem como do testemunho do próprio Epitácio na defesa contra as críticas a seu governo, registrado no livro *Pela verdade* – obra lançada em 1925 que, à semelhança dos escritos de Carlos Sampaio, ecoa “ânsia de não deixar crítica sem resposta, ataque sem esclarecimento” (KESSEL, 2001, p.7)⁶³. Não obstante os limites desses testemunhos e os riscos de não só acolher sua eventual “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006; BORGES, 2008, p.223-224), como ainda usá-la seletivamente a serviço de mera retórica teleológica, sigo a sugestão de Pallares-Burke (2005, p.24) de que as múltiplas autoimagens de um indivíduo não devem ser simplesmente descartadas por sua alegada ausência de confiabilidade. Nesse sentido, ressalta-se que:

A autoimagem de um escritor famoso ou de um estadista revela alguma coisa de sua natureza [...]. Essas autoimagens devem ser usadas – ao lado das imagens que outras pessoas têm desse indivíduo – como auxílio na construção de uma narrativa e na interpretação de uma vida. Em suma, se é verdade que a autoapresentação não deve ser tomada literalmente, ela deve ser, no entanto, considerada seriamente. (BURKE-PALLARES, 2005, p.24).

⁶³ De acordo com Senna (1996), Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1901-1980) foi aluna do Colégio Sion, tendo sido colaboradora de *Elo*, revista publicada pela instituição, junto a autoras como Lucia Miguel Pereira. Próxima ao cardeal Sebastião Leme, Laurita foi membro da Ação Católica Brasileira. Em entrevista a Linda Lewin (1995, 1996), relatou ter ajudado o primo João Pessoa por meio do envio clandestino de armas e munição quando o comércio paraibano foi embargado pelo presidente Washington Luís (LEWIN, 1995, p.75). Em 1922, casou-se com o engenheiro Edgard Raja Gabaglia, neto do matemático Giacomo Raja Gabaglia e empreiteiro das obras de reconstrução da Avenida Atlântica; após a morte do marido, em 1953, entrou para a Ordem das Carmelitas Descalças, em 1957, passando a ser chamada de Irmã Maria Regina do Santo Rosário e a viver reclusa no Carmelo de Teresópolis. A biografia de Epitácio escrita por Laurita, o memorialístico *Pela verdade*, escrito pelo ex-presidente, e as obras completas de Epitácio Pessoa (publicadas pelo Instituto Nacional do Livro entre as décadas de 1950 e 1960) foram os primeiros trabalhos a se apoiar na documentação que, atualmente, se encontra no Arquivo Epitácio Pessoa, do IHGB. O próprio Epitácio se mostrara preocupado em constituir esse acervo, designando o sobrinho Antônio Pessoa Filho como principal organizador, e instruindo a filha mais velha, Laurita, a depositá-lo junto ao IHGB (GOMES, I., 2018; HEYMANN, 1997, p.47-48; LEWIN, 1995, 1996). Laurita Gabaglia também publicou os livros biográficos *O Cardeal Leme: 1882-1942* (1962) e *O Papa João: um camponês no Vaticano* (1970), e o livro didático *Convite à Literatura* (1976).



Figuras 62 e 63: Ilustrações. J. Carlos. 1925. A recepção de *Pela verdade*⁶⁴ na leitura irônica do artista J. Carlos, que retratou com argúcia a cena política da década de 1920 em suas ilustrações para *O Malho* (LOREDANO; SIMAS, 2007). Fonte: O MALHO, n.1185, 30 maio 1925; e n.1190, 4 jul. 1925.

Embora reconheça no livro de Gabaglia um “bom estudo biográfico, impregnado da melhor ternura filial” (FREYRE, 1981, p.204) – cujo tom laudatório, ressalva, atribuiu a Epitácio Pessoa “a inumana virtude de ter sempre pensado certo e agido justo durante mais de meio século de vida pública em país tão confuso como o Brasil” (FREYRE, 1981, p.198) –, Gilberto Freyre identifica em Epitácio Pessoa tanto o vício do excessivo personalismo quanto a virtude de ter sido dos bacharéis o menos bacharelesco e absorto em bizantinismos jurídicos (FREYRE, 1981). Pessoa é descrito por Boris Fausto (1989, p.129) como um símbolo das tendências arcaicas e modernizantes de seu tempo; para Raymundo Faoro (2012, p.349; 393; 400), foi um “liberal de formação clássica” afeito a um legalismo conservador, a quem foi facultada a possibilidade de “brincar com obras contra as secas, contanto que aprovasse a valorização do café”, obras que seriam o “ponto de apoio do nacionalismo que então, ainda não batizado, invade as consciências e se insinua na imaginação”. No terreno inexato das comparações, Gabaglia (1951 p.547-548) vê paralelos entre Pessoa e o Visconde de Ouro Preto, na medida em que teriam “a mesma altivez, o mesmo desassombro, a mesma consciência da

⁶⁴ O livro foi publicado em junho de 1925 pela Livraria Francisco Alves, com sua primeira edição de 5.000 exemplares esgotada em duas semanas. Com estilo de argumentação lógica marcado pelo matiz jurídico, a obra apoia-se em vasto conjunto documental e, segundo Pessoa (1925, p.7), não trata da história do governo, que caberia a outros, e não a ele, fazer.

ordem e da autoridade, a mesma inflexibilidade de caráter”; divergiriam, contudo, na importância que Epitácio atribuía à necessidade de responder aos questionamentos da opinião pública e procurar se fazer entender em suas intenções. Já Sandes (2011, p.225) caracteriza o político paraibano como “um quase Rui Barbosa”, em sua busca de relativa independência no interior da elite oligárquica, ao passo que ainda Faoro (2012, p.) lembra que, à diferença de Rui, Epitácio estava fortemente ligado ao agrarismo e não perturbava o “sono republicano” com o “pesadelo das reformas”.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em 23 de maio de 1865 em Umbuzeiro, Paraíba, um pequeno povoado onde também nascera o jornalista e empresário Assis Chateaubriand, e que surgiu como escala dos viajantes entre o sertão e o litoral, nas proximidades da divisa com Pernambuco (MORAIS, 1994, p.23). Procurando homenagear o santo do dia, o pai deu-lhe o nome de um bispo espanhol tornado mártir pela perseguição deflagrada por Nero no Império Romano, escolha de nome posteriormente lamentada pelo batizado. Epitácio pertencia a uma família de proprietários rurais com projeção política em Pernambuco, sendo sobrinho de Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena, presidente de diversas províncias no Império e filho de um dos líderes da Revolução Praieira. O barão tornou-se o tutor de Epitácio e seu irmão Antônio quando estes ficaram órfãos em 1873; não exercendo diretamente a tutela, obteve uma bolsa de interno para Epitácio no Ginásio Pernambucano, a mais renomada instituição de ensino primário e secundário da província. Sob a direção de figuras como Joaquim Arcoverde de Albuquerque e Cavalcanti (que se tornaria, posteriormente, o primeiro cardeal latino-americano), o Ginásio chegara a receber a visita do imperador D. Pedro II quando de sua viagem às províncias do norte em 1859 (PEDRO II, 1959).

Em 1882, Pessoa prosseguiu seus estudos ao ingressar na Faculdade de Direito do Recife, reduto bacharelesco que formou grandes personalidades imperiais, como o Barão de Cotegipe, Eusébio de Queiroz, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Nabuco de Araújo, Tobias Barreto, Franklin Távora, Sílvio Romero e, temporariamente, Rui Barbosa, o Barão do Rio Branco e Castro Alves – este, o poeta preferido de Epitácio Pessoa, que sabia de memória muitos de seus versos, entre os quais os do “Adeus” a Eugênia Câmara, um dos que mais admirava entre os poemas do baiano. A Escola do Recife, na qual se formou junto ao escritor Graça Aranha, em 1886, moldaria em Pessoa a crença na possibilidade de aperfeiçoamento humano por meio das leis e instituições liberais e democráticas. Outra marca do período de formação, segundo a filha Laurita, são as lembranças dos primeiros anos de vida no sertão, tema recorrente nas conversas familiares; experiência que, na memória da filha, se expressava em comentários como “você aqui no Sul não sabem o que é o luar!” (GABAGLIA, 1951, p.262).

Gabaglia acredita mesmo que a relação com a terra natal foi das mais definidoras do caráter de Pessoa, sendo responsável por tornar sua personalidade mais “humana” e “brasileira”, como se depreende do seguinte trecho:

Epitácio, rapaz, participou do espírito de sua região natal. E pode-se dizer que nunca de todo se desprende dela. O Nordeste – província e sertão, vida patriarcal e cheiro de terra virgem – marcou-o indelevelmente. Deveu-lhe o feitio especial do caráter e da sensibilidade, muitos dos seus hábitos e gostos – entre eles o seu dom de palestrador –, alguns dos seus preconceitos, o seu critério mais espontâneo de valores, e a sua maneira particular de querer bem, sofrer, calar-se e resistir, lutar e empenhar-se a si próprio na luta. Deveu-lhe o grande fundo de simpatia humana, quase ingênua, que enriqueceu e iluminou a sua personalidade meditativa e reservada. Sem o Nordeste, Epitácio teria sido menos humano e menos brasileiro. Foi o torrão natal que o embebeu de humanidade. (GABAGLIA, 1951, p.41)



A casa da meninice de Epitácio em Umbuzeiro

Figura 64: Fotografia. Autoria desconhecida. Umbuzeiro, [s.d.]. A casa em que Epitácio Pessoa viveu seus primeiros anos de vida no interior da Paraíba. Fonte: GABAGLIA, 1951, p.28.

Se, logo após a formatura, ainda nos últimos anos do Segundo Reinado, Epitácio Pessoa ocupava a promotoria da pequena comarca de Cabo, nos arredores de Recife, o jovem bacharel seria, já na véspera do 15 de novembro de 1889, um dos presentes às movimentações em torno da Proclamação da República na casa do alagoano Deodoro da Fonseca. O marechal tinha no Barão de Lucena um amigo pessoal e aliado político, e foi por meio dessa rede que Pessoa se aproximou tanto do primeiro presidente da República quanto dos encarregados pela montagem do novo governo da Paraíba do Norte, que recrutaram o bacharel para chefiar a secretaria de gabinete do primeiro governador estadual escolhido pelo novo regime, o chefe político paraibano Venâncio Neiva. Pessoa, assim, voltou a Paraíba para desempenhar suas novas funções, encerrando sua breve e estratégica passagem pelo Rio de Janeiro em 1889; não tardaria, contudo, a voltar à capital federal, dessa vez como deputado eleito para a Assembleia Constituinte, em 1890. Na sequência, com a ascensão do alagoano Floriano Peixoto à

presidência da República, passou à oposição, pois, como explicou em *Pela verdade*, o chamado “marechal de ferro” “depôs todos os governadores e desfez todas as organizações judiciárias, violando assim sessenta vezes o princípio em virtude do qual ascendera ao governo da República” (PESSOA, 1925, p.109; GABAGLIA, 1951).

Foi no governo do paulista Campos Sales – que convivera com Epiácio quando ambos coincidiram como congressistas – que o paraibano foi chamado a compor o Executivo federal pela primeira vez, como ministro da Justiça. À frente da pasta, envolveu-se na elaboração do primeiro Código Civil brasileiro, projeto para o qual convidou o jurista cearense Clóvis Beviláqua. Ainda como ministro da Justiça, durante uma ausência temporária do presidente da República, teve atuação decisiva para agilizar a aprovação de fundos emergenciais na conjuntura da seca de 1900 (HIRSCHMAN, 1963, p.26). Diante dos protestos estudantis contra a reforma que promoveu nos ensinos secundário e superior, Epiácio, cuja alcunha de “menino prodígio” se tornou munição de pilhéria para a imprensa carioca, pediu demissão do cargo ministerial em agosto de 1901, após as negativas de Campos Sales aos pedidos do ministro para usar repressão policial contra as manifestações (DIAS, S., 2015; GABAGLIA, 1951, p.166-167). Em janeiro do ano seguinte, Pessoa foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que exerceu até 1912 e que acumulou com o de Procurador Geral da República (posto, à época, reservado a um ministro da Suprema Corte) até 1905, ano em que se afastou do Ministério Público por desentendimentos com o então ministro da Justiça, o baiano J. J. Seabra. Em 1912, Epiácio Pessoa voltou ao Congresso como senador pela Paraíba, tornando-se aliado de Pinheiro Machado e assumindo posição de destaque, ao participar da Comissão de Verificação de Poderes após a morte do líder gaúcho em 1915.

Nessa trajetória prévia à chegada ao posto máximo de liderança da República, portanto, Pessoa já havia completado o circuito da passagem por todos os três Poderes republicanos. Além disso, já nesse período, havia iniciado sua atuação como internacionalista, com a oportunidade proporcionada pelo convite do chanceler Rio Branco, em 1909, para redigir um projeto de Código de Direito Internacional Público. O projeto de codificação era uma promessa feita pela diplomacia brasileira na III Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro, em 1906, e seria discutido na primeira reunião plenária da Junta Internacional de Jurisconsultos, reunida no Rio de Janeiro, em 1912, sob a liderança de Epiácio Pessoa. O paraibano também foi solicitado a prestar consultoria jurídica ao Ministério das Relações Exteriores, provendo subsídios legais a questões fronteiriças, tais como a do Peru (STREETER, 2010, p.21). De acordo com Gabaglia (1951, p.198), “Rio Branco despertara nele [Epiácio] o internacionalista”.

Nesse período, também soube transitar pela política nacional de modo a construir as alianças que ancoraram a ordem oligárquica em seu estado. Na liderança de um grupo político de base familiar, Epitácio conseguiu, a partir de 1912, consolidar o domínio do Partido Republicano da Paraíba sobre a política de seu estado; além disso, concentrou a tomada de decisão partidária em suas mãos e fundiu o partido à sua figura, conformando o que ficou conhecido como a “ordem de Epitácio Pessoa” (LEWIN, 1987, p.31; 312). Manteve bom entendimento com o presidente Hermes da Fonseca, o que permitiu que seu grupo se salvasse do salvacionismo, bem como com o seguinte mandatário, Venceslau Brás. A proximidade a Pinheiro Machado também contribuiu para a relativa blindagem desse grupo contra as reviravoltas da política local. Como senador, Pessoa manteve-se chefe do partido, só transferindo essa chefia em 1920, em função das responsabilidades presidenciais. A despeito de quem fosse o chefe partidário, no entanto, Epitácio reteve a autoridade primária, ao reservar para si não apenas o poder de veto no processo decisório oligárquico, mas também a prerrogativa de escolher a bancada paraibana no Congresso (LEWIN, 1987, p.313). Mesmo no auge de sua carreira política nacional, ele manteve contato regular com chefes políticos locais, demonstrando ciência de que a manutenção da lealdade política se baseava na atenção à reciprocidade. Por volta de 1915, Lewin (1987, p.317) afirma que Epitácio já tinha clareza de que poderia liderar melhor a oligarquia paraibana por meio de sua eficácia na política nacional.

Rodrigues Alves, ao ser eleito presidente pela segunda vez, em 1918, teria manifestado a intenção de tornar Epitácio ministro do Interior, mas a indicação foi barrada, sob a alegação de que postos-chaves não deveriam ser entregues a pequenos estados (VISCARDI, 2019, p.239). O nome de Epitácio seria efetivamente confirmado, contudo, para chefiar a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, após a renúncia de Rui Barbosa ao posto. À época já em campanha pela presidência da República, o parlamentar baiano era crítico da política externa brasileira e denunciou as pressões do embaixador norte-americano Edwin Morgan, quem, com a aquiescência do então chanceler Domício da Gama, teria obstaculizado sua ida a Versalhes. Barbosa não era bem-aceito pelo governo norte-americano, que o identificava com os interesses britânicos e, portanto, como um opositor da aproximação com os EUA (BANDEIRA, 1978, p.203). Morgan teria mesmo manifestado a objeção de Washington à indicação de Rui (SMITH, 1991, p.127; 253), além de, em correspondência ao secretário de Estado norte-americano Robert Lansing, ter considerado a escolha de Epitácio, embora “não brilhante”, ao menos “segura”, uma vez que o paraibano, mais do que não ser antiamericano, demonstrava ser proativamente favorável ao estreitamento das relações com os EUA (SMITH, 1991, p.254).

Foi no curso de sua atuação em Versalhes que o nome de Eptácio surgiu como “obra de estética política”, no dizer de Lauro Muller (GABAGLIA, 1951, p.322), em meio às tratativas prévias à Convenção Nacional, responsável por escolher o sucessor de Rodrigues Alves, que sequer assumiu o cargo presidencial, em razão de seu estado de saúde. Diante da possibilidade de uma aliança entre as oligarquias mineira e paulista, as demais unidades da federação se uniram em uma “concentração de estados”, uma aliança com o objetivo de contrabalançar as aspirações hegemônicas de São Paulo. Assim, o PRR do líder gaúcho Borges de Medeiros foi a primeira máquina partidária a apoiar Eptácio, quem, no fim da década de 1910, havia angariado estima nos círculos políticos não só por seu papel em Versalhes, mas desde seu discurso em favor da candidatura de Rodrigues Alves em 1917. Seguiu-se, desse modo, o apoio mineiro à candidatura de Eptácio, posicionamento decisivo para impedir a formação de uma aliança entre Minas e São Paulo, em uma mostra da tendência do período à formação de eixos alternativos à qualquer monopolização do poder (VISCARDI, 2019, p.253-254). Sobre o processo, o próprio Eptácio comenta que:

Nunca aspirei à presidência da República. Foi ideia que jamais me passou pela mente, não só porque, sem falsa modéstia, não me sentia à altura do cargo, como porque a máquina política do país estava montada de tal maneira que ao representante de um estado pequeno, como a Paraíba, não era lícito levar tão longe a sua ambição. De fato, só circunstâncias as mais variadas e imprevistas – a oposição do Rio Grande do Sul a qualquer candidatura paulista ou mineira, as apreensões que infundia à política dominante dos estados a candidatura Rui Barbosa, a minha ausência do país no desempenho de uma missão de alto relevo, a independência em que sempre me conservara entre os partidos políticos, o meu alheamento à luta que se travava em torno da sucessão do Conselheiro Rodrigues Alves etc – tornaram possível a escolha do meu nome (PESSOA, 1925, p.43).

4.3 Um projeto ambivalente de modernização nacional e inserção internacional

A política externa do governo Eptácio Pessoa começou, oficiosamente, já em Paris, com um chefe de delegação que se tornou chefe de Estado eleito ainda em meio aos trabalhos da Conferência de Paz. Embora um conselheiro jurídico da delegação norte-americana, o advogado David Hunter Miller (*apud* HOUSE; SEYMOUR, 1921, p.408), afirme que as intervenções do paraibano na Comissão da Liga das Nações, ainda que impressionantes, eram infrequentes, fato é que a atuação de Pessoa foi bem-sucedida na defesa dos grandes interesses brasileiros nas negociações pós-guerra – os navios ex-alemães e a questão do pagamento do café paulista retido em bancos germânicos no início do conflito bélico (GARCIA, 2006, p.85-87; SMITH, 1991, p.126-133; STREETER, 2010, p.57-64).

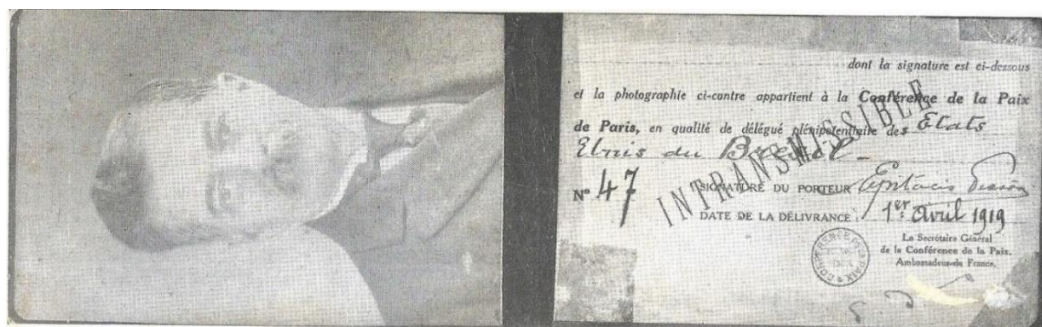


Figura 65: Reprodução. A credencial de Epitácio Pessoa na Conferência de Versalhes. Fonte: PESSOA, 1961.



Figura 66: Fotografia. Autoria desconhecida. Paris, 1919. Em pé, ao centro, presidente norte-americano Woodrow Wilson. Sentado, 2º da direita para a esquerda, Epitácio Pessoa. Fonte: PARDELLAS, 2018, p.347.



Figura 67: Fotografia. Autoria desconhecida. Nova York, 1919. Almoço oferecido a Pessoa pela Sociedade Pan-americana em 26 de junho de 1919, no Hotel Astor, em Nova York. Na ocasião, os maxixes *Brejeiro* e *Dengoso*, de Ernesto Nazareth, integraram a programação musical (DIAS, A., 2012). Fonte: <https://bit.ly/3pO2uTy>.

A colaboração do presidente norte-americano Woodrow Wilson foi determinante para o êxito das demandas brasileiras, tendo o secretário-geral da delegação dos EUA, Herbert Stabler, assessorado Eptácio, quem fez questão de que o funcionário do Departamento de Estado acompanhasse a comitiva brasileira na viagem realizada, posteriormente, da Europa aos EUA. A cooperação estadunidense reforçou em Eptácio o entendimento de que o país então presidido por Wilson era um parceiro fundamental do Brasil, enfatizando a propensão a incentivar a abertura brasileira aos interesses de negócios norte-americanos. Eptácio expressaria, reiteradamente, sua boa disposição em relação ao país⁶⁵, postura em grande medida calcada na constatação da importância da contribuição norte-americana para o desfecho favorável obtido pelo Brasil na Conferência de Paz, como se pode observar em correspondência a Edward Mandell House, conselheiro do presidente Wilson no encontro diplomático:

PARIS, May 31st. 1919 – MY DEAR COLONEL HOUSE – Al though I leave of you [sic] a few days ago I feel I cannot leave Paris without once again expressing to you my sincere thanks for your many kindnesses during these last four months of strenous [sic] conference work, during which you never failed to show interest for the questions intrusted [sic] to me and in the satisfactory solution of which you played such an important part.

With renewed thanks, I am, dear Colonel House, yours faithfully.

Eptácio Pessoa (PESSOA, 1961, p.51-52)

Ainda em Paris e antes mesmo do fim da conferência, Eptácio deu início a uma série de viagens a países europeus (Bélgica, Itália, Grã-Bretanha e Portugal) que, sabendo de sua recente condição de presidente eleito, passaram a convidá-lo a visitas oficiais (LACERDA, 2013). Para Garcia (2006, p.80), a agenda repleta de viagens não teria sido uma estratégia diplomática deliberada por parte do Brasil, mas mera reação a um gesto calculado de cortesia por parte de potências europeias, que logo tiveram a iniciativa copiada pelos EUA. Não obstante, é de se notar, além da seletividade com que o presidente eleito preteriu os convites de vários países em favor daqueles que considerava aliados estratégicos, como nesse contexto é que têm origem alguns eventos balizadores das relações internacionais do Brasil durante o

⁶⁵ Em discurso de agradecimento ao secretário de comércio norte-americano, em Washington, Eptácio afirmou que “*One of the intentions that I take with me, for my term of office, is exactly that of developing, as closely as possible, the commercial relations of Brazil with friendly countries. [...] Even now, at the Peace Conference, this [US-Brazil] friendship showed itself, more than once, in a positive and eloquent fashion: Brazil’s interests always met with the firmest support on the part of the United States, as did the American points of view with Brazilian Delegation.*” (PESSOA, 1961, p.128). Ao vice-presidente dos EUA, Pessoa revelou que “*When I left Brazil last January, as a delegate to the Peace Conference, without imagining that, three months later, I would be chosen by my fellow citizens to guide them in their destinies, I already wanted to come to the United States on my way home. Your great country has long attracted me.*” (PESSOA, 1961, p.129). Já no discurso proferido na recepção oferecida pela Sociedade Pan-americana, em Nova York, Eptácio Pessoa declarou que “*Brazil’s foreign policy has always been inspired by such sentiments, has always tended, with no idea of antagonism to the peoples of Europe, toward an increasing understanding with the nations of America. My country therefore sees with the greatest sympathy every effort expended in this direction, come as it may, from States, associations or private individuals.*” (PESSOA, 1961, p.131-132).

governo de Eptácio Pessoa: na viagem à Bélgica, por exemplo, começa a se configurar a futura visita dos monarcas belgas ao Brasil em 1920; já na visita a Portugal, de acordo com Pardellas (2018, p.362), Eptácio teria, pela primeira vez, pensado na conveniência de comemorar o Centenário da Independência brasileira, dando lugar destacado aos lusitanos.

Segundo oficiais norte-americanos, ao desembarcar em Manhattan, em junho de 1919, Eptácio teria dito, ainda a bordo do *Imperator* – a embarcação norte-americana que resgatou uma comitiva brasileira à deriva em águas do Atlântico Norte –, que aquele era o dia mais feliz de sua vida (STREETER, 2010, p.71). A passagem pelos EUA teve uma programação concorrida de encontros com empresários e financistas norte-americanos, entre os quais estava Percival Farquhar, que tratou de negócios como a exploração de minério de ferro em Minas Gerais pela Itabira *Iron Ore Company*⁶⁶ (GARCIA, 2006, p.81). Além disso, o presidente eleito tinha a intenção de visitar as obras do *Reclamation Service* no Texas e na Georgia, a fim de verificar pessoalmente como a economia algodoeira desenvolvida na região era beneficiada pelo estabelecimento de sistemas de irrigação; a visita, contudo, não foi possível, de acordo com Gabaglia (1951, p.315-316), porque o regresso de Pessoa ao Brasil para a posse era demandado com urgência. A observação da experiência internacional, especialmente da norte-americana, foi essencial para o enquadramento dado ao problema da seca pelo programa de obras no sertão semiárido proposto por Pessoa, como ele próprio deixa entrever em *Pela Verdade*:

Postergar o empreendimento [das obras contra as secas] rejeitando a experiência de inúmeras obras congêneres realizadas em países de condições semelhantes, como o Egito, a Índia, os EUA e o Peru, seria menosprezar um critério que a ciência já sancionara. Quando Oswaldo Cruz empreendeu a grande obra de redimir a capital do país da febre amarela, inspirado em trabalhos análogos executados pelos americanos, não julgou decerto indispensável perder meses ou anos em refazer por conta própria todos os estudos e experiências efetuadas na América do Norte: aproveitou-se desde logo do que ali se observara e praticara. (PESSOA, 1925, p.363)

Para Garcia (2006, p.103), a política externa do governo de Eptácio Pessoa caracterizou-se por reforçar a aproximação político-econômica com os EUA, sob a égide do pan-americanismo, ao mesmo tempo em que praticava uma política de prestígio em relação ao continente europeu, onde se acreditava que o Brasil já teria obtido as credenciais de acesso ao clube das grandes potências mundiais. Arrematando a fórmula de inserção internacional e seguindo a tese do mandato implícito brasileiro na Liga das Nações, o Brasil buscava promover o encontro entre América e Europa na organização multilateral – eis as linhas gerais da política externa do governo de Eptácio Pessoa, às quais Garcia acrescenta relativo desinteresse pelos

⁶⁶ O contrato de concessão entre o governo brasileiro e a Itabira *Iron Ore Company* para exploração de minério de ferro em Minas Gerais foi firmado em 29 de maio de 1920.

vizinhos sul-americanos. Havia a percepção de que o Brasil vivia momento inédito de projeção internacional e de que se progredia na conformação de um entendimento especial com os EUA, embora Hilton (1980, p.363-364) sugira que esse relacionamento estava mais na mente das autoridades brasileiras do que nos cálculos de Washington.

Para Ricupero (2013, p.353) e Danese (2017, p.335), a diplomacia do governo de Epitácio não escaparia ao padrão de “estilo à procura de um assunto”, característico dos sucessores do Barão, na medida em que lhe faltariam elementos de um projeto diplomático assertivo: o “padrão Epitácio Pessoa” de viagem de presidente eleito, por exemplo, seria mais reflexo ou reativo, uma vez que teria perfil protocolar e de relações públicas, em contraste com o que Danese (2017, p.375) identificou como “padrão Campos Sales/JK”, de plena atividade pré-presidencial em busca de alavancagem externa para o projeto econômico de um governo prestes a ter início. Lacerda (2013), contudo, explorou a possibilidade de identificar um ativismo diligente nas viagens presidenciais de Epitácio, que, estrategicamente, teria percebido a Conferência de Paris como um concerto oligárquico das grandes potências. Epitácio teria demonstrado leitura realista da posição subalterna do Brasil nas relações internacionais, conjugando sua formação principista com um senso de pragmatismo não indiferente às oportunidades disponíveis ao país. Além disso, mostrou-se cioso das vantagens potenciais de promover uma política de prestígio que atenuasse a imagem negativa de país tropical, doente e atrasado, que se fazia do Brasil em determinados círculos estrangeiros. Nesse sentido, é importante lembrar como, na Primeira República, o Itamaraty aglutinou consenso em torno de uma alegada necessidade de modernização do Brasil, condicionando a obtenção de legitimidade internacional, e consequente inserção do país no ordenamento mundial, ao alcance de tal modernização (FELDMAN, 2009), por meio de uma estratégia de “desmontagem do exótico” (JAGUARIBE, 1994, p.26) em que a “civilização” suplantaria a “barbárie”.

Epitácio Pessoa partilhava dessa crença na necessidade de um projeto modernizador para o Brasil como parte de um plano mais amplo de inserção internacional, e um dos pilares de seu projeto eram as obras contra as secas no semiárido. Na avaliação de Lewin (1987, p.309; 320), o esforço de combate à seca continha, além disso, um significado de longo prazo para o sistema político paraibano, uma vez que, por meio da IFOCS, Epitácio impulsionou uma rede clientelista que enfraqueceu relativamente os potentados locais nos municípios e fortaleceu o papel político do governador estadual. Operou-se, desse modo, uma transformação no relacionamento entre estado e município que, simultaneamente, favoreceu a União como articuladora principal dessa rede. Como chefe de um grupo político de base familiar, Epitácio mostra que o apoio político em laços de parentesco não antagonizou a emergência de

instituições políticas “modernas”; indica, antes, que o êxito da trajetória de um político na Primeira República parecia residir, justamente, em sua habilidade de desempenhar dois papéis amplamente contrastantes e complementares em redes locais e nacionais. Como bem lembra a mesma Lewin (1987, p.5), não à toa a primeira parada do *U.S.S. Idaho*, embarcação norte-americana que trouxe o presidente eleito de volta ao Brasil, foi no pequeno porto de Cabedelo, Paraíba, onde Pessoa fez questão de prestar reconhecimento à sua base local de apoio.

Se, como propõe Mesquita (2009, p.64), duas das condições necessárias para bem avaliar um cenário político são saber o que os decisores dizem querer, e estimar o quão relevante é esse objetivo em relação ao conjunto de seus interesses, um bom indício das intenções políticas de Eptácio Pessoa pode ser seu “discurso-plataforma”, proferido por ocasião do banquete no Clube dos Diários, em homenagem aos candidatos Rodrigues Alves e Delfim Moreira, em 23 de outubro de 1917. Ao ser surpreendido pela notícia de sua eleição, em fevereiro de 1919, e na impossibilidade de se comunicar mais demoradamente com o Brasil, Pessoa afirma que esse discurso continuava representando um balanço adequado de quais eram as suas propostas para os desafios enfrentados pelo país (PESSOA, 1925, p.44).

O eixo principal do discurso passa pela ideia de que a conturbação da ordem internacional e as dificuldades trazidas pela 1ª Guerra Mundial colocavam, para o Brasil, o imperativo de uma reorganização econômica e um manejo mais eficiente dos recursos nacionais, de modo a proporcionar maior autonomia diante dos reveses mundiais. Nesse cenário, a “extinção das secas do nordeste brasileiro” seria elemento indispensável aos “cuidados que deve merecer a situação interna da República” (PESSOA, 1955, p.343-344). O fim da condução desordenada das obras contra as secas possibilitaria não só incrementar a posição econômica do país, mas atacar a clivagem entre norte e sul que ameaçava minar a unidade nacional; o momento de restrições impostas pela conjuntura internacional exigia a superação de divisões internas em prol da “união nacional”. Na fala de Eptácio, sobressai a preocupação com o interior do Brasil, cuja “reabilitação sanitária” era fundamental não só por uma questão humanitária e de preservação da ordem nacional, mas também – faz questão de frisar – pela repercussão internacional que acarretaria:

O saneamento e as obras de embelezamento desta capital [Distrito Federal], como sabeis, senhores, não tiveram somente por efeito imediato poupar-nos ao vexame que nos atingia diante do mundo civilizado, e desafogar-nos o coração do pesadelo com que o atormentava a ameaça sempre suspensa sobre a existência dos entes queridos. Não; economizaram também, para o país, milhares de vidas, fatores inestimáveis do nosso progresso, e abriram de par em par as nossas portas à entrada confiante e tranquila do estrangeiro.

Só então banqueiros, políticos, jornalistas, literatos de renome puderam visitar-nos sem receio, atraindo para a nação a confiança dos centros financeiros, de onde nos podiam vir os capitais necessários ao aproveitamento de nossas riquezas.

O Brasil, pesa-me dizê-lo, parece não ter jamais apreendido bem o alcance desse imenso benefício, por si só bastante, para fazer a glória de um governo e penhorar a gratidão de um povo.

Não seja isto, entretanto, senhores, razão suficiente para que se não complete agora a obra meritória, extinguindo, por ação direta do governo federal ou por meio de auxílios à iniciativa dos estados, as endemias que assolam o interior do país [...]. (PESSOA, 1955, p.339-340).

Uma vez na presidência, o prestígio adquirido com a experiência em Versalhes e com a deferência com que foi recebido nas viagens como mandatário eleito parecem ter predisposto Eptácio a centralizar as decisões de política externa sob sua autoridade. Dispensando Domício da Gama, que tivera importância instrumental na obtenção do apoio dos EUA na Conferência de Versalhes, nomeou como chanceler um amigo pessoal, José Manuel de Azevedo Marques, professor de teoria e prática do processo criminal na Faculdade de Direito de São Paulo, “personalidade modestíssima, convenientemente pouco versado em questões internacionais” (RICUPERO, 2017, p.330). Eptácio exerceria autoridade efetiva sobre as questões de política externa, acompanhando pessoalmente as comunicações telegráficas recebidas dos postos brasileiros no exterior (GARCIA, 2006, p.84-85). Tal zelo com os assuntos internacionais não impediu que o governo fosse acusado de relativa inatividade no plano externo. As críticas se voltavam tanto à alegada passividade de Azevedo Marques, que seria pouco afeito às questões de sua pasta, quanto à suposta negligência de Eptácio Pessoa, que concentrava o controle sobre as principais decisões da política externa brasileira, mas teria sua atenção capturada por pautas mais prementes da agenda política doméstica. Assim, para seus opositores, a política externa brasileira se perderia na ênfase excessiva dada à Europa e aos EUA, em detrimento das relações com os países da América do Sul (GARCIA, 2006, p.98-99).



Figuras 68 e 69: Ilustrações. J. Carlos (66). Alfredo Storni (67). O contraste entre um presidente eleito prestigiado no regresso ao Brasil e um chanceler que pede desculpas aos visitantes estrangeiros pela desordem ao final do triênio presidencial. Fonte: O MALHO, n.880, 26 jul. 1919; CARETA, n.734, 15 jul. 1922.

Em 1920, a visita dos reis belgas foi espécie de ensaio técnico para a aguardada apoteose que a política de prestígio desenvolvida pelos esforços diplomáticos do governo planejava para a comemoração do Centenário da Independência (FAGUNDES, 2007). Além de consolidar as relações políticas e econômicas do Brasil com uma potência europeia, a visita era considerada pelo presidente como uma oportunidade para reforçar sua autoridade interna⁶⁷; não obstante, o contraste entre a espontaneidade dos reis e a formalidade dos anfitriões acabou frustrando os objetivos de Pessoa, ao prover subsídios às críticas contra ele não só veiculadas na imprensa, mas disseminadas por outros segmentos sociais (CAULFIELD, 2000, p.133-135). Também houve críticas ao que se considerou um excessivo gasto do governo com a recepção dos

⁶⁷ Outras visitas de autoridades estrangeiras no período foram consideradas mostras de reconhecimento do prestígio internacional brasileiro, tais como a visita do príncipe italiano Aimone di Savoia em 1920; dos chanceleres uruguaio e chileno em 1920 e 1921, respectivamente; do presidente eleito da Argentina, Marcelo Alvear, em agosto de 1922; além das visitas que ocorreram por ocasião da Exposição do Centenário. Em dezembro de 1920, também o secretário de Estado norte-americano Bainbridge Colby esteve de passagem pelo Brasil, como parte de um roteiro sul-americano que incluiu Uruguai e Argentina. A visita não teve grande impacto nas relações Brasil-EUA, uma vez que Colby representava uma administração Wilson já prestes a ser encerrada, sob o estigma *lame duck* de todo fim de governo (GARCIA, 2006, p.96-98).

visitantes (GARCIA, 2006, p.95)⁶⁸. O ressentimento de Pessoa com as críticas recebidas nessa ocasião demonstra a importância que ele atribuía à cortesia internacional das visitas de autoridades, que seriam espécie de medida confiável do *status* do país:

Só eu sei os vexames por que passou o meu patriotismo às interpelações que sofri a propósito da linguagem de certos jornais do Rio, por ocasião dessa visita [dos reis belgas] que a todos os brasileiros devia encher de desvanecimento e de orgulho, e que para alguns dos meus inimigos, num momento em que o mais escasso sentimento de pudor e de brio aconselhava calma e compostura, serviu apenas de pretexto para os mais soezes baldões contra a primeira autoridade da nação! (PESSOA, 1925, p.340).



Figura 70: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1920. O rei Alberto entre Epitácio Pessoa, à esquerda, e Carlos Chagas, à direita. Fonte: CARETA, n.641, 2 out. 1920.

Em que pese certa tendência autocentrada do período a superestimar os feitos do Brasil e sua projeção em escala global (GARCIA, 2006, p.114), é possível encontrar na política externa do governo de Epitácio Pessoa elementos de um projeto tentativo de desenvolvimento nacional apoiado no capital estrangeiro. A Exposição Internacional do Centenário da Independência parece surgir como veículo de promoção desse projeto, evento em que se pretendia galvanizar uma ideia de relações privilegiadas com potências entre América e Europa. O fluxo de capital e de investimentos provenientes dessas potências subsidiaria objetivos

⁶⁸ A convite de Artur Bernardes, que governava Minas Gerais e se opunha à concessão feita à Itabira *Iron Ore Company*, os monarcas belgas visitaram as minas de Morro Velho, em Minas Gerais, onde assistiram à palestra formal de Bernardes sobre o potencial de desenvolvimento da indústria siderúrgica no país, com o apoio do capital estrangeiro associado ao nacional (GARCIA, 2006, p.184). A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira seria criada em dezembro de 1921, sob controle acionário da Arbed, conglomerado belga-luxemburguês do ramo siderúrgico.

prioritários do governo, como o programa de obras contra as secas, que oferecia oportunidades de negócios lucrativas para a iniciativa privada estrangeira. Com o concurso desse apoio externo, seria favorecido, por exemplo, o objetivo político interno de institucionalizar permanentemente na burocracia estatal, por fim, o combate às secas, como há tempos reclamavam os grupos oligárquicos dos estados mais afetados pelas estiagens. Se há uma percepção de que a inclusão da zona atingida pelas secas nos circuitos de produção e consumo do mercado interno era condição indispensável não só à unidade nacional, mas à própria integração do país ao circuito econômico internacional, a oportunidade de celebrar o Centenário em grande estilo constitui a ocasião oportuna para propagandear mundo afora a ideia de que, alargando a célebre expressão do jornalista fluminense Alberto Figueiredo Pimentel, não só “o Rio civiliza-se”, mas, com as grandes obras promovidas pelo governo, também o sertão semiárido e o resto do país civilizam-se.

Nas metodicamente organizadas mensagens presidenciais, chama a atenção como a prestação de contas relativas à Exposição do Centenário transita paulatinamente, a cada ano, das rubricas de Fazenda e Negócios Interiores à de Relações Exteriores. Se o evento era, a princípio, de escopo primordialmente nacional, é inegável que passa a ser valorizado como um dos principais instrumentos da política de prestígio internacional do governo, que adere integralmente à realização da festa. Nesse sentido, é estratégica a indicação de Carlos Sampaio para a prefeitura do Distrito Federal. Sampaio, que não tinha nenhuma experiência em cargos eletivos, era um dos maiores entusiastas da Exposição do Centenário (em contraste com seu antecessor), dado seu longo interesse nas obras de embelezamento e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, as conexões internacionais do engenheiro carioca facilitaram o financiamento das obras preparatórias da exposição.

A estratégia de angariar apoio externo aos objetivos de desenvolvimento interno, tais como a tentativa de lançar as bases da siderurgia nacional (por meio do contestado contrato com a Itabira *Iron Ore Company*), de modernizar as Forças Armadas (por meio das missões militar francesa e naval norte-americana) ou de financiar os programas de obras com recurso a empréstimos obtidos nas grandes praças internacionais de Londres e Nova York, convergia para a tentativa de fortalecimento do Executivo federal no jogo da política oligárquica que se dava na Primeira República. Essa estratégia, eventualmente, colocaria o governo de Epitácio Pessoa em rota de colisão com estados de primeira grandeza, críticos frequentes do programa de obras contra as secas, bem como com as Forças Armadas, o “poder desestabilizador” da Primeira República (CARVALHO, 2019), indispostas com Epitácio desde sua indicação de civis para as pastas militares. Em última instância, a estratégia política de Epitácio Pessoa evidencia os

limites do esquema ultrapresidencialista na ordem política então vigente (FAORO, 2012, p.399). Artur Bernardes, o presidente de Minas Gerais que, tão logo na presidência da República, faria cessar o impulso às obras contra as secas, chegaria a afirmar que:

apesar da desconsideração com que têm sido tratados os estados do Sul, mormente os grandes estados, pelo político que, em tão má hora, colocamos na presidência da República. [...] Apesar de lhe não podermos recusar nosso apoio — a não ser quando a situação se tornar para nós intolerável — este precisa ir se restringindo e perdendo o entusiasmo, que não mais se justifica e já não existe. (BERNARDES apud FAORO, 2012, p.399).

No fim de abril de 1922, a menos de dois meses da insurgência militar que determinaria o estado de sítio que circunscreveu toda a comemoração do Centenário, o clima de agitação já trazia ameaças até à vida do presidente. Em meio a rumores crescentes de um possível atentado em uma descida de Petrópolis ao Rio de Janeiro, Pessoa é surpreendido por uma recepção organizada pelos organizadores das comemorações do Centenário:

Sem que o presidente soubesse, a Comissão de Festejos do Centenário preparara uma recepção apoteótica para o Chefe de Estado e um cortejo grandioso para levá-lo até o Palácio do Catete. Desenvolveu-se como uma avant-première do que viria a ser o desfile cívico, no 7 de setembro, inaugural da exposição da Independência. Sem as missões estrangeiras, mas com a adesão do corpo diplomático e o comparecimento maciço de delegações de todos os estados e de representantes de todas as classes da capital. (PARDELLAS, 2018, p.434-435)

Diante da recepção, o presidente declara que “tudo isso assinala o dia de hoje como o ponto culminante de minha carreira política, como o dia supremo de minha vida e inunda minhalma de um reconhecimento infinito, que minhas palavras desgraçadamente não podem traduzir” (PESSOA, 1956, p.527). Se foi difícil para Eptácio traduzir em palavras a recepção do final de abril, a festa a ser inaugurada em setembro de 1922 seria um desafio ainda maior à capacidade de expressão do presidente.

5 A FESTA: O SERTÃO À BEIRA-MAR NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo, busca-se, na primeira seção, traçar um panorama das principais atrações disponíveis na Exposição Internacional do Centenário da Independência e, de modo geral, no programa de comemorações. Na seção seguinte, são destacadas as referências encontradas, no contexto dessas festas, aos estados que abrigavam o sertão semiárido, aos seus habitantes e às obras empreendidas pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas no governo de Epitácio Pessoa. Por fim, na última seção, discute-se como a tipificação promovida por essas representações pode ser indício de um olhar de viés colonial, de impacto duradouro, lançado pela elite política da Primeira República sobre a desigualdade social brasileira.



Figuras 71, 72 e 73: Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves (71); Companhia Litográfica Ipiranga (72 e 73). Rio de Janeiro (71); São Paulo (72 e 73), [1921-1922]. Cartazes da exposição, elaborados pelo artista Carlos Oswald, responsável pelo desenho final da estátua do Cristo Redentor. Fonte: Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, Arquivo Nacional.

5.1 Uma viagem no trem liliputiano do progresso

Às vésperas de completar nove anos de idade, o menino Vinícius de Moraes, o futuro “poetinha” carioca, guardou na memória uma impressão de “deslumbramento” com a Exposição Internacional do Centenário da Independência (BULHÕES, 2003, p.225; MORAES, 1986, p.47). O deslumbramento, a curiosidade e outras sensações provocadas pelo grande número de atrações oferecidas pelo evento também alcançariam os 3.626.402 de visitantes que pagaram seus ingressos para a grande festa nacional (BRASIL, 1926, v.1, p.724), além daqueles que a visitaram nos dias de entrada gratuita, dos que tinham carteiras especiais de ingresso e

dos que só ouviram falar do burburinho gerado pelo grande acontecimento do programa de celebrações oficiais do Centenário, realizado entre 7 de setembro de 1922 e 2 de julho de 1923 (cf. Gráfico 1). A entrada custava um mil-réis – valor do cupom unitário, destacado do Bônus da Independência – aos domingos, feriados e até às 18 horas dos demais dias. Nos dias de abertura e encerramento, nos de “diversões públicas excepcionais”, bem como após as 18 horas dos dias úteis (que, à época, incluíam o sábado), a entrada poderia custar, de acordo com o regulamento de entradas, de dois a cinco mil-réis, a critério da Comissão Executiva (BRASIL, 1926, v.1, p.717; 723; ILUSTRAÇÃO..., 1922d, p.71)⁶⁹.

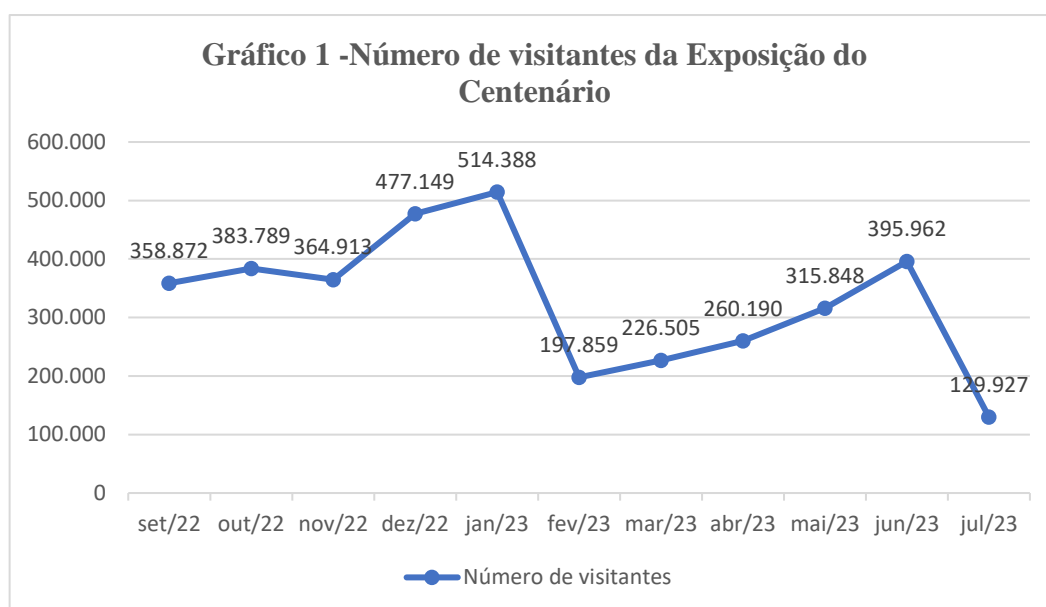


Gráfico 1: Número de visitantes da Exposição do Centenário (elaborado pela autora). Obs.: Em julho de 1923, a Exposição esteve aberta apenas nos dias 1º e 2, quando recebeu, respectivamente, 73.748 e 56.179 visitantes. Fonte: BRASIL, 1926, v.1, p.724-725.

Além de um serviço de ônibus, organizado pelo *Bureau* de Informações, que percorria todo o local do evento, uma “Estrada de Ferro Liliputiana” foi instalada pelos concessionários do Parque de Diversões em outubro; por 500 réis nos comboios de luxo e 300 nos comuns, ela podia levar seus passageiros desde um portão situado na Avenida Beira-Mar até o Restaurante Oficial da Exposição, na curva da Ponta do Calabouço, onde findava a seção internacional e vislumbravam-se os pavilhões nacionais (BRASIL, 1926, v.2, p.13; 264). Antes de proporcionar um passeio nesse pequeno trem do progresso, a Exposição ofereceu à cidade um verdadeiro ritual de inauguração, envolto em uma atmosfera constantemente descrita como

⁶⁹ De fato, decidiu-se que a entrada seria gratuita em diversas ocasiões, tais como no dia da inauguração; Natal; Ano-Novo; inauguração do Pavilhão das Indústrias Portuguesas; e visita do presidente de Portugal (BRASIL, 1926, v.1, p.723).

“feérica”, condizente com as expectativas ansiosas da “vigilância comemorativa” manifesta em meses anteriores.



Figura 74: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. O trem liliputiano que circulava pela Exposição do Centenário. Fonte: <https://bit.ly/3iAuMhr>

Figura 75: Reprodução. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. E. F. Liliputiana no Parque de Diversões. Fonte: FRANÇA; ANDUEZA, 2016.

Na quarta-feira de 6 de setembro de 1922, um decreto presidencial⁷⁰ determinou que os dias 8 e 9 de setembro de 1922 fossem também feriados, criando uma grande folga prolongada para as comemorações. Na tarde daquela quarta, os representantes diplomáticos extraordinários enviados à Exposição apresentaram suas credenciais a Epitácio Pessoa no Palácio do Catete. À meia-noite de 7 de setembro, o couraçado Minas Gerais disparou um primeiro tiro que deu início à salva realizada por navios nacionais e estrangeiros ancorados no litoral da Baía de Guanabara. Sob um céu iluminado por 22 holofotes, uma multidão acompanhou as demonstrações militares das primeiras horas do dia (ILUSTRAÇÃO..., 1922c, p.158; LIVRO..., 1923, p.323). A primogênita de Epitácio Pessoa, Laurita Gabaglia, com 21 anos à época, relatou a seguinte impressão sobre o alvoroço do momento na cidade:

À medida que passavam as horas, crescia a animação popular. Na Avenida Rio Branco, todos os edifícios estavam iluminados e embandeirados. Corria com extraordinária animação o baile do Jockey Club⁷¹. À meia-noite, no Teatro Municipal, o célebre maestro e compositor Pietro Mascagni interrompe a ópera em execução para atacar o hino nacional, sob os aplausos delirantes da assistência. Ao mesmo tempo, rompem os fogos de artifício na Exposição e as salvas dos navios de guerra.

A noite inteira prolongou o povo a sua vigília nas ruas. Raiava a madrugada, quando o arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, subiu os degraus do altar armado no Largo da Glória para a missa campal. E às seis em ponto, no momento justo em que fortalezas e vasos de guerra salvavam o alvorecer do dia, o celebrante elevava silenciosamente para o céu a hóstia consagrada. (GABAGLIA, 1951, v.2, p.603-604).

⁷⁰ Decreto n. 15.668, de 6 de setembro de 1922.

⁷¹ Os convidados do baile deveriam vestir trajas à moda de 1822 (GUIA..., 1922, p.357).

O tom dos ritos do Centenário só se elevaria ao longo do aguardado 7 de setembro. Pela manhã, em um pavilhão no Campo de São Cristóvão, Epitácio Pessoa e um séquito de autoridades nacionais e estrangeiras assistiram a uma grande parada militar⁷², que, segundo o *Livro de Ouro* (1923, p.323), “consagrou o triunfo do Exército, triunfo material sobre a ineficácia em que jazia [...]”. Ainda de acordo com o *Livro...*, “as tropas se estendiam numa linha de cerca de oito quilômetros, desde a Avenida Rio Branco, pelo Cais do Porto, até a Avenida do Mangue e ruas de S. Cristóvão e Escobar”, reunindo 30 mil militares brasileiros e estrangeiros, e outros tantos milhares de civis que os saudavam pelas ruas da cidade (A EXPOSIÇÃO..., 1922d, p.8; LIVRO..., 1923, p.323).

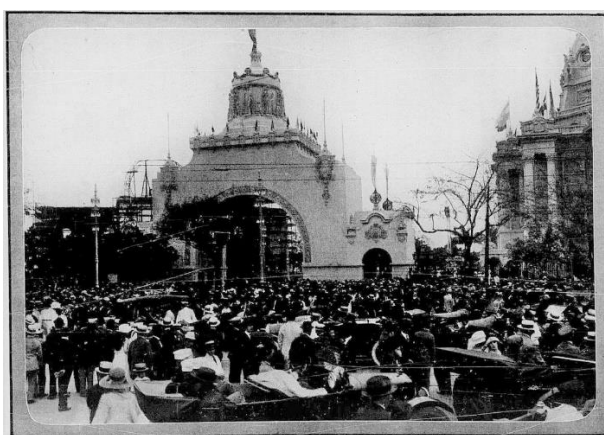


Figura 76: Fotografia. Autoria desconhecida. A multidão aglomerada em frente à Porta Monumental ou Sul no dia da inauguração da Exposição, em 7 de setembro de 1922. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922c, p.158.

Figura 77: Fotografia. Autoria desconhecida. O engarrafamento em frente ao Palácio das Festas no dia da inauguração. REVISTA..., n.38, 16 set. 1922, p.15.

A inauguração oficial da Exposição, o principal evento do dia, estava marcada para as 16 horas; com 40 minutos de atraso, após vencer uma grande aglomeração de pessoas e veículos formada nos acessos à Exposição, o carro de Epitácio Pessoa chegou ao Palácio das Festas⁷³, sendo recebido com o hino nacional⁷⁴, executado pela banda de música do couraçado norte-americano *Maryland* (BRASIL, 1926, v.2, p.41; A EXPOSIÇÃO..., 1922b, p.33). Na ocasião,

⁷² Imagens da parada militar de 7 de setembro e da revista naval de 9 de setembro foram registradas no cinejornal britânico *Pathé Gazette*. Disponível em: <<https://bit.ly/2VQj1eU>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

⁷³ Em *O Jornal*, comenta-se que “apesar das instruções previamente publicadas na imprensa, o ingresso dos convidados para o recinto da Exposição - um pouco por culpa do próprio povo, mas, sobretudo, por culpa dos guardas especiais, incumbidos do respectivo policiamento - foi feito debaixo de um atropelo e de uma confusão realmente indesculpáveis. Tanto pelo portão principal, destinado à passagem dos automóveis, como pelo da Avenida Beira-Mar, neste, com especialidade, senhoras e cavalheiros, sem distinção, lutaram com obstáculos de toda a sorte, antes que lhes fosse dado penetrar o amplo trecho novo da cidade [...]. O portão da Avenida Beira-Mar, quase só foi aberto aos convidados, e isso mesmo sob protestos, minutos antes da hora marcada oficialmente para a abertura solene da Exposição!” (O JORNAL, 1922a, p.3). Bulhões (2003, p.78) esclarece que havia um acesso também pela Avenida Beira-Mar, “discreto e pouco utilizado, ladeando o jardim do Monroe”.

⁷⁴ Previamente autorizada, por decreto, a aquisição de sua propriedade por até 5 contos de réis, a letra do Hino Nacional Brasileiro, composta por Joaquim Osório Duque Estrada, seria tornada oficial pelo decreto n.15.671, de 13 de setembro de 1922.

Pessoa proferiu um discurso em que sua avaliação da história brasileira como uma marcha civilizatória inexorável trazia elementos da orientação liberal de sua formação intelectual; além disso, afirmou que as nações do mundo vinham trazer sua contribuição “para o esplendor do nosso sertão”:

*O Brasil, que mais de cem anos lutou na defesa do Direito e da Justiça, e em meio de esperança e desenganos, de embates e de triunfos, aparece em sua marcha sempre vitoriosa através das lutas em que tem consciência de se haver empenhado com o brio e retidão na obra sempiterna da civilização. As nossas leis e princípios ele os talhou no mais puro marco de espírito liberal e nas suas ciências e letras, na sua população, que excede 32 milhões de habitantes, na expansão de suas empresas, tudo se congrega numa afirmativa de desenvolvimento de seus recursos naturais de toda sorte, impondo-se às outras nações do mundo, que nos procuram neste momento, e trazem para o nosso país, **para o esplendor do nosso sertão**, a contribuição de sua inteligência e suas riquezas, e para o brilho desta festa o testemunho de sua simpatia. Declaro inaugurada a Exposição Internacional de 1922.* (PESSOA, 1922 apud BRASIL, 1926, v.2, p.45; PESSOA, 1922 apud A EXPOSIÇÃO..., 1922b, p.34, grifo meu).



Figura 78: Epitácio Pessoa em frente ao Palácio das Festas, após o discurso inaugural. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922c, p.159.



Figura 79, 80 e 81: Fotomontagem. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. Os pavilhões estrangeiros e outros locais da Exposição do Centenário. Fonte: BRASIL, 1923.

O discurso inaugural do presidente da República foi objeto da primeira transmissão radiofônica realizada no Brasil, em uma operação conjunta das empresas Rio de Janeiro *and* São Paulo *Telephone Co.*, *Westinghouse International Co.* e *Western Electric Co.*. Graças à instalação de uma estação transmissora no Corcovado e de aparelhos de recepção e alto-falantes nas dependências da Exposição, bem como nas cidades de Petrópolis, Niterói e São Paulo, foi possível transmitir a fala presidencial ao público reunido na praça em frente ao Palácio das Grandes Indústrias e também às referidas localidades. Mais tarde naquele mesmo dia, a célebre ópera de Carlos Gomes, “O Guarani”, em cartaz no Teatro Municipal, também seria transmitida pelas “trompas do telephone alto fallante” desse sistema, proporcionando ao público presente à Exposição, não sem problemas técnicos, uma audição da obra musical cuja abertura seria escolhida como tema da futura atração radiofônica “A hora do Brasil”⁷⁵ (BRASIL, 1926, v.1, p.33; ILUSTRAÇÃO..., 1922f, p.170).

Deixando o Palácio das Festas, Pessoa seguiu para a inauguração dos pavilhões nacionais e estrangeiros que haviam sido concluídos a tempo do 7 de setembro – àquela altura, apenas parte do Palácio das Grandes Indústrias e, entre os estrangeiros, somente os de Bélgica, Dinamarca e Japão (BRASIL, 1926, v.1, p.32-33; v.2, p.8). Quando o presidente deixou a Exposição, por volta das 19 horas, o local foi aberto ao público em geral⁷⁶, que, segundo a revista da própria Comissão Organizadora, entrou por um Portão Monumental finalizado só na véspera: “por onde passam, agora, os visitantes, passaram, há doze horas, os operários fatigados. Ressoam, ainda, ao longe, os martelos, nos últimos retoques da obra terminada” (A EXPOSIÇÃO..., 1922d, p.7).

Ao todo, responderam ao convite do governo brasileiro para a construção de pavilhões oficiais próprios 13 países: Argentina, Bélgica, Dinamarca, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suécia e Tchecoslováquia. (BRASIL, 1926, v.1, p.533). Outros países participaram da Exposição de modo indireto, por meio de expositores reconhecidos como oficiais: a Bulgária⁷⁷ enviou uma missão especial que expôs seus produtos

⁷⁵ Criada em 1935 com o nome de “Programa nacional”, passaria a se chamar “A hora do Brasil”, em 1938, e “A voz do Brasil”, em 1962, mantendo o último nome até hoje.

⁷⁶ As estimativas de público nesse primeiro dia de exposição divergem: enquanto, na revista da Comissão Organizadora, fala-se em 200 mil visitantes, o *Relatório dos trabalhos* traz uma estimativa mais prudente de cerca de 70 mil pessoas (A EXPOSIÇÃO..., 1922d, p.8; BRASIL, 1926, v.1, p.34). Em *O Jornal*, comenta-se que “Só muito depois de terminadas as solenidades oficiais, e ao contrário do que se publicara nos jornais, foi permitido o ingresso gratuito ao povo, no recinto da Exposição. Começaram, então, com caráter popular, as visitas ao Palácio das Festas e aos pavilhões estrangeiros já inaugurados” (O JORNAL, 1922a, p.3).

⁷⁷ Pardellas (2018, p.487-489) comenta que, não obstante o atraso na chegada, a missão búlgara obteve prêmios e menções honrosas, dando início à venda de essência de rosas às perfumarias brasileiras. O chefe da delegação búlgara, o ministro da Educação Stoyan Omarchevski, escreveu um livro – cuja tradução inglesa do título foi

no pavilhão das Grandes Indústrias Nacionais, na Praça Mauá; o Chile solicitou que uma associação de produtores de salitre pudesse participar da competição e construir um pequeno pavilhão; a Holanda obteve prerrogativas de pavilhão oficial para o “Moinho Holandês”, espaço construído por um particular, nas imediações do Pavilhão do Distrito Federal, para abrigar um bar e mostras de alguns produtos; Luxemburgo organizou uma pequena exibição em área reservada no Pavilhão Belga das Grandes Indústrias, na Praça Mauá; por fim, dois expositores particulares, um da Suíça e outro da Holanda, expuseram seus produtos no Pavilhão das Indústrias Particulares (BRASIL, 1926, v.1, p.533; 665-667).

A Alemanha declinou do convite brasileiro para participar oficialmente da Exposição do Centenário⁷⁸, mas requisitou a área originalmente destinada ao país, na Avenida das Nações, para a construção de um pavilhão não oficial por um grupo de industriais alemães, pedido que foi negado pela Comissão Executiva; firmas alemãs estabelecidas no Brasil, contudo, participaram da Exposição em caráter particular (BRASIL, 1926, v.1, p.668-670). Além dos países, empresas brasileiras e estrangeiras também foram autorizadas a construir pavilhões de menor porte em alguns pontos da Exposição; e até uma cidade brasileira, Campinas, teve seu pavilhão, sendo o único município a se fazer presente com espaço próprio. O mundo feérico montado pelos mandachuvas do progresso na Avenida das Nações era predominantemente europeu; tinha apenas um representante asiático e nenhum país de todo o continente africano.

Ao longo dos meses de funcionamento da Exposição, era comum que a cada país fosse dedicado um dia de celebrações e homenagens à sua cultura nacional, geralmente em suas datas comemorativas mais importantes. O México, por exemplo, teve seu dia celebrado em festividades na Exposição em toda a véspera do *día de los muertos*, além de já ter realizado uma série de festejos quando presenteou o governo brasileiro com uma estátua de Cuauhtémoc, o último *tlatoani* asteca, em 16 de setembro, data oficial de sua independência nacional (GUIA..., 1922, p.362; TRILLO, 1994)⁷⁹. Grandes comemorações também foram realizadas

Towards the Equator: at the World Exposition in Rio de Janeiro, Brazil – sobre sua experiência na missão ao Rio, da qual também fazia parte o filho de Alexander Stamboliski, primeiro-ministro búlgaro e colega de Eptácio Pessoa na Conferência de Versalhes. De acordo com a especulação de Pardellas, a obra, que teve ampla divulgação na Bulgária, pode ter despertado em Pétrar Russév, pai de Dilma Rousseff, o interesse de migrar para o Brasil.

⁷⁸ Oficialmente, o ministro plenipotenciário da Alemanha no Brasil, Georg Plehn, alegou dificuldades financeiras para a ausência de seu país na Exposição; em caráter reservado, no entanto, o governo alemão demonstrou insatisfação com a postura brasileira em relação às reparações de guerra e com o voto desfavorável, no Conselho da Liga das Nações, quanto à questão da Alta-Silésia (GARCIA, 2006, p.111).

⁷⁹ O presidente mexicano Álvaro Obregón enviou ao Brasil uma delegação chefiada por seu ministro da Educação, o filósofo e político José Vasconcelos. De acordo com Trillo (1994, 1998), Vasconcelos foi o principal responsável pela moldagem retórica e ideológica da imagem mexicana concebida para a Exposição do Centenário; além disso, o intelectual teria encontrado no Brasil uma conjuntura propícia às suas reflexões sobre

quando da visita do presidente português, Antônio José de Almeida, que se uniu com atraso às festas do Centenário, aportando no Brasil em 17 de setembro (TORGAL, 2011).

Além dos palácios e pavilhões construídos na esplanada do Castelo, foi disponibilizado um espaço expositivo adicional na Praça Mauá para exibição das possibilidades da indústria de base. O local recebeu o Pavilhão das Grandes Indústrias Nacionais, inaugurado pelo Brasil só em abril de 1923, e pavilhões construídos por Bélgica, EUA, França e Argentina; também dois armazéns do Cais do Porto foram adaptados pela Itália para exposição de sua indústria militar (BRASIL, 1926, v.1, p.299; v.2, p.32). Nessa mostra, o governo italiano apresentou ao público “petrechos bélicos e potentíssimas armas de guerra, que o gênio italiano descobriu, aperfeiçoou e empregou na grande guerra de 1914”; também montou a reprodução de uma trincheira em tamanho real, buscando “fazer uma ideia dos horrores de um ataque” (A EXPOSIÇÃO..., 1923e, p.27; 29). Tendo a Marcha sobre Roma ocorrido em fins de outubro de 1922, a participação italiana na Exposição do Centenário deu-se sob a nota do fascismo ascendente; não apenas no espaço da Praça Mauá, mas também no “detestável timbre grandiloquente” (BULHÕES, 2003, p.68) de seu pavilhão de honra na Avenida das Nações. Em dezembro de 1922, ao ser questionado⁸⁰ sobre a ascensão de Benito Mussolini ao poder, Epitácio Pessoa, que já tinha deixado a presidência e partira de férias para Roma, revelou simpatia pelo novo primeiro-ministro italiano e aproveitou para defender a ideia de que, em meio ao conturbado contexto político pós-guerra, “uma política esclarecida de conservação” e “um governo forte” seriam a única forma de organização política capaz de prover bem-estar aos trabalhadores:

Antes de tudo direi que a personalidade enérgica e voluntariosa do presidente Mussolini me despertou profunda simpatia. Admiro e compreendo a sua forte concepção de governo, realizada com vontade inflexível, que sempre considerei virtude necessária e inestimável fortuna para o governo dos povos, hoje mais que nunca, dado o estado de crise e de perturbações em que se encontra o mundo inteiro. O movimento operado na Itália com tamanha energia não poderá deixar de influir na orientação social dos outros povos. A vida moderna, sobretudo depois da grande guerra, e como efeito das exageradas teorias moscovitas, está profundamente abalada; a indisciplina e a desordem a têm solapado, de tal sorte que as classes dirigentes, em quase todos os países, têm perdido, pouco a pouco, parte da sua força, do seu prestígio e da sua autoridade. Em tais condições, o retorno decidido a uma política esclarecida de conservação, que signifique o restabelecimento do princípio de autoridade e do prestígio dos órgãos dirigentes, é bem inestimável para a sociedade inteira, muito principalmente, não hesito em afirmá-lo, para as próprias classes operárias, pois, nos países onde faltam a disciplina e a autoridade do Estado, não pode haver, para o trabalho, nem bem-estar nem prosperidade.

a identidade nacional mexicana. Essas ideias seriam desenvolvidas no ensaio *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana – notas de viajes a la América del Sur*, publicado em 1925, no qual o autor propôs uma nova interpretação da mestiçagem no México e da própria identidade latino-americana (NEVES, 1986, p.58-59).

⁸⁰ Entrevista concedida a *Il popolo d'Italia*, jornal fundado por Benito Mussolini, e transcrita em *Ilustração Brasileira* (1922, p.149).

Digo isto porque um dos preconceitos mais comuns em toda a parte é o de supor-se que a política forte e conservadora significa política pouco simpática aos interesses dos operários e das classes humildes.

Os verdadeiros interesses do proletariado só podem ser eficazmente defendidos por um governo forte.

O meu conceito de política conservadora não é o de um regime fechado em uma torre de marfim ou em uma fortaleza, mas o de um regime que, embora apoiando-se solidamente no que a sociedade já possui, volta as costas ao passado, encara corajosamente o futuro e prepara, cada dia, com critério e firmeza, o caminho para o desenvolvimento progressivo da sociedade. (PESSOA, 1922 apud ILUSTRAÇÃO..., 1922e, p.149).

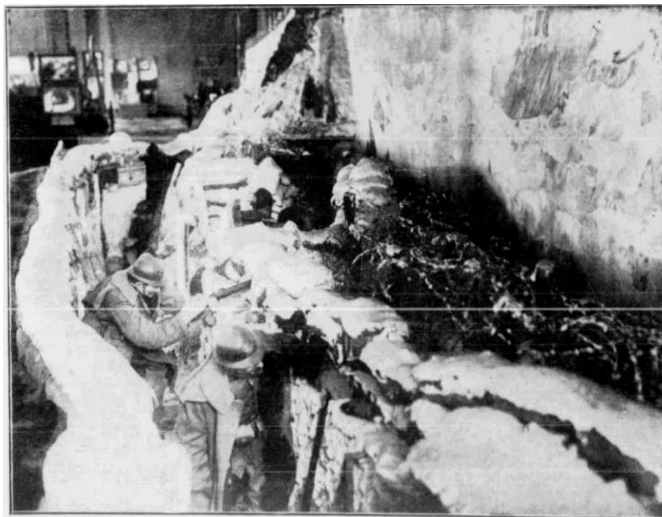


Figura 82: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. Reprodução de uma trincheira em tamanho natural na exibição da indústria militar italiana, montada na Praça Mauá. Fonte: A EXPOSIÇÃO..., 1923e, p.26.

Fora dos espaços expositivos propriamente ditos, uma intensa programação de festas e eventos paralelos completou o ambiente das comemorações do Centenário. Na noite do próprio 7 de setembro, um desfile luminoso organizado pela prefeitura percorreu as ruas do centro do Rio, repletas de pessoas que acompanharam a passagem de bandas militares e painéis apoiados em estrados de madeira sobre rodas, empurrados por soldados e reservistas, e iluminados por “copinhos coloridos”. Os painéis traziam retratos de figuras políticas consagradas e letrados de vivas ao Brasil e à Independência⁸¹ (A EXPOSIÇÃO..., 1922b, p.38; JORNAL..., 1922, p.4). O jogo de luzes e sombras também foi mobilizado na noite de 13 de setembro, quando uma queima de fogos e duas centenas de embarcações iluminadas para uma festa veneziana coloriram a noite na Enseada de Botafogo (LIVRO..., 1923, p.326-327).

⁸¹ O itinerário do cortejo cívico luminoso previa um extenso trajeto que começava na Praça Mauá e seguia pela Avenida Rio Branco até o Palácio Monroe; de lá, iria para o Largo da Carioca e continuaria pela Rua da Carioca, chegando à Praça Tiradentes. Em seguida, voltando pela Rua Sete de Setembro, retornaria à Avenida Rio Branco. No caminho, as estátuas de Pedro I e José Bonifácio seriam ornamentadas. Um cronista do *Jornal do Comércio* registrou que, partindo da Praça Mauá por volta das 19 horas, o cortejo encontrou o automóvel do presidente Epitácio Pessoa nas proximidades do Teatro Municipal, onde fez uma parada. Por volta das 21 horas, o cortejo retornou à Praça Mauá, onde foi dispersado (GUIA..., 1923, p.359; JORNAL..., 1922, p.4).

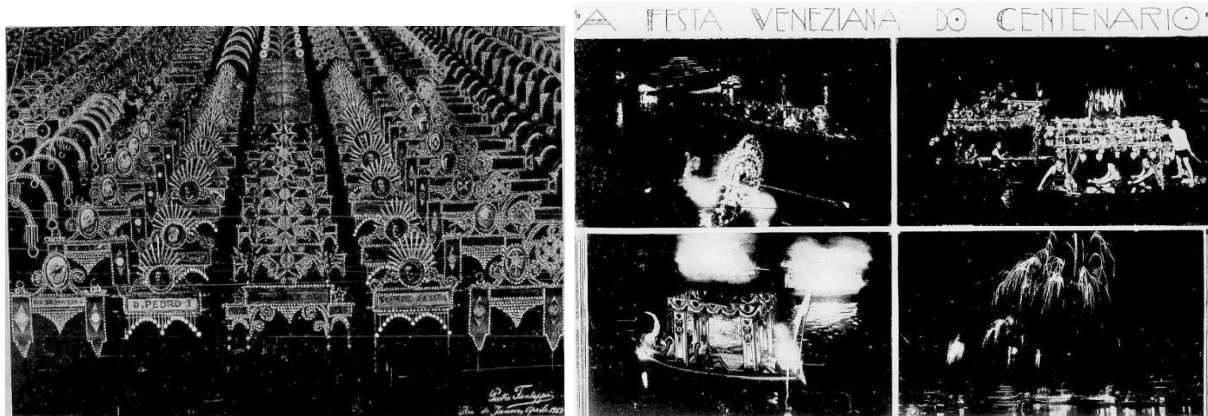


Figura 83: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Painéis do cortejo cívico luminoso. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922b, p.179.

Figura 84: Fotomontagem. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. A festa veneziana na Enseada de Botafogo. Fonte: REVISTA..., n.39, 23 set. 1922, p.17.

No dia 8 de setembro, no salão nobre do Silogeu Brasileiro, foi inaugurado o Congresso Internacional de História da América, organizado pelo IHGB, com a presença do presidente da República e de Afonso Celso Jr., que se propôs a tarefa de sintetizar a história do Brasil em seu discurso de abertura do encontro (LIVRO..., 1923, p.325). As comemorações do Centenário seriam caracterizadas pela realização de numerosos congressos e conferências; o *Relatório dos trabalhos* registra um total de 30 desses fóruns de discussão sobre temas científicos, econômicos, sociais e culturais variados: dos primeiros congressos brasileiros de práticos, de Farmácia e de Química ao XVIII Congresso Espírita e Espiritualista, passando pelo primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância; por congressos internacionais de estudantes, de engenheiros e de produtores de algodão; e pela Conferência pelo Progresso Feminino, primeira conferência da associação criada pela bióloga Bertha Lutz para defesa dos direitos das mulheres no Brasil (BRASIL, 1926, v.2, p.225-226; KARAWJCZYK, 2018; SANTOS, A., 2010; WADSWORTH; MARKO, 2001). A coleção de congressos provocou a observação perspicaz do escritor Lima Barreto em uma de suas últimas crônicas⁸²; no texto, além de tratar de questões internacionais e esportivas, o autor ressaltou outro aspecto curioso e recorrente das comemorações do Centenário – os discursos de autoridades:

Uma surpresa da Exposição

O que, à primeira vista, fere o observador desinteressado neste mês e tanto de “Exposição Internacional” é que esta se vai tornando discursiva, esportiva e congressional.

Não há dia em que não haja a inauguração de um Congresso disto ou daquilo; não há dia em que não haja uma partida deste ou daquele jogo, referente a ela, embora não se realize dentro do seu recinto; e não há dia em que não haja uma série de discursos a propósito de um banquete, ou quer que seja motivado pelo grande certame comemorativo do Centenário da Independência do Brasil.

⁸² Crônica póstuma – Lima Barreto faleceu em 1º de novembro de 1922.

A quantidade de discursos causa-me pasmo, porque, em geral, eles são pronunciados por pessoas graves e entendidas em coisas econômicas, comerciais e outras que tais. Contudo não deixo de confessar que a disputa entre os jogadores de “football” uruguaio e a Conferência Esportiva Nacional provocou-me um certo susto. Sabem por quê? Porque eu lia as proezas de Mustafá Kemal Paxá e a sua estrondosa vitória sobre os gregos. Os entendidos em coisas internacionais diziam-me: “Daí pode vir uma nova grande guerra, porque a questão da Trácia...” Ora, disse eu cá comigo, quem sabe se dessa questão dos “players” uruguaio não é possível gerar-se uma conflagração sul-americana? Entram paraguaio, uruguaio, brasileiro e... Voltemos, porém, ao assunto que são os discursos “expositivos”. Em todo o mundo ocidental, como diria um comtista, há um grande amor ao discurso. [...]

Admira, porém, é que senhores sisudos e práticos que aqui aportam, para mostrar os excelentes produtos de suas terras, sigam as pegadas deles. É isto o que está acontecendo na atual “Exposição”. Inaugurou-se um “Pavilhão”, lá vai discurso; e assim por diante.

Quem está saindo – os senhores devem ter notado – um orador de truz é o sr. Carlos Sampaio.

Não há dia em que ele não pronuncie, no mínimo, quatro. Seja num “pavilhão”, seja num almoço bucólico na Tijuca, s. exa. está sempre disposto a falar e fala. É a maior surpresa da “Exposição”. (BARRETO, 1922).

Dando continuidade ao programa oficial de comemorações, sob o sol de pouco depois do meio-dia de 9 de setembro, as águas da baía da Guanabara foram o cenário da revista naval realizada pelo presidente da República. A bordo do cruzador “Barroso”, Pessoa foi saudado pela tripulação de cada uma das belonaves nacionais e estrangeiras ancoradas no litoral da cidade. Do Cais Pharoux, a multidão ouviu as salvas de canhões, em outra das demonstrações militares que marcaram o Centenário da Independência (LIVRO..., 1923, p.325). A revista naval acontecia no mesmo ano em que, na Liga das Nações, o Brasil se opôs à extensão a outros países dos limites para armamentos navais definidos na Conferência Naval de Washington, e a poucas semanas da assinatura do acordo que firmaria a vinda da Missão Naval norte-americana⁸³ (GARCIA, 2003). Em uma noite, ao observar o conjunto de *dreadnoughts* e outros navios a partir do restaurante oficial da Exposição, o escritor Benjamin Costallat, um dos expoentes da literatura *art-déco* (RESENDE, 2014, p.78), chegou mesmo a ter a sombria impressão de que, em meio às celebrações e aos discursos de elogio à confraternização dos povos, a verdadeira exposição realizada no Rio de Janeiro era a da guerra no horizonte, prenunciada pelas embarcações bélicas:

⁸³ Poucos meses depois, na V Conferência Internacional Americana, realizada entre março e maio de 1923, em Santiago, a oposição à redução de armamentos – proposta da chamada Tese 12, uma das principais pautas discutidas no encontro – deixou a diplomacia brasileira em posição de relativo isolamento na política hemisférica (GARCIA, 2003).



Figura 85, 86 e 87: Fotomontagem (Reprodução). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. As belonaves estrangeiras na Revista Naval do Centenário. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.26, 12 out. 1922, p.29-31.



Figura 88: Fotografia. Jorge Kfuri. Rio de Janeiro, 1922. Navios com iluminação noturna por ocasião da Exposição do Centenário da Independência. Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Álbum 102, Foto 47619.

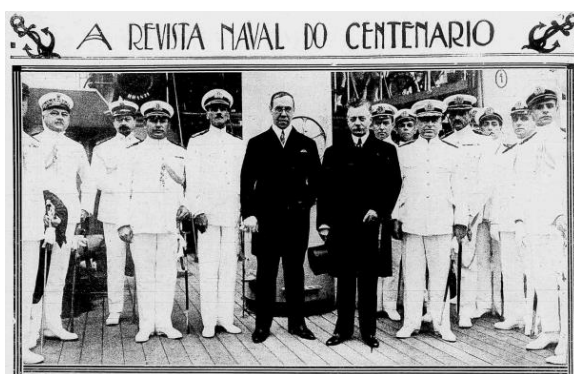


Figura 89: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. A bordo do cruzador "Barroso", Pessoa entre seu terceiro ministro da Marinha, o civil João Pedro da Veiga Miranda, e oficiais da Armada. Fonte: REVISTA..., n.38, 16 set. 1922, p.27.



Figura 90: Fotomontagem (Reprodução). Autoria desconhecida. A tripulação do dreadnought Nevada, que pertencia à esquadra norte-americana do Pacífico e teve o "Dia do Nevada" celebrado em 8 de novembro na Exposição Internacional do Centenário. Fonte: REVISTA..., n.42, 14 out. 1922, p.31.



Figura 91: "A Exposição Nacional: Pavilhão da Paz Universal". A imprensa registrou o militarismo do período. Fonte: D. QUIXOTE, n.274, 9 ago. 1922.

*Mas, como ia dizendo, jantei ontem, comigo mesmo, em tête a tête com os meus pensamentos, no Falconi [o restaurante oficial da Exposição].
 A Exposição ardia, toda em luz!
 Os pavilhões pareciam irreais dentro da noite! [...]
 Em frente a tudo isso, o mar. [...]
 No escuro das águas havia formas gigantescas que se adivinhavam. Formas de colossos adormecidos. Eram os dreadnoughts, os gigantes de aço, os dragões modernos e fabulosos do mar, dragões de sangue, dragões de fogo, que dormiam ali, pacatamente; as suas caldeiras frias, os seus canhões silenciosos, toda a sua pletera de ferro, em repouso...
 O contraste era tremendo.
 Em terra – luz, alegria, prazer; no mar – trevas, silêncio, ameaças!
 Então percebi a existência das duas exposições!
 Em terra, as cúpulas, boiando iluminadas dentro do espaço noturno, cobriam a exposição da inteligência e do trabalho dos homens. [...]
 No mar, porém, dentro das couraças daqueles navios imóveis e às escuras, havia outra exposição. Uma miserável exposição! Cada uma das seções ali representadas, as mesmas que em terra exibiam a sua arte e a sua indústria, procurava exibir um canhão maior, uma couraça mais resistente, um navio mais possante. E por estar às escuras, essa exposição de mar não deixava por isso de ser a verdadeira exposição das nações...
 [...] Logo, [...] a verdadeira exposição que as nações vieram aqui fazer não é a de terra e sim a do mar, não é com pavilhões e sim com dreadnoughts, não é com artistas e sim com marinheiros... (COSTALLAT, 1922).*

Na tarde daquele mesmo sábado, 9 de setembro, a embaixada norte-americana ofereceu a altas autoridades, delegações estrangeiras, corpo diplomático e sociedade brasileira uma grande recepção (GUIA..., 1922, p.360). A comissão dos EUA à Exposição do Centenário era liderada por David Charles Collier, que presidira a Exposição Internacional Panamá-Califórnia, realizada em 1915, com o fim de promover a cidade de San Diego como o primeiro porto de escala dos navios que atravessavam o canal do Panamá. Segundo Levy Grant Monroe, outro comissário norte-americano enviado ao Rio, Collier, em função dos trabalhos em San Diego, “tinha visitado o Brasil e aprendido a conhecer e admirar o seu povo” (A EXPOSIÇÃO..., 1922a; MONROE, 1922a, p.7).

O governo norte-americano também enviou em missão especial à Exposição do Centenário o secretário de Estado Charles Evans Hughes. Homem de confiança do presidente Warren Harding, Hughes dispunha de ampla autonomia na condução do Departamento de Estado e exercia influência acima da média sobre a definição da política externa norte-americana; em preparação à sua viagem ao Brasil, um memorando interno alertava-o sobre os líderes “semibranços”, “quase inteiramente analfabetos e de uma ignorância infantil”, que encontraria no país (GARCIA, 2006, p.109).

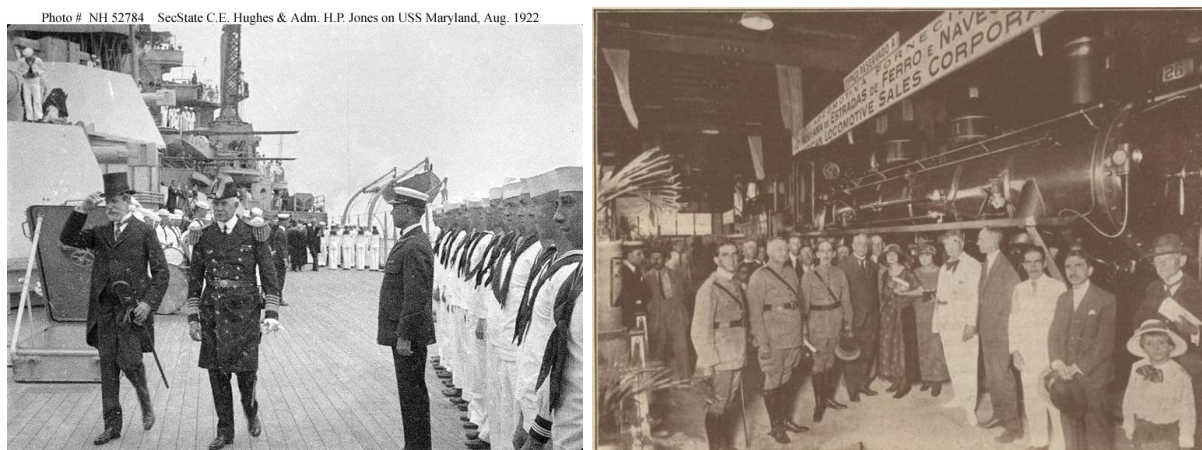


Figura 92: Fotografia. Autoria desconhecida. Agosto de 1922. O secretário de Estado norte-americano Charles Evans Hughes (esquerda) e o almirante Hilary P. Jones (direita) a bordo do couraçado *Maryland*, a caminho do Brasil para a Exposição do Centenário. Fonte: Disponível em: <<https://bit.ly/3jlkQmf>>. Acesso em: 10 ago. 2021. Figura 93: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. Imagens do interior do Pavilhão dos EUA. Ao fundo, uma locomotiva de origem norte-americana. Fonte: LIVRO..., 1923, p.70.

Na Avenida das Nações, o pavilhão de honra dos EUA foi levantado pela construtora nova-iorquina Dwight P. Robinson & Co., que o mesmo comissário Monroe, em artigo publicado na revista da Comissão Organizadora, destacou como responsável pelas obras contra as secas no Ceará e na Paraíba. Segundo ele, tais obras seriam o esforço inicial de um projeto de irrigação semelhante aos realizados na América do Norte e em outros países:

A construção do edifício [do pavilhão de honra dos EUA] foi feita sob a direção do sr. P. B. Easterbrooks, superintendente da firma Dwight P. Robinson & Co. de Nova York que, apresentando a mais baixa proposta para o trabalho, conseguiram o contrato do mesmo. Os srs. Dwight P. Robinson & Co. são reconhecidos como uma das firmas contratantes mais importantes da América do Norte. A companhia é bastante conhecida no Brasil, estando atualmente encarregada da construção de cinco grandes reservatórios de água, dois no Ceará e três no Estado da Paraíba do Norte. Tais melhoramentos são os predecessores dos grandes trabalhos de irrigação que, quando prontos, se assemelharão àqueles existentes na América do Norte, Austrália e Índia.

O vice-presidente da companhia, sr. Ira W. McConnell, um notável engenheiro do serviço de irrigação norte-americano, chegou ao Rio com os seus auxiliares em janeiro deste ano para iniciar o trabalho de construção do edifício do governo dos Estados Unidos. O sr. McConnell regressou a New York em abril, pouco depois do início do trabalho da atual construção. Volveu ao Rio em outubro último e desde então tem emprestado ao trabalho a importância de sua presença. (MONROE, 1922b, p.17-18).

Na noite de 9 de setembro, em discurso pronunciado durante o banquete oferecido por Epitácio Pessoa aos embaixadores e chefes de missões especiais, no Palácio do Catete, o secretário de Estado norte-americano exaltou o exemplo dado à humanidade pelo pacifismo brasileiro (LIVRO..., 1923, p.325-326). A fala de Hughes seguiu-se à de Epitácio Pessoa, quem, após o brinde, fez um discurso em que buscou resumir cem anos de história brasileira em algumas palavras dirigidas aos embaixadores estrangeiros. Além disso, destacou a reorganização do serviço sanitário federal, que, com a criação do Departamento Nacional de

Saúde Pública, em 1920, fizera que a higiene e o embelezamento urbano passassem a ser “preocupação generalizada no país inteiro”, contribuindo para que o Brasil cumprisse a “missão que lhe cabe na cena internacional” quanto à “obra da civilização”:

A vida das nações conta-se por séculos. Vencemos a primeira etapa com tropeços, é verdade, mas com honra e altivez.

As boas causas da liberdade e da justiça sempre preocuparam os nossos homens públicos. Na ordem política, feita a independência, tivemos que a consolidar. Para isto foi mister afastar do Brasil o fundador do Império. Realizada a consolidação e garantida a unidade da Pátria, tratamos da autonomia das províncias, outorgando-lhe uma prudente descentralização. Em seguida, estancamos o tráfico africano. Cicatrizada essa chaga, surgiu a campanha abolicionista, vitoriosa com a libertação dos nascituros, a alforria dos sexagenários e logo depois a abolição completa da escravidão. Ganha essa campanha, batemo-nos então pela federação e pela república. Proclamada esta, plantamos na Constituição a árvore da paz, exigindo em termos imperativos o arbitramento como solução primordial das nossas pendências internacionais.

Eis aí, em rápidas linhas, a nossa orientação política. Conseguimos fincar na história esses marcos de Liberdade e de Justiça, sem lutas sanguinolentas, sem profundos abalos, evoluindo naturalmente pela propaganda e pela persuasão.

Se o progresso intelectual e material corresponde ou não a essa evolução política é o que desejamos justamente apurar agora e podeis verificar conosco.

Sempre vos direi, entretanto, [...] que a nossa última organização sanitária, talhada nos moldes mais adiantados, prepara a olhos vistos o fortalecimento da raça e o aumento da sua capacidade produtora. Do Rio de Janeiro de 1822 fizemos, durante o Império e principalmente na República, a cidade moderna que atualmente se honra de hospedar-vos, sem as epidemias dizimadoras, que eram com razão o terror do estrangeiro. A higiene e o embelezamento dos centros populosos constituem neste momento preocupação generalizada no país inteiro.

Digo-vos isto, senhores, apenas para que vejais que não temos ficado estacionários; que o Brasil, compenetrado da missão que lhe cabe na cena internacional, tem prestado devotadamente o seu concurso à obra da civilização em que viveis empenhados, e é digno da consideração com que o honrais neste momento. (PESSOA, 1922 apud A EXPOSIÇÃO..., 1922b, p.36).

A movimentada agenda de eventos fora da esplanada do Castelo e do âmbito restrito da Exposição compunha o clima social mais amplo em que eram vividas as comemorações do Centenário na cidade do Rio de Janeiro. Em 8 de setembro, por exemplo, aconteciam competições de esgrima e florete dos Jogos Latino-americanos, uma iniciativa conjunta entre o Comitê Olímpico Internacional e a Associação Cristã de Moços, visando à realização de jogos regionais (ILUSTRAÇÃO..., 1922b, p.177; TORRES, 2006). A maioria dessas competições teve lugar nas dependências do clube Fluminense, onde as partidas entre as seleções sul-americanas de futebol causaram grande comoção popular. Além dos jogos, entraram na agenda social da cidade outros eventos que, embora tivessem estatuto próprio e não fossem realizados na área da Exposição, com ela guardavam relação estreita, tais como as exposições de arte retrospectiva e arte contemporânea realizadas pela Escola Nacional de Belas-Artes; a quarta Exposição Nacional de Pecuária; e as exposições disponíveis no Museu Nacional e no Museu

da Infância⁸⁴ (BRASIL, 1926, v.1, p.526). Na tentativa de capturar a atenção do público, disseminou-se o uso do epíteto “do Centenário”, atribuído até a eventos particulares que não mantinham nenhuma relação oficial com a Exposição, a exemplo da primeira tourada realizada no grande coliseu do Centenário⁸⁵, em dezembro de 1922 (REVISTA..., 1922a, p.16-17).

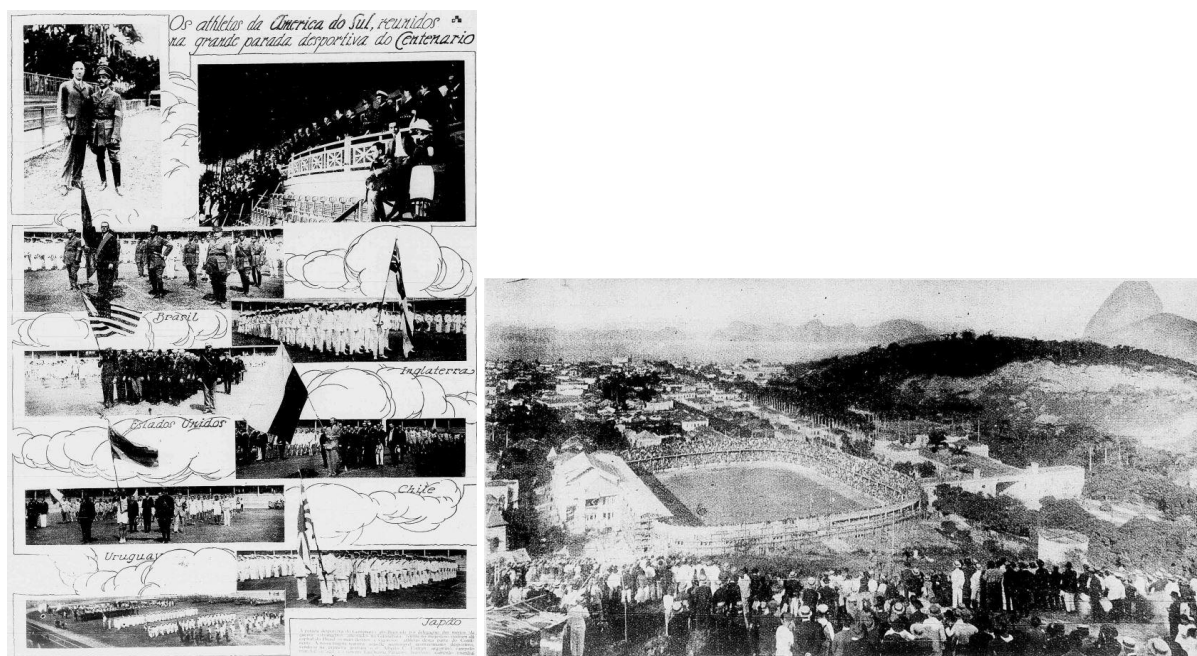


Figura 94: Reprodução. Fotomontagem. Autoria desconhecida. O desfile dos atletas militares. Fonte: REVISTA..., n. 39, 23 set. 1922, p.28.

Figura 95: Fotografia. Autoria desconhecida. À distância, pessoas acompanham a partida de futebol entre Brasil e Chile no estádio do Fluminense, parte dos Jogos do Centenário. Fonte: REVISTA..., n. 39, 23 set. 1922, p.30.



Figura 96: Reprodução. Fotomontagem. A “época tauromáquica” do Centenário. Fonte: REVISTA..., 1922a, p.16.

Com tantos eventos competindo pela preferência do público, é compreensível que a frequência de visitantes à própria Exposição do Centenário tenha se tornado uma preocupação

⁸⁴ Os mostruários do Museu da Infância localizavam-se na Policlínica Geral, na Avenida Rio Branco (BRASIL, 1926, v.1, p.526).

⁸⁵ Situado na esplanada do Senado, o “Grande Coliseu do Centenário” pertencia à empresa A. J. Gonçalves & C. (REVISTA..., 1922a, p.17).

para seus organizadores, que, já no segundo mês de funcionamento da exibição, resolveram constituir mais uma comissão, a de Festas e Propaganda, a fim de atrair o maior número possível de visitantes aos palácios e pavilhões na esplanada do Castelo (BRASIL, 1926, v.1, p.35). A nova comissão não impediu os percalços: o número de visitantes despencou em fevereiro de 1923 (cf. Gráfico 1), quando a Exposição teve que competir por frequentadores com o Carnaval. Os organizadores, que já eram criticados pelo volume de gastos, foram culpabilizados também pela baixa frequência de público (MOTTA, 1992, p.72), e não deixaram de usar a revista da Comissão Organizadora para tentar se defender:

E é fácil perguntarmos quantos brasileiros visitaram na Exposição aquele majestoso Palácio dos Estados – expressão da nossa nacionalidade – aquelas demonstrações admiráveis da nossa cultura mental, nas Exposições do Palácio das Festas e os Pavilhões de Caça e Pesca, da Agricultura e da Estatística?

São comuns expressões como estas:

— Vamos visitar o pavilhão japonês?

— Vamos ver os mármore de Firenze no pavilhão italiano?

— Vamos ver as louças do pavilhão dinamarquês?

Ou ainda esta:

— Vamos aos “cavalinhos” do Parque das Diversões?

E ainda a desatenção, o propósito de deixar tudo para amanhã:

— Depois que a Exposição se abriu já estive aqui, no Rio, quatro vezes e ainda não fui à Exposição!

Frases como estas cortam o coração de amargura...

A Exposição tem festas, tem Carnaval, tem comes e bebes?

Fica cheia! Todo o mundo quer o convite do chá-dançante ou do baile no Palácio das Festas... de graça... E os pavilhões ficam vazios. Os mostruários sem estudo, sem observação. A seção da praça Mauá, cheia de utilíssimos ensinamentos para os industriais e os agricultores, deles não recebe uma visita! (A EXPOSIÇÃO..., 1923a, p.69)

A imprensa humorística carioca, mordaz observadora das incongruências da Exposição, não deixou de ironizar as lamentações dos organizadores (cf. Figura 97). Criticando os comissários ou realçando o contraste entre o luxo dos palácios e a precariedade das condições de vida entre a população que ainda resistia no entorno do Castelo, o humor da imprensa ofereceu, de acordo com a análise de Velloso (2015, p.277), “uma visão trágico-carnavalizada da nacionalidade”: “se não é objeto da mostra, é apenas porque a exposição expõe ao mundo um país artificial, que se quer fazer passar por moderno e desenvolvido”.

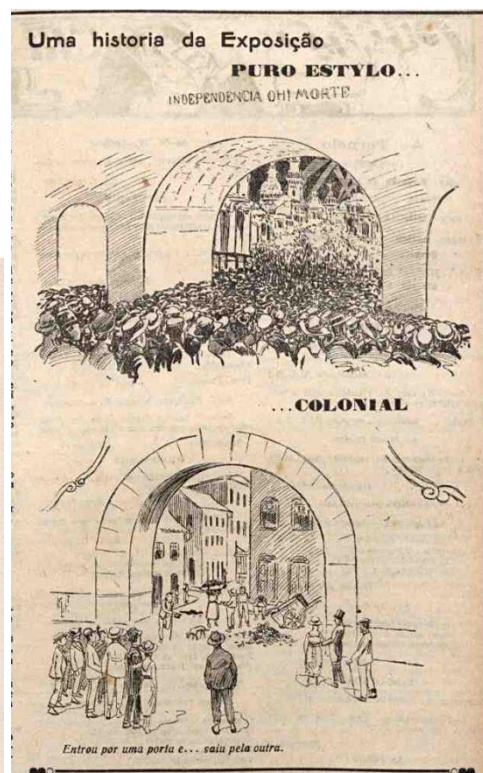


Figura 97: “Soltem o homem! Os diretores da Exposição queixam-se da falta de visitação”. Fonte: CARETA, n.751, 11 nov. 1922, p.15.

Figura 98: O estilo colonial da Exposição, segundo a imprensa humorística carioca. Fonte: D. QUIXOTE, n.281, set. 1922, p.15.

Como uma das primeiras expressões bem-sucedidas da cultura de massa, as exposições internacionais deviam boa parte de seu apelo popular à natureza festiva e às possibilidades de entretenimento oferecidas ao público visitante. Embora a oferta de recreação não fosse a grande proposta das primeiras exposições internacionais do século XIX (nem seja, atualmente, a característica definidora das exibições para o *Bureau International des Expositions*)⁸⁶, as atrações de apelo hedonista foram gradualmente ganhando espaço nesse eventos, especialmente nas exposições parisienses de 1878 e 1889, e na de Chicago, em 1893, quando se deu a conhecer ao público a primeira roda gigante, a *Ferris Wheel* (GOLDMAN, 2016, p.46). Foi nesse espírito que, em 22 de novembro de 1922, dando novo impulso à Exposição do Centenário, houve a inauguração do Parque de Diversões, à altura central da Avenida das Nações (BRASIL, 1926, v.2, p.261).

De acordo com o *Relatório dos trabalhos*, o atraso na inauguração do parque prejudicou a frequência de público nos primeiros meses da Exposição. (BRASIL, 1926, v.2, p.259). Para

⁸⁶ Organização internacional sediada em Paris e criada em 1928 com a missão de garantir a qualidade das exposições internacionais e proteger os direitos de seus organizadores e participantes. Atualmente, o *Bureau International des Expositions* propõe que as exposições internacionais constituam plataformas de discussão global voltadas à busca de soluções para os grandes desafios da humanidade (BUREAU..., 2021).

se ter uma ideia, só o dia de abertura desse espaço recreativo contou com a presença de mais de 30.000 pessoas e, também segundo o *Relatório...*, foi tão animado que o local só foi fechado às quatro horas da manhã do dia seguinte; contudo, a afluência do público ao parque, elevada em seus primeiros meses de funcionamento, também diminuiu com o tempo. No período de chuvas na cidade do Rio de Janeiro, o uso dos brinquedos era inviável, uma vez que não eram protegidos por cobertura; além disso, o chão do parque, apenas revestido de macadame, inundava com facilidade, dificultando a circulação. O *Relatório...* também aponta o desinteresse do público à medida que os concessionários não atenderam a expectativa geral de ver outras atrações “novas e diferentes” (BRASIL, 1926, v.2, p.259-261).



Figura 99: Reprodução. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. O Parque de Diversões da Exposição do Centenário. Fonte: FRANÇA; ANDUEZA, 2016.

Idealizada pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales de los Ríos, o frontispício do parque era uma atração à parte, com sua mistura de “motivos antropomorfos e zoomorfos, além de florais”. O próprio arquiteto descreve que, apenas em um trecho:

[...] há composições zoomorfas de rãs, que entoam concertos, tangendo ou tocando os mais diversos instrumentos, desde o brutal “zabumba” ao melodioso violoncelo; nos meios dessas enxutas há papagaios em liberdade e araras; preguiças e tamanduás caricatos rematam os encontros e as balaustradas das escadarias, decoradas com caramujos e conchas parasitárias; morcegos fumando abrem as asas nas pequenas enxutas da galeria coberta do corpo central; vivazes lagartos, calangos e camaleões se enroscam ali, formando balaustradas; as pontas, os torreões e os telhados de pavilhões rematam com a efígie sorumbática e estilizada de um triste jaburu, como símbolo da festa terminada (RÍOS apud BRASIL, 1926, v.1, p.322).



Carnaval! Carnaval!
PARQUE DE DIVERSÕES
 Grandiosos bailes á fantasia no Salão de danças
HOJE, Sabbado, HOJE
 Quatro — estupendos bailes — Quatro
A' Alegria! A' Folia! A' Pandega!
Todos ao PARQUE
 Entrada para o baile, com direito a duas damas — 10\$000
 Entrada no Parque — 1\$000

ALLELUIA E PASCHOA NO PARQUE DE DIVERSÕES
DA Exposição do Centenario
 CONCESSIONARIOS:
V. Fernandes, Lopes & C.
 A Empresa do PARQUE DE DIVERSÕES preparou para hoje — Alleluia — e amanhã, domingo — Paschoa, grandes festas naquella lindo e agradável recanto do Rio de Janeiro.
 Vae assim o povo carioca gosar, mais uma vez, os encantos que ali se encontram.
 No elegante salão de danças, aristocratico baile a fantasia, para festejar a noite de Alleluia.
 No recinto do Parque, grande batalha de confetti.
 Dos torreões do Parque, o publico poderá apreciar a passagem do prestito da MI-CARÊME e os fogos de artifício.
 Na luxuoso restaurante e nos bars, o publico encontrará o melhor serviço de refeições.
 Domingo — Farta distribuição de BON-BONS. Banda de musica, etc.

Exposição Internacional do Centenario
GRANDES FESTAS POPULARES
 — HOJE, A' NOITE —
O prestito da MI-CARÊME
 organizado de accordo com a Exposição e exclusivamente para a Exposição, não circulando em nenhum outro logradouro publico, a não ser a
AVENIDA DAS NAÇÕES:
 Imponentes carros allegoricos
 Com o concurso de innumeradas bandas de musica e clarins fantasiados.
 Desfile pela Avenida das Nações, das 21 às 24 horas, com feérica iluminação electrica e de bengala.
GRANDE BAILE, A CHARACTER, NO PALACIO DAS FESTAS
 Deslumbrante fogo de artifício
 Pede-se ao povo que procure collocar-se desde as primeiras horas da noite, para evitar atropelo.

GRANDE PARQUE DE DIVERSÕES
 Empresa: V. Fernandes, Lopes & Comp.
Recinto da Exposição
 O PARQUE É HOJE O PONTO CHIC VISITADO DIARIAMENTE POR TODA A POPULAÇÃO CARIOCA
HOJE **HOJE**
Funcionarão todos os divertimentos
Aos Domingos, matinée infantil
 SALÃO DE DANÇAS — Devido á grande concorrência que tem tido o salão de danças a Empresa resolveu dar Soirée chic ás sextas-feiras, das 8 horas da noite á 1 hora.
 THEATRO CARLOS SAMPAIO
 Verdadeiro paraizo terrestre, o formoso Palacio será dentro de poucas horas, o lugar delicioso em que os habitantes desta bella cidade encontrarão a alegria intensa e o riso espontaneo
 BANDA DE MUSICA — ORCHESTRA BARS — SALÕES DE LUNCHS — SALÕES DE CHÁ — TRENS
 LILIPUTIANOS — ENTRADA: — 1\$000

Figura 100: Reprodução. Anúncio publicitário do Parque de Diversões durante o Carnaval de 1923. Fonte: A MAÇÃ, n.53, 10 fev. 1923, p.38.

Figura 101: Reprodução. Comemorações da Páscoa. Fonte: A NOITE, 1923a, p.8.

Figura 102: Reprodução. O cortejo da Mi-carême. Fonte: A NOITE, 1923b, p.8.

Figura 103: Reprodução. “O Parque é hoje o ponto *chic* visitado diariamente por toda a população carioca”. Fonte: A MAÇÃ, 1923, p.27.

Quanto à parte antropomorfa, Ríos explica que havia composto “tipos” humanos com base em informações folclóricas – em meio à extensa lista composta por uma maioria de personagens estrangeiras, algumas brasileiras, como o Saci-Pererê, o Caipora e os cariocas “Seixas”, “Padre-Kelé” e “Bruzundanga” (RÍOS *apud* BRASIL, 1926, v.1, p.323-324). Abordando o processo de composição dos “tipos”, o arquiteto afirma que a parte antropomorfa:

[...] compõe-se de medalhões, com três metros de diâmetro, representando personagens de feição caricato ou cômico, em alguma ou em todas as feições pessoais.

Não existe, por assim dizer, iconografia dessas personagens, que mais conhecemos através das letras, das crônicas e do folclore. Auxiliado pelo meu tirocínio e acompanhando aqueles textos e a etnografia das pátrias desses tipos, pude, entretanto, representá-los, desenhando-lhes as fisionomias [...] (RÍOS apud BRASIL, 1926, v.1, p.323)

Dentro do parque, o público podia escolher passar o tempo entre uma infinidade de atrações com nomes elusivos que apelavam à fantasia: o "templo do riso", a "mão misteriosa", a "casa encantada", o "teatro de ilusões", a "folia", a "pesca maravilhosa" ou, ainda, os "espelhos excêntricos" eram algumas das opções⁸⁷. Atrás da armação da montanha-russa, havia um circo; à direita da entrada, foi construído o Teatro Carlos Sampaio; e, no primeiro andar do edifício central do Parque, havia salas de dança, que, segundo o *Relatório dos trabalhos*, “dispunham de profusa e artística iluminação” (BRASIL, 1926, v.2, p.259-261; GUIA..., 1922, p.374; O PAÍS, 1922b, p.4).

Carolina Nabuco, que, à época, se ocupava com a escrita de seu primeiro livro, *A vida de Joaquim Nabuco*, biografia de seu pai, lembra que o trabalho não a impediu de “reservar as horas da noite para visitar a Exposição, a exemplo do que faziam os cariocas em geral” (NABUCO, 1973, p.85 apud LEVY, 2010, p.137-138). Sobre os salões de dança e outros passatempos da Exposição, a escritora comenta, em seu livro de memórias *Oito décadas*, que:

havia também um dancing de ambiente agradável, logo muito procurado pelos oficiais da Missão Naval americana e os da esquadra dos EUA que patrulhavam o Atlântico Sul, inclusive seu comandante, almirante Caperton, assíduo frequentador. Este dancing foi a primeira sala pública dançante a aparecer no Rio. Entre outras atrações da Exposição contava-se um avião no qual um jovem americano atraía passageiros para um passeio aéreo. A experiência de voo era inédita para os brasileiros e muita gente se deixou tentar. (NABUCO, 1973, p.85 apud LEVY, 2010, p.137-138).

Ainda sobre o Parque de Diversões e a realização de eventos festivos no interior da Exposição, uma inflexão no programa de festas trouxe diversos cursos, préstitos e ranchos, a partir de janeiro de 1923, em uma tentativa dos organizadores de acompanhar o gosto popular e, assim, atrair mais visitantes. Nas semanas prévias ao Carnaval, entre o fim de janeiro e o começo de fevereiro de 1923, cortejos alegóricos foram organizados pelos clubes “Democráticos” e “Tenentes do Diabo”; no dia 9 de fevereiro, sexta-feira de Carnaval, foi a vez do cortejo do Clube dos Fenianos ocupar a Avenida das Nações. Outra festa comemorada na

⁸⁷ Antes da inauguração do Parque de Diversões, o *Guia Oficial* (1922, p.374) incluiu o item “*Midgets*” na lista do que o espaço ofereceria ao público. Não foi possível confirmar se esse item tinha alguma relação com as *midget cities*, montadas em exposições internacionais realizadas nos EUA, em que artistas com nanismo foram recrutados para apresentações; também não foi possível confirmar se “*midgets*” esteve, efetivamente, presente no Parque de Diversões, ou se foi apenas uma previsão não realizada. Sobre as *midget cities* em exposições internacionais, cf. HOWELLS, R.; CHEMERS, M. M. *Midget cities: utopia, utopianism, and the vor-schein of the 'Freak' show*. *Disability Studies Quarterly*, v.25, n.3, summer 2005.

Exposição foi a *mi-carême*⁸⁸, uma celebração festiva de feições carnavalescas e origem francesa, que se popularizou no Rio de Janeiro durante a *Belle Époque*. Organizada pela Comissão de Festas, a *mi-carême* do Centenário teve “préstito carnavalesco” que percorreu a Avenida das Nações, queima de fogos de artifício e baile de máscaras no Palácio das Festas, sendo realizada em 31 de março de 1923, véspera do domingo de Páscoa, mesmo sob a chuva “irritante e fina” que, segundo a revista da Comissão Organizadora, insistiu em acompanhar os foliões (BRASIL, 1926, v.2, p.28-29; 31; A EXPOSIÇÃO..., 1923a, p.70; A NOITE, 1923a, p.8, 1923b, p.8).



Figura 104: Reprodução. Fotomontagem. O Clube dos Democráticos organizou o cortejo alegórico da “Ala dos Namorados” no interior da Exposição, em 28 de janeiro de 1923. Fonte: REVISTA..., 1923b, p.15.

Figura 105: Reprodução. Fotomontagem. Cortejo organizado pelo Clube Tenentes do Diabo; batuques e ranchos na Exposição, em 4 de fevereiro de 1923. Fonte: O MALHO, 1923, p.38.

Outra atração a provocar o interesse do público na Exposição do Centenário foi a sétima arte. Ainda em processo de consolidação como meio de comunicação de massa, o cinema

⁸⁸ De acordo com Gaudin (2000, p.48), a *mi-carême* já era conhecida no Rio de Janeiro, pelo menos, desde 1908. Em sua origem francesa, a *mi-carême* promovia uma pausa festiva na quarta-feira da terceira semana da Quaresma, rompendo o clima de contrição desse período religioso com uma série de cortejos realizados por diversos segmentos sociais que se reuniam nas ruas de Paris. Apesar do nome (“meia-quaresma” em francês), a *mi-carême* mudou de data ao migrar para o Brasil, sendo realizada no fim da Quaresma, em 1914, na cidade de Salvador, ocasião em que, pela primeira vez, assumiu o aspecto de ser um “Carnaval fora de época” ou um “segundo Carnaval”.

também começava a ser visto como um instrumento com vantajosos usos políticos, conforme atesta convite feito pelo governo britânico a David Griffith – um dos fundadores do cinema narrativo clássico, com seu “O nascimento de uma nação” (1915) – para que produzisse uma película com o objetivo de persuadir os EUA a entrarem na Primeira Guerra Mundial. A produção foi abandonada porque o ingresso norte-americano no conflito, em 1917, deu-se antes da finalização do filme, mas o convite demonstra o potencial político da linguagem cinematográfica, algo que não passou despercebido aos organizadores da Exposição. As comemorações do Centenário inauguraram a relação oficial do Brasil republicano com o cinema e, embora os incentivos à incipiente indústria cinematográfica nacional tenham durado apenas o tempo da Exposição, sem estabelecer uma política cultural de longo prazo, merece atenção o fato de terem antecipado questões de ordem política e cultural que estariam em evidência nas décadas de 1930 e 1940, quando foram estabelecidas, na burocracia estatal brasileira, as agências voltadas ao controle dessa atividade cultural (MORETTIN, 2011).

Os comissários da Exposição contrataram inúmeros produtores cinematográficos para a montagem de documentários que deveriam retratar os diferentes aspectos da vida econômica e social no Brasil, de acordo com um programa predefinido. O pagamento aos realizadores era feito por metro de película e não por cada filme pronto, indicando as limitações dos comissários em termos de concepção estética e compreensão da linguagem cinematográfica (MORETTIN, 2011, p.143). Para exibição das produções, foram montadas cabines na Avenida das Nações, junto ao Pavilhão Nestlé, no salão principal do Palácio das Festas e no Parque de Diversões. Além disso, o estado de São Paulo também construiu seu próprio cinema, em frente ao Pavilhão Argentino. Por parte das representações estrangeiras, sessões de exibição de filmes foram organizadas por Noruega, Grã-Bretanha, Bélgica, França, México, Itália, Tchecoslováquia, Portugal e EUA. A representação norte-americana destacou-se por oferecer um cinema ao ar livre, contíguo a seu pavilhão, em que o público teve acesso à maior tela de projeção já instalada no Brasil até então, na qual os norte-americanos apresentaram produções de estrelas do cinema mudo, como Charlie Chaplin e Pearl White (A EXPOSIÇÃO..., 1923d, p.64; BRASIL, 1926, v.2, p.237-238; CASTRO, 2019, p.149).

5.2 Sertão à beira-mar

Nesta seção, propõe-se uma alternativa à tradicional abordagem da Exposição do Centenário por meio da análise do estilo arquitetônico de seus palácios e pavilhões. Em lugar disso, busca-se localizar, entre suas atrações e objetos de exibição, bem como na repercussão do evento nas páginas da imprensa carioca e de publicações comemorativas do Centenário, algumas das principais e esparsas referências ao sertão semiárido, à sua população e às obras da IFOCS no contexto das festas e das ideias divulgadas por seus organizadores.



Figura 106: Fotografia. Augusto Malta. Rio de Janeiro, 1922. Porta Norte ou Colonial e alguns pavilhões nacionais. Fonte: FRANÇA; ANDUEZA, 2016 (Reprodução).

5.2.1 Na seção nacional da Exposição do Centenário

Ao entrar pela Porta Norte, junto ao Mercado Municipal, no bairro da Misericórdia, o visitante tinha acesso aos pavilhões brasileiros da Exposição Internacional do Centenário da Independência. De acordo com o *Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, publicado pelo Anuário do Brasil



Figura 107: Fotomontagem. Autoria desconhecida. Os pavilhões nacionais da Exposição do Centenário. O Palácio Monroe situava-se junto à Porta Principal, mas abrigava todos os serviços administrativos da Exposição desde junho de 1922. Fonte: BRASIL, 1923.

(o antigo Almanaque Laemmert), a parte nacional, que se estendia da Porta Norte até as imediações da Ponta do Calabouço (nas atuais proximidades do Museu Histórico Nacional), teria tanta importância quanto a internacional, localizada no eixo da Avenida das Nações, como se percebe nessa descrição, que alcança a seção brasileira por trajeto diverso, a partir da Porta Sul:

Do velho Passeio Público, o lindo e histórico jardim, até a Ponta do Calabouço, e daí demandando, após leve e graciosa curva, a esplanada do Mercado, estende-se a exposição por 2.500 metros, que o visitante percorre entre deslumbrantes monumentos arquitetônicos. Na sua primeira parte, inteiramente reta, constitui a “Avenida das Nações”, em que se alinham os palácios das representações estrangeiras, e que será mais tarde um dos trechos mais formosos da nossa incomparável urbs. Ao fim dessa avenida, marcando o ângulo de curvatura, levanta-se o torreão do antigo forte do Calabouço [...]. Mais para além, feita a curva, e constituindo já a segunda parte do certamen, abre-se a magnífica praça em torno da qual se erigem os palácios brasileiros – mostruários majestosos de nossa riqueza e de nossa capacidade de trabalho.

São de igual importância essas duas partes diferentes do certamen.

Na primeira, temos o atestado vivo da admiração e do afeto que nos votam as maiores nações do globo [...].

Na segunda, é o nosso próprio espírito que se apresenta, realizador e viril, mostrando-se digno daquelas homenagens mundiais. (LIVRO..., 1923, p.303).

À esquerda da Porta Norte, estava o Palácio das Pequenas Indústrias. Tendo como um de seus projetistas o arquiteto pernambucano Nestor de Figueiredo, o palácio era composto por dois pavimentos; no superior, era possível encontrar artigos de “indústrias domésticas”, com destaque para os mostruários de rendas do Ceará, expostos em uma sala que recebeu o nome de “Sra. Epitácio Pessoa”, uma homenagem que, segundo o *Livro de Ouro*, fora expressamente demandada pelos expositores cearenses (BRASIL, 1926, v.1, p.523; LIVRO..., 1923, p.310).

Em frente a esse palácio, à direita da Porta Norte, estava o Palácio da Fiação, também referenciado, ocasionalmente, como Palácio dos Fios e Tecidos ou Palácio da Viação e Agricultura. Esse último título devia-se à sua destinação original: projetado pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales de los Ríos, esse espaço de exibição fora, inicialmente, colocado à disposição dos ministérios da Viação e da Agricultura; entretanto, em reunião de junho de 1922, a Comissão Executiva decidiu que a melhor estratégia de apresentação dos tecidos brasileiros seria reunir todos os expositores do setor em um só lugar. Assim, o palácio idealizado por Morales de los Ríos foi o local escolhido para abrigar a produção da indústria têxtil, que tinha na cultura algodoeira do sertão semiárido uma importante fonte de matéria-prima (BRASIL, 1926, v.1, p.28; LIVRO..., 1923, p.310).

No térreo do pavilhão, estavam a grande máquina de fiar de 824 fusos, batizada de “Independência”, e uma penteadeira de algodão cardado; já nos dois pavimentos e nas alas laterais do prédio, exibiam sua produção dezenas de fábricas filiadas ao Centro Industrial de

Fiação e Tecelagem de Algodão e ao Centro Industrial do Brasil (BRASIL, 1926, v.1, p.522-523). Os expositores deveriam apresentar seus produtos tal como os exibiam no comércio; além disso, quando possível, deveriam fornecer dados estatísticos sobre a produção anual, informar os mercados em que eram comercializados, a procedência da matéria-prima empregada e plantas ou fotografias das oficinas, ateliês, depósitos e máquinas utilizadas na produção. Também deveriam indicar o preço de venda no varejo e no atacado de seus artigos, podendo utilizar as palavras “sem compromisso”, assim como fora convencionado na Exposição Brasileira de Tecidos, no Prata, em 1918 (BRASIL, 1926, v.1, p.424), e disponibilizar os dados relativos a preços no Escritório de Informações da Exposição. Os tecidos de algodão figuravam entre os principais artigos manufaturados apresentados pelos estados que integravam a área de atuação da IFOCS.

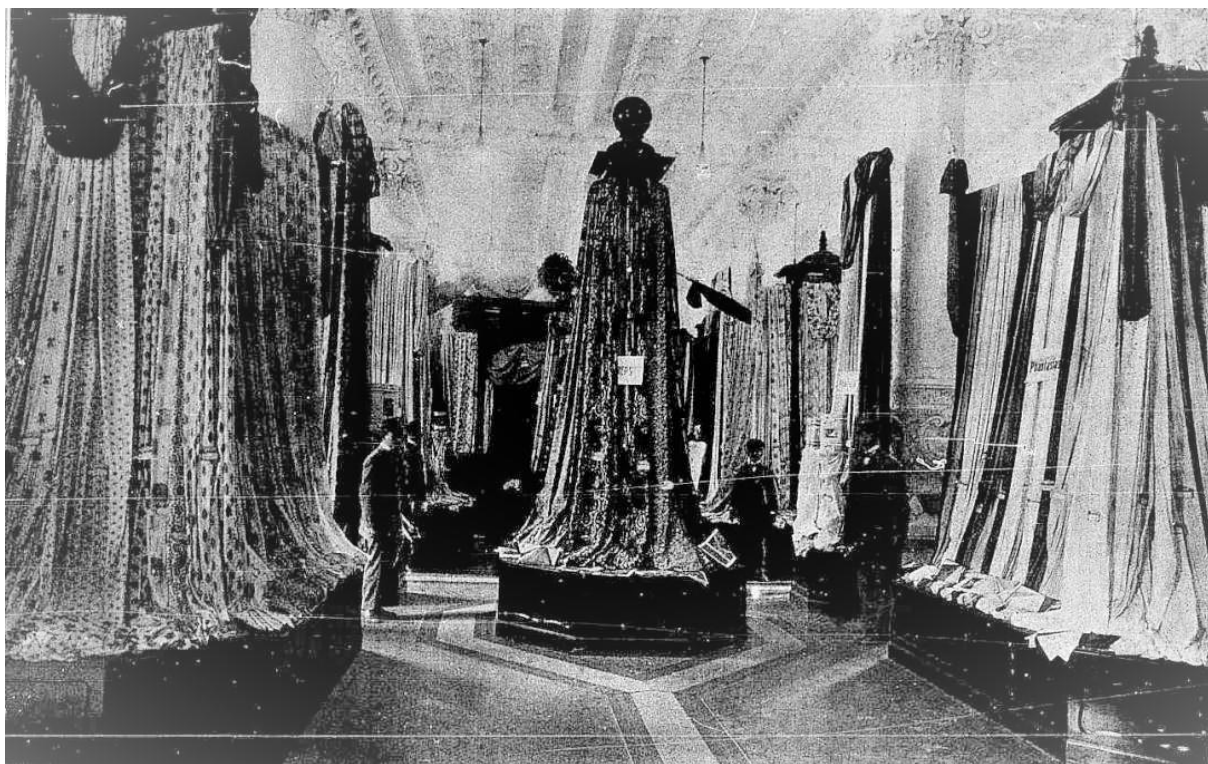


Figura 108: Entrada do salão principal do Palácio de Fiação. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922a, p.240.

Passando pelo Pavilhão do Distrito Federal⁸⁹, localizado à esquerda do Palácio da Fiação, avançava-se ao Palácio dos Estados. Embora o *Livro de Ouro* comente que a disposição dos mostruários nesse edifício tinha sido feita “com todo o esmero, de maneira a dar ao visitante curioso a visão imediata de nossas imensas riquezas e de nossa capacidade de realização” (LIVRO..., 1923, p.309), encontramos uma opinião diversa no *Relatório dos trabalhos*, no

⁸⁹ O Pavilhão do Distrito Federal foi um dos poucos que permaneceu no conjunto arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro, funcionando, atualmente, como uma das sedes do Museu da Imagem e do Som.

trecho em que se comenta que o posicionamento de objetos de exibição pelos pavilhões não se notabilizou por critérios precisos:

Nem sempre foi a mais racional a distribuição pelas dependências dos diferentes pavilhões. As salas e galerias tinham as mais variadas dimensões, não se prestando a arrumações convenientes. Acrescia ainda a circunstância de haver produtos da mesma classe em quantidade tal que era impossível reunir no mesmo edifício tais produtos, cuja apresentação ficou assim prejudicada. Pela razão inversa, figuraram no mesmo pavilhão os mais diferentes produtos. (BRASIL, 1926, v.1, p.520-521).

O Palácio dos Estados, com o arranjo eclético de seus mostruários, parece ter proporcionado a base empírica de sustentação desse comentário, a considerar o que, de acordo com o mesmo relatório, poderia ser encontrado em seu quarto e último andar: ao lado de duas salas ocupadas pela representação oficial do estado do Espírito Santo, “achavam-se expostos produtos variados, como fósforos, mobiliário escolar e plantas de ornamentação” (BRASIL, 1926, v.1, p.522).

Contrariando a expectativa provocada por seu nome, o Palácio dos Estados não abrigava representações oficiais das diversas unidades da federação de modo equitativo. Nas instalações do térreo, na verdade, o visitante encontraria em exibição os diversos serviços do Ministério da Agricultura: das Escolas de Aprendizes Artífices à Escola de Minas de Ouro Preto, passando pelo Observatório Nacional e pelos serviços de Povoamento; de Inspeção e Fomento Agrícola; de Sementeiras; do Algodão; e Geológico e Mineralógico do Brasil. Esses serviços expuseram ao público amostras de diferentes tipos de terra, sementes e produtos agrícolas diversos, além de gráficos que tentaram informar uma noção do estágio da agricultura nacional (BRASIL, 1926, v.1, p.455; 521; LIVRO..., 1923, p.309). No Palácio dos Estados, os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura foram tudo que se teve da situação econômica de estados do interior do país, apoiada primordialmente em atividades primárias, como, a propósito, ainda era a nota predominante da economia brasileira no período.

Alcançando o primeiro andar, o visitante encontraria um conjunto heterogêneo de produtos químicos e farmacêuticos. A miscelânea prosseguia no segundo pavimento, onde, finalmente, era possível encontrar as representações oficiais de dois estados, São Paulo e Minas Gerais, que haviam concorrido financeiramente para a construção desse palácio (GUIA..., 1922, p.155)⁹⁰. Já no terceiro pavimento, exibiram seus produtos as indústrias de papel e também algumas livrarias e editoras, enquanto no quarto, conforme supracitado, a representação do Espírito Santo dividiu espaço com indústrias do estado do Rio de Janeiro. A realidade do Palácio dos Estados divergiu da projeção da imprensa humorística carioca, que imaginou um

⁹⁰ Mato Grosso, Sergipe e Pernambuco haviam aderido à construção do Palácio dos Estados, mas não obtiveram aprovação legislativa para remeter sua contribuição financeira (BRASIL, 1926, v.1, p.21).

pavilhão para cada estado e, no que concerne aos estados sob os auspícios da IFOCS, não deixou de comentar os trabalhos de açudagem e a ordem política no estado natal de Epitácio Pessoa, como se vê nas figuras 109 e 110 (BRASIL, 1926, v.1, p.521-522; LIVRO..., 1923, p.309).



Figura 109: “Pavilhões dos estados – Ceará. Pavilhão flutuante para consolo das secas do Nordeste. Os ‘arrojados’ trabalhos de açudagem e as ‘rendas’ de bilro tão vaporosas como as do estado.”. Fonte: *D. Quixote*, n.266, 14 jun. 1922.

Figura 110: “Pavilhões dos estados – Paraíba. Paraíba, terra das boas, pouca gente, mas muitas ‘pessoas’.”. Fonte: *D. Quixote*, n.269, 5 jul. 1922.

Na cobertura do Palácio dos Estados, havia um amplo terraço, do qual partia uma escada de acesso para a Torre das Joias, que serviu à realização de festas ao ar livre e revelava um panorama da área da Exposição, bem como da Baía de Guanabara (BRASIL, 1926, v.1, p.310). Deixando esse palácio, alcançava-se a praça da parte nacional do evento, posteriormente nomeada Praça Marechal Âncora, circundada por um conjunto de pavilhões, quatro dos quais tinham arquitetos pernambucanos e um cearense entre seus projetistas.

Construindo uma fachada paralela à fachada lateral do Mercado Municipal⁹¹, o arquiteto pernambucano Nestor de Figueiredo formou o Pavilhão das Indústrias Particulares, destinado não só a algumas Casas de Comércio que desejavam fazer negócios no local da Exposição, mas também à mostra da Estrada de Ferro Central do Brasil, que apresentou maquetes de pontes e

⁹¹ Um dos torreões do Mercado Municipal, removidas as adaptações feitas para a Exposição, subsiste na praça Marechal Âncora até hoje, abrigando um restaurante.

viadutos, e plantas de sua futura estação central. Figueiredo também foi responsável pelo projeto do anfiteatro a céu aberto que funcionou como Pavilhão da Música. Já o arquiteto pernambucano Armando de Oliveira concebeu o Pavilhão de Caça e Pesca, em que foram expostos animais empalhados, couros curtidos, coleções entomológicas particulares, um aquário, embarcações e artigos de pesca, formando uma reunião de espécies e material coletado em todo o país, à exceção do Distrito Federal, que o fez em seu pavilhão (GUIA..., 1922, p.159; LIVRO..., 1923, p.311). O projeto de Oliveira recebeu o elogio de Gilberto Freyre, quem notou que “numa casa de engenho pernambucana encontrou o arquiteto brasileiro, sr. Armando de Oliveira, - que é um tão alto e belo talento - inspiração para o Pavilhão de Caça e Pesca na Exposição do Centenário” (FREYRE, 1924 *apud* SANT’ANA, 2008, p.74).

Junto ao Pavilhão de Caça e Pesca encontrava-se o Pavilhão de Estatística, em que foram exibidos quadros, mapas, diagramas e cartogramas que resumiam dados estatísticos de todo o país, estabelecendo, além disso, comparações entre as informações demográficas nacionais e as de outros países. O primeiro item do programa da Diretoria Geral de Estatística para a Exposição do Centenário consistia em divulgar os resultados do recenseamento realizado em 1920, que estimava a população brasileira em cerca de 31 milhões (BRASIL, 1926, v.1, p.449). Um dos volumes de divulgação dos resultados desse levantamento censitário, publicado em 1922, contou com a colaboração de Oliveira Viana, que, no extenso artigo “O povo brasileiro e sua evolução”, discorreu sobre tópicos como a “evolução dos tipos regionais no sentido da sua arianização progressiva” e a “instabilidade dos tipos mestiços” (BRASIL, 1922), refletindo seu apoio a teorias racialistas europeias (MAIA; PEREIRA, 2009, p.26). Para Viana, o sertão era uma espécie de “rebelião permanente”, cuja insubordinação ao poder central ameaçava o processo civilizatório brasileiro (SOUZA, 1997, p.63); a alta classe de grandes proprietários do Centro-Sul é que, à diferença do nômade sertanejo, teria alcançado a configuração completa do tipo nacional, por meio de seu espírito conservador e moderado (LIMA, 2013, p.208-209).

Todos os visitantes do Pavilhão de Estatística⁹², além de poder observar o funcionamento das máquinas apuradoras do censo, recebiam algum material impresso; já alguns visitantes graduados receberam uma medalha especial, que trazia, no anverso, a alegoria do Ipiranga, de Pedro Américo; e, no verso, a efígie de Epitácio Pessoa, ao lado dos números da população brasileira em 1889 e 1920 (SENRA, 2014, p.68-69).

⁹² Sem a cúpula (inserida a contragosto do projetista do pavilhão, o arquiteto Gastão Bahiana, por seu sócio, Nereu Sampaio) e abrigando, atualmente, o Centro Cultural do Ministério da Saúde, o Pavilhão da Estatística é outra das poucas construções remanescentes da Exposição (BRASIL, 1926, v.1, p.231; SENRA, 2014, p.68).

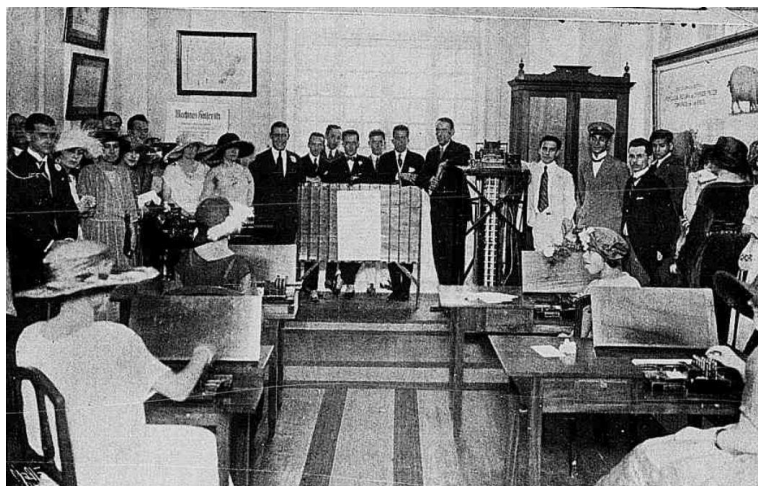


Figura 111: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Inauguração do Pavilhão de Estatística. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922g, p.222.

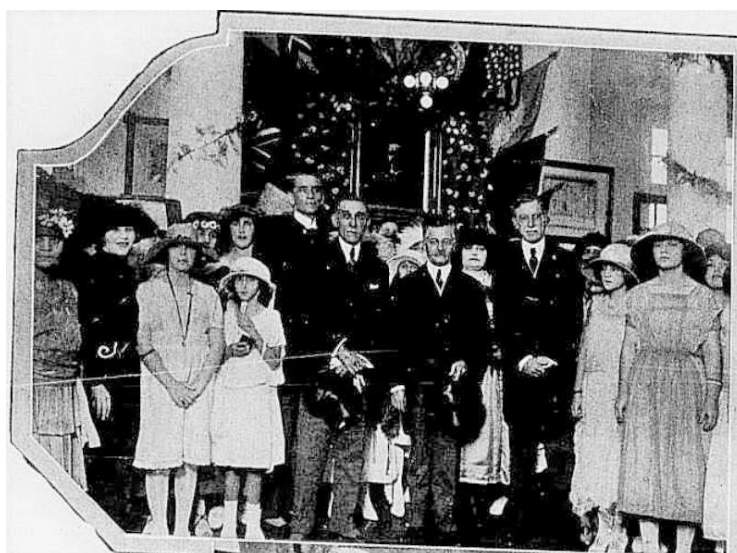


Figura 112: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Carlos Sampaio, Epitácio Pessoa e José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, titular da Diretoria Geral de Estatística e membro da subcomissão de Estatística da Exposição, na inauguração do Pavilhão de Estatística, em 17 de outubro de 1922. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922g, p.222; BRASIL, 1926, v.1, p.93; v.2, p.14.

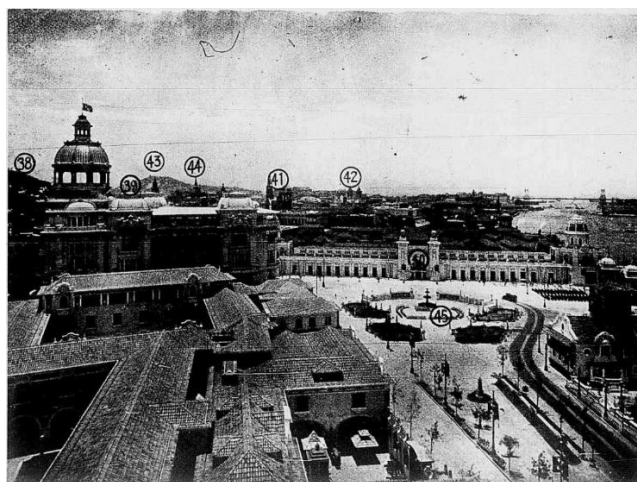


Figura 113: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Vista da seção nacional a partir da Torre do Calabouço. Fonte: REVISTA..., n.50, 9 dez. 1922, p.23.



Figura 114: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. Detalhe de gráfico no Pavilhão de Estatística, ilustrando números da população brasileira nas províncias, de acordo com o Censo de 1872. Fonte: Acervo IBGE. In: SANTOS, 2006.

Figura 115: Fotografia. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, [1922 ou 1923]. Comparação ilustrativa das populações de Estados Unidos, Alemanha e Japão. Fonte: Acervo IBGE. In: SANTOS, 2006.

Completava o conjunto ao redor da praça da seção brasileira o Palácio das Grandes Indústrias, que surgiu da adaptação do antigo Arsenal de Guerra, do Forte do Calabouço e da Casa do Trem de Guerra, e abrigaria o Museu Histórico Nacional, inaugurado em 11 de outubro (BRASIL, 1926, v.2, p.14). A adaptação foi realizada por uma dupla de arquitetos: o cearense Archimedes Memória e o franco-suíço Francisque Cuchet. Na extremidade do Forte do Calabouço, encontrava-se uma torre de 35 metros de altura, o mirante geral da Exposição. Em sua parte superior, foi instalado o Serviço Meteorológico, que, em seu programa, contava com a exibição de mapas e diagramas relativos ao semiárido (BRASIL, 1926, v.1, p.466); já na parte inferior, que abrangia os terraços, uma casa de chá oferecia mais um panorama da Guanabara⁹³.

⁹³ Bulhões (2003, p.69-70) afirma que a casa de chá teve que ser fechada quando o decreto n.15.817, de 14 de novembro de 1922, transferiu para esse espaço a Diretoria de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, embora a *Coleção de Leis da República* registre o referido decreto como não publicado.

A antiga Casa do Trem de Guerra tornou-se um pavilhão anexo, em que foram expostos minerais, artigos de couro e calçados.

Já no antigo Arsenal de Guerra, que constituiu o palácio propriamente dito, foram expostos, no primeiro andar e no segundo, além de mobiliário de luxo e de produtos agrícolas e extrativos de origem vegetal, mostruários do Museu Histórico e os serviços da Comissão da Carta Geral do Brasil, bem como da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (BRASIL, 1926, v.1, p.524-525; LIVRO..., 1923, p.309-310). Os mostruários dessa última comissão, juntamente com os do Serviço de Proteção ao Índio, foram inaugurados em abril de 1923, com a presença do então presidente da República, Artur Bernardes, de seu ministro da Agricultura, Miguel Calmon, e de Cândido Rondon, que proferiu um discurso na ocasião (BRASIL, 1926, v.2, p.32). De acordo com Tacca (2001, p.2), “Rondon alimentava o espírito nacionalista construindo etnografias de um ponto de vista estratégico”, quer por meio de fotografias para persuadir as autoridades, quer por filmes e artigos nos principais jornais do país, que visavam a atingir “outro grupo formador de opinião, a elite urbana sedenta de imagens e informações sobre o sertão brasileiro”. Constava do programa do Serviço de Proteção ao Índio a exibição de um mapa geral do Brasil que indicasse “as estradas abertas e os itinerários seguidos na penetração dos vários sertões” (BRASIL, 1926, v.1, p.455).

No térreo do palácio, enquanto produtos da indústria alimentícia foram exibidos na galeria dos nichos e no grande salão anexo, as galerias do pátio da Minerva foram ocupadas com material de construção; outras galerias, com maquinário pesado e produtos da indústria metalúrgica. Finalmente, nas salas anexas às galerias do pátio da Minerva, o visitante encontraria amostras de madeira enviadas pelos estados, modelos da Estrada de Ferro Central do Brasil e os serviços da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (BRASIL, 1926, v.1, p.524; LIVRO..., 1923, p.310).

Sobre a inspetoria, o *Livro de Ouro* registra que a instituição comandada por Arrojado Lisboa também teria exposto, em um pavilhão próprio especial, mapas dos trabalhos de escavações e perfuração de poços artesanais realizados no sertão semiárido (LIVRO..., 1923, p.312); entretanto, maiores informações acerca de um pavilhão especial da IFOCS na Exposição do Centenário não foram localizadas. De qualquer forma, o *Relatório dos trabalhos*, em uma cronologia dos principais acontecimentos observados ao longo dos mais de dez meses de duração do evento, informa que, em 18 de janeiro de 1923, às 16 horas, foi inaugurada a exposição de máquinas do serviço de perfuração de poços e de escavações da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (BRASIL, 1926, v.2, p.26), embora não especifique se tal exposição

foi montada em pavilhão próprio ou no espaço reservado à inspetoria no Palácio das Grandes Indústrias.

Dobrada a curva em que findava a Avenida das Nações, junto ao palácio dedicado às grandes indústrias, estava o Palácio das Festas, palco do caleidoscópio de eventos da programação das comemorações do Centenário. No palácio também idealizado pela dupla Memória e Cuchet, a grande sala de festas era recoberta por uma cúpula, cujo teto foi decorado com um painel de autoria dos pintores Rodolfo e Carlos Chambelland, representando a evolução histórica do Brasil. Carlos Chambelland era conhecido por retratar cenas do interior do país, as quais levaram um deputado pernambucano a afirmar que obras como “‘Volta do Eito’, onde o trabalho alugado sob a direção do feitor evoca tristes reminiscências da escravatura, ‘Dia de Feira’, ‘Cabocla Pernambucana’ e ‘O Sertanejo’, tão bem e maltratado pelas páginas dos escritores de estilo e pelos artigos do Código Penal”, faziam do pintor um dos mais promissores artistas de sua geração (CEDRO, 1921, p.24). Essa inclinação para as cenas sertanejas, contudo, não foi expressa no resultado final do painel composto em parceria com o irmão, não obstante o conjunto da obra de Carlos Chambelland tivesse suscitado no parlamentar pernambucano a seguinte observação:

[...] é preciso fixar, como digna de louvores, a bravura curiosa deste novo bandeirante da palheta que, em vez de ficar aqui, a reproduzir, pela milésima vez, o Pão de Açúcar e a moldura cenográfica da Guanabara, dirige-se para o interior do Brasil, a buscar renovados motivos nas paisagens e nos aspectos sertanejos. Já uma vez foi a Minas e agora veio de Pernambuco. (CEDRO, 1921, p.23).



Figura 116: Reprodução. O painel na cúpula do Palácio das Festas. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., n.27, 1922, p.106.

Sob o painel da cúpula do Palácio das Festas, que recobria a grande sala situada na parte central da construção, foram realizadas solenidades e eventos como a conferência que o chefe da IFOCS, Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, realizou em 14 de novembro de 1922, o último dia do mandato presidencial de Epitácio Pessoa, quem estava presente entre o público que ouviu as palavras do inspetor sobre as obras contra as secas. Ou, ainda, a sessão cívica promovida pela colônia piauiense, em 24 de janeiro de 1923, para celebrar o centenário da adesão do Piauí à Independência do Brasil, presidida pelo ministro das Relações Exteriores de Artur Bernardes, o piauiense Félix Pacheco (BRASIL, 1926, v.2, p.20; 27).



Figura 117: Reprodução. A sessão solene, presidida por Félix Pacheco, para celebrar o Centenário da adesão piauiense à Independência. Fonte: REVISTA..., 1923a, p.32.

A Sala de Festas também recebeu em seu palco as “noites sertanejas”, em 22 e 25 de outubro de 1922, e uma “matinê sertaneja”, no dia 5 de novembro de 1922, organizadas pelo paulista Cornélio Pires (BRASIL, 1926, v.2, p.15-16; 18). Na abertura desses espetáculos, músicos apresentavam um repertório de “canções sertanejas”; em seguida, Cornélio Pires, “num ligeiro estudo, de feição humorística”, fazia “a defesa do sertanejo brasileiro, narrando a propósito da vida roceira engraçadíssimas anedotas” (O JORNAL, 1922c, p.3). O foco de Pires era o sertão paulista; entretanto, na matinê de 5 de novembro, a apresentação do folclorista contou com a participação dos músicos do grupo Turunas Pernambucanos (O JORNAL, 1922b, p.3), os quais se anunciavam como intérpretes da “música do sertão, tocada pelos sertanejos” e de “cânticos do norte, entoados pelos nortistas” (O PAÍS, 1922a, p.6). Também o compositor e

intérprete maranhense Catulo da Paixão Cearense, autor de canções populares como “Luar do sertão”, declamou seus versos na “semana sertaneja” montada no palco da Sala de Festas em 24 de outubro de 1922 (BRASIL, 1926, v.2, p.16). O sertanismo folclorista de figuras como Cornélio Pires e Catulo da Paixão Cearense foi criticado por promover uma concepção museológica e estática da cultura popular: ao tratar o folclore como mera coletânea de itens pitorescos, relegou grupos sociais excluídos à condição de objeto de curiosidade, consagrando uma perspectiva reificadora das formas de vida populares (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.91-92; LIMA, 2013, p.274; OLIVEIRA, ca. 1982, p.516-517)

Apenas as alas laterais das duas galerias do Palácio das Festas foram ocupadas por expositores. Interessa-nos, particularmente, a galeria inferior, onde, no dia 7 de novembro de 1922, foram inauguradas as exposições do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e do Instituto Oswaldo Cruz (BRASIL, 1926, v.2, p.18). De acordo com o *Guia Oficial*, as informações sobre problemas de higiene e saúde pública divulgadas no que ficou conhecido oficiosamente como “Pavilhão da Higiene” despertariam “vivo interesse [...] nos nossos patrícios que vêm dos estados e que, dispondo de uma parcela qualquer de influência na sua terra natal, querem saber como utilizá-la melhor no progresso da mesma” (GUIA..., 1922, p.166). A Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural – que, desde o decreto n. 15.003, de 15 de setembro de 1921, conhecido como Reforma Carlos Chagas, centralizou o combate às endemias rurais, ampliando a cooperação do governo federal com os estados – destacou-se pela exibição de fotografias do meio rural e maquetes que preconizavam seu ideal de casa no campo para uma vida sertaneja saudável. Sob o comando de Belisário Pena entre 1920 e 1922, a diretoria integrava a estrutura burocrática do Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que resultou da grande reforma empreendida pelo presidente Epitácio Pessoa, em 1920, no tratamento estatal da saúde pública. A ampliação da autoridade sanitária federal, consubstanciada no DNSP, mantinha relação com o empenho de Pessoa na realização das obras da IFOCS, cujos construtores norte-americanos enfrentaram problemas com a febre amarela e a malária (HOCHMAN, 2012, p.131).

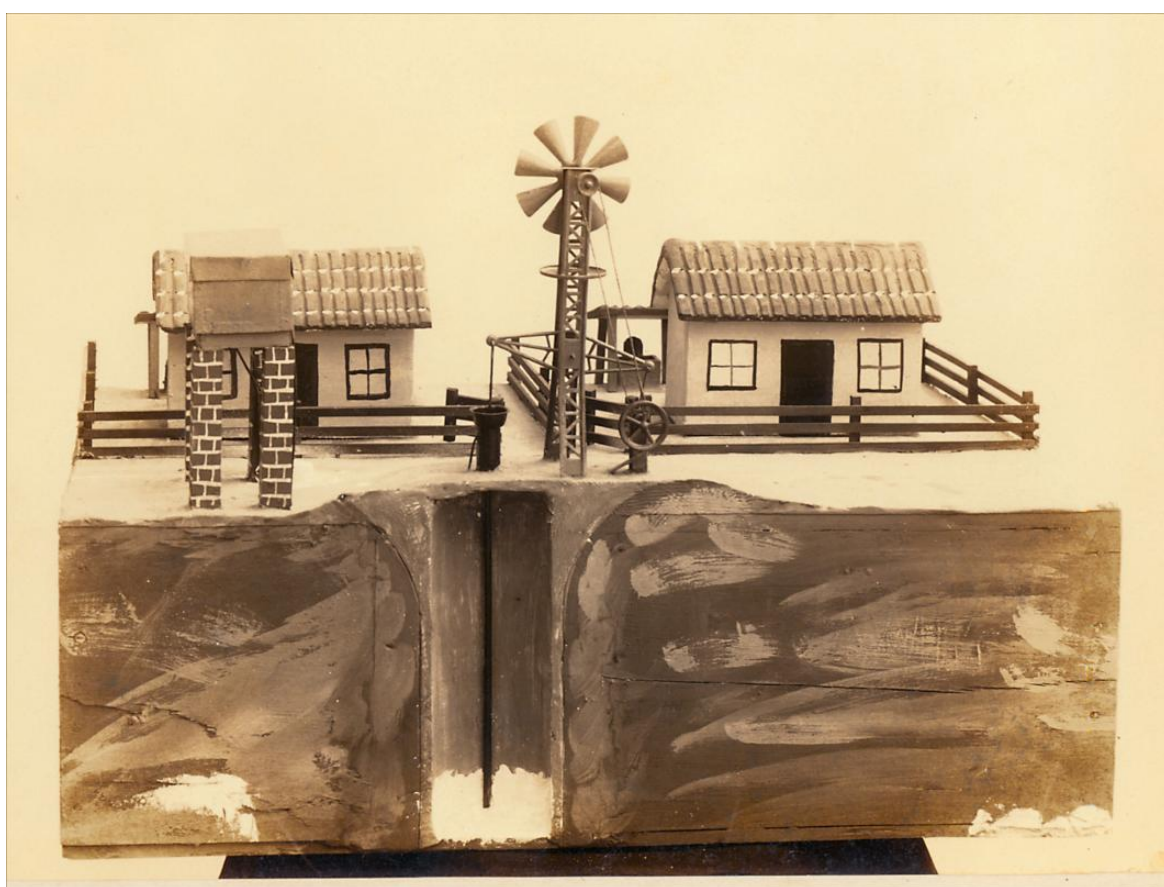
O salão principal do Palácio das Festas também foi um dos diferentes pontos da Exposição que serviram à exibição de filmes direcionados a compor um quadro de aspectos selecionados de todo o Brasil. De acordo com seu regulamento geral, a Exposição deveria promover a “exibição de filmes cinematográficos sobre assuntos que mais se relacionem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, compreendendo a reprodução de vistas, paisagens, estabelecimentos e instalações congêneres das regiões agrícolas e pastoris mais adiantadas” (BRASIL, 1926, v.1, p.135).



Figuras 118 e 119: Fotografias. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário. Fonte: Acervo Fiocruz, Fundo Renato Kehl.



Figuras 120 e 121: Fotografias. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário. Fonte: Acervo Fiocruz, Fundo Renato Kehl.



Figuras 122 e 123: Fotografias. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Aspectos da Mostra de Saúde Pública do DNSP na Exposição do Centenário. Fonte: Acervo Fiocruz, Fundo Renato Kehl.



Figura 124: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. Epitácio Pessoa, Carlos Sampaio e outras autoridades na inauguração do chamado “Pavilhão da Higiene”, instalado na galeria inferior do Palácio das Festas. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922g, p.222.

Os filmes encomendados, pertencentes ao gênero documentário, eram chamados à época de “naturais”, e enfrentavam a resistência de revistas especializadas em cinema, por deixarem a descoberto, ainda que não intencionalmente, aspectos da desigualdade social brasileira. Não obstante, agentes governamentais decidiram incorporá-los à programação da Exposição do Centenário, no que Morettin (2006, 2011) considerou um primeiro ensaio do Estado brasileiro no uso da linguagem cinematográfica como instrumento de propaganda. Para controlar o que apareceria em tela, foi resolvido que os cinegrafistas contratados deveriam seguir um programa de pontos a serem abordados; um deles dizia respeito a “aspectos da vida em diversos estados” (BRASIL, 1926, v.2, p.232). A rigidez dos programas cerceava a exploração da criatividade formal no tratamento dos temas, imprimindo às obras um tom descritivo que mais as aproximava dos relatórios burocráticos das comissões organizadoras do que do grande público. Os próprios comissários parecem não ignorar o problema, ao registrar, no *Relatório dos trabalhos*, que, quanto à seção de cinematografia, “foram organizados programas variados e atraentes, de modo a não cansar os espectadores” (BRASIL, 1926, v.2, p.237).

Não surpreende, portanto, que um dos filmes encomendados de maior repercussão foi produzido justamente fora dos ditames programáticos, o que lhe proporcionou maior liberdade

de experimentação estética. *No país das Amazonas*⁹⁴, de Silvino Santos e Agesilau de Araújo, foi premiado com medalha de ouro pelo júri de recompensas e era orientado pela tese de que a especificidade nacional brasileira consistia na domesticação de uma natureza exuberante pelos valores da civilização. O filme conseguiu chegar à Exposição por intermédio de negociações entre o delegado do evento para o estado do Amazonas, o deputado amazonense Monteiro de Sousa, e a Comissão Organizadora. Para “tirar filmes [...] nos estados do Norte, desde a Bahia até o Amazonas”, havia sido contratado o cinegrafista Rodolfo Lima Penante, mas, com a intercessão de Monteiro de Sousa, Lima Penante passou a se ocupar de estados como Pará, Maranhão, Ceará e Paraíba, abrindo espaço para que o Amazonas fosse representado pelo filme de Silvino Santos, que já havia sido realizado por encomenda de um expositor amazonense⁹⁵ (MORETTIN, 2011, p.146-147). De acordo com o *Relatório dos trabalhos*, os filmes de Lima Penante foram, assim, os encarregados de traduzir em imagens em movimento alguns dos estados atendidos pela IFOCS, levando ao público da Exposição do Centenário paisagens naturais e registros das diferentes atividades econômicas desenvolvidas nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Ceará (BRASIL, 1926, v.2, p.234).

Já fora do recinto da Exposição, o Museu Nacional foi autorizado pela Comissão Executiva a participar do evento em suas próprias dependências no Palácio da Quinta da Boa Vista, com entrada gratuita (BRASIL, 1926, v.1, p.28). Nelas, o visitante tinha acesso ao amplo acervo da instituição, que incluía, por exemplo, as coleções da Sala Euclides da Cunha, a qual, além de objetos de origem mexicana, abrigava artigos “de uso [...] corrente dos sertanejos, pescadores, seringueiros, vaqueiros, enfim das populações rurais do Brasil de hoje” (GUIA..., 1922, p.235).

Ao assumir caráter internacional, em fins de julho de 1922, a Exposição do Centenário teve sua classificação geral dos objetos expostos alterada, de maneira a adotar uma categorização nos moldes daquelas utilizadas nas exposições internacionais de Paris (1900) e Bruxelas (1910). Desse modo, a classificação definitiva passou a conter 131 classes, agrupadas em 25 grupos, os quais, por sua vez, foram reunidos em 15 seções⁹⁶, de modo a permitir a

⁹⁴ Disponível em <<https://bit.ly/2VwYA6r>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

⁹⁵ Em sua estadia no Rio de Janeiro, Silvino Santos e Agesilau de Araújo também produziram “Terra encantada” (1923), em que, além da Exposição do Centenário, registraram cenas da capital republicana identificadas como indícios de sua modernidade. Imagens de “Terra encantada” foram montadas em “Fragmentos de ‘Terra encantada’” (1970), de Roberto Kahané; “1922: a Exposição da Independência” (1970), de Roberto Kahané e Domingos Demasi; e “Passeio Público” (2016), de Andréa França e Nicholas Andueza (Disponível em: <<https://bit.ly/3xWvn3d>>. Acesso em: 4 ago. 2021).

⁹⁶ Sem contar a seção de Belas-Artes, que foi chefiada pelo diretor da Escola Nacional de Belas-Artes, João Baptista da Costa, e organizou as exposições de arte retrospectiva e arte contemporânea como eventos à parte no Palácio das Belas-Artes, com premiações próprias (BRASIL, 1926, v.1, p.187; v.2, p.523; 530).

organização, exibição e julgamento dos produtos em disputa pela obtenção de prêmios. Também houve a preocupação de adaptar o regulamento do júri ao disposto na Convenção Internacional de Berlim, de 26 de outubro de 1912, uma das primeiras tentativas de codificar juridicamente as exposições internacionais, embora o Brasil não fosse parte do referido tratado (BRASIL, 1926, v.1, p.134; 187-240; 242; v.2, p.269; 277).



Figura 125: Reprodução. Diploma de Grande Prêmio. Fonte: Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, Arquivo Nacional.

O regulamento do júri de recompensas estabelecia, em seu artigo 36, as seguintes distinções: grande prêmio, diploma de honra, medalhas de ouro, prata e bronze, e menção honrosa. O diploma de grande prêmio buscava recompensar o “mérito excepcional” dos artigos em competição, enquanto as demais premiações, na ordem mencionada, foram conferidas no sentido decrescente do valor atribuído pelos jurados. Também foram distribuídos diplomas especiais a expositores considerados “fora de concurso”, quer por integrarem o júri, quer por já terem sido premiados em outras exposições internacionais ou, ainda, por serem entidades públicas ou privadas cujos fins fossem “exclusivamente utilitários e desinteressados” – nos dois últimos casos, mediante solicitação. Adicionalmente, diplomas comemorativos especiais foram entregues aos comissários estrangeiros, aos nacionais e aos estaduais; aos membros do júri; e aos governos estaduais participantes da Exposição, esses últimos acompanhados de uma medalha de ouro. Já aos municípios brasileiros foram entregues diplomas comemorativos especiais de ouro ou prata, conforme tivessem alcançado uma ou outra classificação nos resultados do júri. Finalmente, diplomas de “prêmio de colaboração” foram expedidos àqueles que prestaram sua contribuição aos expositores ou aos organizadores das seções da Exposição, mediante proposta dos comissários estrangeiros e brasileiros, dos delegados estaduais e dos

próprios expositores (BRASIL, 1926, v.2, p.274-276; 365-374). Essas distinções adquiriam relevância na medida em que podiam ser utilizadas para fins de publicidade, como chancela oficial do valor de um produto ou serviço. A distribuição desses prêmios entre os estados brasileiros pode ser observada na tabela 1.

As dificuldades de comunicação entre o Distrito Federal e os estados foram refletidas na discrepância entre as inscrições realizadas, por meio dos boletins de adesão enviados à Comissão Organizadora, e o número efetivo de volumes recebidos, bem como de expositores presentes à Exposição, especialmente entre alguns dos estados atendidos pela IFOCS. É notável, contudo, o número elevado de expositores do estado do Ceará, com a maior quantidade de participantes entre todos os entes federativos, o que pode estar relacionado à experiência acumulada pelo estado em mostras do gênero, uma vez que sua participação em exposições nacionais e nas representações brasileiras enviadas a exposições internacionais já se destacava pelo volume de artigos desde meados do século XIX. Não houve, contudo, concessão do diploma de premiado em exposições internacionais prévias a nenhum dos estados integrantes da área de atuação da IFOCS. Além disso, dentre tais estados, apenas três expositores potiguares foram reconhecidos como “fora de concurso” por sua participação como membros do júri. Destaca-se também o fato de que Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte estavam entre os estados mais distinguidos com os diplomas comemorativos especiais de ouro ou prata, conferidos aos poderes públicos.

Quanto ao que foi exibido na exposição, o conjunto dos estados que compunham o espaço das secas concorreu às premiações, em grande medida, com uma variedade de tecidos de algodão, produtos de origem vegetal, minérios, produtos farmacêuticos, artigos de couro e produtos alimentícios. Enquanto Pernambuco destacou-se pelo envio de doces e impressões litográficas, o Ceará contou com a maior variedade de artigos em exibição, que incluiu rendas e bordados, diversos produtos agrícolas e farmacêuticos; aguardentes; minérios; carnaúba; além de artigos que frequentemente constaram da representação do estado em outras exposições, tais como peças de couro, objetos indígenas, redes e modelos de jangada (BRASIL, 1926, v.1, p.487-497). A maior parte dos grandes prêmios conferidos aos estados atendidos pela IFOCS coube a tecidos de algodão; produtos de origem vegetal e mineral; açúcar pernambucano; sal potiguar; trabalhos manuais paraibanos; e rendas, bordados e labirintos⁹⁷ cearenses (BRASIL, 1926, v.1, p.47-49).

⁹⁷ Tipo de bordado artesanal.

Tabela 1 – Boletins de adesão e volumes recebidos, número efetivo de expositores e premiações por estado

Estado	Boletins recebidos	Volumes recebidos	Nº efetivo expositores	DO	DP	DC	NP	TP	MJ	GP	DH	MO	MP	MB	MH	
Acre	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	
Alagoas	108	48	36	2	3	39	8	-	-	4	-	7	10	3	4	
Amazonas	106	173	72	1	1	22	5	-	-	11	5	19	16	12	4	
Bahia	886	570	442	30	26	-	163	-	-	20	8	48	68	62	73	
Ceará	3.305	392	1.006	18	48	71	242	-	-	15	10	70	140	117	412	
Distrito Federal	705	-	648	-	-	203	10	5	28	216	74	194	75	21	25	
Espírito Santo	213	261	147	2	10	31	28	-	-	4	4	30	41	18	22	
Goiás	110	134	97	8	8	-	33	-	2	-	2	11	23	15	11	
Maranhão	230	207	158	6	33	1	85	-	-	4	7	11	20	12	19	
Mato Grosso	184	158	60	2	2	17	14	-	-	1	3	14	9	8	11	
Minas Gerais	1.554	1.224	892	10	10	41	47	-	4	108	42	206	246	110	129	
Pará	156	268	156	11	3	27	48	-	-	24	8	24	20	17	15	
Paraíba	537	108	309	20	13	40	93	-	-	12	3	21	40	54	86	
Paraná	799	897	236	-	5	-	5	1	-	21	9	110	43	21	26	
Pernambuco	345	252	148	2	3	52	12	-	-	11	11	30	35	24	25	
Piauí	68	45	23	2	2	-	7	-	-	-	-	-	8	3	5	
R. Grande do Norte	154	59	119	17	11	-	70	-	3	7	4	15	6	4	10	
R. Grande do Sul	353	817	291	9	2	234	13	-	-	48	17	113	57	22	21	
Rio de Janeiro	794	385	452	-	-	46	1	-	1	20	15	135	133	60	87	
Santa Catarina	488	307	251	5	6	33	18	-	-	11	9	67	68	55	23	
São Paulo	698	4.282	605	2	-	343	8	12	4	201	45	155	105	30	45	
Sergipe	57	61	57	-	3	28	5	-	-	-	-	7	16	9	20	
TOTAL	11.851	10.648	6.206	147	189	1.228	915	18	42	738	276	1.287	1.180	677	1.073	

Siglas:
DO – Diploma comemorativo de ouro
DP – Diploma comemorativo de prata
DC – Diploma de “Prêmio de Colaboração”
NP – Fora de concurso – Não participante das recompensas (art. 51 do regulamento do júri)
TP – Fora de concurso – titular de prêmio em exposição (art. 42)
MJ – Fora de concurso – membro do júri (art. 40)
GP – Grande Prêmio
DH – Diploma de Honra
MO – Medalha de Ouro
MP – Medalha de Prata
MB – Medalha de Bronze
MH – Menção Honrosa

Fonte: BRASIL, 1926, v.1, p.488-520; v.2, p.365-376.
Tabela elaborada pela autora.

5.2.2 Nas publicações comemorativas

Entre as publicações previstas no programa oficial das comemorações do Centenário, também era possível encontrar referências ao sertão dos estados compreendidos no raio de atuação da IFOCS. No *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* – obra editada pelo IHGB e publicada pela Imprensa Nacional, em 1922, sob inspiração do *Grand dictionnaire universel du XIXe siècle* – havia, em seu primeiro volume, por exemplo, um capítulo sobre higiene e saúde pública escrito pelo médico José Paranhos Fontenelle. No texto, o autor instava o governo a, em prol da formação do “melhor tipo humano” para a base da nacionalidade, “tratar os habitantes doentes do interior do Brasil, pois a ‘degeneração gradual’ daquela ‘raça de caboclos’ dificultaria o progresso” (FONTENELLE, 1922 *apud* SCHUSTER, 2014, p.5). Nesse sentido, Fontenelle aborda os serviços de profilaxia rural que, a partir da década de 1920, passaram a ser realizados em parceria entre o governo federal e a Fundação Rockefeller nos estados da zona atingida pelas secas (HOCHMAN, 2012, p.100; SANTOS, A.; SANTOS, N., 2011, p.6).

O primeiro volume dessa obra também contava com o artigo “O tipo brasileiro – seus elementos formadores”, da autoria de Oliveira Viana, em que o autor afirmava que a multiplicidade de “tipos regionais étnicos” dificultaria a fixação de um “tipo nacional” (DAOU, 2001, p.139). Tanto o artigo no *Dicionário* quanto o texto para o volume introdutório de *Recenseamento do Brasil* não figuram em conhecidas listas de publicações de Viana, permanecendo, de acordo com Luiz de Castro Faria (2002, p.28-29), relativamente ignorados no conjunto de sua obra. Cabe ressaltar, ainda, que o segundo volume do *Dicionário* trazia artigos sobre Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre outros estados (BRASIL, 1926, v.2, p.623).

Geografia do Brasil, outra obra incluída no programa de comemorações, foi editada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e publicada pela Litografia Pimenta de Mello. (BRASIL, 1926, v.2, p.623). No primeiro volume do trabalho, o engenheiro de minas Alceu Nogueira de Lélis contribuiu com o texto “O nordeste brasileiro”, em que realizou um compêndio dos estudos científicos conduzidos pela IFOCS na abordagem da questão das secas, corroborando, particularmente, as recomendações de Arrojado Lisboa quanto à conveniência da açudagem (CARDOSO, 2010, p.80; SGRJ, 1922, p.155; 1923, p.135).

Finalmente, o *Livro de Ouro*, editado pelo Anuário do Brasil (nome que o Almanaque Laemmert passou a ter a partir de 1910), foi aberto por um artigo do historiador cearense

Capistrano de Abreu, “Vaz de Caminha e sua carta”⁹⁸, e trazia ensaios como “O padre Cícero e o folclore”, do folclorista também cearense Gustavo Barroso, primeiro diretor do então criado Museu Histórico Nacional. Além disso, a publicação dedicou toda a sua quarta parte a textos com informações gerais sobre cada um dos estados brasileiros, escritos por algum de seus representantes na Câmara dos Deputados. O da Paraíba, por exemplo, foi escrito pelo deputado Tavares Cavalcanti e citava uma fala de Sólon de Lucena, governador do estado entre 1920 e 1924, reveladora da importância atribuída à figura de Epitácio Pessoa como mediador entre a política local e a nacional, e do papel desempenhado pelas obras contra as secas nessa dinâmica:

Representada pelo egrégio patricio, a Paraíba teve nos últimos tempos um papel de maior relevo na Federação, de modo também a poder pleitear no centro as medidas de governo indispensáveis ao seu desenvolvimento. Conseguida pelo prestígio daquele cidadão, pela sua competência, pela sua palavra ou deferidas pelo seu poder de presidente da República, tivemos as melhores providências em prol dos nossos interesses, sobressaindo as que, visando a agricultura e o comércio, feriram as velhas aspirações do porto da capital e das vias de comunicação para os sertões, tudo mais ou menos conexo com o secular problema das secas (LIVRO..., 1923, p.426).

Sobre as publicações comemorativas do Centenário, vale destacar o comentário crítico de Gilberto Freyre a respeito da qualidade das referidas obras:

Gilberto Freyre [...]foi pouco simpático às comemorações do Centenário: ‘Estou que, aí no Brasil, o grosso das comemorações do Centenário será a de mesmíssimos discursos lamartineanos e dos recitativos das odes patrioteiras. E livros. A esta hora devem estar gemendo os prelos brasileiros imprimindo, ao lado de raros trabalhos de valor como a História da Independência do sr. Oliveira Lima, quilômetros e quilômetros de patriotadas. O monturo da literatura de terceira mão vai crescer consideravelmente (FREYRE apud SANDES, 2011, p.135).

5.2.3 Na imprensa

As celebrações do Centenário alcançaram grande repercussão nas páginas da imprensa carioca, tanto espontaneamente quanto por intermédio das próprias iniciativas editoriais dirigidas pelos organizadores da Exposição, com o intuito de promover o certame como o principal evento das festas nacionais de 1922. A seguir, são destacadas algumas das principais referências aos estados atendidos pela IFOCS encontradas nas páginas da imprensa carioca no contexto das comemorações do Centenário da Independência.

⁹⁸ Em correspondência a Afonso de Taunay, Capistrano relata o convite do estado de São Paulo, por ocasião do Centenário, para participar do projeto com um texto sobre a Independência. Em abril de 1922, Capistrano afirmou sobre a contribuição: “Não pretendia tocar no assunto porque minha participação não faria falta – é um verdadeiro *curée* do qual faltará carne, não urubus. Além disto não sinto entusiasmo pelo Grito do Ipiranga”. (ABREU, 1922 apud SANDES, 2011, p.136).

5.2.3.1 O raid dos jangadeiros

Os veículos de comunicação impressa do Rio de Janeiro cobriram amplamente a chegada à capital republicana de jangadeiros e pescadores que, vindos de estados como Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, haviam realizado longa e arriscada travessia em um esforço espontâneo de participação nas comemorações do Centenário (A EXPOSIÇÃO..., 1922c, p.23). Enquanto algumas publicações registraram a chegada, em fins de setembro, de duas embarcações denominadas “Ceará” e “Ipiranga” (REVISTA..., 1922b, p.18; A EXPOSIÇÃO..., 1922c, p.23), Câmara Cascudo (2012, p.11), em um ensaio sobre a cultura jangadeira, identificou Filadelfo Tomás Marinho, o mestre Filó, como chefe da flotilha que, após 23 dias de viagem, chegou ao Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1922, a bordo das embarcações “Pinta”, dirigida por Manoel Olímpio; “Íris”, liderada por Francisco Cândido de Oliveira, o Chico Caraúba; e “República”, sob condução do próprio mestre Filó. A imprensa também registrou a vinda da jangada alagoana “Independência”, comandada por Umbelino José dos Santos, em dezembro de 1922 (REVISTA..., 1922d, p.35), indicando uma possível popularização dessas viagens, por vezes chamadas de *raids*, em alusão às visitas de aviadores estrangeiros, anunciadas por ocasião do Centenário. A travessia dos jangadeiros inspirou até mesmo a edição de um decreto municipal, em outubro de 1922, destinado a homenageá-los com o nome de uma rua no bairro de Ipanema (BULHÕES, 2003, p.226-227).

Cascudo – quem, como lembra Nísia Trindade Lima (2013, p.206-207), aproximava a figura do sertanejo à do caipira paulista representado no Jeca Tatu, de Monteiro Lobato – tinha o povo como tema de seus trabalhos, mas, de acordo com Albuquerque Jr. (1988, 2011), caracterizou-se por uma abordagem de viés elitista, que relegava as camadas populares a uma condição de inferioridade. Essa tendência pode ser observada em sua avaliação dos jangadeiros, grupo que considerava estagnado em um tempo anterior até mesmo à época da Independência – a intrepidez de suas jangadas contrastaria com a imobilidade de sua mentalidade, mais antiga, segundo Cascudo, do que o próprio Centenário, não obstante a proximidade do ambiente citadino litorâneo:

As profissões fixadas pelo tempo em determinadas regiões só desaparecem quando as condições mesológicas se modificam inteiramente. Mesmo assim resiste uma porção de desajustados incapazes de aceitar outra atividade diversa daquela desempenhada por ele, pais e avós. Junto à tradição está o caráter conservador do pescador, a quase imutabilidade mental expressa no automatismo dos processos e nas soluções dos problemas diários e rotineiros. Quando o sistema de comunicações estabeleceu com o sertão do interior uma interdependência para venda e compra comerciais, facilitando a vinda dos sertanejos às cidades de beira-mar, o velho matuto transforma-se rapidamente, embora mantendo as linhas gerais de sua sensibilidade, [...] Nas praias, próximas à capital e mesmo sendo seus arredores, a

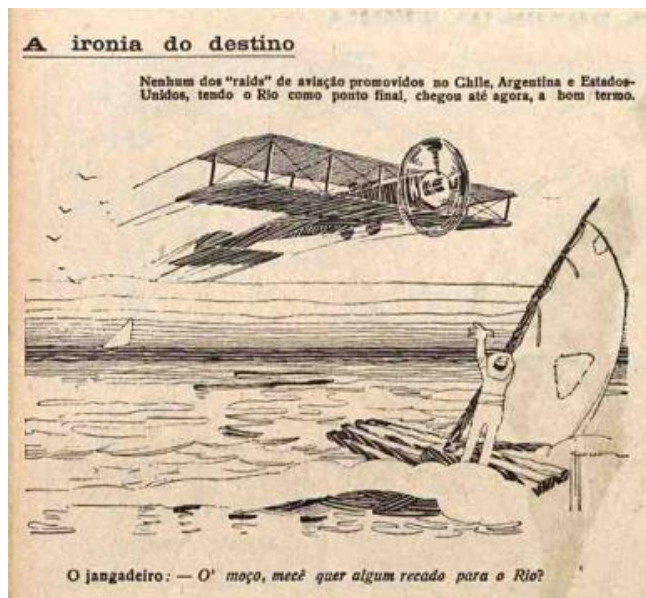


Figura 126: Ilustração. Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. A imprensa comparou os *raids* dos jangadeiros ao dos aviadores estrangeiros. Fonte: D. QUIXOTE, n.281, set. 1922, p.14.

Figura 127: Fotomontagem (Reprodução). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. A chegada dos jangadeiros ao Rio de Janeiro. Fonte: REVISTA..., 1922b, p.19.



Figura 128: Fotomontagem (Reprodução). Autoria desconhecida. Rio de Janeiro, 1922. O encontro dos jangadeiros com Epitácio Pessoa e o desfile de embarcações na Avenida Rio Branco. Fonte: REVISTA..., 1922c, p.23.

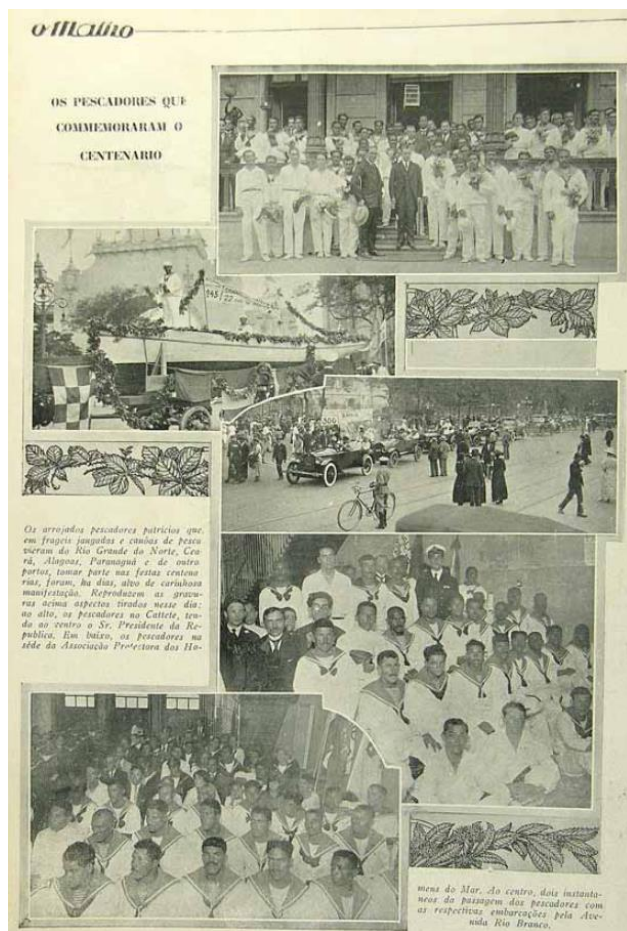


Figura 129: Reprodução. Os pescadores participaram de inúmeras solenidades. Fonte: O MALHO, 1922, p.20.

população de pescadores fica, interiormente, como há cem anos. As predileções são as mesmas e idênticas as repulsas, desconfianças e negativas. Os mitos e lendas que se desfazem no sertão como não resistindo ao impacto do litoral, nas praias são mantidos inalteravelmente, numa tranquilidade obstinada que denuncia cristalização inarredável na memória coletiva. A contiguidade e continuidade desta aproximação entre pescadores e cidadãos não influi decisivamente para sua adaptação aos costumes e mentalidade urbana. Os jangadeiros são os mesmos de duzentos anos. Aprendem e usam unicamente o essencial à sua conveniência financeira e vital. Pelo lado de dentro são invencivelmente imóveis (CASCUDO, 2012, p.100).

Na *Revista da Semana*, comentou-se que “a mensagem dos jangadeiros, trazida ao Rio após tantos riscos e privações, não vem escrita na linguagem corrente das outras mensagens amigas que nos chegam pelas mãos dos embaixadores e enviados estrangeiros” (REVISTA..., 1922b, p.19). A observação considerou os jangadeiros, provenientes de estados como Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, como representantes forâneos, “visitantes” do Brasil litorâneo capitaneado pelo Rio de Janeiro. Não obstante também fossem litorâneos, pertenciam a um espaço-tempo diverso, mais próximo da célebre avaliação de Euclides da Cunha (2012, p.122) que definiu os sertanejos como “rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos”.

5.2.3.2 Na revista *A Exposição de 1922*



Figura 130: Reprodução. Primeiro número da revista da Comissão Organizadora. Fonte: A EXPOSIÇÃO..., 1922.
Figura 131: Reprodução. Terceira matéria da série “O problema das secas”, de Arrojado Lisboa, publicada na revista da Comissão Organizadora. Fonte: LISBOA, 1922c.

Por iniciativa de Pádua Resende, o segundo vice-presidente da Comissão Organizadora, presidida pelo ministro da Agricultura, foram editados, entre julho de 1922 e julho de 1923, dezoito números de *A Exposição de 1922*, a revista oficial da Comissão Organizadora da Exposição do Centenário. Sob a direção técnica do jornalista Wladimir Loureiro Bernardes⁹⁹ (BRASIL, 1926, v.2, p.238-239), a revista apresentou artigos de cunho histórico sobre o Brasil e alguns de seus estados e cidades, bem como sobre alguns dos países participantes da Exposição Internacional do Centenário da Independência, com destaque para tradicionais parceiros da diplomacia brasileira, como Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Entre artigos que abordavam aspectos sociais, culturais e políticos do Brasil em perspectiva histórica,

⁹⁹ Wladimir Loureiro Bernardes da Silva (1893-1983) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Foi jornalista, halterofilista, atleta do remo, proprietário do jornal *Gazeta de Notícias* e presidente da Confederação Brasileira de Desportos em 1924. Escrevia sob o pseudônimo “João Sem Telha” em *O Jornal*. Seu irmão, o advogado Gabriel Loureiro Bernardes, colaborou com Assis Chateaubriand em uma série de iniciativas que levariam, na década de 1930, à fundação da cadeia jornalística *Diários Associados*. Já seu filho, o arquiteto Sérgio Wladimir Bernardes, foi responsável pelos projetos do pavilhão do Brasil na exposição internacional de Bruxelas (1958) e do pavilhão da Feira Internacional da Indústria e Comércio (1960), o Pavilhão de São Cristóvão (A EXPOSIÇÃO..., 1923b, p.66-67; BERNARDES, 2001; MANCHETE, 1967, p.76-77; SOMBRA JUNIOR, 2020).

também foram divulgadas diversas imagens dos pavilhões e de alguns objetos de exibição, principalmente dos estrangeiros, além de ter sido mantida uma seção fixa intitulada “Crônica da Exposição”, em que foram veiculadas notas sociais sobre os principais eventos do certame, além de regulamentos oficiais elaborados pelos organizadores.

Além da cobertura da epopeia dos jangadeiros, publicou-se na revista, entre os meses de outubro de 1922 e janeiro de 1923, uma coleção de textos de Arrojado Lisboa, sob o título “O problema das secas”, o mesmo da conferência realizada pelo inspetor na Biblioteca Nacional, em 1913. O primeiro artigo, que é uma reprodução dessa conferência, é antecedido por um breve comentário em que se ressalta a diferença entre as intervenções pontuais do governo imperial quanto à questão das secas, limitadas a momentos de calamidade pública, e as iniciativas republicanas de institucionalização da resposta ao problema na burocracia estatal, movimento que levou à fundação da IOCS. Nessa perspectiva, o governo de Epitácio Pessoa surge como o proponente da “solução definitiva do problema”, orientado “pelos resultados práticos colhidos nas regiões semiáridas da Índia, do Egito e da América do Norte, depois dos trabalhos de açudagem” (*apud* LISBOA, 1922a, p.48). As obras da inspetoria, desse modo, eram consideradas instrumentos da integração do sertão semiárido à economia nacional, por meio da reprodução de boas práticas seguidas em outros países, concretizada no estabelecimento de um “sistema ou rede de melhoramentos materiais, que conforme a experiência em outros países, transformarão as condições da vida e do trabalho no Nordeste brasileiro” (*apud* LISBOA, 1922a, p.48).

O segundo artigo reproduz outra conferência realizada na Biblioteca Nacional, em data precisa não identificada, mas já abordando o programa de obras contra as secas lançado pelo governo de Epitácio Pessoa. Apresentando estatísticas sobre os reservatórios de água construídos pela inspetoria na década de 1920, visando à irrigação das culturas agrícolas desenvolvidas nos estados atendidos pela IFOCS e à diminuição de sua vulnerabilidade diante da distribuição irregular das chuvas, Arrojado Lisboa inicia o texto afirmando que o dissenso e o pessimismo quanto às soluções propostas pelo governo para solucionar o “problema transcendental do Nordeste” eram típicos de “países novos, tomados ainda da inquietante vacilação de sua economia incipiente”, mas que o tempo mostraria que as críticas eram infundadas (LISBOA, 1922b, p.63).

Lisboa afirmou que o governo federal oferecia um “plano sistematizado de melhoramentos materiais” que em muito diferia de iniciativas governamentais anteriores, “meramente ocasionais” (LISBOA, 1922b, p.64). O inspetor destacou que o problema das secas “deixou de ser regional, para ser nacional, dada a sua reflexão na economia geral do país” e que

as obras cumpriam funções políticas, econômicas e sociais, tais como evitar o êxodo rural, em que “o homem oblitera as suas faculdades morais, se bestializa e embrutece, regressa à animalidade da luta impelida pelo instinto, que subverte a ordem política, desorganiza a sociedade e anarquiza o trabalho” (LISBOA, 1922b, p.63).

Já o terceiro e quarto artigos que dão continuidade à série “O problema das secas” são, na verdade, extraídos do relatório apresentado por Arrojado Lisboa ao ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Epitácio Pessoa, o engenheiro paulista José Pires do Rio, que também ocupava a presidência da Comissão Organizadora da Exposição do Centenário, além de ter no currículo a chefia da terceira seção distrital da Inspetoria de Obras Contra as Secas, sediada em Salvador, em meados da década de 1910. O relatório esclarece que o plano geral da construção de grandes açudes empreendida na presidência de Pessoa concentrava-se no alto sertão dos estados de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; além disso, a empreitada dependia de obras subsidiárias de construção de infraestrutura de transporte que permitissem o início dos trabalhos. Os textos, assim, prestam contas da construção de estradas de rodagem e estradas de ferro, as quais, somadas às grandes barragens, à perfuração de poços e a outros serviços, como os trabalhos topográficos e astronômicos citados por Lisboa, compunham o “sistema conjunto” das obras contra as secas (LISBOA, 1922c, 1923, p.31).



Figura 132: A zona semiárida em um dos artigos de Arrojado Lisboa. Fonte: LISBOA, 1922b, p.66.

5.2.3.3 Na revista *Ilustração brasileira*

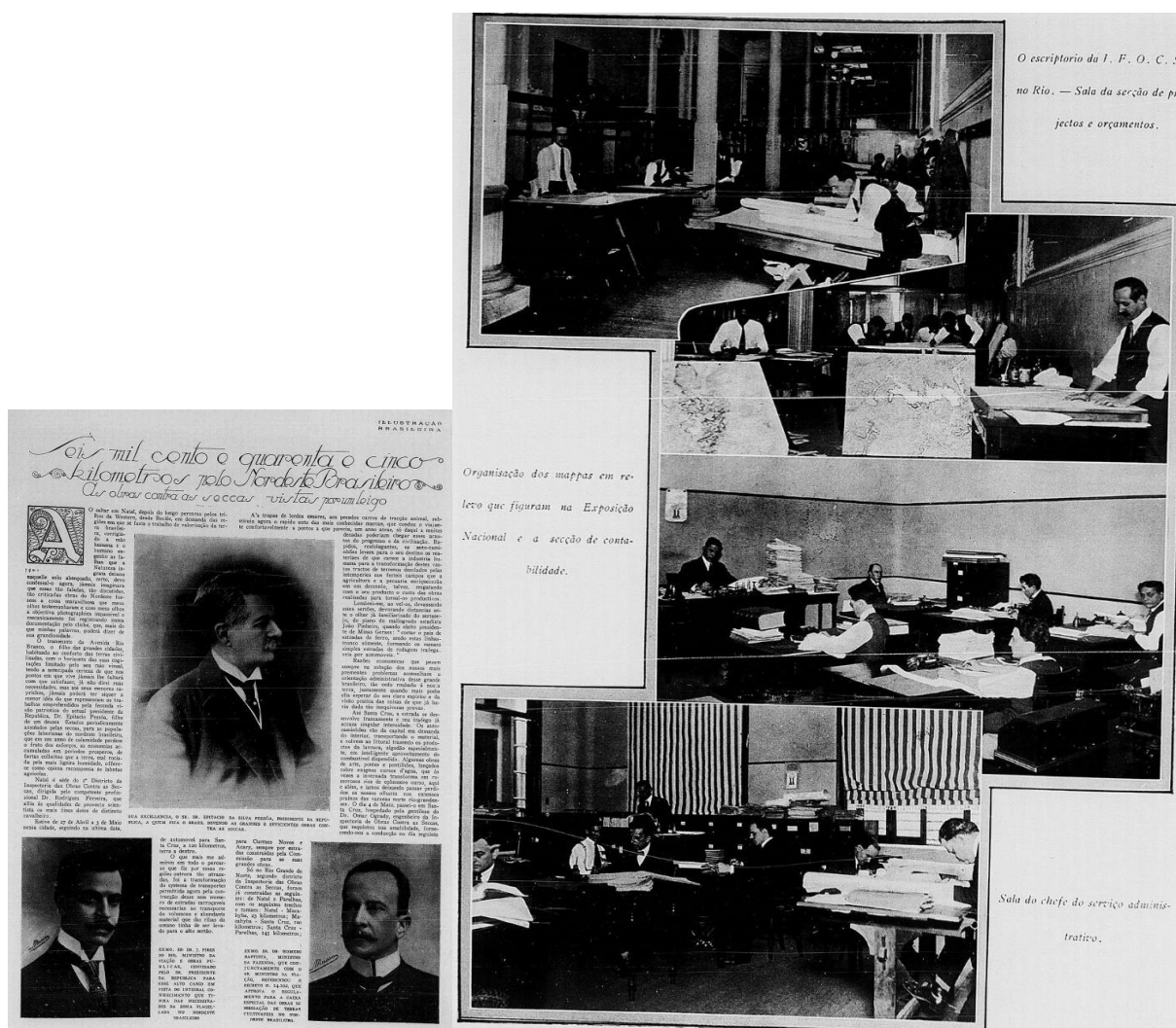


Figura 133: Reprodução. A primeira matéria da série *6.145 km pelo Nordeste brasileiro*. FONTE: ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.203.

Figura 134: Fotomontagem. Autoria desconhecida. Na última matéria da série, funcionários da IFOCS são apresentados na sede da instituição, no Rio de Janeiro; alguns deles organizam mapas produzidos pela inspetoria para exibição na Exposição do Centenário. ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.180.

Dirigida pelo jornalista Álvaro Moreyra, pelo ilustrador J. Carlos e pelo advogado Ezequiel Ubatuba, a revista *Ilustração Brasileira* – publicação mensal que promovia em seu expediente a medalha de ouro recebida na exposição internacional de Turim (1911) – foi definida, por meio de contrato de 1º de setembro de 1921 com a Sociedade Anônima “O Malho”, como a revista oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência (BRASIL, 1926, v.2, p.249). Uma das exigências do edital de seleção da “revista ilustrada” comemorativa do Centenário era a de que a publicação não apenas tratasse das comemorações de 1922, mas também de outros assuntos de interesse nacional; particularmente, exigia-se que a revista se ocupasse “de todos os estados e de todas as regiões do país” e que tivesse “uma

denominação acentuadamente brasileira e ampla” (BRASIL, 1926, v.1, 267-268). O acordo fechado com a Sociedade Anônima “O Malho” estabeleceu uma série de exigências de publicação para o grupo editorial, que deveria promover, sempre que possível, tudo que se relacionasse ao Centenário também nas demais revistas que editava (entre as quais estavam *Leitura para todos*, *O Malho* e *O Tico-Tico*).

Pela subvenção mensal de 12 contos de réis por edição, a *Ilustração Brasileira* publicou, entre setembro de 1921 e novembro de 1922, quinze números especiais em datas festivas mensais previamente selecionadas (BRASIL, 1926, v.2, p.249-250) – do 7 de setembro de 1921 ao 15 de novembro de 1922, passando por datas de festividades religiosas e homenagens à chegada de Colombo à América (12 de outubro); a Tiradentes (21 de abril); e à Abolição (13 de maio). Ao longo desse calendário de “festas republicanas”, a revista publicou paisagens e artigos de natureza histórica sobre todos os estados brasileiros constituídos à época, bem como dedicou matérias a seus representantes políticos. Também trouxe artigos como *Os mahadeus*¹⁰⁰ *do sertão*, em que Gustavo Barroso – quem, como já foi mencionado, veio a ser o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional – discorreu sobre a pictografia indígena de origem pré-colonial que encontrara em suas incursões por Quixeramobim, a terra natal de Antônio Conselheiro (BARROSO, 1922, p.49).

Sobre os estados atingidos pelas secas e as obras da IFOCS, chama a atenção uma série de três matérias, amplamente ilustradas, publicada nos três últimos números especiais publicados pela *Ilustração brasileira* em atendimento ao contrato com a Comissão Executiva. De acordo com seu subtítulo, as matérias se propunham a oferecer a visão de um anônimo “leigo”, um “obscuro viajante perquiridor e incomodativo” (ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.148), sobre as obras contra as secas. O “leigo” partira do Recife, de trem, rumo a Natal e, a partir da capital potiguar, alegava ter percorrido 6.145 quilômetros pelos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, entre abril e junho de 1922, com a ajuda não só de inúmeros engenheiros-chefes dos distritos da IFOCS como do próprio inspetor Arrojado Lisboa. Para um suposto “leigo”, demonstrava bastante conhecimento acerca de pormenores do estado da arte em que se encontravam as obras desenvolvidas pela inspetoria, e afirmou que o que mais o impressionara no percurso tinha sido a transformação do sistema de transportes da região (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.203).

¹⁰⁰ Denominação atribuída a inscrições e pinturas rupestres encontradas na Índia, próximas ao templo de Mahadeu, e, por extensão, designação dada a inscrições rupestres de modo genérico. Cf. SOARES, Sigefredo Marques. Arte rupestre: significado e abordagem metodológica. *Nheengatu*, v.1, n.3-4, mai.-ago. 1977, p.39-46.

O testemunho adquire, em muitos trechos, um ar apologético em relação ao governo de Epitácio Pessoa; além disso, também faz reiteradas provocações a um interlocutor hipotético, “o transeunte da Avenida Rio Branco” (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.203), epítome da crítica às obras contra as secas. O autor do relato confessa que ele próprio fora surpreendido pela magnitude dos trabalhos, cujo significado para a população dos estados atingidos pelas secas seria inalcançável para o “transeunte da Avenida Rio Branco”; sua profusão de registros fotográficos, contudo, proporcionaria um vislumbre da dimensão dessas obras, até melhor, segundo ele, que o expresso por seu relato textual:

[...] devo confessá-lo agora, jamais imaginara que essas tão faladas, tão discutidas, tão criticadas obras do Nordeste fossem a coisa maravilhosa que meus olhos testemunharam e com meus olhos a objetiva fotográfica impassível e mecanicamente foi registrando numa documentação pelo clichê, que, mais do que minhas palavras, poderá dizer de sua grandiosidade.

O transeunte da Avenida Rio Branco, o filho das grandes cidades habituado ao conforto das terras civilizadas, com o horizonte das suas cogitações limitado pelo seu raio visual, tendo a antecipada certeza de que nos pontos em que vive jamais lhe faltará com que satisfazer, já não direi suas necessidades, mas até seus menores caprichos, jamais poderá ter sequer a menor ideia do que representam os trabalhos empreendidos pela fecunda visão patriótica do atual presidente da República, dr. Epitácio Pessoa, filho de um desses estados periodicamente assolados pelas secas, para as populações laboriosas do nordeste brasileiro, [...] (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.203).

Da conversa com o engenheiro civil norte-americano Joseph A. Sargent, em que o superintendente das obras do açude de Orós falou das objeções iniciais enfrentadas pelos trabalhos de irrigação do *Reclamation Service* nos EUA, o “leigo” parecia ter extraído uma motivação adicional para anunciar na capital republicana a boa nova encontrada em sua jornada de 6.145 quilômetros pelas obras contra as secas no semiárido. Tentando dissipar as críticas contra os trabalhos da IFOCS, o “leigo”, contudo, não escondia sua “pena” dos “eternos descontentes” da Avenida Rio Branco:

— Ora, dizia-nos o dr. Sargent, também nos Estados Unidos, ao se iniciarem as obras colossais do aproveitamento de terrenos nos estados do Oeste, fez-se a mesma crítica aos esforços do governo. Só os resultados obtidos fizeram fechar a boca à crítica malévola. E tratava-se de terras incomparavelmente inferiores a estas do Brasil. O mesmo se dará aqui, pode crer. Dia virá em que se fará plena justiça aos patrióticos esforços do governo do seu país. Viu como aqui se trabalha. Narre o que viu e concite aos outros moços de sua terra a que venham ver também o que são na realidade essas obras do Nordeste.

E ouvindo da boca daquele eminente profissional o elogio caloroso da nossa terra e da nossa gente, pois que todo o operariado é ali genuinamente brasileiro, tive pena de vós, ó eternos descontentes, eternos críticos da Avenida Rio Branco e adjacências. (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.248; 250).

As matérias da série veiculada pela *Ilustração brasileira* trouxeram um grande número de imagens, gráficos e estatísticas documentando a construção de estradas, ferrovias e açudes empreendida pela IFOCS. Alguns gráficos comparavam as obras no semiárido às obras realizadas no Rio de Janeiro, colocando lado a lado o volume de terras removido do Castelo e

o volume dos açudes em construção (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.208); ou, ainda, cotejando as magnitudes da Baía de Guanabara e do açude de Orós (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.248). Além de retratar Eptácio Pessoa, seus ministros da Fazenda e da Viação, e vários engenheiros-chefes da inspetoria, as matérias apresentaram um grande número de fotografias sobre as obras, panoramas das localidades em que eram realizadas e o maquinário empregado nos trabalhos. O “leigo” e anônimo autor das matérias defendia o argumento de que a regularização da oferta de água faria surgir “grandes centros urbanos” que transformariam a paisagem dos estados atendidos pela IFOCS (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.204); além disso, também argumentava que o fomento à cultura do algodão traria benefícios econômicos ao país comparáveis aos do café, o que compensaria o investimento nas obras (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.240-241). Na sua avaliação, a maior dificuldade a ser superada para a realização do trabalho da inspetoria era o esforço inicial para instalação da empreitada, que incluía, por exemplo, a construção de vilas operárias e que interpunha um intervalo de vários meses entre os estudos preparatórios e o início efetivo das obras (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.239).

Nas descrições das imagens, é frequente a referência a “tipos”: de máquinas utilizadas nas obras a locomotivas norte-americanas que faziam o transporte de materiais e ainda de espécies vegetais da Caatinga. O autor das matérias também enquadrou em “tipos” as habitações existentes no sertão e, de objetos inanimados, estendeu a classificação em “tipos” aos habitantes do sertão que encontrou em seu percurso e que aparecem de modo coadjuvante em algumas imagens. À diferença dos engenheiros e autoridades políticas, com seus nomes completos sempre precedidos pelo título de “doutor”, os homens e mulheres que habitam o sertão semiárido aparecem como “tipos” anônimos, descritos por legendas como “uma sertaneja em trajes de ver Deus” (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.251). As matérias destacavam que as “simples e rudes gentes” do sertão (ILUSTRAÇÃO..., 1922h, p.204), além de serem aproveitadas como “braço nacional” nas obras da inspetoria, também recebiam noções de higiene que ajudariam a debelar as epidemias que assolavam o interior do país (ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.240).

A série de matérias termina com o autor duvidando que Artur Bernardes, presidente que sucedeu a Eptácio Pessoa, pudesse suspender o impulso dado à inspetoria. O “leigo” concluiu seu texto com a citação das reflexões de um misterioso Henri Semmler, que, ao observar as obras de irrigação na Califórnia e no Arizona, chegou à conclusão de que não existiria deserto:

Vimos transformar-se ante nossos olhos tantos desertos em campos florescentes, vimos tantos homens, que se melhor pensavam mais energicamente agiam, vencerem e dominarem ondas de areia e terrenos rochosos, que aprendemos a nos inclinar perante o fato entoando o hino do novo Evangelho: não há deserto! (SEMMLER apud ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.265).

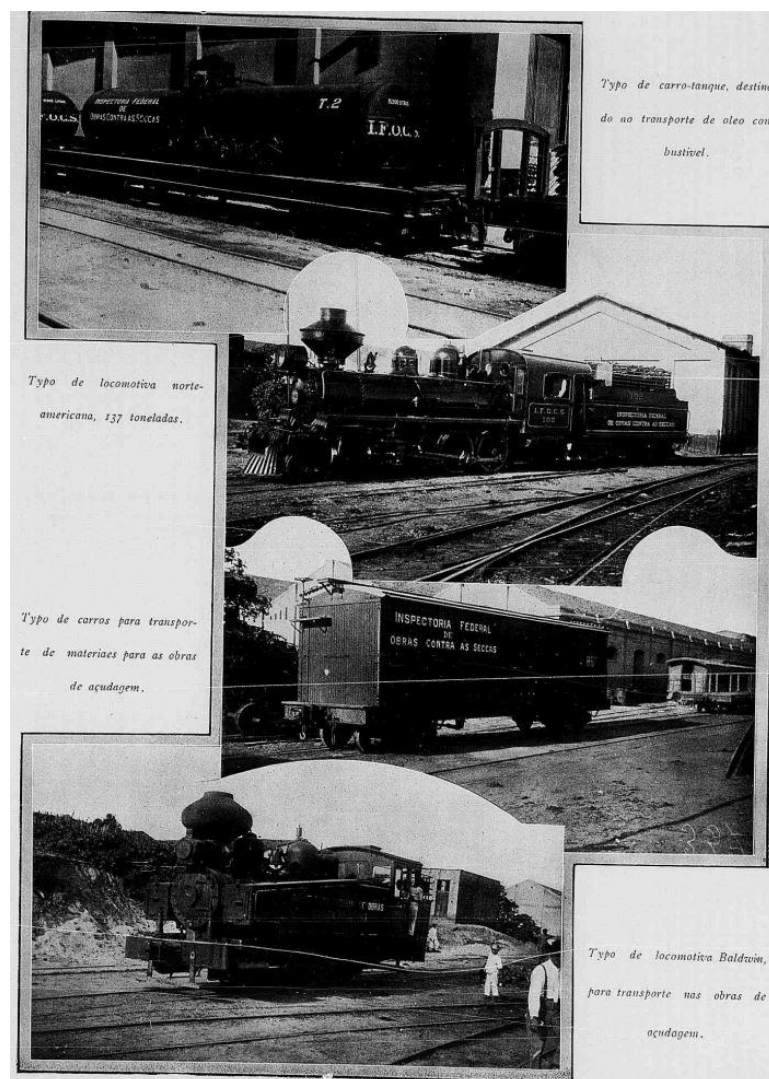


Figura 135: Fotomontagem. Autoria desconhecida. “Tipos” de locomotivas utilizadas no transporte de materiais para as obras da IFPCS. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.157.

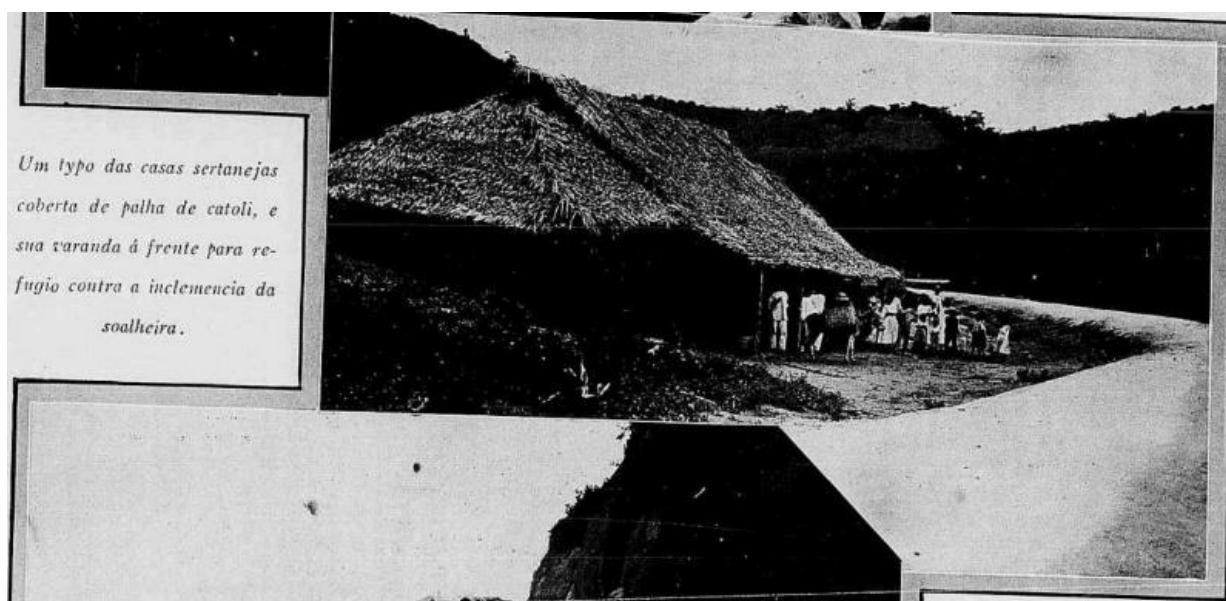


Figura 136: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. “Um tipo das casas sertanejas”. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.169.



Figura 137: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. “Uma indústria sertaneja – O fabrico de chapéus de palha de carnaúba”. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.174.

Figura 138: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. “Uma sertaneja em trajes de ver Deus”. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922i, p.251.

Figura 139: Fotomontagem (detalhe). Autoria desconhecida. “Tipo da sertaneja”. Fonte: ILUSTRAÇÃO..., 1922j, p.163.

5.3 A tipificação do sertanejo pelos mandachuvas do Centenário

Nas representações sobre o sertão semiárido e seus habitantes encontradas em meio à Exposição do Centenário, é possível observar a recorrência da classificação em tipos característicos de uma ordem social considerada carente de modernização. Percebe-se, adicionalmente, uma concepção difusa sobre o espaço e a população sertanejas como, parafraseando Euclides da Cunha, mais estrangeiros do que os próprios visitantes provenientes

de outros países. Ressalta-se, contudo, que não se trata de mera antinomia entre sertão e litoral em termos antagônicos, mas de uma convivência conflituosa e complementar entre formas modernas e tradicionais, conforme propõe Nísia Trindade Lima (2013, p.20).

À luz da análise proposta por Homi Bhabha (1998), um dos principais teóricos do pensamento pós-colonial, uma possível interpretação dessas representações seria a de que elas permitem caracterizar os organizadores da Exposição do Centenário como artífices de um processo de tipificação do espaço e do homem sertanejos, apoiado, em grande medida, no recurso a estereótipos. Essas representações teriam contribuído para a construção de uma alteridade com a qual a nação brasileira moderna, imaginada pelas elites republicanas, se relacionava de modo análogo à dinâmica de funcionamento do discurso colonial delineada por Bhabha.

De acordo com o autor, o estereótipo é uma das principais estratégias discursivas do poder colonial, que constrói a alteridade de modo propositalmente ambivalente, de maneira a que os grupos subalternos e seu universo simbólico constituam um objeto marcadamente separado do sujeito enunciador, mas, ao mesmo tempo, supostamente apreensível e visível, em sua totalidade, a esse sujeito, por meio de um regime de verdade estruturalmente similar ao do realismo narrativo (BHABHA, 1998, p.111). A ambivalência confere validade ao estereótipo, permitindo sua repetição em diversas conjunturas históricas, provendo base a estratégias de marginalização e produzindo um efeito de verdade provável, sempre “em *excesso* do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente” (BHABHA, 1998, p.106). Ainda de acordo com Bhabha (1998, p.111), o discurso colonial tem por finalidade representar os indivíduos subalternos “como uma população de tipos degenerados com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. Nesse sentido, a “fantasia colonial” não oculta a separação entre sujeitos e objetos do discurso; ao contrário, torna essa separação mais evidente, para fazer uma afirmação normativa: o indivíduo subalterno, desprovido de independência e excluído dos modos de civilidade ocidentais, pode ser “reformado” apenas sob certas condições de sujeição à dominação colonial.

Ao tratar da representação de tipos e cenas do Brasil imperial pela Litografia Briggs, Turazzi (2013) lembra que a fisionomia – segundo o *Dicionário Houaiss*, a “arte de conhecer o caráter do indivíduo a partir de suas feições” – surgiu no século XVIII, guardando relações estreitas com a retratística e impulsionando a classificação dos indivíduos por meio da fixação de identidades coletivas. Os impressos ilustrados e, a partir do século XIX, os retratos fotográficos popularizaram a representação do indivíduo e dos tipos sociais, reforçando uma antiga associação entre fisionomia e identidade. Essa suposta correspondência é questionada

por Fabris (2004), quem acredita que a fotografia impôs um processo de ficcionalização ao retrato: a despeito do imaginário de fidelidade a ele comumente associado, o retrato fotográfico não pode ser considerado revelador de uma realidade empírica, desprovida da marca da subjetividade individual; ele conforma, na verdade, identidades virtuais, que tentam esconder o indivíduo sob a aparência de “tipos”:

O retrato fotográfico está, sem dúvida, na base da crise e da transformação do gênero pictórico no qual se inspira e do qual deriva boa parte de seus recursos representativos. Mas é impossível não perceber que ele próprio coloca em crise uma definição de identidade que remontava ao Renascimento, ao criar um paralelo absoluto entre fisionomia e personalidade e ao escamotear o indivíduo por trás do tipo. A identidade do retrato fotográfico é uma identidade construída de acordo com normas sociais precisas. Nela se assenta a configuração de um eu precário e ficcional – mesmo em seus usos mais normalizados – que permite estabelecer um continuum entre o século XIX e o século XX, entre uma modernidade confiante na ideologia do progresso e uma modernidade problematizada pela desconstrução pós-moderna (FABRIS, 2004, p. 55).

Essa avaliação valeria tanto para o retrato daqueles indivíduos que tiveram a possibilidade de construir sua imagem, para si e para outros, por meio do retrato, como para os retratos de indivíduos representados anonimamente e utilizados na construção de determinados tipos sociais, a exemplo da população do sertão semiárido retratada nas imagens divulgadas no contexto da Exposição, nas páginas da imprensa carioca e das publicações comemorativas do Centenário. Chama a atenção o paralelo entre algumas dessas representações e uma série de imagens do ilustrador Percy Lau e de outros artistas que, durante o Estado Novo, seriam criadas para uma seção da Revista Brasileira de Geografia e, posteriormente, compiladas pelo IBGE na obra *Tipos e aspectos do Brasil*. Tais imagens seriam difundidas em todo o país, por meio de livros didáticos, e até no exterior, por meio de uma rede de instituições internacionais ligadas a intelectuais como o sociólogo norte-americano Lynn Smith (DAOU, 2001, p.140; 144).

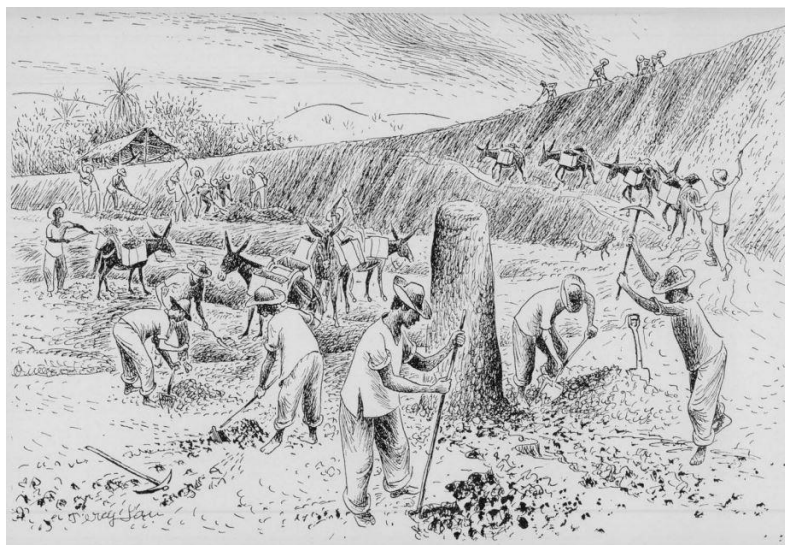


Figura 140: Ilustração. Percy Lau, 1940. “Cassacos”. Fonte: IBGE, 1970, p.128.

Retratando tipos regionais, as imagens de Percy Lau e de outros ilustradores, de acordo com Daou (2001, p.147), eram tributárias da prática, comum na Antropologia Cultural norte-americana, de fixar ligações entre o espaço geográfico e o estabelecimento de áreas culturais. Ao vincular tipos humanos a determinadas áreas ou regiões, *Tipos e aspectos do Brasil* atendeu a fins políticos de renovação do federalismo, contribuindo, por meio de descentralizações relativas e reguladas, para a construção da unidade nacional preconizada pelo ideário estadonovista. Daou também ressalta que esse procedimento se relaciona a categorias e padrões que, ainda hoje, moldam o imaginário sobre o Brasil; lembra, ainda, que eles evidenciam o esforço dedicado ao processo de construção nacional pelo Estado brasileiro, por meio de uma de suas agências, o IBGE, responsável pela criação de uma gramática do nacionalismo (DAOU, 2001, p.155; 157).

Nessa gramática, cabe notar a referência de *Tipos e aspectos...* a outra agência governamental, a IFOCS, responsável, por sua vez, pela consagração de modos de cognição específicos do sertão semiárido e de sua gente. Um dos tipos identificados na publicação, cuja origem estaria relacionada à atuação da inspetoria, era o cassaco, o trabalhador permanentemente mobilizado para frentes de obras públicas, cujo nomadismo o distinguiria de outros trabalhadores do espaço semiárido, em cuja tipificação se ressaltou, tradicionalmente, o apego à terra:

A presença da grafia nada assemelha o nosso cassaco nordestino ao guerreiro das estepes russas. Falta-lhe a montaria, o colorido das vestes, a destreza e a belicosidade do eslavo. Cassaco é chamado, em todo aquele mundo, o simples sertanejo de rede-nas-costas que vive no ciganismo do trabalho das construções públicas.

De quanto remonta a sua origem, não o sabemos. É de se imaginar ter aparecido após a criação do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, antiga IFOCS), pelos idos de 1908.

Distingue-se do trabalhador ocasional cuja frustração das safras nos anos secos o faz caçar ganho nas construções do governo - pela atividade permanente, de janeiro a janeiro - nas obras públicas. Indiferentes à pegada do inverno, acodem de todos os cantos - isolados ou aos magotes, mais raramente com mulher e filhos, de caminhão ou a pé e quando donos de jumentos de trabalho, tangendo-os pelos caminhos - parecendo até mesmo que farejam o início da construção de um açude ou de uma estrada. Mais das vezes, não conduzem sequer a própria ferramenta de seu trabalho de vez que é obrigação do encarregado da obra fornecê-la.

(...)

Pilhéricos e mais despreocupados, não se mostram taciturnos como os sertanejos que ali estão fazendo ganho à espera do inverno. À noitinha, quando largam o serviço, sempre estão prontos para uma reunião - cantoria, jogo de cartas ou fobó¹⁰¹ - como indiferentes às canseiras do trabalho.

(...)

Costumam trabalhar cantando, na cadência do coco puxado por um, a que os outros respondem em coro. Na construção do açude Itãs (Caicó, RN) de 1932-6, paleavam ao som do "Tamanqueiro":

"Ôi tamanqueiro

¹⁰¹ O mesmo que "forró".

*eu quero um par,
quero um par.
Eu quero um par,
de tamanco prá dançá."*

(...)

A permanência do cassaco no local se finda com o término da obra ou a notícia de uma outra frente de trabalho de remuneração mais vantajosa. Aí alcançam as estradas e recomeçam o ciganismo... (IBGE, 1970, p.127-129).

Outros tipos identificados na publicação do IBGE e também frequentes na representação, em exposições internacionais, dos estados que compunham o sertão semiárido foram o jangadeiro e o vaqueiro. Na descrição desse último, percebe-se o eco de uma concepção que tenta imobilizar o conteúdo essencializado de um tipo social que se pretende integrar ao “concerto da civilização brasileira”:

Na paisagem inconfundível do sertão nordestino, domínio da caatinga ressequida e espinhenta, vive um tipo humano, cujas características somáticas e psicológicas são um espelho fiel do meio em que habita. Pequeno no porte, magro e sóbrio de músculos; taciturno e desajeitado em descanso, intrépido e vibrátil quando solicitado para a ação. É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo gênio imortal de Euclides da Cunha.

Na gravura vemo-lo desempenhando a sua atividade principal - a de vaqueiro.

[...]

E é neste cenário de desperdícios que nasce, se agita e morre o vaqueiro nordestino - o mais forte, o mais bravo dos filhos do sertão, - por cuja fortaleza física e moral bem merece se lhe eduque a terra, a fim de que ele se possa integrar no concerto da civilização brasileira (IBGE, 1970, p.259).

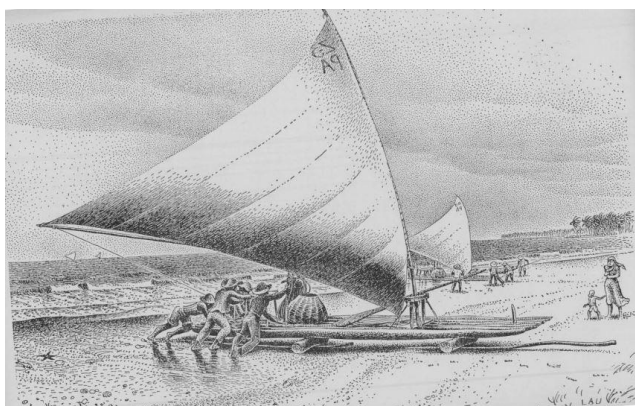


Figura 141: Ilustração. Percy Lau, 1940. “Jangadeiros”. Fonte: IBGE, 1970, p.182.



Figura 142: Ilustração. Percy Lau, 1940. “Vaqueiro do Nordeste”. Fonte: IBGE, 1970, p.260.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na objetificação da pulsão escópica, há sempre a ameaça do retorno do olhar; na identificação da relação imaginária, há sempre o outro alienante (ou espelho) que devolve crucialmente sua imagem ao sujeito [...] (BHABHA, 1998, p.125).

Não sabemos o que fazer com outros mundos. Tudo o que queremos é erguer espelhos. (Andrei Tarkovski, Solaris, 1972)

Quem, como o errante imaginado por Rubem Fonseca, praticasse a arte de andar pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro em 2021, particularmente na região do Castelo, encontraria, além da provável solidão silenciosa de ruas com pouca circulação de pessoas, vestígios rarefeitos que não dariam uma boa ideia do tamanho da Exposição ali organizada para marcar a passagem do Centenário da Independência. Com o fim da festa, em julho de 1923, quase tudo que, pouco antes, ainda era construção já estava fadado a ser ruína: o próprio *Livro de Ouro* (1923, p.322) das comemorações decretava que o conjunto de construções “erguido como um sonho” desapareceria de igual modo onírico, sob a ação das mesmas forças que o haviam erguido, embora também se arriscasse a prometer que alguns palácios seriam “incorporados para sempre” à cidade. À exceção de quatro pavilhões remanescentes¹⁰², o mundo feérico construído sobre os escombros de tudo que foi arrasado com o Castelo também não sobreviveria ao afã de destruição de seus próprios construtores, ou às decisões administrativas futuras. Antonio Bulhões, bisneto do prefeito Pereira Passos, lamentou que as referências da “idade sociológica” da cidade não tenham sobrevivido aos novos cânones urbanos dos anos seguintes:

E os [pavilhões] nacionais, por que jogá-los sumariamente no chão? Não se trata de arqueologia saudosista. Trata-se de lamentar que a cidade não conserve referências marcantes de sua idade sociológica, de cuja presença, por superposições sucessivas, é que se estrutura a identidade espiritual que a qualifica e lhe dá perenidade. Ao destruir certos marcos do presente, nos esquecemos de que estamos eliminando

¹⁰² Além das já citadas destinações conferidas aos pavilhões do Distrito Federal (que abriga uma das sedes do Museu da Imagem e do Som) e da Estatística (em que se localiza o Centro Cultural do Ministério da Saúde), parte remanescente do complexo do Palácio das Grandes Indústrias sedia o Museu Histórico Nacional, e o pavilhão francês, doado ao Brasil, é o atual endereço da Academia Brasileira de Letras. Foram logo demolidos ou desmontados o Pavilhão de Música, o Pavilhão das Indústrias Particulares, os dois portões monumentais, o restaurante oficial e os diversos pavilhões particulares. Os demais pavilhões nacionais tiveram alguma utilização inicial, mas não resistiram até os dias de hoje, a exemplo do Palácio dos Estados, que sediou o Ministério da Agricultura e foi demolido quando da transferência da pasta para Brasília no fim da década de 1970; e do Palácio das Festas, que, embora não tivesse previsão inicial de utilização, foi ocupado pela Secretaria Municipal de Fazenda e demolido após incêndio na década de 1960. Os pavilhões de Grã-Bretanha, Itália, México, Tchecoslováquia, Noruega e Japão, doados ao governo brasileiro ou à prefeitura do Distrito Federal, foram todos eventualmente demolidos; o da Dinamarca, vendido ao governo do estado do Rio de Janeiro, também. Os EUA mantiveram sua embaixada no pavilhão norte-americano, mas, posteriormente, derrubaram-no para construção de novo edifício. Os demais pavilhões estrangeiros foram logo demolidos com o fim da Exposição. Havia também a previsão de que, após reparos, o Parque de Diversões continuasse em funcionamento (LIVRO..., 1923, p.322; BULHÕES, 2003, p.69-72).

elementos de informação valiosos para que, no futuro, quando formos passado, sejamos compreendidos. (BULHÕES, 2003, p.68).

Antes do desaparecimento dos palácios e pavilhões da Exposição do Centenário, o grande desaparecido na paisagem carioca foi o histórico morro do Castelo, um dos marcos de fundação da cidade. Ainda o *Livro de Ouro* (1923, p.303) afirma que na “luta entre o homem, a montanha e o oceano” que foram os preparativos da Exposição, o homem teria saído vitorioso, certamente ignorando as cerca de cinco mil pessoas removidas dos cortiços e casarões do Castelo (BARROS, 2002; KESSEL, 2001, p.74). Ao discordar das novas diretrizes de planejamento urbano estabelecidas para o Distrito Federal pelo arquiteto francês Alfred Agache, no fim da década de 1920, Carlos Sampaio, para quem o arrasamento do morro fora um dos maiores empreendimentos da carreira profissional, chegou à perturbadora conclusão de que seria melhor não ter derrubado o Castelo:

... [a repor] o morro do Castelo no seu primitivo lugar pela construção de arranha-céus nas áreas do morro e aterro, separadas por avenidas que não dão entrada ao ar que nos vem do oceano, melhor teria sido deixar o morro do Castelo onde ele se achava. (SAMPAIO, 1929 apud KESSEL, 2001, p.114).

Com igual ou maior rapidez também se tornaram ruínas as construções impulsionadas pela IFOCS no sertão semiárido durante o governo de Epitácio Pessoa, à medida que seu sucessor, Artur Bernardes, promoveu o desmonte gradual das obras contra as secas. Unindo essas duas frentes de obras, no Castelo e no semiárido, esta dissertação tentou identificar o lugar reservado ao sertão das secas, área de atuação da IFOCS, na Exposição do Centenário, à luz da hipótese de que a tipificação do espaço e do homem sertanejos como objetos de modernização foi estratégica para articular as dimensões interna e externa da atuação política do presidente da República. Com apoio no capital externo e tentando fortalecer o Executivo federal no jogo político doméstico da Primeira República, Pessoa apostou em uma comemoração do Centenário em grande estilo. Nessa festa, o homem sertanejo apareceu como tipo social de um espaço enquadrado por um processo de modernização que lastrearia aspirações brasileiras de participação na política internacional. Ao mesmo tempo em que proporcionava negócios lucrativos a uma rede de agentes privados nacionais e estrangeiros, esse processo também pretendia reforçar o Executivo federal como articulador da intervenção pública no espaço das secas, consolidando bases locais de sustentação da política nacional.

A festa armada para comemorar os cem anos de Independência pretendeu apresentar um país que se modernizava em uma infinidade de categorias da atividade humana apresentadas nas seções da Exposição do Centenário. Essa festa não foi feita para expor intencionalmente o sertão das secas e seus habitantes como um valor positivo da nacionalidade brasileira, mas para

instrumentalizá-los como tipos problemáticos para os quais se voltava uma agência governamental definida em termos de obras *contra* as secas. O sertão semiárido é, assim, trazido à Exposição do Centenário para construir, em um jogo de espelhos, o Brasil moderno que a elite política da Primeira República desejava projetar. Nesse sentido, o foco da análise foi o olhar projetado sobre esse espaço e sua população por um grupo que convencionei chamar de “mandachuvas do progresso” – uma elite política e burocrática que, subordinada diretamente ao presidente da República, foi encarregada de organizar tanto as obras contra as secas quanto as obras de infraestrutura urbana realizadas no Distrito Federal como parte do programa de comemorações. Esse olhar instituiu entre o Rio de Janeiro e o sertão das secas um modo de cognição de matiz colonial, análogo àquele por meio do qual o Brasil era visto ocasionalmente no contexto das exposições internacionais.

Entre jangadas e *dreanoughts*, as comemorações do Centenário iniciadas por Epitácio Pessoa coroaram uma trajetória que exemplifica como o êxito de uma carreira política na Primeira República poderia residir na habilidade de desempenhar papéis contrastantes e complementares em redes locais e nacionais – no caso de Pessoa, com o acréscimo, ainda, de conexões transnacionais envolvendo políticos, cientistas, engenheiros, construtoras e investidores norte-americanos e europeus. A atuação do “oligarca cosmopolita” foi decisiva para determinar o breve impulso experimentado pela IFOCS no início dos anos 1920. Não obstante o hiato dos anos seguintes, a inspetoria seria revitalizada na década de 1930, quando se deu prosseguimento ao processo de institucionalização permanente das obras contra as secas na burocracia estatal, uma demanda oligárquica que remontava ao século XIX. Apesar da crise política em torno de sua sucessão – o movimento conhecido como Reação Republicana – e da primeira revolta tenentista, ocorrida em julho de 1922, Pessoa não só conseguiu se vincular à imagem de um alegado prestígio internacional do Brasil, como também conseguiu manter a base de sustentação necessária para concluir seu mandato presidencial. Não mostrando desejo de se perpetuar no Executivo federal, manteve-se neutro quanto à escolha de seu sucessor; em 1923, voltou a assumir uma cadeira no Senado Federal pela Paraíba; e no ano seguinte, passou a atuar como juiz na Corte Permanente de Justiça Internacional. Seu governo, entretanto, foi uma antecipação reveladora de tensões políticas que, intensificadas, desembocariam na crise institucional que desencadeou o fim da Primeira República, com seu sobrinho, João Pessoa, como pivô.

Respeitadas as diferenças conjunturais, a Exposição do Centenário remete ao debate atual sobre o impacto e o legado da realização de megaeventos. Há alguns desafios na mensuração de demonstrações de *soft power* como as exposições internacionais, quer pelas

dificuldades intrínsecas à conceituação do poder, quer pela natureza às vezes subjetiva do impacto simbólico que esses eventos podem produzir, a exemplo da influência direta que a Exposição de 1922 exerceu sobre *La raza cósmica*, ensaio do intelectual mexicano José Vasconcelos que se tornou uma importante referência para o pensamento latino-americano. Também há registros de uma influência positiva sobre a percepção que alguns veículos da imprensa estrangeira da época tiveram do Brasil (SANT'ANA, 2008, p.95); e, contemporaneamente, a Exposição ainda é ocasionalmente referenciada como “o maior evento do início do século XX” no Brasil (GOLDMAN, 2016, p.222). A recepção obtida pela Exposição do Centenário em outros países poderia ser explorada em estudos futuros por meio da análise documental de fontes como periódicos estrangeiros; também a recepção nos estados brasileiros, particularmente por meio de periódicos em circulação nos estados atendidos pela IFOCS, poderia contribuir para aferir em que medida as mensagens veiculadas pelos comissários foram absorvidas ou ignoradas fora dos limites da capital republicana.

Muito alardeados como justificativa para a realização do evento, os possíveis benefícios econômicos relacionados à Exposição também poderiam motivar exame mais detalhado. Dados estatísticos do período apontam que, após os reveses da recessão mundial de 1920, houve ligeira e relativa melhora da posição do comércio exterior brasileiro no fim da administração de Epitácio Pessoa (FRISTSCH, 2014), mas o que mais chama a atenção é o aumento da dívida externa consolidada, confirmando o financiamento externo como um pilar do projeto de modernização proposto pelo presidente (cf. Tabela 2). Após a Exposição, poucas mudanças foram observadas no perfil do comércio do Brasil com o mundo para além da tendência de gradual incremento do volume de trocas comerciais. Rebatendo críticas aos gastos realizados, a revista da Comissão Organizadora chegou a afirmar que nenhuma exposição internacional, até aquele momento, teria sido lucrativa, exceção feita à exposição de Paris, de 1889:

Mas qual foi a Exposição Internacional que, até hoje, haja dado resultados econômicos capazes de cobrirem as despesas efetuadas com a sua realização? Todas as outras, a não ser a de Paris, de 1889, nenhuma deu resultados expressos na fórmula de maior receita para menor despesa. (A EXPOSIÇÃO..., 1923a, p.69).

De fato, a literatura sobre exposições confirma que, embora possa haver a expectativa de retorno financeiro em relação às iniciativas expositivas, a experiência acumulada por diversos países mostrou que a realização de exposições internacionais não poderia ser entendida a partir apenas de seu limitado retorno de dividendos; seu objetivo não seria o lucro imediato, mas um ganho de natureza difusa e de longo prazo para interesses econômicos regionais, nacionais e internacionais. Seu propósito seria, sobretudo, contribuir para a manutenção ou aumento do *status* de seus agentes organizadores, sejam estatais ou privados, bem como para a

maior aceitação de sua autoridade decisória (RYDELL, 1984, p.279). O exame da Exposição do Centenário, contudo, pode oferecer mais informações acerca das relações econômicas internacionais do período, ajudando a caracterizar melhor a interação com os parceiros preferenciais de comércio, os princípios norteadores e outros aspectos da política econômica do governo.

Tabela 2 – Setor externo da economia brasileira, 1919-1929 (em milhões de dólares)

	Exportações	Importações	Balança Comercial	Dívida Externa Consolidada
1919	580,6	280,4	300,3	675,1
1920	408,2	381,8	26,4	550,4
1921	224,2	201,1	23,1	651,4
1922	366,1	231,5	134,6	820,7
1923	336,6	207,7	129	839,1
1924	422,7	282,7	140	802,5
1925	496,9	359,3	137,6	883,6
1926	458,1	339,6	118,5	1022,4
1927	431,2	335,4	95,8	1138,4
1928	473,9	388,8	85,2	1240,7
1929	460,4	367,7	92,8	1225,4

Fonte: ABREU, M., 2014¹⁰³. Tabela adaptada pela autora.

Além dos impactos econômicos da Exposição, também oferecem oportunidades promissoras de exploração por novas pesquisas os arquivos da Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, depositados no Arquivo Nacional. O acervo constitui um volume expressivo de ofícios, correspondências, atas de reuniões e outros documentos relativos à organização e ao funcionamento da Exposição, os quais não puderam ser explorados nesta pesquisa, mas incluem, por exemplo, o registro das atividades dos delegados estaduais pelos sertões do Brasil, com sua dificuldade de recrutamento de expositores e envio de produtos conforme as exigências dos regulamentos expositivos. Além disso, como mais uma indicação de possibilidades futuras de pesquisa, cabe ressaltar a importância de se

¹⁰³ Dados extraídos de IBGE, *Estatísticas históricas brasileiras*, Rio de Janeiro, 2. ed., 1990 e IBGE, *Estatísticas do século XX*, Rio de Janeiro, 2003.

aprofundar a análise acerca da tipificação do sertanejo, explorando a componente racial desse processo e seu impacto excludente sobre as populações negra e indígena no Brasil.

A literatura sobre a Exposição do Centenário costuma apontar o empenho brasileiro na realização de uma exposição internacional já em pleno século XX como uma iniciativa anacrônica, guiada por um padrão europeu de civilização profundamente em crise após os eventos da Primeira Guerra Mundial (GARCIA, 2006, p.; RESENDE, 1993, p.18 *apud* BULHÕES, 2003, p.66). Cem anos depois, o Brasil se prepara para participar da Expo 2020 Dubai, que, adiada pelo início da pandemia de covid-19, está marcada para ocorrer entre os dias 1º de outubro de 2021 e 31 de março de 2022, nos Emirados Árabes Unidos. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)¹⁰⁴, organizadora da participação brasileira nessa próxima exposição internacional, assim caracterizou o pavilhão que, sediando as mostras nacionais, representará o Brasil em Dubai:

Em Dubai, o país participa do evento com um pavilhão no distrito da sustentabilidade, abordando os temas: aproveitamento consciente do meio ambiente para produção, diferentes potenciais agrícolas e a geração de energia renovável, dentre outros.

O Pavilhão Brasileiro traz uma proposta imersiva aos seus visitantes, com sons e cheiros de vários ecossistemas de diversas regiões do país, garantindo experiência única. (APEX-BRASIL, 2021).



Figura 143: Pavilhão brasileiro na Expo 2020 Dubai. Fonte: APEX-BRASIL, 2021.

¹⁰⁴ Serviço social autônomo vinculado ao Ministério das Relações Exteriores por um contrato de gestão.

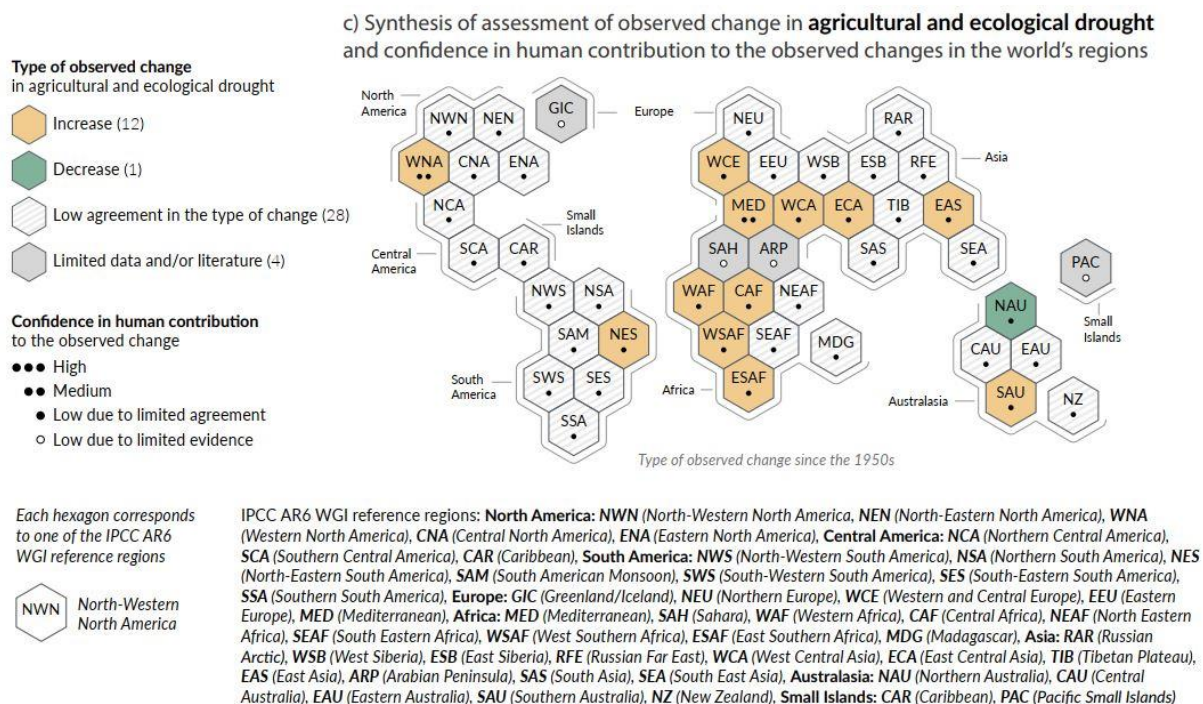


Figura 144: Aumento na incidência de secas no semiárido brasileiro é uma das mudanças climáticas apontada pelo relatório mais recente do IPCC. Fonte: IPCC, 2021, p.13.

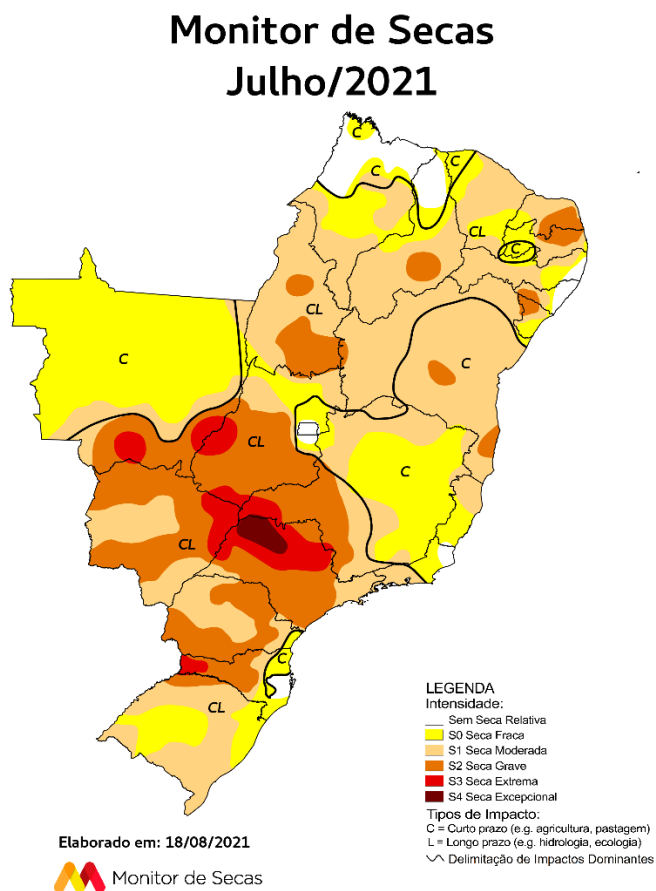


Figura 145: Mapa do Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas identifica diferentes estágios de seca em todos os estados monitorados, e uma concentração da gravidade no Centro-Sul do país. Fonte: ANA, 2021.

A mostra abrigada no pavilhão que recria “vários ecossistemas de diversas regiões do país” terá início algumas semanas após o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU ter divulgado que o semiárido, sob intenso processo de desertificação, é uma das regiões mais afetadas pelas mudanças climáticas em todo o mundo (FELLET, 2021). Em 2021, as mudanças climáticas também foram apontadas como responsáveis por fazer que o espaço das secas se expandisse para o Centro-Sul do Brasil, em uma das maiores secas já registradas no país (ANA, 2021). Nesse quadro, o DNOCS¹⁰⁵, há muito enfraquecido na estrutura administrativa federal, parece cada vez mais limitado em sua capacidade institucional de transformar a realidade em favor do semiárido e de sua população: em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, em 2018, foi avaliado como um dos órgãos do governo federal mais suscetíveis ao risco de fraude e corrupção (MARQUES, 2020).

À época do Centenário, enquanto o amplo programa de obras contra as secas da IFOCS deixava intocadas questões de acesso à terra e de reorganização da estrutura fundiária brasileira, e uma grande exposição internacional celebrava a produção agrícola daqueles que eram “dignos de ali figurar” (BRASIL, 1926, v.1, p.482), mesmo a realização integral de todos os projetos da IFOCS teria capacidade limitada de transformar a vida da maioria da população sertaneja, a qual, sob os desmandos dos coronéis, tinha pouca independência que pudesse comemorar. Já na véspera do Bicentenário, o Brasil é o país em que uma grande empresa de comunicação repete incessantemente uma campanha publicitária para veicular a mensagem de que o “agro é pop, agro é tech, agro é tudo”, buscando promover os interesses do agronegócio, já favorecidos pela leniência reservada aos descumprimentos da legislação ambiental (SILVA, 2021).

Com a aproximação do marco temporal representado pelo segundo Centenário da nacionalidade brasileira, um novo balanço do que vivemos até agora poderia nos imobilizar sob o peso do profundo mal-estar provocado pelas mazelas que ainda limitam a independência e o pleno exercício da cidadania de tantos segmentos da nossa sociedade. Para Ricupero (2021), que escreve um pouco antes do início da atual pandemia, nosso balanço é muito pior que o de 1922, porque as crises vividas à época do Centenário não se seguiram a um período de redução expressiva da desigualdade como o que experimentamos em nosso passado recente, o que tornaria maior nosso desencanto atual no confronto com o dos brasileiros do entreguerras. Em meio a mais de 500 mil mortos e ao cansaço de uma crise de múltiplas dimensões, cujo fim ainda não conseguimos distinguir no horizonte, poderíamos concluir que o caos dos loucos anos 20 contemporâneos decorre de duzentos anos de um modelo de desenvolvimento excludente.

¹⁰⁵ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nome que a IFOCS passa a ter a partir de 28 de dezembro de 1945.

Poderíamos também seguir um desejo de vida (HEMMER, 2021) que se intensifica durante esses dias difíceis de confinamento social, tentando construir novos horizontes que vençam o retrocesso e a barbárie no Brasil, e nos façam recuperar a esperança e o sentido. Parte dessa construção passa por afastar espelhos distorcidos que não refletem nossa pluralidade e irreducibilidade a qualquer tipologia classificatória expositiva.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

THE ANGLO-BRAZILIAN Times. The National Exhibition. **The Anglo-Brazilian Times**, Rio de Janeiro, n.42, p.1, 23 out. 1866. Disponível em: <<https://bit.ly/3sxrmQS>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BARRETO, L. Uma surpresa da Exposição. **Careta**, Rio de Janeiro, n.751, p.18, 11 nov. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3fS3lPy>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BARROSO, G. Os mahadeus do sertão. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.17, p.48-50, 20 jan. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/2UPtd6T>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BASTOS, T. Exposição Nacional. III. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, n.323, p.1, 7 dez. 1861. Disponível em: <<https://bit.ly/381WSwU>>. Acesso em: 02 out. 2020.

O BESOURO. O Ceará. **O Besouro**, Rio de Janeiro, n.16 (121), p.4, 20 jul. 1878a. Disponível em: <<https://bit.ly/389eYxg>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Páginas tristes. Cenas e aspectos do Ceará. **O Besouro**, Rio de Janeiro, n.16 (121), p.3, 20 jul. 1878b. Disponível em: <<https://bit.ly/2WlCqJQ>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CEDRO, L. Carlos Chambelland. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.10, p.23-24, 20 jan. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3C3zxsO>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CELSO JR., Afonso. Exposições industriais. **Conferências Populares**, Rio de Janeiro, n.1, p.64-83, 1876. Disponível em: <<https://bit.ly/3j1Lojf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

CORREIO da Manhã. Sociais. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n.22052, Caderno 2, p.3, 23 fev. 1965. Disponível em: <<https://bit.ly/36bsNdi>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

COSTALLAT, B. As duas exposições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n.223, 17 set. 1922, p.5. Disponível em: <<https://bit.ly/3xx73E8>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DIAS, G. Comissão Científica. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n.130, 10 maio 1860, p.2. Disponível em: <<https://bit.ly/3kpYHtw>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

A EXPOSIÇÃO de 1922. Coronel David Charles Collier. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.10-11, p.12-13, dez. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/3iFULoC>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Crônica da Exposição. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.5, p.32-41, set. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3xDxSX7>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. Crônica da Exposição. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.14-15, p.69-73, 1923a. Disponível em: <<https://bit.ly/3AEU7OA>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. Crônica da Exposição: o banquete em homenagem a Wladimir Bernardes. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.12-13, p.66-67, jan. 1923b. Disponível em: <<https://bit.ly/3zrgvua>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. Crônica da Exposição. Dr. Nestor Ascoli. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.12-13, p.68, jan. 1923c. Disponível em: <<https://bit.ly/3sLI4MN>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

_____. Crônica da Exposição: a inauguração do cinema norte-americano, ao ar livre. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.12-13, p.64, jan. 1923d. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwAjIN>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

_____. A epopeia dos jangadeiros. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.8-9, p.23-24, nov. 1922c. Disponível em: <<https://bit.ly/3jCvLOz>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

_____. O pavilhão das grandes indústrias italianas. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.16, p.27-31, 1923e. Disponível em: <<https://bit.ly/2VBRiiv>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Sete de setembro. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.5, p.7-8, set. 1922d. Disponível em: <<https://bit.ly/2VBPTri>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

ILUSTRAÇÃO brasileira. O Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão na Exposição Internacional do Centenário. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.27, p.239-243, 15 nov. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/3j2AI2K>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. Comemorações do Centenário. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.25, p.174-187, 7 set. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3fSLloa>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. Comemorações do Centenário. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.26, p.158-170, 12 out. 1922c. Disponível em: <<https://bit.ly/3fNBRut>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. Comissão Executiva do Centenário da Independência. Expediente. **Ilustração brasileira**, Rio de Janeiro, n.14, p.66-68, 12 out. 1921. Disponível em: <<https://bit.ly/3jI3asC>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

_____. Comissão Executiva do Centenário da Independência. Expediente. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.23, p.66-73, 14 jul. 1922d. Disponível em: <<https://bit.ly/3lNaAMn>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. Uma entrevista com o sr. Epitácio Pessoa. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.28, p.149-150, 25 dez. 1922e. Disponível em: <<https://bit.ly/3s8WQwM>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Movimento musical. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.28, p.170-174, 25 dez. 1922f. Disponível em: <<https://bit.ly/3yMTD8g>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

_____. Na Exposição. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.27, p.222, 15 nov. 1922g. Disponível em: <<https://bit.ly/3ImSL6P>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. Seis mil cento e quarenta e cinco quilômetros pelo Nordeste brasileiro: as obras contra as secas vistas por um leigo. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.25, p.203-222, 7 set. 1922h. Disponível em: <<https://bit.ly/36EKaDR>>. Acesso em: 10 jun. 2019

_____. Seis mil cento e quarenta e cinco quilômetros pelo Nordeste brasileiro: as obras contra as secas vistas por um leigo. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.26, p.239-268, 12 out. 1922i. Disponível em: <<https://bit.ly/3hGwH4G>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Seis mil cento e quarenta e cinco quilômetros pelo Nordeste brasileiro: as obras contra as secas vistas por um leigo. **Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, n.27, p.147-184; 265, 15 nov. 1922j. Disponível em: <<https://bit.ly/3wMOg7x>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

O IMPARCIAL. O Centenário da Independência. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, n.1345, p.1, 23 dez. 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/3hfEFld>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

O JORNAL. As festas do Centenário. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n.1119, p.3-4, 8 set. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/3lVFtya>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. As festas do Centenário. Festival regional. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n.1169, p.3, 5 nov. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3rK5SQi>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. As festas do Centenário. Semana sertaneja. **O Jornal**, Rio de Janeiro, n.1153, p.3, 18 out. 1922c. Disponível em: <<https://bit.ly/3rHUN2i>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

JORNAL do Brasil. Comemoração do Centenário: Projeto Cincinato Braga. Projeto Nestor Ascoli. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n.165, p.4, 16 jun. 1921. Disponível em: <<https://bit.ly/3ye9tbw>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

JORNAL do Comércio. O préstito luminoso. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, n.249, p.4, 8 set. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3sf2o8Y>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LISBOA, M. A. R. O problema das secas: Conferência realizada no Salão da Biblioteca Nacional pelo dr. Arrojado Lisboa, diretor das obras do Nordeste. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.6-7, p.48-54, out. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/3kmz2n8>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. O problema das secas: açudagem – Conferência realizada no Salão da Biblioteca Nacional pelo dr. Arrojado Lisboa, diretor das obras do Nordeste. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.8-9, p.63-66, nov. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3B9hC3f>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. O problema das secas: as grandes obras do Nordeste brasileiro – Relatório apresentado ao Ministro da Viação pelo dr. Arrojado Lisboa, inspetor das obras. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.10-11, p.48-61, dez. 1922c. Disponível em: <<https://bit.ly/3B6ezZL>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. O problema das secas: estradas de rodagem e estradas de ferro – Relatório apresentado ao Ministro da Viação pelo dr. Arrojado Lisboa, inspetor das obras. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.12-13, p.31-33, jan. 1923. Disponível em: <<https://bit.ly/36Gh8Uj>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

A MAÇÃ. Grande Parque de Diversões. **A maçã**, Rio de Janeiro, n.54, p.27, 17 fev. 1923. Disponível em: <<https://bit.ly/3saP5pO>>. Acesso em 13 ago. 2021.

O MALHO. Exposição Internacional do Centenário da Independência. O Carnaval. **O Malho**, Rio de Janeiro, n.1065, p.38, 10 fev. 1923. Disponível em: <<https://bit.ly/3sdy2Dx>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Os pescadores que comemoraram o Centenário. **O Malho**, Rio de Janeiro, n.1047, p.20, 7 out. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3fEjzeR>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MANCHETE. Um dicionário hilariante. Rio de Janeiro. Bloch Editores, **Manchete**, n.784, p.76-77, 29 abr. 1967. Disponível em: <<https://bit.ly/3kUMyi3>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MONROE, L. G. Os Estados Unidos no nosso Centenário: a Comissão norte-americana e os seus trabalhos. A representação dos estados. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.10-11, p.7-10, dez. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/2UeRiUQ>>. Acesso em: 25 jul 2021.

_____. Os Estados Unidos no nosso Centenário: o pavilhão dos Estados Unidos. **A exposição de 1922**: órgão da Comissão Organizadora, Rio de Janeiro, n.10-11, p.16-19, dez. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3BGyKNV>>. Acesso em: 25 jul 2021.

A NOITE. Aleluia e Páscoa no Parque de Diversões da Exposição do Centenário. **A noite**, Rio de Janeiro, n.4070, p.8, 31 mar. 1923a. Disponível em: <<https://bit.ly/3CLv3az>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Exposição do Centenário. Grandes festas populares. **A noite**, Rio de Janeiro, n.4070, p.8, 31 mar. 1923b. Disponível em: <<https://bit.ly/3CLv3az>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Para comemorar dignamente a passagem do Centenário da Independência. **A noite**, Rio de Janeiro, n.2850, p.1, 17 nov. 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/3y9vAQc>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

O PAÍS. O Centenário. **O País**, Rio de Janeiro, n.12892, p.3, 27 jan. 1920a. Disponível em: <<https://bit.ly/3yiUoFC>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

_____. O Centenário. **O País**, Rio de Janeiro, n.13091, p.3, 13 ago. 1920b. Disponível em: <<https://bit.ly/3jH35p3>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

_____. Centenário da Independência. **O País**, Rio de Janeiro, n.12760, p.5, 17 set. 1919a. Disponível em: <<https://bit.ly/3wkCe5b>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

_____. Cine Palais. **O País**, Rio de Janeiro, n.13695, p.6, 19 abr. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/2WvAKIQ>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

_____. Comemoração do Centenário. **O País**, Rio de Janeiro, n.12845, p.4, 11 dez. 1919b. Disponível em: <<https://bit.ly/3hCPixs>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

_____. Exposição do Centenário. Deve inaugurar-se hoje o Parque de Diversões. **O País**, Rio de Janeiro, n.13908, p.4, 18 nov. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3scGYcm>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Projetos para o Centenário. **O País**, Rio de Janeiro, n.13020, p.3, 3 jun. 1920c. Disponível em: <<https://bit.ly/2V19tgB>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

PEDRO II. Correspondências. **Pedro II**, Fortaleza, n.56, p.3, 8 mar. 1862. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ws2j5J>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

REGO, C. O Centenário. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n.7766, p.2, 5 jun. 1920. Disponível em: <<https://bit.ly/3Aqr2qO>>. Acesso em: 3 jul. 2021.

REVISTA da Semana. Centenário do Piauí. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 24, n.6, p.32, 3 fev. 1923a. Disponível em: <<https://bit.ly/2VLpFDc>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. O êxito da primeira tourada. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 23, n.50, p.16-17, 9 dez. 1922a. Disponível em: <<https://bit.ly/3saH4RZ>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

_____. As heroicas viagens dos jangadeiros. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 23, n.39, p.18-19, 23 set. 1922b. Disponível em: <<https://bit.ly/3lBPUXE>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

_____. Os jangadeiros acolhidos pelo sr. Presidente da República. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 23, n.41, p.23, 7 out. 1922c. Disponível em: <<https://bit.ly/3Crpfms>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

_____. A noite do domingo na Exposição da Independência. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 24, n.6, p.15, 3 fev. 1923b. Disponível em: <<https://bit.ly/2UhdE8c>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Três meses, oscilando no mar alto. Chegam ao Rio os heróis da jangada “Independência”. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano 23, n.50, p.35, 9 dez. 1922d. Disponível em: <<https://bit.ly/3jxrhsO>>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SGRJ. A Geografia do Brasil: comemorativa do Centenário da Independência. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t.25-26-27, 1912-1922, p.149-172, 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3AlvKFv>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

_____. A Geografia do Brasil: o 1º volume aparecido. **Revista da SGRJ**, Rio de Janeiro, t.28, 1923, p.134-136, 1923. Disponível em: <<https://bit.ly/3fyjmtx>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE EXPOSIÇÕES

BENNITT, M.; STOCKBRIDGE, F. P. et al. Brazil at the World's Fairs. In: **History of the Louisiana Purchase Exposition**. Saint Louis: Universal Exposition Publishing Company, 1905. p.198-217. Disponível em: <<https://bit.ly/3cGBHC4>>. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Exposição Nacional. **Catálogo dos nomes dos expositores da Segunda Exposição Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1866a.

_____. **Comemoração do Primeiro Centenário da Independência Política do Brasil, 1822 – 1922, Programa da Comemoração, Regulamento Geral da Exposição Nacional, 1922**. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1921.

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro – 1922-1923 – Relatório dos Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 2 v.

_____. Exposição Nacional. **Recordação da Exposição Nacional de 1866**. Rio de Janeiro: Barbosa & Lobo, 1866b. (álbum fotográfico).

_____. **Recordações da Exposição Nacional de 1861**. Obra publicada sob a especial proteção de S. M. I. D. Pedro II. Rio de Janeiro: Instituto Artístico de Fleiuss Irmãos e Linde/Tipografia de L. Winter, 1862a (álbum de litogravuras).

_____. Exposição Nacional. **Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866, publicado (...) pelo Dr. Antonio José de Souza Rego, 1º secretário da Comissão Diretora**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

_____. Exposição Nacional. **Relatório geral da Exposição Nacional de 1861 e Relatório dos Júris Especiais**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862b.

_____. Comissão Brasileira na Exposição Internacional de Londres. **Relatório sobre a Exposição Internacional de 1862 apresentado a S.M. o Imperador pelo Conselheiro Carvalho Moreira, presidente da Comissão Brasileira**. Londres: Thomas Brettell, 1863.

CEARÁ; FONTENELLE, J. F. B. **The state of Ceará: brief notes for the Exposition of Chicago as authorized by the Governor of Ceará, Brazil**. Chicago: E. J. Campbell Printer, 1893.

GUIA Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922. Rio de Janeiro: Bureau Oficial de Informações do Palácio Monroe, 1922.

LIVRO de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1822 a 7 de setembro de 1922 – 7 de setembro de 1923. Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil: Almanaque Laemmert, 1923.

ROYAL COMMISSION. Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations. **Official Descriptive and Illustrated Catalogue by authority of the Royal Commission in three volumes**. Londres: Spicer Brothers, Wholesale Stationers; W. Clowes and Sons Printers, 1851.

LIVROS

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920**, v.1: Introdução. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1922.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920**, v.2 (Parte 1): População do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923.

PESSOA, E. **Conferência da Paz, diplomacia e Direito Internacional**: obras completas de Epitácio Pessoa, v. XIV. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. **Discursos parlamentares (1912-1918)**: obras completas de Epitácio Pessoa, v. VII. Rio de Janeiro: INL, 1955.

_____. **Mensagens ao Congresso**: obras completas de Epitácio Pessoa, v. XVII. Rio de Janeiro: INL, 1956a.

_____. **Mensagens especiais, vetos, discursos, notas e despachos**: obras completas de Epitácio Pessoa, v. XVIII. Rio de Janeiro: INL, 1956b.

_____. **Pela verdade**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

LEGISLAÇÃO E ATOS ADMINISTRATIVOS NORMATIVOS

BRASIL. Decreto n. 3.965, de 25 de dezembro de 1919. Autoriza a construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no nordeste brasileiro e dá outras providências. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.1, p.309-310, 1920a.

_____. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. Aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.2, p.565-572, 1913.

_____. Decreto n. 12.330, de 27 de dezembro de 1916. Dá novo regulamento à Inspetoria de Obras contra as Secas. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.2, p.327-350, 1917.

_____. Decreto n. 13.687, de 9 de julho de 1919. Aprova o regulamento para a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.3, p.47-73, 1920b.

_____. Decreto n. 14.102, de 17 de março de 1920. Aprova o regulamento para a Caixa Especial das Obras de Irrigação de terras cultiváveis no Nordeste Brasileiro. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.2, tomo 2, p.814-835, 1921.

_____. Decreto n.15.066, de 24 de outubro de 1921. Dá execução ao decreto legislativo n. 4.175, de 11 de novembro de 1920. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.5, p.395, 1922.

_____. Decreto n.15.569, de 22 de julho de 1922. Altera a denominação da Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Independência. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v.3, p.30, 1923.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da sexta legislatura pelo presidente da República Afonso Augusto Moreira Pena**. Rio de Janeiro, 1907. Disponível em: <<https://bit.ly/2SSYEg6>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

_____. Programa de comemoração do Centenário da Independência do Brasil, organizado pelo dr. Nestor Ascoli, em 12 de junho de 1919. Substitutivo ao projeto da Câmara dos Deputados n. 278, de 1916. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, DF, 15 ago. 1920c. Seção 1, p.2070-2079.

_____. Ministério do Império (ministro João de Almeida Pereira Filho). **Relatório do ano de 1859 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 10ª legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1860.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. *E-book*.

ABREU, Marcelo de Paiva. (org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. *E-book*.

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

_____. O Museu Histórico Nacional e a nostalgia de um império idealizado. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (eds.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p.247-263.

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian **Arenas nem tão pacíficas: arquitetura e projetos políticos em Exposições Universais de finais da década de 1930**. 2014. 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877-1922)**. 1988. 435 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v.25, p. 21-35, 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Mapa do Monitor de Secas**. Jul. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3gynieF>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia das exposições: as vitrines do capitalismo. In: _____. **Formação da diplomacia econômica no Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo; Brasília: Ed. SENAC São Paulo; FUNAG, 2001. p. 321-344.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de; LOGATTO, Rosângela. Imagens da seca de 1877-78: uma contribuição para o conhecimento do fotojornalismo na imprensa brasileira. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.114, p.71-83, 1994.

APEX-BRASIL. **O Brasil na Expo Dubai**. [2021]. *Site*. Disponível em: <<https://bit.ly/3CQjm2d>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos**: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. 2016. 369 f. Tese (Doutorado em Ciências - Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. O território no catálogo da periferia: representações do Ceará – Brasil – para a Exposição Universal de Chicago – Estados Unidos (1892-1893). 2013. **Encuentro de Geógrafos de América Latina [...]**. Lima: União Geográfica Internacional - Comitê Nacional Peru; Colegio de Geógrafos del Perú, 2013. p.1-20.

ATIQUE, Fernando. Celebrando (com) “Tio Sam”: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil e os Estados Unidos. **Pterodáctilo: revista de arte, literatura, lingüística y cultura**, Austin, n.10, 2011.

AZEVEDO, Maria Cecília Neves de. **Um olhar sobre o sertão**: as fotografias do relatório da expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

BALEEIRO, Aliomar. **1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de edições técnicas, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920). **Intercom**, São Paulo, v.XX, n.2, p.87-102, 1997.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v.4, n.1, p.211-261, 1996.

BARROS, Paulo Cezar de. Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro? (um pouco da história do Morro do Castelo). **Revista geo-paisagem**, Niterói, v.1, n.2, jul./dez. 2002.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds.). **Dicionário de Política**, v.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 579-581.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1992.

BENNETT, Tony. The exhibitionary complex. In: _____. **The birth of the museum: history, theory, politics**. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 59-88.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality: a treatise in the Sociology of Knowledge**. Londres: Penguin Books, 1991.

BERNARDES, Gabriel. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3ybCuVS>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.105-128.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. *E-book*, p.154-159.

BRANDÃO, Ana Paula. **Um olhar bem-humorado sobre o Rio dos anos 20** - Cadernos da Comunicação - Série Estudos, v.5. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.

BUCKLEY, Eve E. **Technocrats and the politics of drought and development in twentieth-century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BULHÕES, Antonio. **Diário da cidade amada: Rio de Janeiro 1922**, v.3. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BUREAU International des Expositions. Our history. [2021]. *Site*. Disponível em: <<https://bit.ly/3AFcaUQ>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita**: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 1893. Disponível em: <<https://bit.ly/3vOx5Cg>>. Acesso em: 7 mai. 2021.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 2v. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 2000.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do séc. XX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.68-84, jan./jun. 2010.

CARRION, Raul. **O Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, 1922-1929**. [2021]. Site. Disponível em: <<https://bit.ly/3y6Rgfq>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: _____. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019. *E-book*.

CARVALHO, Ricardo E. Ismael de. A invenção do Nordeste na obra de Gilberto Freyre e de Celso Furtado. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/RJ, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Ideias, Intelectuais e Instituições**: História e Historiografia. Niterói, 2006. p.1-11.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global, 2012. *E-book*.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Metrópole à beira-mar**: o Rio moderno dos anos 20. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAULFIELD, Sueann. A honra nacional, a família e a construção da Cidade Maravilhosa. In: _____. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p.109-158.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery**: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901). 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COSTA, Julia Furia. **O “Culto da Saudade”**: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CUNHA, Cínthia da Silva. **“a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca”**: exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923). 2018. 184 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

_____. **As exposições provinciais do Império**: a Bahia e as exposições universais (1866-1888). 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

_____. **Os sertões**. São Paulo: Montecristo, 2012. *E-book*.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial**: história e crítica. Brasília: FUNAG, 2017.

DANTAS, André Dias. **Os pavilhões brasileiros nas exposições internacionais**. 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia?** A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.135-162.

DIAS, Alexandre. **Um maxixe nos EUA**: a incrível história de Dengoso (parte 3): autoria. Ernesto Nazareth 150 anos, IMS, 2012. *Site*. Disponível em: <<https://bit.ly/35jDKco>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

DIAS, Sônia. Pessoa, Epitácio. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. *E-book*.

ELKIN, Noah C. **Promoting a new Brazil**: national expositions and images of modernity, 1861-1922. 1999. 378 f. Tese (Doutorado em História) - Rutgers University, Nova Brunswick, 1999.

FABRIS, Annateresa. **Identidades virtuais**: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. São Paulo: Bertrand, 1976.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Uma República em festa**: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920). 2007. 232 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FAORO, Raymundo. República Velha: os fundamentos políticos. *In: _____*. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012, p.375-425. *E-book*.

FARIA, Luiz de Castro. **Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FARIA, Lina Rodrigues de. Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 109-130, 1995.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. *In: _____* (dir.) **O Brasil republicano**, v.8: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.215-276.

_____. Linda Lewin, Politics and parentela in Paraíba: a case study of family-based oligarchy in Brazil (review). **Social History**, v.14, n.1, p.127-130, jan. 1989.

FELDMAN, Luiz. Soberania e modernização no Brasil: pensamento de política externa no Segundo Reinado e na Primeira República. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p.535-592, set./dez. 2009.

FELLET, João. Mudança do clima acelera criação de deserto do tamanho da Inglaterra no Nordeste. **BBC News**, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://bbc.in/3ALVdYF>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FERNÁNDEZ BRAVO, Alvaro. Ambivalent Argentina: nationalism, exoticism, and latin americanism at the 1889 Paris Universal Exposition. **Nepantla: views from South**, Durham, v.2, n.1, p.115-139, 2001.

FERREIRA, Cristina Araripe. **Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX**: a circulação do progresso nas exposições universais e internacionais. 2011. 298 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi; REIS, Rossana Rocha. “O Brasil em 1889”: um país para consumo externo. **Lua Nova**, São Paulo, n.81, p.75-113, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Reação republicana. *In: ABREU, Alzira Alves de* (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República, 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. *E-book*.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Tempo**, Niterói, v.23, n.3, p.425-442, set./dez. 2017.

FIGUEIRÔA, Silvia. Areias, ventos e secas: ainda assim, um “eldorado” à brasileira. In: KURY, Lorelai (ed.). **Comissão científica do Império: 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009. p. 85-111.

FILIPOVÁ, Marta. Introduction: the margins of exhibitions and exhibitions studies. In: _____. (ed.). **Cultures of international exhibitions, 1840-1940: great exhibitions in the margins**. Farnham: Ashgate, 2015. p.1-20.

FONSECA, Anna Cristina Cardozo da. **A música na Exposição Internacional do Centenário da Independência: memória e modernidade**. 2017. 481 f. Tese (Doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FRANÇA, Andréa; ANDUEZA, Nicholas. **Passeio público**. Departamento de Comunicação Social, PUC-Rio. Rio de Janeiro, julho de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3xWvn3d>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.

_____. Epitácio Pessoa: bacharel antibacharelesco. In: _____. **Pessoas, coisas e animais: primeira série: ensaios, conferências e artigos**. 2. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1981. p.197-204.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p.72-105. *E-book*.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **Epitácio Pessoa: 1865-1942**, 2 v. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria José Olympio, 1951.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

_____. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**. 2003, v.23, n.46, p.173-200.

_____. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Ed. UnB; FUNAG, 2006.

GAUDIN, Benoit. Da *mi-carême* ao *carnabeach*: história da(s) micareta(s). **Tempo Social**, São Paulo, v.12, n.1, p.47-68, maio 2000.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2015.

GOLDMAN, Flavio. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: FUNAG, 2016.

GOMES, Angela Maria de Castro. Os historiadores e seu *métier*. In: _____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.75-124.

GOMES, Iordan Queiroz. **A família Pessoa, o prestígio e a tradição**: encenações e práticas oligárquicas na Paraíba (1889-1942). 2018. 460 f. Tese - Salvador, 2018. 460 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Letícia. **Análise de Política Externa**: o que estudar e por quê? Curitiba: Intersaberes, 2020.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Exposições. In: VAINFAS, Ronaldo (ed.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.252-253.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal.; ARAÚJO, Valdei Lopes de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEIZER, Alda. **Observar o céu e medir a terra**: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. 2005. 233 f. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HEMMER, Nicole. Are you ready for the Roaring ‘20s? **CNN**, 12 abr. 2021. Disponível em: <<https://cnn.it/2VZUQus>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p. 41-66, 1997.

HILTON, Stanley E. Brazil and the Post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v.12, n.2, p.341-364, nov. 1980.

HIRSCHMAN, Albert O. Brazil's Northeast. In: _____. **Journeys toward progress**: studies of economic policy-making in Latin America. Nova York: The Twentieth Century Fund, 1963. p.11-91.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. *E-book*.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5 (suplemento), p.217-235, 1998.

HOUSE, Edward Mandell; SEYMOUR, Charles. **What really happened at Paris**: the story of the Peace Conference, 1918-1919. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1921.

HOWELLS, Richard; CHEMERS, Michael M. Midget cities: utopia, utopianism, and the vorschein of the 'Freak' show. **Disability Studies Quarterly**, v.25, n.3, summer 2005.

IPCC. 2021: Summary for policymakers. In: MASSON-DELMOTTE et al (eds.). **Climate Change 2021**: the physical science basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. 9 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tipos e aspectos do Brasil**: excertos da Revista Brasileira de Geografia. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970.

JAGUARIBE, Beatriz. Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco. In: GIUCCI, Guillermo; DAVID, Mauricio Dias (org.). **Brasil-EUA**: antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994. p.109-141.

_____. Imaginando a "cidade maravilhosa": modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **FAMECOS**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.32-347, 2011.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio**: cronista da História do Brasil em 1922. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

KARAWCZYK, Mônica. O feminismo em boa marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, p.1-17, 2018.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho**: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas - Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHLMANN JÚNIOR., Moysés. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (eds.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p.29-54.

_____. (Ed.). **Comissão Científica do Império, 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009a.

_____. Introdução. Explorar o Brasil: o Império, as ciências e a nação. In: _____. (ed.). **Comissão científica do Império, 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2009b. p.19-44.

LABRA, Maria Eliana. O movimento sanitaria no anos 20: da "conexão sanitária internacional" à especialização em Saúde Pública no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1985, v.1, n.4, p.483-484.

LACERDA, Matheus de Medeiros. **Diplomacia presidencial de Epiácio Pessoa**: da Conferência de Paz à volta ao Brasil - análise da política externa do presidente eleito. Curitiba: Appris, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LENTNER, Howard H. Public policy and foreign policy: divergences, intersections, exchange. **Review of Policy Research**, v.23, n.1, p.169-181, 2006.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LEVY, Ruth. **A exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

LEWIN, Linda. **Politics and parentela in Paraíba**: a case study of family-based oligarchy in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. The papers of Epiácio Pessoa: an archival note and a personal comment (I). **Luso-Brazilian Review**, Madison, Wisconsin, v.32, n.1, p.69-82, summer 1995.

_____. The papers of Epiácio Pessoa: an archival note and a personal comment (II). **Luso-Brazilian Review**, Madison, Wisconsin, v.33, n.1, p.1-20, summer 1996.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.265-303, jul./dez. 2000.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2013.

LOREDANO, Cássio; SIMAS, Luiz Antonio. **O vidente míope**: J. Carlos n'ó Malho. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção diplomática, missão arquitetônica**: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. 268 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2012.

MACHADO, Marina Monteiro; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. A modernidade nas teias da floresta: o Brasil na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. **Geosul**, Florianópolis, v.32, n.65, p.68-86, 2017.

MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, Rio de Janeiro, v.53, p.621-655, 2010.

MAIA, João Marcelo Ehlert; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. **Pensando com a Sociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MARQUES, José. Órgão entregue por Bolsonaro ao centrão tem orçamento bilionário e histórico de desvios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mai. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37N493F>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MARTINS, Angela Maria Moreira. A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico na jovem República brasileira. In: RIO, Vicente del (ed.). **Arquitetura: pesquisa & projeto**. São Paulo; Rio de Janeiro: ProEditores; FAU UFRJ, 1998. p.121-146.

MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. As vitrines verdes do Brasil: exposições universais, propaganda imigrantista e natureza no final do século XIX. 2018. **Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 5 [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. p.77-88.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1984.

MENESES, Djacir. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3u0316k>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. **Festas e forças profundas na comemoração do primeiro centenário da independência na América Latina**: estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina. 2000. 416 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

_____. Región y nación en la conmemoración del Primer Centenario de la Independencia del Brasil: 1922. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, Bogotá, v.34, p.385-421, 2007.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1970.

MESQUITA, Bruce Bueno de. **The predictioneer’s game**: using the logic of brazen self-interest to see and shape the future. Nova York: Random House, 2009. *E-book*.

MILNER, Helen V. **Interests, institutions and information**: domestic politics and International Relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MORAES, Kleiton de Sousa. **O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1918)**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MORAES, Vinicius de. **Poesia completa e prosa**, volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. *E-book*.

MORELI, Alexandre. Entrevista com Robert Frank. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.30, n.60, p.273-299, 2017.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Um apóstolo do modernismo na Exposição Internacional da Independência: Armando Pamplona e a Independência Film. **Significação - Revista de Cultura Audiovisual**, São Paulo, v.39, n.37, p.75-92, 2012.

_____. Cinema e Estado no Brasil: A Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.89, p. 137-148, 2011.

_____. O cinema e a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. **ArtCultura**, Uberlândia, v.8, n.13, p.189-201, jul./dez. 2006.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

_____. 1922, o Brasil faz 100 anos: a herança portuguesa em questão. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (org.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p.156-168. *E-book*.

MUNRO, Lisa. Investigating world's fairs: an historiography. **Studies in Latin American Popular Culture**, Austin, v.28, p.80-94, 2010.

NEUFERT, Tim. El legado de la política hidráulica de Epiácio Pessoa: llevando el agua a su molino. **Brasiliiana - Journal for Brazilian Studies**, Aarhus, v.5, n.2, p.171-200, 2017.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: FINEP: CNPq, 1986.

NORONHA, Carlos Machado. Lima Barreto e as comemorações do Centenário da Independência do Brasil: uma leitura sobre memória, História e poder. **Expedições, Morrinhos - GO**, v.8, n.3, p.240-258, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008. *E-book*.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.172-189, 1989.

_____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.16, p.183-202, 2000.

_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo; Brasília: Brasiliense; CNPq, 1990.

_____. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. *In: A REVOLUÇÃO de 30*: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, ca. 1982. p.505-526.

ORY, Pascal. Les expositions universelles, de 1851 à 2010: les huit fonctions de la modernité. *In: MEI, Duanmu; TERTRAIS, Hughes (eds.). Temps croisés I*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2010. p. 225–233.

OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p.216-232.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Casa Grande & Sertão: reflexão sobre os Nordeste na obra de Freyre. **Plural Pluriel**: revue des cultures de langue portugaise, Nanterre, n.11, automne/hiver 2012.

_____. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. *E-book*.

PARDELLAS, Carlos Alberto Pessôa. **Epitácio Pessôa: na Europa e no Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018.

PASSOS, Úrsula. “Redes sociais são tribunal comandado por multidão sem rosto”, diz Ruy Castro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3bNZD6o>>. Acesso em: 11 set. 2020.

PEDRO II. **Diário da viagem ao norte do Brasil**. Salvador: Progresso, 1959.

PEIXOTO, Afrânio. Afrânio em maio de 1918 (Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918. Transcrito do "Jornal do Comércio" de 20 de maio de 1918). *In: LEÃO, Pacheco; PENA, Raul; FREITAS, Lafaiete de; PINOTTI, Mario (org.). Afrânio versus Afrânio*. Niterói: Tipografia Jerônimo Silva, 1922. p.29-37.

PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **Arqtexto** (UFRGS), Porto Alegre, v.16, p.6-27, 2010.

_____. A participação do Brasil nas exposições universais uma arqueologia da modernidade brasileira. **Revista Projeto**, São Paulo, n.139, p.83-90, 1992.

_____. **Rio de Janeiro: l'éphémère et la pérennité**. Histoire de la ville au XIXème siècle. 1988. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...**: o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sociocultural. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **História das secas (século XX)**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953.

_____. As secas do Nordeste (1825-1925). In: FREYRE, Gilberto. (ed.). **Livro do Nordeste**: comemorativo do 2º Centenário do Diário de Pernambuco. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1979. p.49-52.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: travel writing and transculturation. Londres; Nova York: Routledge, 2008.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RESENDE, Beatriz. Río de Janeiro y otros modernismos. **Cuadernos de Literatura**, Bogotá, v.18, n.35, p.73-85, enero/jun. 2014.

REZENDE, Livia Lazzaro. **The Raw and the Manufactured**: Brazilian Modernity and national identity as projected in international exhibitions (1862–1922). 2010. 316 f. Tese (Doutorado em História do Design) - Royal College of Art, Londres, 2010.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

_____. Um futuro pior que o passado? Reflexões na antevéspera do Bicentenário da Independência. In: SALIBA, Aziz Tuffi; LOPES, Dawisson Belém; SANTOS, Manoel Leonardo. **América Latina**, coleção Desafios Globais, v.3. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021. p.303-316.

_____. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1964), v.2. Brasília: FUNAG, 2013.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., barão do. Discurso no Clube Naval (1º de dezembro de 1902). In: LINS, Alvaro. **Rio-Branco (o Barão do Rio Branco)**: biografia pessoal e história política. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p.511-512.

RYDELL, Robert W. **All the world's a fair**: visions of empire at American International Expositions, 1876–1916. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1984.

RYDELL, Robert W.; FINDLING, John E.; PELLE, Kimberly D. **Fair America**: world's fairs in the United States. Washington: Smithsonian Institution, 2000.

SÁNCHEZ ROMÁN, José Antonio. Fazendo História Global: reflexões, dúvidas e compromissos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.30, n.60, p.241-252, 2017.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a monarquia e a república. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2011.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.785-826, 2017.

SANJAD, Nelson; CASTRO, Anna Raquel de Matos. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais. O Brasil em Turim, 1911. Parte 1. **Varia Historia**, v.31, n.57, p.819-861, set./dez. 2015.

_____. Comércio, política e ciência nas exposições internacionais. O Brasil em Turim, 1911. Parte 2. **Varia Historia**, v.32, n.58, p.141-173, jan./abr. 2016.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência**: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SANTOS, Araci Alves. **Terra encantada**: a ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil. 2010. 235 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência, das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Araci Alves; SANTOS, Nadjá Paraense dos. O Brasil em exposição no Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Centenário. In: SCIENTIARUM HISTORIA, 4, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: HCTE/UFRJ, 2011. v.1. p.1-7.

SANTOS, Cláudia Penha dos. **As comissões científicas da Inspetoria de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)**. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa**: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004. *E-book*.

_____. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

SANTOS, Marco Aurelio Martins. Exposição do Centenário: o Brasil comemorou 100 anos no “bazar das maravilhas”. In: SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**: estatísticas legalizadas (c.1899-c.1936), v.2. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 536-570; CD-ROM.

SANTOS, Paulo César dos. **Produtos da terra**: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922). 2016. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. **O Brasil nas exposições universais (1862 a 1911):** mineração, negócio e publicações. 2009. 295 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.121-134, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso. In: _____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 568–598.

SENNA, Homero. **República das letras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SENRA, Nelson de Castro. Na Primeira República, as tentativas de se organizar uma atividade estatística sistemática. In: _____. (coord.). **O censo entra em campo: o IBGE e a história dos Recenseamentos Agropecuários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 56-77.

SETEMY, Adrianna. Reis, Aarão. In: ABREU, Alzira Alves de. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República, 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. *E-book*.

SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso: as exposições universais internacionais do século XIX - a circulação transoceânica de ideias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Universal Internacional de Paris de 1889**, 2 v. 1992. 624 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

_____. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira - a conjuntura de 1871 até 1877**, 2 v. 1979. 494 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. **História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

SILVA, Laila Pedrosa da. **“Somos parte integrante da nação”**: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Telma Domingues da. O que a mídia esconde quando fala “O agro é pop”. **Outras palavras**, 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3m4Uw8V>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Joseph. **Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: _____. **História da imprensa no Brasil**. 4th ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 251–389.

SOMBRA JUNIOR, Fausto Barreira. **Três pavilhões de Sérgio Bernardes**: Volta Redonda, Bruxelas e São Cristóvão: contribuição à vanguarda arquitetônica moderna brasileira em meados do século 20. 2020. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

STREETER, Michael. **Epitácio Pessoa**: Brazil. Makers of the Modern World: the peace conferences of 1919-23 and their aftermath. Londres: Haus Publishing, 2010. *E-book*.

TACCA, Fernando de. A imagética da Comissão Rondon: etnografias estratégicas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25, 2001, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2001. Seminário Temático 8. Imagens do Brasil: memória e identidade.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. **Do Castelo ao Vale das Luzes**: cultura e renovação urbana - Rio de Janeiro, 1920-1922. 1994. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

THIELEN, Eduardo Vilela; ALVES, Fernando Antonio Pires; BENCHIMOL, Jaime Larry; ALBUQUERQUE, Marli Brito de; SANTOS, Ricardo Augusto dos; WELTMAN, Wanda Latmann. **A ciência a caminho da roça**: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

TORGAL, Luís Reis. Duas “Repúblicas” portuguesas no Brasil em 1922: Antônio José de Almeida e Antônio Ferro. *In*: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (org.) **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p.19-44. *E-book*.

TORRES, Cesar R. Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922 - Rio de Janeiro. *In*: DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEE, 2006. p.812-813.

TRILLO, Mauricio Tenorio. **Artilugio de la nación moderna**: México en las exposiciones universales, 1880-1930. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o Centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p. 123-148, 1994.

TURAZZI, Maria Inez. **As artes do ofício**: fotografia e memória da engenharia no século XIX. 1997. f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 1997.

_____. A exposição de obras públicas de 1875 e os “produtos da ciência do engenheiro, do geólogo e do naturalista”. *In*: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p.145-163.

_____. **Poses e trejeitos:** a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. A representação de tipos e cenas do Brasil imperial pela Litografia Briggs. **caiana:** Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA), n.3, 2013.

VEDOVELI, Paula Elena. **Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira:** uma análise da construção da tradição. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.89-112, 1993.

_____. Comê, morá? Descobrimento, comemoração e nacionalidade nas revistas humorísticas ilustradas. **Proj. História**, São Paulo, n.20, p.129-151, abr. 2000.

_____. **Modernidade no Rio de Janeiro:** turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado:** a construção do Nordeste. Relatório de pesquisa n.24. São Paulo, FGV-EAESP/GV Pesquisa, 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão:** história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

VILLAS-BÔAS, Naylor Bastos. As obras contra as secas no Império e no primeiro período republicano. **Boletim da IFOCS**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.92-97, abr./jun. 1937.

VINCENTIS, Paulo de. **Pintura histórica no Salão do Centenário da Independência do Brasil**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias:** uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WADSWORTH, James E.; MARKO, Tamera L. Children of the Pátria: representations of childhood and welfare state ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. **The Americas**, v.58, n.1, p.65-90, 2001.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. **Jubileu Nacional:** a comemoração do Quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900). 1998. f. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

APÊNDICE A – Dados biográficos de alguns “mandachuvas” da Exposição Internacional do Centenário da Independência

Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, e formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1880. Eleito deputado-geral quatro vezes por Minas Gerais, acompanhou o pai, o Visconde de Ouro Preto, no exílio quando da Proclamação da República. Na volta ao Brasil, dedicou-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1892, tornando-se presidente perpétuo dessa última instituição a partir de 1912, em substituição ao Barão do Rio Branco (GOMES, A., 1996, p.104). Recebeu o título de conde papal em 1905. Autor de extensa produção intelectual, que inclui o livro *Por que me ufano do meu país* (1900), obra em que, de acordo com Oliveira (1990, p.129), “a nacionalidade toma como referência principal o território, fonte de riqueza do Brasil. Versão quase caricatural do que se chamou mais tarde de ‘ufanismo’, o livro foi escrito para comemorar o IV Centenário do Descobrimento e para ensinar o patriotismo aos filhos do autor”.

Alfredo Bernardes da Silva nasceu no Rio de Janeiro e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882. Foi professor de Direito Criminal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, procurador-geral do estado do Rio de Janeiro (1893-1894) e consultor-geral da República (cargo equivalente ao de advogado-geral da União) entre abril e agosto de 1920. Silva integrou o conselho consultivo da Associação do Centenário da Independência do Brasil (Fonte disponível em: <https://bit.ly/2TypyKt>).

Alfredo Pinto Vieira de Melo (1863-1923) nasceu em Recife e formou-se na Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1886 junto com Epiácio Pessoa. Foi membro especial da comissão chefiada por Clóvis Beviláqua para elaborar o projeto de Código Civil. De 1897 a 1902, foi deputado federal pelo estado de Minas Gerais. No governo de Epiácio Pessoa, foi ministro da Justiça e Negócios Interiores (1919-1921) e ministro interino da Guerra (1919). Em agosto de 1921, foi nomeado ministro do STF e transferiu, assim, o cargo de presidente da Comissão Executiva da Exposição do Centenário ao novo ministro da Justiça, Joaquim Ferreira Chaves (ABREU, A., 2015).

Álvaro Augusto da Costa Carvalho (1865-1933) nasceu em Piracicaba, São Paulo, e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Exerceu diversos mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pelo estado de São Paulo ao longo da Primeira República (ABREU, A., 2015).

André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933) nasceu em Petrópolis, província do Rio de Janeiro. Formou-se em engenharia na Escola Politécnica em 1879. Foi senador (1917-1918 e 1921-1930) e deputado federal (1919-1920) pelo Distrito Federal. Também foi prefeito do Distrito Federal de janeiro a julho de 1919, antecedendo a Sá Freire. Em parceria com Carlos Sampaio, fundou, em 1890, a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, uma das primeiras imobiliárias da cidade do Rio de Janeiro. Em 1903, no contexto da reforma Passos, foi nomeado chefe da Comissão Construtora da Avenida Central. Frontin foi diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, presidiu o Clube de Engenharia por três décadas e, além de integrar o conselho consultivo da Associação do Centenário, também compôs a comissão *ad hoc* responsável por organizar o programa do Centenário (ABREU, A., 2015).

Antero Pinto de Almeida (?-1921) foi diretor do *Jornal do Brasil* (VINCENTIS, 2015, p.12). Inicialmente, foi encarregado de dirigir a parte industrial e comercial da exposição, e os trabalhos relativos aos filmes que seriam exibidos gratuitamente no evento, além de impulsionar a propaganda do certame. Com a entrada do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na organização, chegou a desligar-se da Comissão Executiva, mas acabou ocupando o cargo de diretor do Escritório Oficial, órgão criado em junho de 1921, até setembro daquele ano, quando foi sucedido por Alfredo Conrado de Niemeyer (BRASIL, 1926, v.1, p.19; 21; 24).

Antônio Augusto de Araújo Franco foi comissário de café e presidiria a Associação Comercial do Rio de Janeiro ao longo da década de 1920 (Fonte disponível em: <https://bit.ly/3hDIJdV>).

Antônio Augusto de Lima (1859-1934) nasceu na atual cidade de Nova Lima, Minas Gerais. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, junto a Silva Jardim, Pinheiro Machado e Raimundo Correia. Foi magistrado e ocupou a presidência de Minas Gerais em 1891; também foi deputado federal pelo mesmo estado de 1909 a 1929. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas Gerais e diretor do Arquivo Público Mineiro (1901-1909).

Poeta, foi membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB, e assumiria a direção do jornal *A Noite* a partir de 1930 (ABREU, A., 2015).

Antônio Coutinho Gomes Pereira (1865-1926) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Militar de carreira, presidiu o Clube Naval e a Sociedade Brasileira de Geografia. Foi ministro da Marinha na presidência de Delfim Moreira, o vice de Rodrigues Alves que antecedeu Epitácio Pessoa no comando do Executivo federal. Em maio de 1920, foi promovido a vice-almirante e nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, função que exerceu até 1926 (ABREU, A., 2015).

Antônio Manuel Bueno de Andrada (1857-1941) nasceu na cidade de São Paulo e era neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um dos irmãos Andrada que obtiveram projeção política em meio ao processo de emancipação brasileira de Portugal, nos primeiros anos do novo Estado independente. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1879. Foi abolicionista e declarou-se republicano em 1889, quando o Visconde de Ouro Preto assumiu a presidência do Conselho de Ministros. Foi deputado federal pelo estado de São Paulo de 1894 a 1902 e de 1909 a 1917 (ABREU, A., 2015).

Antônio Olinto dos Santos Pires (1860-1925) nasceu em Serro, Minas Gerais, e era primo do deputado e senador pelo Ceará Francisco Sá. Iniciou o curso de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, posteriormente, transferiu-se para a Escola de Minas de Ouro Preto, em que se graduou em 1882. Com a queda da monarquia, foi nomeado governador interino do estado de Minas Gerais em 1889. Eleito deputado para a Constituinte de 1891, foi deputado federal por Minas Gerais de 1891 a 1894. Em seguida, foi nomeado ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, de 1894 a 1896, na presidência de Prudente de Moraes. Professor da Escola de Minas de Ouro Preto, Antônio Olinto foi comissário brasileiro na seção de Minas e Metalurgia na Exposição de Saint Louis, EUA (1904); chefe da Superintendência dos Estudos e Obras Contra as Secas no Ceará (1907); e presidente do diretório executivo da Exposição de 1908 no Rio de Janeiro. (ABREU, A., 2015).

Antônio de Pádua Assis Resende nasceu em Caldas, Minas Gerais (atual Poços de Caldas) e foi deputado federal pelo estado de Minas Gerais entre 1897 e 1905. Tendo sido comissário geral da delegação brasileira enviada à exposição internacional de Turim (1911), foi autor de *Relatório sobre os trabalhos da Comissão do Brasil na Exposição Turim-Roma de 1911 e*

propaganda do café no estrangeiro (1911). Pádua Resende desempenhou a superintendência dos trabalhos da revista *A exposição de 1922* (ABREU, A., 2015; BRASIL, 1926, v.2, p.238).

Arno Konder (1882-1942) nasceu em Itajaí, Santa Catarina. Pertencia a uma família que se destacou na carreira política: seu pai, Marcos Konder, foi um negociante de ascendência alemã que integrou o Partido Republicano Catarinense; seu irmão, Adolfo Konder, foi deputado federal (1920-1926), governador de Santa Catarina (1926-1930) e constituinte (1934); e o também irmão Vítor Konder foi deputado federal em 1920, além de ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Washington Luís (1926-1930). Como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Arno Konder integrou missão chefiada por Lauro Müller à Europa em 1907. No ano seguinte, desempenhou funções no Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil; já em 1913, foi auxiliar do Escritório de Informações do Brasil em Paris. O diplomata seria delegado do comissariado na Exposição Ibero-Americana, realizada em Sevilha, Espanha, em 1927; assessor técnico da delegação brasileira à VII Conferência Internacional Americana, realizada em Montevideu, em 1933; e, a partir de setembro de 1934, assumiria posto na embaixada brasileira em Washington, quando tomou parte nas negociações do acordo comercial entre Brasil e EUA, firmado em fevereiro de 1935. Konder também seria cônsul-geral em Berlim, de julho de 1937 a junho de 1938. Faleceu em Washington, em 1942, enquanto aguardava nomeação como embaixador brasileiro na China (ABREU, A., 2015).

Artur Pinto da Rocha (1860-1930) nasceu em Rio Grande, RS, e formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1884. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1894 a 1905 e de 1921 a 1923 (ABREU, A., 2015).

Delfim Carlos Bernardino da Silva foi funcionário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e responsável pela ideia dos Bônus da Independência. Autor da obra *Relatório dos trabalhos do Escritório de Informações do Brasil em Paris* (1914).

Francisco de Campos Valadares (?-1933) nasceu em Pitangui, Minas Gerais. Era bacharel em Direito e foi deputado federal por Minas Gerais de 1918 a 1930 (ABREU, A., 2015).

Francisco Ferreira Ramos foi o primeiro professor de Física da Escola Politécnica de São Paulo. Além de ter presidido a comissão paulista da Exposição do Centenário, foi nomeado delegado geral do evento, cargo do qual pediu exoneração, aceita pelo governo em 14 de

dezembro de 1922. Foi substituído no posto por Antônio Olinto dos Santos Pires (BRASIL, 1926, v.1, p.36; 103).

Geminiano Monteiro da França (1870-1935) nasceu na cidade de Paraíba, atual João Pessoa. Formado, em 1892, pela Faculdade de Direito do Recife, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal pelo presidente Epitácio Pessoa em 1919. Em 1922, tornou-se ministro do STF, cargo em que permaneceu até 1931, quando foi exonerado em decorrência dos acontecimentos de 1930 (ABREU, A., 2015).

Henrique Carneiro Leão Teixeira (1869-1938) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1890. Foi deputado estadual no Rio de Janeiro de 1901 a 1904, e seria eleito diretor da Cia. Mercado Municipal do Rio de Janeiro em 1922. Na Comissão Executiva do Centenário, teve a incumbência de cuidar das desapropriações de imóveis na área destinada à exposição. Seria presidente do Banco do Brasil entre 1928 e 1929. (Fonte disponível em: <https://bit.ly/3dGnQ0m>).

Ildefonso Simões Lopes (1866-1943) nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul e formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1890. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul por diversos mandatos entre 1906 e 1930. No governo de Epitácio Pessoa, deixou a Câmara quando foi nomeado ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, cargo do qual pediu exoneração em maio de 1922. Em seguida, foi convidado pelo presidente a inspecionar as obras contra as secas junto a Cândido Rondon e Paulo de Moraes e Barros (ABREU, A., 2015).

João Baptista da Costa (1865-1926) nasceu em Itaguaí, Rio de Janeiro e foi um dos grandes pintores brasileiros de paisagem. Ingressou em 1885 na Academia Imperial de Belas-Artes e conquistou o prêmio de viagem à Europa na primeira Exposição Geral de Belas-Artes do período republicano, em 1894. Dois anos depois, seguiu para Paris, onde estudou na *Académie Julian*. Em 1906, tornou-se professor da Escola Nacional de Belas-Artes, dirigindo a instituição de 1916 a 1926 (Fonte disponível em: <https://bit.ly/3jIyA2k>).

João Baptista de Melo e Sousa (1888-1969) nasceu em Queluz, São Paulo. Foi escritor e irmão mais velho de Júlio César de Melo e Sousa, mais conhecido como Malba Tahan.

Joaquim Ferreira Chaves (1852-1937) nasceu em Recife e bacharelou-se na Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1873. Construiu carreira política no Rio Grande do Norte, sendo governador do estado em três ocasiões (1891-1892, 1896-1900 e 1914-1920) e representando-o no Senado Federal por três mandatos entre 1900 e 1930. Em uma permuta política com o presidente Epitácio Pessoa, trocou sua vaga no Senado pela nomeação como ministro – primeiro da Marinha (out. 1920 a set. 1921) e, em seguida, da Justiça e Negócios Interiores, cargo que ocupou até o fim do mandato de Pessoa (ABREU, A., 2015).

José Bonifácio de Andrada e Silva (1871-1954) era sobrinho-neto de seu célebre homônimo, o “patriarca da Independência”. Nasceu em Barbacena, Minas Gerais. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1892. Em 1899, casou-se com Corina Lafayette, filha do político imperial Lafayette Rodrigues, e foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro, tendo o mandato para Câmara sucessivamente renovado até 1930 (ABREU, A., 2015).

José Matoso de Sampaio Correia (1875-1942) nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, e formou-se na Escola Politécnica em 1898. Foi Inspetor-Geral de Obras Públicas na presidência de Afonso Pena; chefiou as obras da Exposição Nacional de 1908; e, em 1912, atuou como engenheiro-chefe da Inspetoria de Obras Contra as Secas no Rio Grande do Norte. Sampaio Correia foi diretor de inúmeras empresas nacionais e estrangeiras na área de infraestrutura. Exerceu diversos mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pelo Distrito Federal entre 1918 e 1937 (ABREU, A., 2015).

José Pires do Rio (1880-1950) nasceu em Guaratinguetá, São Paulo, e formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1903. Iniciou sua carreira como engenheiro nas obras do porto do Rio de Janeiro. Foi chefe da 3ª seção distrital da Inspetoria de Obras Contra as Secas, sediada em Salvador, e inspetor federal nas estradas de ferro Madeira-Mamoré e Belém-Bragança até 1919, quando foi convidado por Epitácio Pessoa para ser ministro de Viação e Obras Públicas, posto que acumulou com a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, esta de modo interino, de 24 de maio a 15 de novembro de 1922 (ABREU, A., 2015).

Justiniano de Serpa (1852-1923) nasceu em Aquiraz, Ceará, e formou-se em Direito na Faculdade do Recife, em 1888. Deputado provincial de 1884 a 1889, foi abolicionista e constituinte em 1891. Serpa exerceu o mandato de deputado federal pelo Ceará de 1891 a 1893

e pelo Pará nas legislaturas de 1906 a 1911 e de 1915 a 1920. Seria presidente do estado do Ceará de 1920 a 1923 (ABREU, A., 2015).

Lauro Müller (1863-1926) nasceu em Itajaí, Santa Catarina e formou-se engenheiro pela Escola Militar em 1888. Participou da derrubada da monarquia e desempenhou papel relevante na implantação do regime republicano. Foi governador de Santa Catarina e exerceu diversos mandatos legislativos pelo estado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal entre 1891 e 1926. Foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) e ministro das Relações Exteriores nos governos de Hermes da Fonseca e Venceslau Brás (ABREU, A., 2015).

Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956) nasceu no Recife e formou-se na Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1885. Foi diretor da Biblioteca Nacional e prefeito interino do Distrito Federal entre novembro de 1918 e janeiro de 1919 (ABREU, A., 2015).

Mário Barbosa Carneiro (1872-1946) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e foi servidor público por mais de quarenta anos. Em 1909, ingressou no recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, assumindo a Direção Geral da Contabilidade até sua aposentadoria, em 1933 (Fonte disponível em: <https://bit.ly/3qMpOla>).

Miguel Osório de Almeida (1890-1953) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Em 1911, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição da qual foi livre-docente. Também exerceu o magistério superior na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Ocuparia os cargos de diretor do laboratório de fisiologia do Instituto Oswaldo Cruz (1927-1942) e de vice-reitor da Universidade do Distrito Federal a partir de 1935, ano em que também entraria na Academia Brasileira de Letras (Fonte disponível em: <https://bit.ly/2SKv3oU>).

Milcíades Mário de Sá Freire (1870-1947) nasceu na cidade do Rio de Janeiro e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Foi deputado federal (1898-1909) e senador (1909-1916) pelo Distrito Federal antes de ser indicado pelo presidente Epitácio Pessoa, em julho de 1919, para o cargo de prefeito do Distrito Federal, em mandato que exerceu até junho de 1920 (ABREU, A., 2015).

Nestor Ascoli (1883-1965) foi engenheiro geógrafo egresso da Escola Militar, além de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Fora secretário de Francisco Glicério na chefia do Partido Republicano Federal; secretário de Quintino Bocaiuva na presidência do estado do Rio de Janeiro (1900-1903) e deputado estadual fluminense por sucessivos mandatos, de 1904 a 1913. Era funcionário concursado da Câmara dos Deputados, onde exerceu o cargo de redator de documentos parlamentares. Também foi advogado e acionista da Companhia Cervejaria Brahma. Ascoli foi, ainda, pioneiro na defesa da imigração japonesa para o Brasil, tendo publicado o livro *A imigração japonesa na Baixada do Estado do Rio de Janeiro* em 1910 (A EXPOSIÇÃO..., 1923c, p.68; CORREIO..., 1965, p.3).

Pedro da Costa Rego (1889-1954) nasceu em Pilar, Alagoas. Jornalista, foi colaborador dos jornais *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*, tendo sido correspondente deste último nos trabalhos da Conferência de Paz de Versalhes. Escreveu sob o pseudônimo de Bárbara Heliadora. Foi deputado federal por Alagoas entre 1915 e 1923, e de outubro a dezembro de 1928. Seria governador de Alagoas entre 1924 e 1928, e senador pelo mesmo estado de 1929 a 1930 e de 1935 a 1937. Também integraria a VIII Conferência Internacional Americana, realizada em Lima, Peru, em 1938 (ABREU, A., 2015).

Tomás Delfino dos Santos (1860-1947) nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882. No fim do Império, militou pelas causas republicana e abolicionista no grupo político liderado por Silva Jardim. Eleito para a Constituinte de 1891, foi deputado pelo Distrito Federal de 1891 a 1896 e de 1912 a 1916. Também foi senador pelo Distrito Federal de 1896 a 1906 (ABREU, A., 2015).